

PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU



PT

# relatório anual 2006





PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

relatório anual 2006

© O Provedor de Justiça Europeu, 2007

**Todos os direitos reservados.**

**A reprodução para fins educacionais e não comerciais é permitida desde que a fonte seja mencionada.**

As fotografias, salvo menção em contrário, são propriedade do Provedor de Justiça Europeu.

Capa: © iStockphoto.com/urbancow

**O texto integral do relatório encontra-se publicado na Internet, no seguinte endereço: <http://www.ombudsman.europa.eu>**

*Printed in Belgium*

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

# O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU



---

P. NIKIFOROS DIAMANDOUROS

Excelentíssimo Senhor  
Prof. Dr. Hans-Gert PÖTTERING  
Presidente do Parlamento Europeu  
Rue Wiertz  
B-1047 Bruxelas

Estrasburgo, 12 de Março de 2007

Senhor Presidente,

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 195.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no n.º 8 do artigo 3.º da Decisão do Parlamento Europeu relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, junto apresento o meu relatório relativo ao ano de 2006.

Com os melhores cumprimentos,

P. Nikiforos DIAMANDOUROS





INTRODUÇÃO	15
1 SÍNTESE	21
2 QUEIXAS E INQUÉRITOS	35
2.1 A BASE JURÍDICA DA ACTIVIDADE DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	35
2.2 O MANDATO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU	35
2.2.1 Queixas e inquéritos de iniciativa própria .....	36
2.2.2 Instituições e organismos da Comunidade.....	36
2.2.3 “Má administração” .....	37
2.2.4 Código Europeu de Boa Conduta Administrativa.....	38
2.3 ADMISSIBILIDADE E FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS	39
2.4 ANÁLISE DAS QUEIXAS APRECIADAS EM 2006	39
2.5 TRANSFERÊNCIAS E ACONSELHAMENTO	40
2.6 OS PROCEDIMENTOS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	42
2.6.1 Abertura de um inquérito .....	42
2.6.2 Procedimento imparcial.....	43
2.6.3 Verificação dos documentos e audição de testemunhas.....	43
2.6.4 Procedimento aberto .....	43
2.7 RESULTADOS DOS INQUÉRITOS	44
2.7.1 Inexistência de má administração.....	44
2.7.2 Casos resolvidos pela instituição e soluções amigáveis.....	44
2.7.3 Observações críticas e projectos de recomendações .....	44
2.7.4 Relatórios especiais ao Parlamento Europeu.....	45





2.8	DECISÕES DE ENCERRAMENTO DE CASOS TOMADAS EM 2006	45
2.8.1	Abertura, acesso público e protecção de dados pessoais. ....	46
2.8.2	A Comissão como guardião do Tratado.....	48
2.8.3	Concursos, contratos e subvenções .....	49
2.8.4	Questões relativas ao pessoal .....	51
2.8.5	Outros assuntos .....	52
3	DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO	57
3.1	PROCESSOS EM QUE NÃO FOI DETECTADO QUALQUER CASO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO	57
3.1.1	Parlamento Europeu .....	57
	AUSÊNCIA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS PELO PARLAMENTO SOBRE A APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA .....	57
3.1.2	Comissão Europeia .....	58
	ATRASSO NO TRATAMENTO DO MÉRITO DE UMA QUEIXA AO ABRIGO DO ARTIGO 226.º .....	58
	AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DA LEGISLAÇÃO ESPANHOLA RELATIVA À TRANSMISSÃO TELEVISIVA DE TOURADAS .....	58
	FIM DE COOPERAÇÃO BASEADA EM ACORDOS A LONGO PRAZO .....	59
	SELECÇÃO DE PERITOS NO ÂMBITO DO SEXTO PROGRAMA-QUADRO .....	60
	CANCELAMENTO DE FINANCIAMENTO PARA TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO .....	60
	ALEGADA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE UM PROGRAMA DE TRADUÇÃO .....	61
3.1.3	Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias .....	62
	ANÚNCIO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO .....	62
3.1.4	Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias.....	63
	AVALIAÇÃO ALEGADAMENTE INEXACTA DE PROVAS DE CONCURSO .....	63
	RECUSA DE ADMISSÃO A UMA PROVA DE SELECÇÃO .....	64
	OBRIGAÇÃO DE CANDIDATURA A APENAS UM DE TRÊS CONCURSOS EM PARALELO .....	64
	AVALIAÇÃO DA RESPOSTA DE UM CANDIDATO A UMA PERGUNTA DE CONCURSO .....	65
	ALEGADA MÁ ORGANIZAÇÃO DE UM CONCURSO PÚBLICO .....	66
3.1.5	Banco Europeu de Investimento .....	66
	RECUSA DE INFORMAÇÕES SOBRE O POSSÍVEL FINANCIAMENTO DE UM PROJECTO NUM PAÍS CANDIDATO .....	66
3.1.6	Organismo Europeu de Luta Antifraude .....	67
	ALEGADA OMISSÃO DE RESPOSTA A UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO .....	67
3.2	CASOS SOLUCIONADOS PELA INSTITUIÇÃO	68
3.2.1	Parlamento Europeu .....	68
	ACESSO A UM ARTIGO DO “EP NEWSHOUND” .....	68
3.2.2	Comissão Europeia .....	68
	RECUSA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM FALTA E RESPECTIVOS JUROS.....	68
	RESPOSTA NUMA LÍNGUA DIFERENTE A UMA CANDIDATURA A EMPREGO .....	69
	ATRASSO NO PAGAMENTO DE UMA SUBVENÇÃO NO DOMÍNIO DA GEMINAÇÃO DE CIDADES.....	69



<b>3.2.3 Comissão Europeia e Agência Europeia do Ambiente</b> .....	<b>70</b>
PEDIDOS DE DESCULPA RÁPIDOS PELOS ERROS.....	70
<b>3.2.4 Comité das Regiões</b> .....	<b>71</b>
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM RELATIVAS A UMA ENTREVISTA DE EMPREGO.....	71
<b>3.3 SOLUÇÕES AMIGÁVEIS CONSEGUIDAS PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3.1 Comissão Europeia</b> .....	<b>72</b>
INTERPRETAÇÃO DA DIRECTIVA RELATIVA À PROTECÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DE UMA QUEIXA POR INFRACÇÃO.....	72
<b>3.3.2 Banco Europeu de Investimento</b> .....	<b>73</b>
RECUSA DE ACESSO A UM RELATÓRIO DE AUDITORIA – 1.....	73
<b>3.3.3 Agência Europeia para a Segurança da Aviação</b> .....	<b>74</b>
RECUPERAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INSTALAÇÃO PAGOS DURANTE UM PERÍODO DE ESTÁGIO.....	74
<b>3.4 PROCESSOS ENCERRADOS COM UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b> .....	<b>75</b>
<b>3.4.1 Parlamento Europeu</b> .....	<b>75</b>
ACESSO ÀS LISTAS DE CANDIDATOS NUM PROCESSO DE SELECÇÃO.....	75
<b>3.4.2 Conselho da União Europeia</b> .....	<b>76</b>
TRATAMENTO DE UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO.....	76
<b>3.4.3 Comissão Europeia</b> .....	<b>76</b>
TRATAMENTO INJUSTO DE PERITOS NACIONAIS DESTACADOS.....	76
ACESSO A DOCUMENTOS: ENCARGOS PREVISTOS NO DIREITO NACIONAL E MOTIVOS DE RECUSA DO ACESSO PARCIAL.....	77
RECUSA DE PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS.....	78
RECUSA DE ACESSO A UM RELATÓRIO DE AUDITORIA – 2.....	79
AUSÊNCIA DE RESPOSTA A UMA QUEIXA AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 90.º DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS.....	80
DISCRIMINAÇÃO NO TRATAMENTO DE UMA CANDIDATURA E NÃO CONCESSÃO DE ACESSO A DOCUMENTOS.....	81
AUSÊNCIA DE UM PROCESSO DE RECURSO NAS ESCOLAS EUROPEIAS.....	82
RECUSA DE ACESSO A OBSERVAÇÕES ESCRITAS DA COMISSÃO DESTINADAS A UM PAINEL DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.....	83
REGRAS APLICÁVEIS À LICENÇA ESPECIAL PARA PERITOS NACIONAIS.....	84
NÃO IMPOSIÇÃO À ALEMANHA DO CUMPRIMENTO DE UMA DECISÃO JUDICIAL.....	85
ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS À ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA.....	86
AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO NEGATIVA DO TRABALHADOR DE UMA AGÊNCIA.....	87
VERIFICAÇÃO DA DATA DE ENVIO DE PROPOSTAS PRELIMINARES PARA SUBVENÇÃO.....	88
<b>3.4.4 Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias</b> .....	<b>88</b>
INFORMAÇÃO INADEQUADA A UM CANDIDATO SOBRE OS SEUS ERROS NUMA PROVA DE TRADUÇÃO.....	88
ALEGADA DISCRIMINAÇÃO E INJUSTIÇA POR DISPOR DE MENOS TEMPO DE PREPARAÇÃO PARA UMA PROVA ORAL DO QUE OS OUTROS CANDIDATOS.....	89
DADOS INCOERENTES NUM TESTE DE CONCURSO GERAL.....	90
<b>3.4.5 Comité das Regiões</b> .....	<b>91</b>
PAGAMENTO PARCIAL POR TRABALHO ALEGADAMENTE INCOMPLETO.....	91
<b>3.4.6 Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional</b> .....	<b>92</b>
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE UM ORGANISMO COMUNITÁRIO.....	92



3.5	PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO	92
3.5.1	Comissão Europeia	92
	ALEGADO AUXÍLIO ESTATAL RELATIVO À PRIVATIZAÇÃO DE UMA EMPRESA ALEMÃ	92
	NÃO ADOÇÃO PELA COMISSÃO DE UMA DECISÃO SOBRE UMA QUEIXA POR INFRAÇÃO	93
3.6	CASOS ENCERRADOS POR OUTRAS RAZÕES	94
3.6.1	Conselho da União Europeia	94
	PATROCÍNIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO	94
3.6.2	Comissão Europeia	95
	ATRASO INJUSTIFICADO NO TRATAMENTO DE DOIS PROCESSOS POR INFRAÇÃO	95
	CLASSIFICAÇÃO INCORRECTA DE UM INTÉRPRETE DE CONFERÊNCIA AUXILIAR	96
	AUSÊNCIA DE RESPOSTA DURANTE CINCO ANOS	96
3.6.3	Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias	97
	NÃO APRESENTAÇÃO DE UM PEDIDO DE DESCULPAS POR UM ERRO DE AVALIAÇÃO	97
3.7	CASOS ENCERRADOS APÓS UM RELATÓRIO ESPECIAL	98
3.7.1	Conselho da União Europeia	98
	LÍNGUAS USADAS NOS WEBSITES DA PRESIDÊNCIA	98
3.7.2	Comissão Europeia	99
	DEMORA NO TRATAMENTO DE UMA QUEIXA POLITICAMENTE SENSÍVEL E CONTROVERSA	99
3.8	INQUÉRITOS DE INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	100
	INQUÉRITO SOBRE A DISPONIBILIDADE DA COMISSÃO PARA RECORRER À MEDIAÇÃO EM LITÍGIOS COM CONTRATANTES	100
	TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE UM PORTO INDUSTRIAL EM ESPANHA	100
	LIMITES MÁXIMOS DE IDADE NO PROGRAMA DE ESTÁGIOS INTERNOS	101
3.9	PEDIDOS DE INFORMAÇÃO TRATADOS PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA	102
	PODER DISCRICIONÁRIO DOS ESTADOS-MEMBROS NUMA QUESTÃO AGRÍCOLA	102
	LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	102
4	RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E OS ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA	105
4.1	PARLAMENTO EUROPEU	107
4.2	COMISSÃO EUROPEIA	109
4.3	OUTRAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS	110



<b>5</b>	<b>RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS</b>	<b>113</b>
5.1	A REDE EUROPEIA DE PROVEDORES DE JUSTIÇA	113
5.2	OUTROS SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	118
5.3	OUTROS EVENTOS COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E O SEU PESSOAL	119
<b>6</b>	<b>COMUNICAÇÕES</b>	<b>123</b>
6.1	DESTAQUES DO ANO	123
6.2	VISITAS DE INFORMAÇÃO	125
6.3	OUTRAS CONFERÊNCIAS E REUNIÕES	130
6.4	RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL	139
6.5	PUBLICAÇÕES	144
6.6	COMUNICAÇÕES EM LINHA	145
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>147</b>
A	ESTATÍSTICAS	149
B	ORÇAMENTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	156
C	PESSOAL	158
D	ÍNDICES DAS DECISÕES	167
	COMO CONTACTAR O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU	171









## INTRODUÇÃO

No início de cada ano, sento-me para ultimar o texto da mais importante publicação do Provedor de Justiça Europeu – o Relatório Anual. A concentração, sem interrupções, necessária para concluir o manuscrito é inestimável, permitindo-me não só passar em revista as realizações dos últimos doze meses, mas também identificar áreas que podem ser melhoradas. Pretendo, nas páginas seguintes, transmitir-vos os resultados dessa reflexão.

### A principal missão do Provedor de Justiça - Ajudar os queixosos

O número de queixas recebidas pelo Provedor de Justiça Europeu em 2006 manteve-se próximo dos níveis recorde de 2005 e 2004, o que indica que as queixas ao Provedor de Justiça estabilizaram à razão, sem precedentes, de 320 por mês. Na esmagadora maioria dos casos apresentados em 2006, estive em condições de ajudar o queixoso mediante a abertura de um inquérito, a transferência do caso para uma entidade competente, ou aconselhando o queixoso sobre a entidade a que deveria recorrer para obter uma solução imediata e eficaz para o seu problema. A Síntese do relatório apresenta uma panorâmica dos casos tratados em 2006, enquanto os 2.º e 3.º capítulos do relatório propriamente dito analisam e apresentam os casos de forma mais pormenorizada.

### Muitos resultados positivos – Casos de melhores práticas

Os resumos de casos apresentados no presente relatório contêm muitos exemplos da forma como as Instituições e organismos comunitários reagem positivamente aos problemas que coloco à sua apreciação. Pela primeira vez neste relatório, identifico seis casos exemplares que ilustram as melhores práticas e que pretendo destacar. Nomeadamente, um caso em que a Comissão Europeia aceitou rever a sua interpretação da Directiva da Protecção de Dados, a fim de ter em conta as preocupações de um cidadão, uma resposta construtiva do Banco Europeu de Investimento a um caso relativo ao acesso a um documento e a decisão do Parlamento Europeu de suprimir os limites de idades no seu programa de estágios. Ao destacar estes casos, a minha intenção é apresentar modelos de boa administração susceptíveis de inspirar todas as Instituições e organismos da UE e aferir as suas próprias práticas. A Síntese que a seguir se apresenta contém mais informações sobre estes casos. Os seis casos exemplares constam igualmente do anexo D do relatório integral.

### Algumas oportunidades perdidas

Desde que assumi o cargo de Provedor de Justiça Europeu, em 1 de Abril de 2003, tenho-me esforçado por promover uma cultura de serviço na administração da UE. Os cidadãos merecem-no. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia prevê o direito a uma boa administração e estamos obrigados a respeitar esta promessa feita aos cidadãos europeus.

Como já disse muitas vezes, a forma como a administração pública reage às queixas é uma indicação fundamental da medida em que a sua atenção está centrada nos interesses dos cidadãos. Embora tenham sido feitos progressos em muitos domínios, em 2006 assistiu-se, infelizmente, a um aumento da proporção de casos que encerrei com um comentário crítico e a uma diminuição significativa do número de casos em que foi alcançada uma solução amigável. É igualmente lamentável a descida da taxa de aceitação e de aplicação dos projectos de recomendações do Provedor de Justiça por parte das Instituições.

Esta evolução deve suscitar preocupação em todos os que desejam uma melhoria das relações entre a União Europeia e os seus cidadãos. As queixas proporcionam uma oportunidade de corrigir situações e de demonstrar que a Instituição ou organismo em causa respeita seriamente o direito fundamental do cidadão a uma boa administração. Não tenho a certeza de que os cidadãos





consigam conciliar facilmente as frequentes declarações das Instituições de que desejam “maior proximidade dos cidadãos” com o facto de as mesmas Instituições desperdiçarem, frequentemente, as oportunidades oferecidas pelo Provedor de Justiça de melhorarem as suas relações com os mesmos cidadãos.

Parte do problema parece residir no facto de alguns membros da administração ainda não terem compreendido devidamente nem interiorizado suficientemente a ideia de que os princípios da boa administração exigem mais das Instituições e dos funcionários públicos do que a mera não adopção de uma conduta ilícita. Em 2007, continuarei a valorizar este ponto fundamental. Além disso, para assegurar que os meus inquéritos têm um impacto efectivo e duradouro, em 2007 pretendo realizar e publicar estudos sobre o seguimento dado a todas as observações complementares e observações críticas. Este trabalho deve incentivar as Instituições em causa a melhorarem as suas práticas, em benefício dos cidadãos.

### **Trabalhar com as Instituições para promover uma cultura de serviço**

Cerca de 70% dos inquéritos do Provedor de Justiça dizem respeito à Comissão Europeia. É, pois, crucial que a Comissão assuma a liderança na promoção de uma cultura de serviço. Tendo em vista atingir estas metas, iniciei um ciclo de reuniões bilaterais com cada um dos comissários europeus, destinada a sublinhar os princípios fundamentais da boa administração que devem ser observados a todos os níveis da Comissão e a chamar a atenção para as áreas em que os inquéritos realizados no âmbito de queixas me suscitaram preocupação. A abertura e o empenhamento dos onze comissários com que reuni até agora demonstram muito claramente que apreciam o valor de uma resposta construtiva às queixas. As minhas reuniões com as demais Instituições e organismos comunitários foram igualmente encorajadoras, sendo fornecidas mais informações sobre as mesmas no 4.º capítulo do presente relatório.

### **Promover a subsidiariedade nas soluções**

Dada a significativa proporção de queixas recebidas anualmente fora do âmbito do meu mandato, ao longo de 2006 prossegui os meus esforços no sentido de promover a subsidiariedade nas soluções encontradas. Muitas das pessoas que me apresentam queixas parecem não ter conhecimento de que dispõem, nos Estados-Membros, de vias de recurso não judiciais, ou de que os provedores de justiça nacionais e regionais podem ser competentes para tratar das suas queixas, incluindo em casos em que está em causa a legislação comunitária. A Rede Europeia de Provedores de Justiça constitui um recurso fundamental para ajudar os provedores de justiça nacionais e regionais a tratarem com a maior eficácia possível casos relacionados com o direito comunitário. Em 2006, mais de 75% das queixas que recebi não se inscreviam no âmbito do meu mandato, principalmente porque diziam respeito a administrações nacionais ou regionais dos Estados-Membros. Na esmagadora maioria destes casos, outro membro da Rede Europeia de Provedores de Justiça era competente para tratar da matéria objecto da queixa. Em todos esses casos, e com a autorização prévia do queixoso, transferi directamente a queixa para o Provedor de Justiça competente ou aconselhei o queixoso acerca da entidade a quem se devia dirigir. Embora estas transferências e conselhos constituam, indubitavelmente, uma grande ajuda para os cidadãos, seria claramente preferível que os cidadãos contactassem inicialmente o Provedor de Justiça competente.

### **Uma estratégia de comunicação mais bem orientada**

Em consequência, estamos a trabalhar arduamente, através da Rede Europeia de Provedores de Justiça, para orientar os cidadãos para o Provedor de Justiça competente, mediante a prestação de informações claras e compreensíveis sobre as múltiplas formas de recurso à sua disposição a nível europeu, nacional e regional. Esta informação está a ser prestada aos cidadãos através de ligações aos provedores de justiça nacionais e regionais a partir do meu sítio Web - que foram utilizadas mais de 44 000 vezes no ano transacto -, através de informações sobre a Rede constantes das minhas publicações e através de apresentações conjuntas com os provedores de justiça nacionais ou regionais pertinentes no decurso das minhas visitas de informação aos Estados-Membros.

Para além das actividades empreendidas através da Rede, estamos a intensificar os nossos esforços de comunicação de um modo mais geral. Durante o ano, desenvolvemos três estratégias-chave

para chegar ao grande público – uma ampla estratégia de comunicação social, um plano para alterar radicalmente o sítio Web do Provedor de Justiça e uma política cuidadosamente formulada para melhor visar e mais facilmente chegar aos potenciais queixosos. A última estratégia é vital para reduzir a actual proporção de queixas que não se inscrevem no meu mandato. A intenção subjacente a estas três acções consiste em assegurar que todos aqueles que possam ter uma queixa admissível a apresentar ao Provedor de Justiça Europeu saibam como fazê-lo e que aqueles com uma queixa que não se inscreva no âmbito do meu mandato saibam a quem se dirigir para obter ajuda. Simultaneamente, estas actividades de comunicação devem contribuir para sensibilizar o grande público para o papel que o Provedor de Justiça Europeu desempenha no que respeita à prestação de contas por parte da administração da União Europeia.

### Retiro do pessoal

Qual o significado de boa administração, tanto de um ponto de vista conceptual como de um ponto de vista processual, como melhorar e promover uma cultura de serviço no gabinete do Provedor de Justiça e como chegar aos cidadãos em geral e visar audiências específicas, mais especializadas, foram alguns dos tópicos debatidos de forma aprofundada durante o primeiro retiro do pessoal do Provedor de Justiça Europeu, realizado em Outubro de 2006. Um retiro é um exercício de auto-reflexão em que participa todo o pessoal de uma Instituição e que tem como objectivo o desenvolvimento e o reforço da compreensão dos valores e da missão da Instituição, bem como a promoção do seu eficaz desempenho. Todos os membros do pessoal foram incentivados a tomar parte activa nas deliberações e a expressar as suas opiniões sobre os diversos temas em discussão. Após o retiro, era consensual que o mesmo havia sido uma experiência muito produtiva e muito válida, a repetir.

Todas as actividades que abordei na presente introdução são tratadas em maior profundidade no Relatório Anual, enquanto a Síntese e Estatísticas, publicada separadamente, apresenta de forma mais sucinta o trabalho do Provedor de Justiça. Espero que ambas as publicações vos proporcionem uma ideia clara do trabalho do Provedor de Justiça Europeu em 2006 e vos incentivem a saber mais sobre a Instituição que tenho a honra de dirigir. Pela minha parte, espero que 2007 seja outro ano repleto de desafios, com o duplo objectivo de trabalhar com as Instituições no intuito de promover a boa administração e de recentrar os meus esforços de comunicação, de modo a que todos aqueles que venham a necessitar de recorrer aos serviços do Provedor de Justiça Europeu estejam devidamente informados sobre como o fazer.

Estrasburgo, 22 de Fevereiro de 2007

P. Nikiforos DIAMANDOUROS









# 1 SÍNTESE

O décimo segundo Relatório Anual do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu faculta um relato das actividades do Provedor de Justiça em 2006. Trata-se do quarto Relatório Anual apresentado por P. Nikiforos DIAMANDOUROS, que assumiu o cargo em 1 de Abril de 2003.

## ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório é composto por seis capítulos e quatro anexos, começando por uma introdução pessoal do Provedor de Justiça, na qual analisa as principais actividades e realizações do ano e enuncia as suas prioridades futuras. A presente Síntese constitui o 1.º capítulo do relatório.

O 2.º capítulo descreve os procedimentos do Provedor de Justiça para a análise das queixas e a realização dos inquéritos delas decorrentes. Faz uma descrição geral das queixas tratadas durante o ano, incluindo uma análise temática dos resultados dos processos arquivados na sequência de um inquérito. Esta análise abrange as conclusões mais importantes de direito e de facto contidas nas decisões do Provedor de Justiça em 2006.

O 3.º capítulo é composto por uma selecção de resumos destas decisões, que ilustra a variedade de temas e de Instituições envolvidos nas queixas e nos inquéritos de iniciativa própria. Os resumos das decisões sobre as queixas são organizados, em primeiro lugar, pelo tipo de conclusão ou resultado e, depois, pela Instituição ou organismo em causa. Os resumos das decisões tomadas na sequência de inquéritos de iniciativa própria, bem como exemplos de pedidos de informação formulados pelos provedores de justiça nacionais e regionais, figuram no fim do capítulo.

O 4.º capítulo diz respeito às relações com outras Instituições e organismos da União Europeia. Começa por descrever a importância das relações de trabalho construtivas do Provedor de Justiça com essas Instituições e organismos, enumerando seguidamente as diversas reuniões e eventos que tiveram lugar, em 2006, no quadro dessas relações.

O 5.º capítulo trata das relações do Provedor de Justiça Europeu com a comunidade de provedores de justiça nacionais, regionais e locais da Europa e fora dela. As actividades da rede europeia de provedores de justiça são pormenorizadamente descritas e é igualmente focada a participação do Provedor de Justiça em seminários, conferências e reuniões.

O 6.º capítulo apresenta uma panorâmica das actividades do Provedor de Justiça no domínio da informação e da comunicação. Encontra-se dividido em seis secções, que abrangem os acontecimentos em destaque do ano, as visitas de informação do Provedor de Justiça, as conferências e reuniões em que este ou os seus colaboradores participaram, as relações com os meios de comunicação social, as publicações e as comunicações em linha.

O anexo A contém estatísticas sobre a actividade do Provedor de Justiça Europeu em 2006. Os anexos B e C facultam pormenores sobre, respectivamente, o orçamento e o pessoal. O anexo D apresenta um índice das decisões constantes do 3.º capítulo por número de processo, por assunto e por tipo de má administração alegado. Enumera também os casos singulares e todos os casos arquivados com observação crítica em 2006.



## SINOPSE

### A missão do Provedor de Justiça Europeu

O cargo de Provedor de Justiça Europeu foi criado pelo Tratado de Maastricht no quadro da cidadania da União Europeia. O Provedor de Justiça investiga queixas sobre má administração nas actividades das Instituições e dos organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Com a aprovação do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça definiu “má administração” de uma forma que inclui o âmbito do respeito pelos direitos do Homem, pelo Estado de Direito e pelos princípios da boa administração.

Para além de responder a queixas de particulares, empresas e associações, o Provedor de Justiça trabalha de forma pró-activa, lançando inquéritos por sua própria iniciativa, reunindo com membros e funcionários das Instituições e organismos da EU e procurando ir ao encontro dos cidadãos, a fim de os informar sobre os seus direitos e a forma de os exercer.

### Queixas e inquéritos em 2006

Em 2006, foram recebidas 3 830 queixas no total, o que representa um ligeiro decréscimo de 2% em relação a 2005<sup>1</sup>, e confirma uma estabilização das queixas ao nível do elevado número, sem precedentes, atingido em 2004. 57% das queixas recebidas foram enviadas por via electrónica, quer por correio electrónico, quer através do formulário para apresentação de queixa disponível no sítio Web do Provedor de Justiça. As queixas foram directamente enviadas por particulares em 3 619 casos, tendo 211 queixas sido enviadas por associações ou empresas.

Em quase 70% dos casos, o Provedor de Justiça conseguiu ajudar o queixoso mediante a abertura de um inquérito sobre a queixa, a transferência desta para uma entidade competente, ou aconselhando-o sobre a quem deveria recorrer para obter uma solução imediata e eficaz para o seu problema.

No total, foram abertos 258 novos inquéritos ao longo do ano com base nas queixas. O Provedor de Justiça também deu início a nove inquéritos de iniciativa própria. Em 2006, o Provedor de Justiça Europeu analisou 582 inquéritos no total, dos quais 315 transitados de 2005.

Tal como nos anos anteriores, a maior parte dos inquéritos, designadamente 387, ou seja 66% do total, visou a Comissão Europeia. Sendo a Comissão a principal Instituição da Comunidade que toma decisões com um impacto directo sobre os cidadãos, é normal que ela seja o alvo principal das queixas destes. Realizaram-se 74 inquéritos (13% do total) respeitantes ao Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO), 49 (8%) relativos ao Parlamento Europeu e 11 (2%) referentes ao Conselho da União Europeia.

Os principais tipos de má administração alegados foram a falta de transparência, incluindo a recusa de informações (em 25% dos casos), parcialidade ou abuso de poder (19%), procedimentos insatisfatórios (12%), atraso evitável (9%), discriminação (9%), negligência (8%), erro de direito (5%) e não cumprimento das obrigações que lhe incumbem, ou seja, o facto de a Comissão não desempenhar o seu papel de “guardião dos Tratados” face aos Estados-Membros (4%).

Foram recebidos, no total, 3 540 pedidos de informação individuais por correio electrónico, comparativamente a cerca de 3 200 em 2004 e 2005. Todos receberam respostas individuais de um membro pertinente do pessoal do Provedor de Justiça.

### Os resultados dos inquéritos do Provedor de Justiça

Em 2006, o Provedor de Justiça concluiu 250 inquéritos, dos quais 247 relativos a queixas e três de iniciativa própria. Veja-se a seguir uma perspectiva das conclusões.

<sup>1</sup> Note-se que, em 2006, foram recebidas 281 queixas sobre o mesmo assunto; em 2005, 335 queixas incidiram sobre o mesmo assunto.



### *Ausência de má administração*

Em 95 casos, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou qualquer caso de má administração. Esta conclusão nem sempre é negativa para o queixoso, o qual, pelo menos, tem a vantagem de obter uma explicação completa das acções da Instituição ou do organismo em causa, assim como o parecer do Provedor de Justiça sobre o caso. Entre os exemplos de casos em que, em 2006, não se verificou má administração contam-se os seguintes:

- O Provedor de Justiça recebeu uma queixa sobre a forma como o Banco Europeu de Investimento (BEI) tratou os pedidos de informações sobre o seu eventual financiamento de um projecto na República Checa. Na sua primeira reacção aos pedidos de informações, o BEI observara, em termos gerais, que a sua recusa em conceder informações era conforme à sua política e às regras então vigentes. Durante o inquérito do Provedor de Justiça, o BEI forneceu uma explicação mais específica, referindo o interesse público em matéria de relações internacionais. O Provedor de Justiça concluiu que o BEI não violara as suas próprias regras em matéria de acesso à informação e encerrou o caso concluindo pela ausência de má administração. Não obstante, para efeitos futuros, o Provedor de Justiça aconselhou o BEI a acompanhar uma eventual recusa de informações de uma explicação adequada das razões subjacentes, endereçada à pessoa que solicita as informações, antes de os problemas atingirem proporções susceptíveis de se transformarem em queixa ao Provedor de Justiça. (3501/2004/PB)
- Um participante num concurso geral organizado pelo Serviço Europeu de Selecção do Pessoal (EPSO) queixou-se ao Provedor de Justiça de que o concurso não havia sido suficientemente transparente e bem organizado, e de que os prazos para inscrição para as provas de selecção não haviam sido respeitados. No seguimento do seu inquérito, o Provedor de Justiça concluiu que o EPSO fornecera aos candidatos, regularmente e em conformidade com o anúncio de concurso, informações sobre as sucessivas fases do processo de selecção. Concluiu que as informações fornecidas pelo EPSO foram claras e adequadas, pelo que não se tratou de um caso de má administração. (472/2006/DK)
- Um gabinete de traduções sueco queixou-se ao Provedor de Justiça acerca de um convite à apresentação de propostas emitido pelo Tribunal de Justiça. O convite continha um requisito não referido no anúncio de contrato original e que o gabinete não estava em condições de satisfazer. O Provedor de Justiça considerou que, de acordo com as normas pertinentes, é suficiente que alguns requisitos sejam especificados, unicamente, no anúncio de concurso, não tendo de o ser igualmente no anúncio de contrato. Concluiu que o Tribunal não tinha, como alegava o queixoso, mudado as condições no decurso do processo, pelo que não houve má administração. (2523/2005/TN)

Ainda que o Provedor de Justiça não constate a existência de má administração, pode identificar uma oportunidade para que a Instituição ou organismo melhore a qualidade da sua administração futuramente. Nesses casos, o Provedor de Justiça apresenta uma observação adicional, como fez, por exemplo, nos seguintes casos:

- O Provedor de Justiça concluiu que não houve má administração na decisão do Parlamento de rejeitar a proposta apresentada pelo queixoso no âmbito de um concurso. Não obstante, chamou a atenção do Parlamento para uma declaração que havia feito relativamente à sua competência discricionária em processos de concurso. O Provedor de Justiça salientou que, neste caso, a declaração não se afigurava em consonância com o concurso ou com os princípios de boa administração em matéria de exercício do poder discricionário. (1315/2005/BB)
- O Provedor de Justiça sugeriu ao Serviço Europeu de Selecção do Pessoal (EPSO) que, sempre que a entidade competente para proceder a nomeações espere a sua resposta a um recurso apresentado ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º do Estatuto do Pessoal e esta seja enviada após o termo do prazo previsto de quatro meses, deve ser enviada uma resposta a indicar que a resposta definitiva se encontra pendente. Esta sugestão foi feita na sequência de uma queixa de um candidato que reprovara num concurso geral. O EPSO lamentou o atraso registado neste caso concreto. O Provedor de Justiça aproveitou a oportunidade proporcionada por esta queixa para esclarecer que está autorizado a examinar a legalidade da decisão de um júri. O EPSO contestou a autoridade do Provedor de Justiça para o fazer no caso em apreço. (1217/2004/OV)





### *Casos solucionados pela Instituição e soluções amigáveis*

Sempre que possível, o Provedor de Justiça tenta alcançar um resultado positivo que satisfaça tanto o queixoso como a Instituição visada pela queixa. A cooperação das Instituições e dos organismos comunitários é essencial para se conseguir alcançar tais resultados, que ajudam a reforçar as relações entre as Instituições e os cidadãos e podem evitar a necessidade de litígios dispendiosos e demorados.

Em 2006, 64 casos foram solucionados pela própria Instituição ou organismo, na sequência de queixas apresentadas ao Provedor de Justiça. Entre eles, contavam-se os seguintes:

- A Comissão solucionou um caso de pagamento em atraso no âmbito de um programa de intercâmbio de alunos entre Berlim, na Alemanha, e Halton, no Reino Unido, após uma autoridade local de Berlim ter apresentado queixa ao Provedor de Justiça. A Comissão anunciou ainda que tinha tomado medidas no sentido de melhorar a sua administração no domínio da geminação de cidades. O Provedor de Justiça congratulou-se com esta resposta, mas acrescentou que seria igualmente conveniente prestar atenção a este tipo de situações. (3172/2005/WP)
- A Comissão aceitou pagar um montante correspondente a vencimentos em dívida a uma funcionária, depois de o Provedor de Justiça investigar o caso. A funcionária adoeceu pouco depois da sua entrada em funções, tendo sido concedida uma pensão por invalidez. A Comissão recusou-se a pagar-lhe durante um longo período, alegando que a funcionária em causa não tinha apresentado elementos que indicassem que se encontrava ausente por razões de saúde. Em resultado do inquérito do Provedor de Justiça, a Comissão aceitou pagar os vencimentos em dívida, acrescidos dos juros reclamados pela queixosa. (106/2005/TN)
- O Comité das Regiões reembolsou um candidato das despesas de deslocação para uma entrevista de emprego e aceitou pagar juros, após o Provedor de Justiça ter analisado o caso. Em resposta à alegação do queixoso de que o seu processo de reembolso deveria ser acelerado, o Comité afirmou que o atraso se ficara a dever a circunstâncias excepcionais e que não há necessidade de rever os seus procedimentos. A título de observação complementar, o Provedor de Justiça sugeriu que os padrões administrativos do Comité melhorariam se os processos de pagamento, como o que estava em causa, fossem objecto de acompanhamento sistemático. Nesse contexto, poderiam contactar-se os candidatos em caso de falta de documentos e, em caso de atrasos, poderiam os mesmos ser mantidos informados sobre os atrasos e os motivos que os geraram. (800/2006/WP)

Quando num inquérito se detecta um caso de má administração, procura-se sempre, se possível, obter uma solução amigável. Em alguns casos, isto poderá implicar que a Instituição ou organismo em causa proponha uma indemnização ao queixoso. Essa proposta é feita *ex gratia*, isto é, sem admissão de responsabilidade jurídica e sem criação de um precedente legal.

Em 2006, foram propostas 28 soluções amigáveis. Foram arquivados três casos ao longo do ano, incluindo dois casos em que a proposta tinha sido apresentada em 2005, por se ter chegado a uma solução amigável. No final de 2006, ainda estavam a ser analisadas 27 propostas de solução amigável. Entre as soluções amigáveis alcançadas em 2005, contam-se as seguintes:

- O Banco Europeu de Investimento concedeu acesso público parcial a um relatório de auditoria, no seguimento de uma queixa apresentada ao Provedor de Justiça. Além disso, aceitou conceder à empresa em causa acesso privado a secções do relatório que diziam especificamente respeito ao grupo a que esta pertencia. O relatório dizia respeito a um projecto em África financiado pela União Europeia em que o grupo em causa havia participado. Inicialmente, o BEI recusara o acesso ao relatório. O Provedor de Justiça congratulou-se com a abordagem construtiva do BEI e apontou-a como modelo para futuros casos respeitantes a acesso a documentos. (1776/2005/GG)
- No seguimento de uma queixa de um cidadão alemão, a Comissão aceitou rever a sua interpretação da Directiva Europeia sobre Protecção de Dados<sup>2</sup>. Segundo o queixoso, as

<sup>2</sup>

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, JO L 281 de 1995, p. 31.

autoridades públicas do Estado de Hamburgo transmitiram, ilicitamente, dados pessoais a empresas, cientes do facto de que estas últimas utilizariam os dados para efeitos de *marketing* directo. A Comissão começou por afirmar que a Directiva sobre Protecção de Dados não previa qualquer protecção contra este tipo de eventualidade. Após a intervenção do Provedor de Justiça, a Comissão aceitou rever a sua avaliação. (2467/2004/PB)

- Após a intervenção do Provedor de Justiça no caso, a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA) aceitou cancelar a prevista recuperação de subsídios pagos ao queixoso. O Provedor de Justiça verificou que a EASA fornecera ao queixoso informações incompletas, susceptíveis de o induzir em erro, e propôs, a título de solução amigável, que a EASA considerasse a possibilidade de cancelar, no mínimo, a recuperação de parte dos subsídios. A EASA manteve a sua opinião de que não existira má administração, mas “dado tratar-se de um caso único e tendo na mais elevada consideração o parecer do Provedor de Justiça”, cancelou a recuperação de todos os montantes. (1729/2005/(PB))JF)

#### *Observações críticas, projectos de recomendações e relatórios especiais*

Se não é possível alcançar uma solução amigável ou se a busca de uma solução desta natureza se revela infrutífera, o Provedor de Justiça encerra o caso com uma observação crítica para a Instituição ou organismo em causa ou emite um projecto de recomendação.

Uma observação crítica é utilizada sempre que (i) já não seja possível à Instituição em causa eliminar um caso de má administração, (ii) este não pareça ter implicações gerais, (iii) nem se afigure necessária qualquer acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça. Para o queixoso, uma observação crítica confirma a justificação da sua queixa, para além de mostrar à Instituição ou organismo em causa o erro que cometeu, ajudando a evitar casos de má administração futuros. Em 2006, o Provedor de Justiça concluiu 41 inquéritos com observações críticas. Por exemplo:

- O Provedor de Justiça criticou a Comissão por não ter tomado outras medidas para obrigar a Alemanha a cumprir um acórdão do Tribunal de Justiça Europeu relativo à regulamentação alemã sobre as embalagens. Esta crítica foi formulada no seguimento de uma queixa de diversas empresas de bebidas europeias sobre a inércia da Comissão nesta matéria. O acórdão do Tribunal afirmava que a regulamentação alemã sobre as embalagens constituía, relativamente a algumas bebidas, um entrave ao comércio intracomunitário. Tendo em conta que um dos processos por infracção no âmbito da regulamentação alemã ainda estava a correr, o Provedor de Justiça considerou que o seu parecer, expresso na observação crítica, poderia ser tido em conta pela Comissão, no contexto desse processo. (1037/2005/GG)
- O Provedor de Justiça criticou o EPSO por não facultar a um candidato de um concurso geral as informações por este solicitadas, que o ajudariam a compreender os resultados alcançados numa prova de tradução em que reprovou. O EPSO não argumentou que o fornecimento das informações implicaria uma carga administrativa pouco razoável nem apontou qualquer outra razão válida para não ter fornecido ao queixoso as informações solicitadas. (674/2004/PB)
- O Provedor de Justiça criticou a Comissão por esta Instituição ter recusado acesso a documentos à ONG ambiental *Friends of the Earth*. Os documentos diziam respeito às questões científicas relacionadas com a segurança dos alimentos geneticamente modificados que a Comissão havia apresentado à Organização Mundial do Comércio. Lembrando que as excepções ao acesso público devem ser objecto de uma interpretação e aplicação estrita, o Provedor de Justiça considerou que, neste caso, a Comissão adoptou uma interpretação abrangente e inaceitável das disposições pertinentes. (582/2005/PB)

É importante que as Instituições e os organismos dêem seguimento às observações críticas do Provedor de Justiça, tomando medidas para resolver os problemas pendentes e evitar novos casos de má administração no futuro. Em 2007, o Provedor de Justiça pretende realizar e publicar um estudo sobre o seguimento reservado pelas Instituições em causa a todas as observações críticas formuladas em 2006. Será igualmente realizado um estudo similar sobre o seguimento reservado aos 38 casos que, em 2006, foram objecto de uma observação complementar.

Nos casos em que uma acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça se afigura necessária, ou seja, em que é possível à Instituição em causa eliminar o caso de má administração,



ou nos casos em que a má administração é particularmente grave, ou tem implicações gerais, o Provedor de Justiça costuma elaborar um projecto de recomendação dirigido à Instituição ou organismo em causa, que deve responder ao Provedor de Justiça com um parecer circunstanciado no prazo de três meses.

Em 2006, foram apresentados 13 novos projectos de recomendações e foram tomadas decisões sobre 10 projectos de recomendação apresentados em 2005. Quatro casos foram arquivados durante o ano, com a aceitação de um projecto de recomendação pela Instituição. Dois casos levaram à elaboração de um relatório especial endereçado ao Parlamento Europeu. Nove casos foram arquivados por outras razões e, no final de 2006, ainda estavam a ser analisados 9 projectos de recomendação, incluindo um apresentado em 2004. Entre os projectos de recomendações formulados em 2006 contam-se os seguintes:

- O Provedor de Justiça instou a Comissão a responder o mais rapidamente possível a uma queixa sobre a directiva europeia sobre tempo de trabalho. Um médico alemão queixara-se de que a Alemanha estava a violar a directiva no que respeitava ao trabalho dos médicos nos hospitais e ao tempo que estes despendiam em permanência. A Comissão argumentou que estavam a ser preparadas alterações à directiva. No entanto, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão não tinha o direito de adiar indefinidamente uma resposta à queixa com base na possibilidade de a directiva poder vir a ser alterada no futuro. (3453/2005/GG)
- O Provedor de Justiça instou a Comissão a corrigir informações inexatas e susceptíveis de induzir em erro constantes de folhetos, cartazes e de uma apresentação em vídeo sobre os direitos dos passageiros aéreos. Esta iniciativa ocorreu no seguimento de queixas de duas associações de companhias aéreas, que criticavam as informações fornecidas pela Comissão sobre os direitos dos passageiros a compensação e assistência no caso de lhes ser negado o embarque, de cancelamento dos voos ou de atrasos consideráveis. Embora não tenha considerado justificadas todas as alegações das queixosas, o Provedor de Justiça identificou algumas afirmações inexatas e susceptíveis de induzir em erro no material de informação, tendo solicitado à Comissão a sua correcção. (1475/2005/(IP)GG e 1476/2005/(BB)GG)

O parecer circunstanciado da Comissão sobre o projecto de recomendação do Provedor de Justiça no caso 3453/2005/GG deveria ter sido emitido em Dezembro de 2006 e, nos casos 1475/2005/(IP)GG e 1476/2005/(BB)GG, em Março de 2007. Atendendo ao facto de que se mantinham abertos no final de 2006, estes casos não constam do 3.º capítulo do Relatório.

Entre os projectos de recomendações aceites em 2006 contam-se os seguintes:

- A Comissão aceitou a constatação do Provedor de Justiça de que, de acordo com as boas práticas administrativas, deveria ter procurado esclarecer as declarações proferidas numa reunião de uma comissão parlamentar regional alemã e confirmou que iria procurar fazê-lo. Este compromisso surgiu no seguimento de um projecto de recomendação formulado pelo Provedor de Justiça em que instava a Comissão a tomar as medidas adequadas para determinar se a venda de uma empresa pública na Alemanha comportava elementos de auxílio estatal. Segundo o queixoso, seria necessário esclarecer afirmações feitas na reunião da Comissão do Parlamento Regional que sugeriam a existência de um auxílio estatal. (642/2004/GG)
- A Comissão aceitou um projecto de recomendação em que o Provedor de Justiça a instava a adoptar uma decisão sobre a queixa de infracção do queixoso o mais depressa possível e a comunicar a sua decisão ao queixoso. Um negociante de automóveis dinamarquês recorreu ao Provedor de Justiça alegando que a Comissão não tinha honrado o seu compromisso de chegar a uma conclusão acerca da sua queixa por infracção relativa ao sistema dinamarquês de tributação de veículos importados. (956/2004/PB)

Quando uma Instituição ou organismo comunitário não responde satisfatoriamente a um projecto de recomendação, o Provedor de Justiça pode enviar um relatório especial ao Parlamento Europeu. O relatório especial constitui a arma máxima do Provedor de Justiça e é a última medida substantiva que este toma no tratamento de um caso, uma vez que a aprovação de uma resolução e o exercício dos poderes do Parlamento são matérias que competem à apreciação política deste último. Em 2006, foram elaborados dois relatórios especiais:

- O Provedor de Justiça instou o Conselho a reconsiderar a escolha das línguas utilizadas nos sítios Web das Presidências da UE. Esta iniciativa surgiu na sequência de uma queixa de uma associação alemã, que alegava que estes sítios Web não deviam estar disponíveis unicamente em inglês e francês, mas também em alemão. O Conselho argumentou que o Estado-Membro que detém a Presidência é o único responsável pelo seu sítio Web. O Provedor de Justiça discordou e, após a rejeição do seu projecto de recomendação pelo Conselho, colocou a questão ao Parlamento Europeu. (1487/2005/GG)
- Num relatório especial ao Parlamento, o Provedor de Justiça argumentou que a alegação da Comissão de que não tinha condições para alcançar um consenso político acerca da forma de proceder não a isentava do seu dever de tratar adequadamente uma queixa por infracção. Um prestador alemão de serviços de apostas desportivas queixou-se à Comissão após as autoridades alemãs lhe terem ordenado que deixasse de oferecer os seus serviços, forçando-o, deste modo, a encerrar a sua empresa. Do ponto de vista do queixoso, este comportamento constituiu uma violação da liberdade de prestação de serviços. Após a apresentação do relatório especial, a Comissão informou o Parlamento e o Provedor de Justiça que havia tomado uma decisão sobre a queixa por infracção. (289/2005/GG)

### Inquéritos de iniciativa própria

O Provedor de Justiça utiliza o seu poder de abrir inquéritos por iniciativa própria sobretudo em dois casos. Em primeiro lugar, pode utilizá-lo para investigar um eventual caso de má administração, quando a queixa tiver sido apresentada por uma pessoa não autorizada (isto é, quando o queixoso não for cidadão comunitário ou residente na União, nem uma pessoa colectiva com sede registada num Estado-Membro). Em 2006 foram abertos cinco desses inquéritos de iniciativa própria. O Provedor de Justiça também pode utilizar este poder para procurar resolver o que se afigure ser um problema sistémico das Instituições. Em 2006, fê-lo por quatro vezes, nomeadamente nos seguintes dois casos:

- O Provedor de Justiça solicitou à Comissão que investigasse a possibilidade de um recurso acrescido à mediação para solucionar litígios surgidos no âmbito de contratos financiados pela Comissão. A Comissão respondeu positivamente, comprometendo-se a, futuramente, incentivar métodos alternativos de resolução de litígios e a inserir uma cláusula de mediação opcional nos seus contratos-tipo. Por ocasião do encerramento do inquérito, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que lhe fornecesse, até 30 de Junho de 2007, informações actualizadas sobre a cláusula de mediação e sobre os esforços da Instituição para tornar o recurso à mediação extensivo aos litígios relacionados com subvenções. O Provedor de Justiça sublinhou ainda a importância da recomendação do recurso à mediação em conflitos entre contratantes e subcontratantes. (OI/1/2006/TN)
- Em Janeiro de 2006, o Provedor de Justiça abriu um inquérito de iniciativa própria sobre as regras e políticas do Parlamento Europeu em matéria de limites máximos de idade no seu programa de estágios. Nas suas recomendações, o Provedor de Justiça referiu (i) o artigo 21.º, relativo à não discriminação, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, (ii) a jurisprudência recente do Tribunal de Justiça, segundo a qual o princípio da não discriminação em razão da idade constitui um princípio geral do direito comunitário e (iii) a decisão da Comissão, no seguimento de uma recomendação do Provedor de Justiça, de suprimir os limites de idade no seu programa de estágios. O Parlamento informou o Provedor de Justiça de que, a partir de 15 de Fevereiro de 2006, deixou de aplicar um limite máximo de idade no seu programa de estágios. (OI/3/2006/BB)

### Casos exemplares que ilustram as melhores práticas

As respostas supramencionadas da **Comissão Europeia** ao inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça sobre mediação (OI/1/2006/TN) e do **Parlamento Europeu** ao inquérito de iniciativa própria sobre uma eventual discriminação em razão da idade (OI/3/2006/BB) constituem exemplos ilustrativos das melhores práticas, que garantem o seu lugar entre os “casos exemplares” apresentados no Relatório Anual de 2006 do Provedor de Justiça. Servem ainda de modelo para as demais Instituições e organismos da União Europeia, quanto à melhor maneira de reagir às questões levantadas pelo Provedor de Justiça. A Comissão demonstrou igualmente a sua vontade de trabalhar





de forma construtiva com o Provedor de Justiça no caso supramencionado, aceitando rever a sua interpretação da Directiva Europeia sobre Protecção de Dados (2467/2004/PB). Ao ter em conta os argumentos do Provedor de Justiça e as preocupações do queixoso, a Comissão demonstrou a sua vontade de colocar o cidadão no centro das suas actividades. O Provedor de Justiça aplaude este comportamento.

O caso 106/2005/TN, supramencionado, constitui outro exemplo de uma resposta construtiva dada pelas Instituições em 2006, tendo a Comissão aceitado pagar o montante devido a uma funcionária enquanto parte do seu salário, bem como os juros correspondentes. A **Agência Europeia para a Segurança da Aviação** (EASA) deu-nos um exemplo de uma verdadeira cultura de serviço quando, apesar de manter a sua opinião de que não houvera má administração, aceitou a solução amigável proposta pelo Provedor de Justiça (ver 1729/2005/JF supra). Por último, a forma inovadora como o **Banco Europeu de Investimento** (BEI) acedeu ao pedido de acesso do queixoso a um relatório de auditoria, no caso 1776/2005/GG, sem deixar de proteger os interesses legítimos de terceiros, constituiu um exemplo de resposta a uma queixa que pode servir de modelo para futuros casos relacionados com o acesso a documentos.

### Análise aprofundada

Estes e outros casos são analisados das seguintes perspectivas temáticas, na secção final do 2.º capítulo do Relatório Anual: (i) abertura, incluindo acesso a documentos e informação, bem como protecção de dados; (ii) Comissão como “Guardiã do Tratado”; (iii) concursos, contratos e subvenções; e (iv) questões de pessoal, incluindo recrutamento.

O 3.º capítulo do Relatório contém resumos de 59 das 250 decisões de encerramento de queixas tomadas em 2006, os quais reflectem a variedade de inquéritos em termos de assunto, Instituições abrangidas e tipo de resultado.

As decisões de encerramento de casos são normalmente publicadas no sítio Web do Provedor de Justiça (<http://www.ombudsman.europa.eu>) em inglês e na língua do queixoso, caso sejam diferentes.

### Relações com Instituições e organismos da União Europeia

A existência de relações construtivas com as Instituições e os organismos comunitários é essencial para que o Provedor de Justiça possa realizar eficazmente o seu trabalho em benefício dos cidadãos. A cooperação assume a forma de reuniões regulares e de eventos conjuntos. O Provedor de Justiça aproveita as oportunidades proporcionadas por estas reuniões para explicar o papel que desempenha na promoção da boa administração nas Instituições e organismos da União Europeia.

Em 2006, assumiram particular importância as reuniões bilaterais realizadas com os comissários europeus para discutir o funcionamento do novo procedimento da Comissão para tratar os inquéritos do Provedor de Justiça, introduzido em Novembro de 2005. Em Junho, o Provedor de Justiça teve ainda uma reunião altamente produtiva com o pessoal da Comissão responsável pela coordenação do tratamento dos inquéritos do Provedor de Justiça. Fundamentais para facilitar todas estas reuniões foram a Vice-Presidente da Comissão Margot WALLSTRÖM, responsável, nomeadamente, pelas relações com o Provedor de Justiça, e a Secretária-Geral da Comissão, Catherine DAY. Em Estrasburgo, no mês de Dezembro, Margot WALLSTRÖM dirigiu-se igualmente ao pessoal do Provedor de Justiça, a quem forneceu uma perspectiva dos esforços envidados pela Comissão para melhorar as suas relações com os cidadãos.

Em 2006, o Provedor de Justiça continuou a reforçar as suas relações de trabalho construtivas com os deputados ao Parlamento Europeu. Para além de uma série de reuniões individuais com deputados, P. Nikiforos DIAMANDOUROS participou, ao longo do ano de 2006, em quatro reuniões da Comissão das Petições, durante as quais apresentou o seu Relatório Anual e relatórios especiais sobre diversos temas. A pedido da Comissão, o Provedor de Justiça fez-se igualmente representar por um membro do seu pessoal em todas as reuniões da Comissão realizadas em 2006.

Em 2006, o Provedor de Justiça continuou a procurar aproximar-se das demais Instituições e organismos da União Europeia. Em Março, reuniu com os Presidentes do Tribunal de Justiça, do



Tribunal de Primeira Instância e do Tribunal da Função Pública, com o Presidente do Tribunal de Contas e com o Presidente do Banco Europeu de Investimento, no Luxemburgo. Em Outubro, reuniu com os Directores da Agência Europeia para a Reconstrução e do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, na Grécia. Ao longo do ano, o Provedor de Justiça realizou apresentações do seu trabalho a diversos grupos de funcionários e agentes das Instituições europeias, em Bruxelas, no Luxemburgo e em Estrasburgo.

Para assegurar a prestação de um serviço tão bom quanto possível aos cidadãos, em 2006 o Provedor de Justiça assinou uma série de acordos importantes.

Em Março, assinou um novo acordo com o Parlamento, que cobre a cooperação em domínios como a política imobiliária, a tecnologia da informação e as comunicações. O novo acordo deve permitir que o Provedor de Justiça utilize de forma tão judiciosa quanto possível os recursos à disposição do seu gabinete, sem pôr em causa a absoluta autonomia do seu trabalho.

Outro acordo importante assinado em 2006 foi o Memorando de Acordo com a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados. O protocolo tem por objectivo assegurar o tratamento coerente das queixas relativas à protecção de dados e evitar duplicações desnecessárias. O Provedor de Justiça e a Autoridade Europeia para a Protecção dos Dados, Peter HUSTINX, assinaram o Memorando de Acordo em Bruxelas, em 30 de Novembro<sup>3</sup>.

Antes, no mesmo dia, o Provedor de Justiça assinara um acordo com o Governo espanhol para permitir aos cidadãos espanhóis apresentarem as suas queixas ao Provedor de Justiça Europeu em qualquer das línguas oficiais de Espanha (basco, catalão/valenciano e galego). Ao assinar o acordo, o Provedor de Justiça alinou a sua prática com as conclusões do Conselho Europeu de Junho de 2005, que prevêem que estas línguas possam ser utilizadas para facilitar a comunicação dos cidadãos espanhóis com as Instituições comunitárias. O Representante Permanente de Espanha junto da União Europeia, Embaixador Carlos BASTARRECHE SAGÜES, assinou o acordo em nome do Governo de Espanha.

### Relações com provedores de justiça e órgãos homólogos

O Provedor de Justiça Europeu mantém uma estreita colaboração com os seus homólogos a nível nacional, regional e local, a fim de assegurar que as queixas dos cidadãos a respeito da legislação comunitária são tratadas com diligência e eficácia, facto que é particularmente importante, dado que muitos queixosos recorrem ao Provedor de Justiça Europeu quando têm problemas com uma administração nacional, regional ou local. Em muitos casos, um provedor de justiça no país em questão pode providenciar uma solução eficaz. Esta cooperação também é essencial para acompanhar acontecimentos importantes no mundo dos provedores de justiça, trocar informações sobre a legislação da UE e partilhar as melhores práticas. Esta cooperação tem maioritariamente lugar sob a égide da Rede Europeia de Provedores de Justiça, embora o Provedor de Justiça Europeu também participe em conferências, seminários e reuniões fora da Rede.

#### *A Rede Europeia de Provedores de Justiça*

A rede já compreende quase 90 provedorias em 31 países, incluindo provedorias nacionais e regionais na União Europeia e nacionais nos países candidatos à adesão à UE, na Noruega e na Islândia. A rede funciona como um mecanismo eficaz de cooperação no que se refere ao tratamento dos casos. Sempre que possível, o Provedor de Justiça Europeu transfere os processos directamente para os provedores de justiça nacionais e regionais ou aconselha adequadamente o queixoso. Em 2006, o Provedor de Justiça aconselhou 828 queixosos a recorrerem a um provedor de justiça nacional ou regional e transferiu 363 queixas (das quais 270 sobre o mesmo assunto) directamente para o provedor de justiça competente.

Para além do intercâmbio de informações informal que se realiza regularmente através da rede, existe um procedimento especial por meio do qual os provedores de justiça nacionais ou regionais podem solicitar uma resposta por escrito aos seus pedidos de informação sobre o direito comunitário e sua

<sup>3</sup>

Memorando de Acordo entre o Provedor de Justiça Europeu e a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados; JO C 27 de 2007, p. 21.



interpretação, incluindo aqueles que surgem quando estão a tratar casos específicos. O Provedor de Justiça Europeu fornece a resposta directamente ou canaliza-a, se for mais adequado, para outra Instituição ou organismo da UE. Em 2006, foram recebidos dois pedidos de informação (um de um provedor de justiça nacional e outro de um provedor de justiça regional) e foram concluídos outros três (incluindo dois transitados de 2005). No 3.º capítulo são apresentados pormenores sobre os pedidos de informação.

A Rede está igualmente activa na partilha de experiências e melhores práticas – metas que procura atingir através de seminários e reuniões, de um boletim informativo, de um fórum de discussão electrónico e de um serviço noticioso electrónico diário.

De dois em dois anos, realizam-se seminários de provedores de justiça nacionais e regionais, organizados conjuntamente pelo Provedor de Justiça Europeu e por um homólogo nacional ou regional. O Quinto Seminário de Provedores de Justiça Regionais dos Estados-Membros da União Europeia, organizado pelo Provedor de Justiça do Governo local de Inglaterra, Tony REDMOND, e pelo Provedor de Justiça Europeu, realizou-se em Londres, de 19 a 21 de Novembro de 2006. Participaram no evento cerca de 80 pessoas, oriundas dos seis países em que existem provedores de justiça regionais (nomeadamente Bélgica, Alemanha, Espanha, Itália, Áustria e Reino Unido<sup>4</sup>). O tema do seminário era “Working together to promote good administration and defend citizens’ rights in the EU” (Trabalhar juntos para promover a boa administração e defender os direitos dos cidadãos na União Europeia). O programa incluiu sessões sobre direito comunitário, promoção de boa administração, tratamento de queixas e cooperação entre provedores de justiça.

Os agentes de ligação, que funcionam como primeiro ponto de contacto da Rede nos gabinetes dos provedores de justiça nacionais, reúnem-se igualmente de dois em dois anos. O quinto seminário dos agentes de ligação decorreu entre 18 e 20 de Junho, em Estrasburgo. Intitulado “Defender os direitos fundamentais – partilhar as melhores práticas”, o seminário pretendia constituir um fórum para a troca de pontos de vista entre os agentes de ligação sobre as melhores práticas das respectivas Instituições, bem como para a discussão do seu trabalho em prol da promoção dos direitos fundamentais. O seminário constituiu ainda uma oportunidade de os agentes de ligação passarem em revista o funcionamento da Rede e sugerirem formas de o melhorar. No total, participaram no seminário 28 agentes de 26 países europeus, incluindo, pela primeira vez, representantes dos provedores de justiça nacionais da Bulgária, Croácia e Roménia.

Em 2006, o *European Ombudsmen — Newsletter* continuou a constituir um instrumento extremamente valioso para o intercâmbio de informações sobre a legislação comunitária e as melhores práticas. Os dois números, publicados em Abril e Outubro, incluíam artigos sobre a supremacia do direito comunitário, o reconhecimento mútuo das qualificações na União Europeia, o direito ambiental comunitário e o acesso à informação ambiental, o papel dos provedores de justiça na supervisão de prisões, o acesso universal à Internet de banda larga, a discriminação no acesso ao emprego, a liberdade de expressão, os direitos das crianças e problemas de migração e de asilo. Os fóruns documentais e de debate do Provedor de Justiça na Internet continuaram a desenvolver-se ao longo do ano, permitindo que as provedorias partilhassem informações através do envio de perguntas e respostas. Foram iniciados diversos debates importantes, sobre questões tão diversas como o acompanhamento independente de prisões, o estatuto de residente permanente para crianças imigrantes nascidas na União Europeia, a luta contra a discriminação e a promoção da igualdade de tratamento, e o direito ao voto em eleições locais na UE. Além disso, o serviço noticioso electrónico diário do Provedor de Justiça — *Ombudsman Daily News* — foi publicado todos os dias úteis e incluiu artigos, comunicados de imprensa e anúncios de provedorias de toda a rede.

As visitas de informação aos provedores de justiça dos Estados-Membros e países candidatos à adesão também se revelaram muito eficazes no que respeita ao desenvolvimento da rede e constituem um excelente meio de dar a conhecer melhor a variedade de instrumentos de comunicação que ela disponibiliza. No decurso de 2006, o Provedor de Justiça Europeu visitou os seus homólogos do Luxemburgo (Março), Espanha (Maio), Irlanda do Norte (Novembro) e Bulgária (Novembro).

4

Os países são enumerados pela ordem protocolar da UE, ou seja, por ordem alfabética dos nomes dos países na sua própria língua. Esta ordem protocolar é utilizada ao longo de toda a presente publicação.



## Reuniões

Durante o ano, os esforços do Provedor de Justiça para colaborar com os seus homólogos não se restringiram às actividades da Rede Europeia de Provedores de Justiça. Com o intuito de promover a Instituição do provedor de justiça, debater as relações interinstitucionais e permutar melhores práticas, participou em 28 eventos organizados por provedores de justiça nacionais e regionais e reuniu com diversos provedores de justiça e representantes de provedorias de justiça da UE e fora dela.

## Actividades de comunicação

Chegar mais próximo dos cidadãos é uma actividade central da função do Provedor de Justiça. Os esforços no sentido de divulgar informações sobre o direito de os cidadãos se queixarem de situações de má administração foram intensificados em 2006. O Provedor de Justiça e o seu pessoal realizaram cerca de 120 apresentações no decurso de conferências, seminários e reuniões que tiveram lugar ao longo do ano. As visitas do Provedor de Justiça ao Luxemburgo, Espanha, Irlanda do Norte e Bulgária deram-lhe a oportunidade de sensibilizar os cidadãos destes países.

Em 2006, as actividades relacionadas com os meios de comunicação social intensificaram-se, tendo sido distribuídos 22 comunicados de imprensa aos jornalistas de toda a Europa. Entre as questões abordadas podem referir-se a escolha de línguas para os sítios Web da Presidência da União Europeia, a transparência no domínio dos grupos de pressão e dos subsídios, uma queixa sobre a incorrecta aplicação da directiva sobre o tempo de trabalho e a falta de abertura no funcionamento do Conselho. O Provedor de Justiça deu mais de 40 entrevistas a jornalistas de órgãos da imprensa, de radiodifusão e meios de comunicação electrónicos em Bruxelas, Estrasburgo e noutros locais. Também apresentou o seu trabalho e respondeu a perguntas em conferências de imprensa e reuniões.

Ao longo do ano, realizou-se uma ampla distribuição de materiais sobre as actividades do Provedor de Justiça, em especial nas Jornadas “Portas Abertas” organizadas pelo Parlamento Europeu em Maio. Foram publicadas em 2006 novas edições de dois importantes instrumentos de comunicação: o guia e formulário para apresentação de queixas intitulado *O Provedor de Justiça Europeu: como pode ele ajudá-lo?* já se encontra disponível em 23 línguas e a brochura *O Provedor de Justiça Europeu num Relance* já se encontra disponível em 25 línguas. Uma versão francesa do volume comemorativo do Provedor de Justiça intitulado *The European Ombudsman: Origins, Establishment, Evolution* (O Provedor de Justiça Europeu: origens, estabelecimento, evolução) foi publicada em edições de capa dura e brochada em Novembro. O Provedor de Justiça continuou a distribuir exemplares das suas outras publicações ao longo do ano, nomeadamente do *Código Europeu de Boa Conduta Administrativa* em 25 línguas. Em 2006, o Código foi publicado em macedónio, no intuito de contribuir para a boa administração na Antiga República Jugoslava da Macedónia.

O sítio Web do Provedor de Justiça foi regularmente actualizado com decisões, comunicados de imprensa e informações sobre as suas actividades no domínio da comunicação. Em Maio, o sítio Web do Provedor de Justiça, bem como os das demais Instituições, organismos e agências da União Europeia, migraram para o novo domínio de primeiro nível “.eu”. O novo endereço oficial é o seguinte: <http://www.ombudsman.europa.eu>

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006, o sítio Web do Provedor de Justiça foi consultado por 416 533 visitantes singulares. A versão em inglês do sítio foi a mais consultada, seguindo-se as versões francesa, espanhola, alemã e italiana. No que se refere à origem geográfica das visitas, o maior número de visitantes era originário de Itália, seguindo-se a Suécia, o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha. A secção de hiperligações do sítio Web do Provedor de Justiça inclui hiperligações aos sítios dos provedores de justiça nacionais e regionais europeus. Em 2006, foram feitas mais de 44 000 visitas às páginas de hiperligações, o que demonstra claramente o valor acrescentado para os cidadãos do trabalho do Provedor de Justiça Europeu na coordenação da Rede Europeia de Provedores de Justiça.





### Evolução interna

Em 2006, o Provedor de Justiça continuou a envidar esforços para que a Instituição tenha condições para tratar as queixas de cidadãos de 25 Estados-Membros nas 21 línguas dos Tratados. Foram igualmente feitos preparativos para a adesão da Bulgária e da Roménia em 1 de Janeiro de 2007.

No que respeita ao pessoal, o Provedor de Justiça nomeou o seu primeiro Secretário-Geral em 1 de Agosto de 2006, no seguimento de um processo de recrutamento aberto. Foi igualmente recrutado um terceiro supervisor jurídico principal para o Departamento Jurídico, com o objectivo de reforçar a gestão dos casos e o controlo da qualidade.

O quadro de pessoal do Provedor de Justiça tinha um total de 57 lugares em 2006, contra 51 lugares em 2005. Este aumento deveu-se principalmente à preparação para a adesão da Bulgária e da Roménia e à execução da decisão de alcançar plena autonomia em relação aos serviços do Parlamento Europeu no que respeita à gestão do pessoal do Provedor de Justiça. No orçamento para 2007, aprovado pelas autoridades orçamentais em Dezembro de 2006, não está previsto qualquer aumento.

A fim de desenvolver e reforçar a compreensão dos valores e da missão das Instituições, bem como de promover o seu cumprimento efectivo, o Provedor de Justiça organizou um retiro do seu pessoal em Outubro de 2006. Foi a primeira vez, na sua breve história, que a Instituição levou a cabo uma actividade deste tipo.

No quadro da preparação para o retiro, os membros do pessoal foram convidados a expressar os seus pontos de vista sobre o funcionamento geral do gabinete e sobre o impacto do trabalho do Provedor de Justiça até ao presente, no âmbito de um exercício de auto-avaliação. O exercício de auto-avaliação assumiu a forma de um questionário, no qual os membros do pessoal avaliaram diferentes aspectos dos processos e métodos de trabalho do Provedor de Justiça nos diversos sectores das actividades da Instituição, bem como os resultados alcançados pelo Provedor de Justiça em prol dos cidadãos em geral. Um outro objectivo desta importante actividade consistia em melhorar a gestão dos riscos na Instituição, conforme requerido pelas normas de controlo interno da UE.

Os resultados do questionário, a par de outros materiais de apoio, constituíram a base para as discussões mantidas durante o evento, e que se concentraram (i) no significado de uma boa administração, tanto de um ponto de vista conceptual como de um ponto de vista processual, (ii) na forma de chegar aos cidadãos em geral e de visar audiências específicas, mais especializadas, e (iii) na forma de melhorar e promover uma cultura de serviço no interior do gabinete. Todos os membros do pessoal foram incentivados a participar activamente nas deliberações. Após o retiro, era consensual que o mesmo havia sido uma experiência muito produtiva e muito válida, a repetir.

O Provedor de Justiça adoptou uma nova estrutura orçamental para 2007. As dotações totais para 2007 ascendem a 8 152 800 euros (contra 7 682 538 euros em 2006).







## 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

Uma das formas mais importantes ao alcance do Provedor de Justiça Europeu para promover a boa administração é a investigação de eventuais casos de má administração e a recomendação de medidas correctivas, sempre que necessário. Os eventuais casos de má administração chegam ao conhecimento do Provedor de Justiça Europeu sobretudo através de queixas, cujo tratamento representa o aspecto mais importante do papel reactivo deste provedor.

O direito de apresentar queixas ao Provedor de Justiça Europeu é um dos direitos de que gozam os cidadãos da União Europeia (artigo 21.º do Tratado CE), consagrado também na Carta dos Direitos Fundamentais (artigo 43.º).

O Provedor de Justiça Europeu conduz também inquéritos de iniciativa própria, assumindo desta forma um papel pró-activo no combate à má administração.

### 2.1 A BASE JURÍDICA DA ACTIVIDADE DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

As funções do Provedor de Justiça são reguladas pelo artigo 195.º do Tratado CE, pelo Estatuto do Provedor de Justiça Europeu (adoptado por uma decisão do Parlamento Europeu<sup>1</sup>) e pelas disposições de execução adoptadas pelo Provedor de Justiça ao abrigo do artigo 14.º do seu Estatuto. As actuais disposições de execução entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2003. Encontram-se disponíveis no sítio Web do Provedor de Justiça (<http://www.ombudsman.europa.eu>), podendo também ser obtidas, em versão impressa, na Provedoria.

O Estatuto continua a constituir um bom quadro para as actividades do Provedor de Justiça. No entanto, após uma análise atenta, o Provedor identificou pequenas alterações que poderiam aumentar a sua capacidade para trabalhar mais eficazmente em benefício dos cidadãos europeus. Em 11 de Julho de 2006, escreveu, assim, ao Presidente do Parlamento Europeu solicitando que fosse dado início ao processo de alteração do Estatuto.

### 2.2 O MANDATO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

O artigo 195.º do Tratado CE confere ao Provedor de Justiça poderes para receber queixas, apresentadas por qualquer cidadão da União, ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, respeitantes a casos de má administração na actuação das instituições ou dos organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Assim, as queixas não se inserem no seu âmbito de competências se:

1. o queixoso não tiver legitimidade para as apresentar;
2. não forem dirigidas contra uma instituição ou um organismo comunitário;
3. se forem dirigidas contra o Tribunal de Justiça ou o Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais; ou

<sup>1</sup> Decisão 94/262 do Parlamento Europeu, de 9 de Março de 1994, relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, JO L 113, p. 15.



4. não se referirem a eventuais casos de má administração.

Estes pontos serão desenvolvidos mais adiante.

### 2.2.1 Queixas e inquéritos de iniciativa própria

Embora o direito de apresentar queixas ao Provedor de Justiça Europeu esteja restringido aos cidadãos, residentes e pessoas colectivas com sede estatutária num Estado-Membro, o Provedor de Justiça tem também poderes para abrir inquéritos por sua própria iniciativa. Usando essa prerrogativa, o Provedor de Justiça pode investigar eventuais casos de má administração que lhe sejam apresentados, mesmo que o queixoso não tenha legitimidade para os apresentar. Em tais casos, a prática do Provedor de Justiça consiste em conceder à pessoa em causa, durante o inquérito, as mesmas oportunidades processuais que teria se o assunto tivesse sido tratado como uma queixa.

Em 2006 foram abertos cinco desses inquéritos de iniciativa própria.

O Provedor de Justiça pondera, caso a caso, a possibilidade de recorrer aos seus poderes de iniciativa própria. Em resposta, por exemplo, às preocupações manifestadas pelas organizações da sociedade civil a respeito da responsabilização do Banco Europeu de Investimento (BEI), o Provedor de Justiça esclareceu que, efectivamente, tem poderes para realizar inquéritos sobre eventuais casos de má administração nas actividades do BEI, em matéria de concessão de empréstimos, fora da União Europeia (empréstimos externos). Além disso, sob reserva de eventuais limitações de recursos que possam existir no futuro, o Provedor de Justiça tenciona utilizar os poderes de iniciativa própria sempre que o facto de o queixoso não ser cidadão ou residente da União Europeia for o único motivo para não se abrir um inquérito sobre uma queixa de alegada má administração do BEI na sua actividade de concessão de empréstimos externos.

### 2.2.2 Instituições e organismos da Comunidade

O mandato do Provedor de Justiça abrange as instituições e os organismos comunitários. O artigo 7.º do Tratado CE inclui uma lista das instituições, mas não existe qualquer definição ou lista taxativa dos organismos comunitários. Este conceito abrange organismos instituídos pelos tratados, tais como o Comité Económico e Social Europeu e o Banco Central Europeu, bem como agências criadas por legislação ao abrigo dos tratados, tais como a Agência Europeia do Ambiente e a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex).

As queixas contra as autoridades públicas dos Estados-Membros não se enquadram nas competências do Provedor de Justiça Europeu, mesmo que se refiram a questões inseridas no âmbito de aplicação do direito comunitário. Contudo, muitas dessas queixas estão abrangidas pelo mandato dos provedores de justiça nacionais e regionais que integram a Rede Europeia de Provedores de Justiça (ver ponto 2.5 infra).

#### **Exemplo de queixa não dirigida contra uma instituição ou organismo comunitário**

Em Fevereiro de 2006, o Provedor de Justiça recebeu várias queixas relativas ao Parecer N 4-2005 da Rede de Peritos Independentes da UE em matéria de Direitos Fundamentais. Segundo os queixosos, o parecer implicava que os médicos poderiam ser obrigados a realizar abortos, independente das crenças que professassem.

A Rede é financiada através de um contrato de serviços entre a Comissão e a Universidade de Lovaina, o qual foi adjudicado na sequência de um concurso. Quer as próprias publicações da Rede quer as da Comissão afirmam a total independência da primeira e a Comissão rejeita expressamente qualquer responsabilidade pelas opiniões por ela emitidas. Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça considerou que não tinha competência para tratar dessas queixas.

*Queixa 530/2006/KW*



### Queixa contra a Agência Europeia de Defesa

A Agência Europeia de Defesa (AED) foi instituída pela Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 de Julho de 2004, no âmbito da política externa e de segurança comum da União Europeia.

O Provedor de Justiça recebeu uma queixa de uma pessoa que se candidatara a um emprego na AED. Convidou esta última e o Conselho a emitirem um parecer e ambos o fizeram.

Na sua decisão sobre este caso, o Provedor de Justiça referiu que a AED é tutelada pelo Conselho, que a queixa se referia a processos de recrutamento e que o Conselho adoptara o Estatuto da AED como instrumento jurídico comunitário. Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça entendeu que a queixa se inseria no âmbito das suas competências.

*Processo confidencial*

### 2.2.3 “Má administração”

O Provedor de Justiça Europeu tem vindo sistematicamente a considerar que a má administração é um conceito amplo e que a boa administração implica, entre outros aspectos, o cumprimento das regras e dos princípios jurídicos, incluindo os direitos fundamentais. No entanto, os princípios da boa administração vão ainda mais longe, exigindo que as instituições e os organismos comunitários não só respeitem as suas obrigações legais, mas também que tenham espírito de serviço e garantam que os cidadãos sejam tratados correctamente e gozem plenamente dos direitos que lhes assistem. Sendo assim, a ilegalidade implica necessariamente má administração, mas a má administração não implica automaticamente ilegalidade. O facto de o Provedor de Justiça detectar a existência de um caso de má administração não implica, necessariamente, que tenha havido comportamento ilegal susceptível de acção judicial.<sup>2</sup>

Em resposta a um pedido do Parlamento Europeu relativo a uma definição clara de má administração, o Provedor de Justiça forneceu a seguinte definição, no seu *Relatório Anual 1997*:

*“A má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou um princípio a que está vinculado”.*

Em 1998, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que acolhe favoravelmente esta definição. A troca de correspondência entre o Provedor de Justiça e a Comissão durante o ano de 1999 deixou bem claro que esta instituição também concordava com a definição proposta.

A Carta dos Direitos Fundamentais, proclamada em Dezembro de 2000, consagra o direito de boa administração como um direito fundamental da cidadania da União (artigo 41.º).

O artigo 43.º da Carta prevê o direito de apresentar queixas ao Provedor de Justiça Europeu, que constitui um mecanismo externo através do qual as instituições e os organismos comunitários podem ser chamados a prestar contas por má administração. É importante reconhecer que uma cultura de serviço aos cidadãos faz parte integrante da boa administração, não devendo ser confundida com uma cultura baseada na culpa e que suscita atitudes defensivas. Note-se, neste contexto, que os inquéritos do Provedor de Justiça não constituem um processo disciplinar nem pré-disciplinar (ver síntese do processo 163/2006/MHZ no Capítulo 3).

A estratégia do Provedor de Justiça para promover uma cultura de serviço não só inclui várias iniciativas pró-activas como se estende também ao tratamento das queixas. Um aspecto importante dessa cultura é a necessidade de reconhecer os erros quando eles ocorrem e corrigir a situação, se possível. O Provedor de Justiça incentiva as instituições e os organismos a agirem desta forma, procurando encontrar uma solução, de preferência em conjunto com a instituição ou o organismo em causa, de modo a satisfazer o queixoso. Importa referir, porém, que as

<sup>2</sup>

Ver, neste contexto, acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 28 de Outubro de 2004, processos apensos T219/02 e T337/02, *Herrera contra a Comissão*, n.º 101, e de 4 de Outubro de 2006, no processo T-193/04 R, *Hans-Martin Tillack contra a Comissão*, n.º 128.



disposições pertinentes do Estatuto (n.º 5 do artigo 3.º<sup>3</sup>) e as disposições de execução (n.º 1 do artigo 6.º<sup>4</sup>) apenas são aplicáveis quando parece existir má administração e se afigura possível eliminá-la.

#### Má administração e mediação

Algumas versões linguísticas da expressão “Provedor de Justiça Europeu” (por exemplo, *Médiateur européen*, em francês, *Mediatore europeo*, em italiano) poderiam gerar o mal-entendido de que as funções do Provedor de Justiça incluem a mediação, na acepção de ajudar as partes envolvidas num litígio a resolver os seus diferendos, sem examinar os méritos do litígio.

De facto, o Provedor de Justiça apenas pode propor uma solução amigável para eliminar um caso de má administração.

O Provedor de Justiça esforça-se, contudo, por incentivar as instituições e os organismos da Comunidade a recorrerem à mediação para resolver os litígios: ver, por exemplo, as sínteses do inquérito de iniciativa própria OI/1/2006/TN e do processo 2601/2005/ID, no Capítulo 3. Em 2006, o Provedor de Justiça também pediu informações à Comissão sobre os serviços de mediação ao dispor dos seus funcionários e o modo como o trabalho desses serviços se relaciona com os procedimentos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 90.º do Estatuto. Na sua resposta, a Comissão mencionou o seu provedor do pessoal, a equipa sobre assédio e os conselheiros confidenciais pertencentes à DG ADMIN, bem como um facilitador interno da DG TREN. Para poder avaliar a possibilidade de intervenção, o provedor do pessoal recebe uma cópia de todas as queixas apresentadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º<sup>5</sup>.

Como mostram várias sínteses contidas no Capítulo 3, uma das formas mais eficazes de dissipar as tensões e reduzir os conflitos é pedir desculpa pelos erros cometidos. Um pedido de desculpa imediato pode resolver a questão rapidamente (3297/2006/BU e 3684/2006/BU), ou pelo menos evitar que o Provedor de Justiça tenha de fazer uma crítica formal à instituição em causa (1841/2005/BM e 242/2006/BM). Uma simples expressão de pesar, não constitui, todavia, um pedido de desculpas (163/2006/MHZ). Note-se que um pedido de desculpas pode ser apresentado de uma forma que não implique um reconhecimento de culpa, nem de responsabilidade jurídica (2312/2004/MHZ).

#### 2.2.4 Código Europeu de Boa Conduta Administrativa

Em 6 de Setembro de 2001, o Parlamento Europeu aprovou um Código de Boa Conduta Administrativa que as instituições e os organismos da União Europeia, bem como os seus directores e funcionários, devem respeitar nas relações com o público. O código tem em conta os princípios de direito administrativo europeu constantes da jurisprudência dos tribunais comunitários e inspira-se nos ordenamentos jurídicos nacionais. O Parlamento recomendou igualmente ao Provedor de Justiça a aplicação do Código de Boa Conduta Administrativa. Sendo assim, o Provedor de Justiça respeita as regras e os princípios incluídos neste código sempre que analisa as queixas e conduz inquéritos por iniciativa própria.

<sup>3</sup> “Na medida do possível, o Provedor de Justiça procurará encontrar, juntamente com a instituição ou organismo em causa, uma solução susceptível de eliminar os casos de má administração e de dar satisfação à queixa apresentada.”.

<sup>4</sup> “Quando o Provedor de Justiça considere que houve má administração, coopera, tanto quanto possível, com a instituição em causa no sentido de alcançar uma solução amigável para eliminar o caso de má administração e dar satisfação ao queixoso.”.

<sup>5</sup> Carta do Provedor de Justiça ao Presidente da Comissão, datada de 15 de Fevereiro de 2006; resposta do Presidente ao Provedor de Justiça, datada de 15 de Abril de 2006.





## 2.3 ADMISSIBILIDADE E FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS

Qualquer queixa relativa a má administração de instituições ou organismos comunitários por parte de um queixoso com legitimidade deve preencher outros critérios de admissibilidade. Os critérios fixados nos artigos pertinentes do Estatuto determinam que:

1. o autor e o objecto da queixa devem ser identificados (artigo 2.º, n.º 3, do Estatuto);
2. o Provedor de Justiça não pode intervir em processos instaurados perante um órgão judicial nem pôr em causa o bom fundamento das decisões judiciais (artigo 1.º, n.º 3 do Estatuto);
3. a queixa deve ser apresentada no prazo de dois anos a contar da data em que os factos que a justificam tenham chegado ao conhecimento do queixoso (artigo 2.º, n.º 4);
4. a queixa deve ser precedida das diligências administrativas necessárias junto das instituições ou dos organismos em causa (artigo 2.º, n.º 4); e
5. em matéria de relações de trabalho entre instituições e organismos comunitários e os seus funcionários ou outros agentes, só poderão ser apresentadas queixas quando tiverem sido esgotadas as possibilidades de recurso ou reclamação administrativa a nível interno (artigo 2.º, n.º 8).

O artigo 195.º do Tratado CE estabelece que o Provedor de Justiça “*procederá aos inquéritos que considere justificados*”. Em alguns casos, os motivos poderão ser insuficientes para abrir um inquérito, ainda que a queixa seja admissível.

O Provedor de Justiça considera igualmente que, se uma queixa já tiver sido apreciada, como petição, pela Comissão das Petições do Parlamento Europeu, não existirão, em regra, fundamentos para a instauração de um inquérito pelo Provedor de Justiça, a menos que sejam apresentadas novas provas.

## 2.4 ANÁLISE DAS QUEIXAS APRECIADAS EM 2006

Durante o ano de 2006, o Provedor de Justiça recebeu 3 830 novas queixas, comparativamente a 3 920 em 2005<sup>6</sup>. De acordo com práticas estabelecidas, todas as queixas que dão origem a um inquérito são incluídas nas estatísticas do Provedor de Justiça. Para evitar distorções, porém, as queixas não admissíveis efectuadas em massa por correio electrónico, que com frequência se elevam a vários milhares, apenas são contabilizadas separadamente nas estatísticas até à décima primeira queixa, inclusive.

As queixas foram enviadas directamente por cidadãos a título individual em 3 619 casos, enquanto 211 eram provenientes de associações ou empresas.

Durante o ano de 2006, o processo de análise das queixas – para verificar se são abrangidas pelo mandato do Provedor, se cumprem os critérios de admissibilidade e se têm fundamentos para se iniciar um inquérito – foi completado em 95% dos casos. De todas as queixas analisadas, apenas um pouco mais de 21,5% eram abrangidas pelo mandato do Provedor de Justiça. Destas, 449 preenchiam os critérios de admissibilidade, mas 191 não tinham fundamentos para um inquérito.

Durante o ano foram abertos, no total, 258 novos inquéritos com base em queixas. O Provedor de Justiça abriu igualmente nove inquéritos de iniciativa própria. Do anexo A consta uma análise destes inquéritos.

<sup>6</sup>

Note-se que, em 2006, 281 destas queixas incidiram sobre o mesmo assunto, enquanto em 2005, 335 queixas incidiram sobre o mesmo assunto.





No conjunto, o Provedor de Justiça Europeu analisou um total de 582 inquéritos, dos quais 315 transitados de 2005.

Tal como nos anos anteriores, a maior parte dos inquéritos referia-se à Comissão (66% do total). Sendo a Comissão a principal instituição da Comunidade que toma decisões com um impacto directo sobre os cidadãos, é normal que ela seja o alvo principal das queixas destes. Realizaram-se 74 inquéritos respeitantes ao Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO), 49 relativos ao Parlamento Europeu e 11 referentes ao Conselho da União Europeia.

Os principais tipos de má administração alegados foram a falta de transparência, incluindo a recusa de informações (190 casos), injustiça ou abuso de poder (141 casos), procedimentos insatisfatórios (91 casos), atraso evitável (71 casos), discriminação (65 casos), negligência (59 casos) erro de direito (36 casos) e não cumprimento das obrigações que lhe incumbem, ou seja, o facto de a Comissão não desempenhar o seu papel de “guardião do Tratado” face aos Estados-Membros (28 casos).

## 2.5 TRANSFERÊNCIAS E ACONSELHAMENTO

Quando uma queixa não se insere no âmbito das suas competências, o Provedor de Justiça procura aconselhar o queixoso a dirigir-se a outra instância com competência para tratar da questão, especialmente se estiver em causa o direito comunitário. Se possível e desde que se afigure que têm fundamento, o Provedor de Justiça transfere as queixas directamente para outro organismo competente, com o consentimento do queixoso.

Uma cidadã austríaca apresentou uma queixa respeitante ao encarceramento da sua filha, no Kosovo. Os serviços do Provedor de Justiça Europeu telefonaram para o gabinete do Provedor de Justiça do Kosovo, o qual investigou o caso e muito pouco tempo depois informou o Provedor de Justiça Europeu, por telefone, de que a filha da queixosa fora libertada da cadeia. Esta informação foi imediatamente transmitida à queixosa, sendo-lhe ainda recomendado que contactasse o Provedor de Justiça do Kosovo para obter mais informações, ou caso quisesse dar seguimento ao processo através de uma queixa.

*Processo 3353/2006/RF*

Como já foi referido, o Provedor de Justiça Europeu coopera estreitamente com os seus homólogos nacionais e regionais nos Estados-Membros, através da Rede Europeia de Provedores de Justiça (ver capítulo 5 infra). Um dos objectivos desta rede consiste em facilitar a rápida transferência de queixas para os provedores nacionais ou regionais competentes, ou para organismos semelhantes. A Comissão das Petições do Parlamento Europeu participa também activamente na rede, na qualidade de membro de pleno direito.

Em 2006, foram transferidas 399 queixas. Destas, 363, incluindo 270 sobre o mesmo assunto, foram transferidas para provedores de justiça nacionais ou regionais, 22 para o Parlamento Europeu, na qualidade de petições, nove para a SOLVIT<sup>7</sup>, quatro para a Comissão Europeia e uma para uma associação bancária na Alemanha.

### Exemplos de casos transferidos para a SOLVIT

Um cidadão espanhol alugou um automóvel nos Países Baixos, por um dia. Depois de regressar a Espanha, recebeu uma notificação da polícia neerlandesa acerca de uma multa por infracção rodoviária cometida em Roterdão. O queixoso afirmava que nunca tinha estado nessa cidade. Uma vez que não residia nos Países Baixos, nem conhecia a língua neerlandesa ou os procedimentos administrativos do país, não estava em condições de contestar a multa.

O Provedor de Justiça transferiu a queixa para o centro espanhol da SOLVIT, que contactou o seu homólogo neerlandês.

<sup>7</sup>

A SOLVIT é uma rede criada pela Comissão Europeia para ajudar as pessoas confrontadas com obstáculos quando tentam exercer os seus direitos no mercado interno da União.



Em Abril de 2006, o queixoso recebeu uma carta das autoridades neerlandesas, na qual estas reconheciam que as suas alegações eram fundamentadas e o informavam de que não tinha, por isso, de pagar a multa.

*Processo 3713/2005/BM*

A companhia nacional de caminhos-de-ferro espanhola (RENFE) oferecia um cartão (o “Cartão Dourado”) a pessoas com mais de 60 anos de idade, o qual lhes dava direito a desconto nos bilhetes de comboio na sua rede. O Cartão Dourado só estava disponível para cidadãos espanhóis ou residentes em Espanha. Os cidadãos da UE não espanhóis que residissem noutros países da União Europeia não eram elegíveis. Era o caso da esposa do queixoso, que era inglesa e vivia no Reino Unido. Pelo contrário, o queixoso, cidadão espanhol, que também residia no Reino Unido, obtivera facilmente um cartão dourado.

Uma vez que este caso não se inseria no âmbito do seu mandato, o Provedor de Justiça transferiu a queixa para o centro SOLVIT espanhol, que solicitou à RENFE para alterar as condições de obtenção do Cartão Dourado, de modo a evitar discriminações contra os cidadãos da UE. Em Novembro de 2006, a RENFE informou o centro SOLVIT espanhol de que o requisito de residência em Espanha tinha sido eliminado.

*Processo 862/2006/BM*

### **Exemplos de casos tratados através da Rede Europeia de Provedores de Justiça**

Um cidadão suíço residente no Uruguai trabalhara e pagara contribuições para a segurança social em Espanha durante doze anos, mas a instituição espanhola de segurança social não reconhecia o seu direito a uma pensão de reforma.

O Provedor de Justiça Europeu transferiu o caso para o Provedor de Justiça espanhol, que abriu um inquérito. A instituição espanhola de segurança social acedeu, então, a pagar a pensão devida.

*Processo 2162/2006/BM*

O Provedor de Justiça Regional de Aragón, Espanha, transferiu para o Provedor de Justiça Europeu duas queixas respeitantes às ligações de transporte entre a França e a Espanha. A primeira queixa referia-se ao túnel de Somport, que estivera fechado durante mais de uma semana. A queixa alegava que, ao não garantirem o livre acesso ao túnel, as autoridades francesas tinham violado as condições associadas à ajuda financeira que a Comunidade concedera para a sua construção. A segunda queixa respeitava à ligação ferroviária entre Canfranc, Espanha, e Oloron, França. O queixoso alegava que o projecto ferroviário tinha recebido uma ajuda financeira da UE e que as autoridades francesas deviam reabri-lo para garantir a livre circulação de mercadorias e cidadãos entre as duas regiões.

O Provedor de Justiça Europeu transferiu as queixas para a Comissão, no seu papel de guardião do Tratado.

Em Abril de 2006, o Provedor de Justiça Regional de Aragón forneceu informações complementares, realçando que não existiam quaisquer ligações ferroviárias ou rodoviárias efectivas entre os dois países e criticando a atitude das autoridades francesas.

A Comissão manteve o Provedor de Justiça Europeu ao corrente da evolução das suas investigações e da sua decisão final de não instaurar um processo por infracção. O encerramento do túnel de Somport, segundo explicou a Comissão, devera-se a condições meteorológicas desfavoráveis e à realização de obras. Embora a França tivesse agendado novas obras, não iria interromper o tráfego de pesados, tendo a Comissão concluído que a livre circulação não estava em risco. Quanto à ligação ferroviária entre Canfranc e Oloron, a Comissão explicou que a decisão sobre a sua reabertura competia às autoridades nacionais pertinentes e que o projecto não era financiado pela UE.

O Provedor de Justiça Regional de Aragón não ficou satisfeito com a resposta da Comissão. O Provedor de Justiça Europeu informou-o das condições em que poderia ser apresentada uma queixa contra a Comissão relativamente a esta questão.

*Processos 483/2003/JMA e 1510/2005/BM*



O queixoso, um cidadão alemão, desejava receber fundos comunitários para um projecto de promoção da pesca da truta marinha na zona de Flensburg, no norte da Alemanha. Alegava que uma empresa pública regional de desenvolvimento empresarial lhe dera informações contraditórias sobre a disponibilidade desses fundos e se recusara a aceitar a sua candidatura. O Provedor de Justiça Europeu transferiu a queixa para a Comissão das Petições do *Landtag* de Schleswig-Holstein.

Subsequentemente, essa comissão informou o Provedor de Justiça de que, após consulta ao Ministério competente, concluíra que o queixoso não tinha sido deliberadamente desfavorecido e que lhe fora agora dada a oportunidade de apresentar o seu projecto a uma equipa de peritos, incluindo representantes do governo regional e das principais associações e organizações de comercialização neste domínio.

*Processo 3399/2005/WP*

Uma cidadã italiana queixou-se de que o Instituto Nacional de Previdência Social italiano reduzira a sua pensão de reforma sem justificar a sua decisão.

O Provedor de Justiça Europeu aconselhou a queixosa a recorrer à Provedora de Justiça da região italiana de Friuli-Venezia Giulia.

Subsequentemente, a Provedora de Justiça Regional informou o Provedor de Justiça Europeu de que o Instituto Nacional de Previdência Social reconsiderara a sua decisão e concedera à queixosa mais de 20 000 euros, acrescidos de juros.

O Provedor de Justiça Europeu agradeceu à Provedora de Justiça Regional pela sua acção eficaz.

*Processo confidencial*

Foi prestado aconselhamento em 2 363 processos. Em 828 deles, os queixosos foram aconselhados a dirigir-se a um provedor de justiça nacional ou regional, e 166 queixosos foram aconselhados a apresentar uma petição ao Parlamento Europeu. Em 383 casos, o conselho consistiu em contactar a Comissão Europeia. Este número inclui alguns casos em que uma queixa contra a Comissão foi declarada não admissível por não terem sido efectuadas as diligências administrativas necessárias junto da instituição. Em 109 casos, o queixoso foi aconselhado a contactar a SOLVIT, enquanto em 877 casos o conselho foi de contactar outros organismos, sobretudo provedores de justiça especializados ou organismos de recepção e tratamento de queixas num Estado-Membro.

## 2.6 OS PROCEDIMENTOS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Todas as queixas enviadas ao Provedor de Justiça são registadas e a sua recepção é acusada, geralmente, no prazo de uma semana. A carta de aviso de recepção informa o queixoso sobre o procedimento e inclui um número de referência, assim como o nome e o número de telefone da pessoa responsável pela sua queixa. A queixa é analisada a fim de determinar a abertura de um inquérito e o queixoso é informado dos resultados desta análise, em regra no prazo de um mês.

Se não for aberto um inquérito, o queixoso é informado dos motivos que conduziram a esta decisão. Sempre que possível, a queixa é transferida, ou o queixoso é devidamente aconselhado sobre o organismo competente a que se deve dirigir.

### 2.6.1 Abertura de um inquérito

O primeiro passo de um inquérito consiste em enviar a queixa à instituição ou ao organismo implicado, pedindo-lhe que envie as suas observações ao Provedor de Justiça, em geral no prazo de



três meses. Em 2004, o Parlamento Europeu e a Comissão aprovaram um novo prazo, mais curto, de dois meses para as queixas relativas à recusa de acesso a documentos.

## 2.6.2 Procedimento imparcial

O princípio do procedimento imparcial exige que a decisão do Provedor de Justiça sobre uma queixa não tenha em conta a informação contida nos documentos fornecidos quer pelo queixoso, quer pela instituição ou organismo comunitários, a menos que a outra parte tenha tido a oportunidade de consultar esses documentos e expor o seu ponto de vista.

Por conseguinte, o Provedor de Justiça envia o parecer da instituição ou do organismo comunitário ao queixoso, convidando-o a apresentar as suas observações. O mesmo procedimento deve ser seguido caso se proceda a inquéritos suplementares relativos à mesma queixa.

Nem o Tratado nem o Estatuto prevêem a possibilidade de recurso ou outra forma de contestação das decisões do Provedor de Justiça no que se refere ao tratamento dado à queixa ou ao seu resultado. No entanto, tal como todos os organismos e instituições comunitários, o Provedor de Justiça também é abrangido pelo disposto no artigo 228.º do Tratado CE estando sujeito a acções por danos. Em princípio, é possível intentar uma acção com fundamento no alegado tratamento incorrecto de uma queixa por parte do Provedor de Justiça.

## 2.6.3 Verificação dos documentos e audição de testemunhas

O n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto do Provedor de Justiça prevê que as instituições e os organismos comunitários devem fornecer ao Provedor de Justiça as informações por este solicitadas e permitir-lhe o acesso à documentação pertinente. Só poderão recusar-se a fornecer estas informações por motivos de sigilo devidamente justificados.

Os poderes do Provedor de Justiça para analisar documentos permitem-lhe verificar o carácter exaustivo e a exactidão das informações fornecidas pela instituição ou pelo organismo comunitário. Trata-se, portanto, de uma garantia importante, tanto para o queixoso como para o público, de que o Provedor de Justiça tem meios para proceder a uma investigação rigorosa e exaustiva.

O n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto do Provedor de Justiça prevê igualmente que os funcionários e outros agentes das instituições e dos organismos comunitários têm o dever de testemunhar a pedido do Provedor de Justiça.

Durante o ano de 2006, o poder do Provedor de Justiça de aceder a documentação institucional foi exercido em quinze processos. O poder de audição de testemunhas foi utilizado num só processo.

## 2.6.4 Procedimento aberto

As queixas enviadas ao Provedor de Justiça são tratadas publicamente, a menos que o queixoso solicite confidencialidade.

O artigo 13.º das disposições de execução estabelece que o queixoso tem acesso ao processo do Provedor de Justiça relativo à sua queixa. O artigo 14.º determina o acesso público à documentação do Provedor de Justiça, sujeito às condições e aos limites estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1049/2001<sup>8</sup>. No entanto, sempre que o Provedor de Justiça analisar documentação da instituição ou do organismo em causa ou ouvir uma testemunha, nem o queixoso nem o público podem ter acesso a informações ou documentos confidenciais obtidos em resultado da análise ou audição (artigos 13.º, n.º 3, e 14.º, n.º 2). A finalidade desta exclusão é facilitar o exercício pelo Provedor de Justiça dos seus poderes de investigação.

<sup>8</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).



## 2.7 RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

No decurso do inquérito, o queixoso é informado de todos os trâmites. Caso o Provedor de Justiça decida encerrar o inquérito, comunica ao queixoso os resultados do inquérito e as suas conclusões. As decisões do Provedor de Justiça não são juridicamente vinculativas e não criam direitos ou obrigações legais, quer para o queixoso, quer para a instituição ou o organismo em causa.

Em 2006, o Provedor de Justiça encerrou 250 inquéritos, dos quais 247 relativos a queixas e três de iniciativa própria.

Se um inquérito abranger mais do que uma alegação ou queixa, pode conduzir a várias conclusões do Provedor de Justiça.

### 2.7.1 Inexistência de má administração

Em 2006, 95 processos (dos quais dois de iniciativa própria) foram encerrados devido a inexistência de má administração. Este resultado não é necessariamente negativo para o queixoso, que recebe, pelo menos, uma explicação cabal da instituição ou do organismo em causa relativamente à actuação objecto da queixa. Além disso, ainda que o Provedor de Justiça não constata a existência de má administração, pode identificar uma oportunidade para que a instituição ou organismo melhorem a qualidade da sua administração no futuro. Nestes casos, o Provedor de Justiça formula observações complementares.

### 2.7.2 Casos resolvidos pela instituição e soluções amigáveis

Sempre que possível, o Provedor de Justiça tenta alcançar um resultado positivo que satisfaça tanto o queixoso como a instituição visada pela queixa. A cooperação das instituições e dos organismos comunitários é essencial para se conseguir alcançar tais resultados, que ajudam a reforçar as relações entre as instituições e os cidadãos e podem evitar a necessidade de litígios dispendiosos e demorados.

Em 2006, 64 casos foram solucionados pela própria instituição ou organismo, na sequência de queixas apresentadas ao Provedor de Justiça. Destes, 52 foram processos em que a intervenção do Provedor de Justiça conduziu à obtenção de uma resposta rápida a correspondência que tinha ficado sem resposta (ver no ponto 2.9 do *Relatório Anual de 1998* os pormenores sobre os mecanismos processuais utilizados nestes casos).

Se do inquérito se concluir a existência de má administração, o Provedor de Justiça procura, sempre que possível, obter uma solução amigável. Em 2006, foram propostas 28 soluções amigáveis. Foram encerrados três casos ao longo do ano, incluindo dois casos em que a proposta tinha sido apresentada em 2005, por se ter chegado a uma solução amigável. No final de 2006, ainda estavam a ser analisadas 27 propostas de solução amigável.

Em alguns casos, pode encontrar-se uma solução amigável se a instituição ou o organismo em causa oferecerem uma compensação ao queixoso. Qualquer oferta deste tipo é feita *ex gratia*, isto é, sem admissão de responsabilidade jurídica e sem criação de um precedente legal.

### 2.7.3 Observações críticas e projectos de recomendações

Se uma solução amigável não for possível ou se forem infrutíferos os esforços para a encontrar, o Provedor de Justiça pode encerrar o caso com uma observação crítica para a instituição ou o organismo em causa, ou elaborar um projecto de recomendação.

Uma observação crítica é utilizada sempre que (i) já não seja possível à instituição em causa eliminar um caso de má administração, (ii) este não pareça ter implicações gerais, (iii) nem se afigure necessária qualquer acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça formula igualmente uma observação crítica se considerar que um projecto de recomendação



não teria qualquer efeito útil ou que não se afigura adequado apresentar um relatório especial, caso a instituição ou o organismo em questão não aceitem um projecto de recomendação.

Para o queixoso, uma observação crítica confirma a justificação da sua queixa, para além de mostrar à instituição ou organismo em causa o erro que cometeu, ajudando a evitar casos de má administração futuros. Em 2006, o Provedor de Justiça concluiu 41 inquéritos com observações críticas. Do anexo D consta uma lista completa destes inquéritos.

Em 2007, o Provedor de Justiça pretende realizar e publicar um estudo sobre o seguimento reservado pelas instituições em causa a todas as observações críticas formuladas em 2006. Será igualmente realizado um estudo similar sobre o seguimento reservado aos 38 casos que, em 2006, foram objecto de uma observação complementar.

Nos casos em que as medidas de acompanhamento do Provedor de Justiça se afigurem necessárias (ou seja, sempre que a instituição implicada puder ainda eliminar a situação de má administração, ou nos casos em que a má administração for especialmente grave ou tiver implicações gerais), o Provedor de Justiça elabora, em geral, um projecto de recomendação à instituição ou ao organismo em questão. Nos termos do artigo 3.º, n.º 6, do Estatuto do Provedor de Justiça, a instituição ou o organismo em causa devem enviar-lhe um parecer circunstanciado no prazo de três meses. Durante o ano de 2006, foram elaborados 13 projectos de recomendação e foram tomadas decisões sobre 10 projectos de recomendação apresentados em 2005. Quatro casos foram arquivados durante o ano, com a aceitação de um projecto de recomendação pela instituição. Dois casos levaram à elaboração de um relatório especial endereçado ao Parlamento Europeu. Nove casos foram arquivados por outras razões. No final de 2006, estavam ainda em apreciação nove projectos de recomendação, incluindo um de 2004.

#### 2.7.4 Relatórios especiais ao Parlamento Europeu

Quando uma instituição ou um organismo comunitário não responde satisfatoriamente a um projecto de recomendação, o Provedor de Justiça pode enviar um relatório especial ao Parlamento Europeu e incluir recomendações.

Tal como referido no *Relatório Anual de 1998* do Provedor de Justiça Europeu, a possibilidade de apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu tem um valor inestimável para o exercício do cargo.

O relatório especial ao Parlamento Europeu é o último passo material ao alcance do Provedor de Justiça para solucionar um processo, uma vez que a aprovação de uma resolução e o exercício de poderes pelo Parlamento dependem do juízo político que esta instituição fizer da situação. O Provedor de Justiça fornece, obviamente, todas as informações e a assistência solicitadas pelo Parlamento, na sequência de um relatório especial.

O Regimento do Parlamento Europeu confere à Comissão das Petições a responsabilidade das relações do Parlamento com o Provedor de Justiça. Numa reunião da Comissão das Petições em 12 de Outubro de 2005, o Provedor de Justiça, em conformidade com o n.º 3 do artigo 195.o do Regimento do Parlamento, comprometeu-se a comparecer perante a comissão, a seu próprio pedido, sempre que apresente um relatório especial ao Parlamento.

Em 2006, foram apresentados dois relatórios especiais ao Parlamento (processos 289/2005/GG e 1487/2005/GG).

## 2.8 DECISÕES DE ENCERRAMENTO DE CASOS TOMADAS EM 2006

As decisões de encerramento de processos são normalmente publicadas no sítio Web do Provedor de Justiça (<http://www.ombudsman.europa.eu>) em inglês e na língua do queixoso, caso sejam diferentes. O Capítulo 3 inclui sínteses de 59 decisões de encerramento de queixas. As sínteses reflectem a vasta gama de assuntos e de instituições e organismos comunitários abrangida pelo





total de 250 decisões finais de encerrar inquéritos em 2006, bem como os diferentes motivos para o seu encerramento. São incluídos num índice por número de referência do processo, por assunto geral em termos de domínio de competência comunitária implicada e por tipo de má administração invocado pelo queixoso.

A parte restante deste ponto do capítulo 2 analisa as conclusões de direito e de facto mais significativas incluídas nas decisões. Está organizada de acordo com uma classificação horizontal dos principais domínios objecto dos inquéritos e construída em torno de cinco categorias principais:

- Abertura (incluindo acesso a documentos e informações) e protecção de dados;
- A Comissão como guardião do Tratado;
- Concursos, contratos e subvenções;
- Questões relativas ao pessoal, incluindo recrutamento;
- Outros assuntos.

Assinale-se que as categorias referidas não são estanques. Por exemplo, as questões de abertura e acesso público são muitas vezes suscitadas em queixas relativas a recrutamento ou ao papel de guardião do Tratado confiado à Comissão.

### 2.8.1 Abertura, acesso público e protecção de dados pessoais.

Uma elevada percentagem (25%) dos inquéritos conduzidos em 2006 refere-se à falta de abertura. O artigo 1.º do Tratado da União Europeia prevê que as decisões devem ser tomadas “*de uma forma tão aberta quanto possível*” e o artigo 255.º do Tratado CE prevê o direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. O exercício deste direito é regulado pelo Regulamento (CE) n.º 1049/2001<sup>9</sup>. Na sequência de inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça em 1996 e 1999, muitas outras instituições e muitos organismos comunitários adoptaram também regras em matéria de acesso a documentos.

#### *Acesso a documentos*

O Regulamento 1049/2001 prevê duas alternativas para o queixoso: intentar uma acção no Tribunal de Justiça para contestar a recusa, nos termos do artigo 230.º do Tratado CE, ou apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça. Em 2006, o Provedor de Justiça encerrou onze inquéritos resultantes da aplicação do Regulamento 1049/2001, nove dos quais contra a Comissão, um contra o Conselho e um contra o Parlamento Europeu. Num outro caso (1845/2004/GG), o parecer pormenorizado da Comissão sobre o projecto de recomendação do Provedor de Justiça ainda era aguardado no fim do ano.

Foram encerrados dois inquéritos sobre queixas relativas ao acesso a documentos e informações, as quais visavam o Banco Europeu de Investimento (BEI).

O Capítulo 3 inclui sínteses de nove dos casos supramencionados.

Quanto às excepções ao acesso, o Provedor de Justiça fez notar, no processo 617/2003/IP, que o Regulamento n.º 1049/2001 não prevê qualquer excepção que obrige a União Europeia a recusar o acesso a documentos pelo simples facto de a sua divulgação não ser gratuita num dado Estado-Membro. No processo 582/2005/PB, o Provedor de Justiça não aceitou o argumento da Comissão de que o procedimento da Organização Mundial do Comércio para a resolução de litígios deve ser equiparado a um “processo judicial” para efeitos do n.º 2, segundo travessão, do artigo 4.º do Regulamento. No processo 1463/2005/TN, o Provedor de Justiça considerou que o primeiro parágrafo do n.º 3 do artigo 4.º do Regulamento, relativo aos documentos elaborados por uma instituição para uso interno, não é aplicável aos documentos que a Comissão enviou às autoridades

<sup>9</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).



dos Estados-Membros, ou destas recebeu. A Comissão também não podia basear-se no terceiro travessão do n.º 2 do artigo 4.º, relativo à protecção de objectivos de actividades de inspecção, inquérito e auditoria, uma vez que não conseguira provar que a divulgação prejudicaria o objectivo das inspecções em causa, que era o de verificar se os planos nacionais dos Estados-Membros relativos à distribuição de direitos de emissão de gases com efeito de estufa estavam conformes com o direito comunitário. No processo 1919/2005/GG, o Provedor de Justiça entendeu que o n.º 1, alínea b), do artigo 4.º do Regulamento não justificava a recusa de acesso, pelo Parlamento Europeu, a uma lista de candidatos, num processo de selecção. O Provedor de Justiça achou difícil de conceber que a divulgação do facto de que um determinado funcionário comunitário se candidatara a outro lugar nos serviços da Comunidade poderia pôr em causa a sua privacidade.

O artigo 11.º do Regulamento n.º 1049/2001 determina que cada instituição deverá colocar à disposição do público um registo de documentos, no qual as referências aos documentos devem ser introduzidas sem demora. No processo 1764/2003/ELB, o Provedor de Justiça concluiu que a Comissão registara inadequadamente os documentos relativos a uma auditoria que efectuara. O Provedor de Justiça salientou que a boa gestão financeira suscita grande preocupação do público e que os relatórios de auditoria são fontes de informação valiosas sobre a forma como os fundos comunitários são utilizados.

No processo 1776/2005/GG, o Banco Europeu de Investimento (BEI), em resposta a uma sugestão do Provedor de Justiça, acedeu a divulgar partes de um relatório de auditoria, ao abrigo do seu próprio regulamento relativo ao acesso do público. Além disso, permitiu que a empresa do queixoso tivesse acesso privado a secções do relatório especificamente respeitantes ao grupo de empresas a que o queixoso pertencia. O Provedor de Justiça congratulou-se publicamente com a abordagem construtiva do BEI, neste caso, fazendo notar que, embora a privacidade e o segredo comercial sejam interesses legítimos que podem limitar o acesso do público, não deve ser recusado o acesso por esses motivos à própria pessoa cuja privacidade ou interesses comerciais estão em causa.

#### *Acesso à informação*

No processo 3436/2004/ELB, os queixosos tinham apresentado uma queixa ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), alegando ter sido vítimas de fraude. O Provedor de Justiça considerou que eles podiam legitimamente esperar que o OLAF tivesse em especial atenção o seu interesse em obter informações sobre os inquéritos pertinentes realizados pelo OLAF. No entanto, também fez notar que, para evitar impor uma carga administrativa pouco razoável a uma instituição, o dever de resposta aos pedidos de informação ao abrigo do Código Europeu de Boa Conduta Administrativa está sujeito a limites.

No processo 3501/2004/PB, o Provedor de Justiça concluiu que, no decurso do seu inquérito, o BEI apresentara razões válidas para se recusar a fornecer as informações solicitadas por uma ONG. Não obstante, para efeitos futuros, o Provedor de Justiça convidou o BEI a acompanhar uma eventual recusa de informações de uma explicação adequada das razões subjacentes, endereçada à pessoa que solicita as informações, antes de o problema atingir proporções susceptíveis de se transformarem em queixa ao Provedor de Justiça.

#### *Protecção de dados*

O processo 2467/2004/PB referia-se ao tratamento que a Comissão dera a uma queixa que lhe fora apresentada contra a legislação do Estado alemão de Hamburgo. A queixa alegara que houvera infracção do n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva relativa à protecção dos dados<sup>10</sup>, no que respeita à utilização de dados pessoais para efeitos de mala directa. O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não apresentara argumentos válidos e convincentes para a sua posição de que a directiva não se aplicava às circunstâncias específicas mencionadas pelo queixoso. Em resposta

<sup>10</sup>

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, JO 1995 L 281, p. 31. O n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva determina: “Os Estados-membros reconhecerão à pessoa em causa o direito de: (a) ... (b) Se opor, ... ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito previsto pelo responsável pelo tratamento para efeitos de mala directa, ou ser informada antes de os dados pessoais serem comunicados pela primeira vez a terceiros para fins de mala directa ou utilizados por conta de terceiros... e de lhe ser expressamente facultado o direito de se opor... a tais ...ou utilizações.”





a uma proposta de solução amigável, a Comissão aceitou que era possível uma interpretação mais ampla do n.º 1, alínea b), do artigo 14.º e comprometeu-se a abordar a questão com os Estados-Membros e a tratar do caso específico da legislação de Hamburgo neste contexto.

## 2.8.2 A Comissão como guardião do Tratado

O Estado de direito é um princípio fundador da União Europeia e uma das funções mais importantes da Comissão consiste em ser guardião do Tratado<sup>11</sup>. O artigo 226.º do Tratado CE institui um mecanismo geral que permite à Comissão investigar e recorrer ao Tribunal de Justiça em caso de possível infracção da legislação comunitária por parte dos Estados-Membros. A Comissão pode iniciar a investigação por sua própria iniciativa, com base numa queixa ou em resposta a um pedido do Parlamento Europeu para apreciar petições que lhe tenham sido apresentadas ao abrigo do artigo 194.º do Tratado CE. Outros procedimentos são aplicáveis em relação a questões específicas, como os auxílios estatais ilegais.

As queixas não abrangidas pela competência do Provedor de Justiça Europeu dizem frequentemente respeito a alegadas infracções de legislação comunitária por parte dos Estados-Membros. Muitos destes casos podem ser apreciados por outro membro da Rede Europeia de Provedores de Justiça. Em alguns casos, porém, o Provedor de Justiça considera conveniente transferir a queixa para a Comissão. No ponto 2.5 encontram-se exemplos de ambas as abordagens.

O Provedor de Justiça recebe e trata queixas contra a Comissão na sua qualidade de guardião do Tratado. Quando o Provedor de Justiça abre um inquérito acerca desse tipo de queixas, tem sempre o cuidado de esclarecer o queixoso, quando necessário, de que o inquérito não irá examinar se há ou não infracção, porque o Provedor de Justiça Europeu não tem competências para investigar as acções das autoridades dos Estados-Membros.

O capítulo 3 inclui sínteses de nove decisões que exemplificam a forma como o Provedor de Justiça trata as queixas contra a Comissão na sua qualidade de guardião do Tratado. Oito dos casos, e mais um que ainda se mantinha aberto no fim de 2006, são aí mencionados.

No que se refere às obrigações processuais da Comissão para com os queixosos, a principal referência do Provedor de Justiça é uma comunicação aprovada por esta instituição em 2002<sup>12</sup>, em resposta às críticas do Provedor de Justiça. A Comissão afirma que, geralmente, os serviços da Comissão procedem à instrução das denúncias registadas na perspectiva da tomada de uma decisão de notificação para cumprir ou de arquivamento num prazo máximo de um ano, a contar do registo da denúncia pelo Secretariado-Geral. O ponto 3 da comunicação define as circunstâncias em que o Secretariado-Geral tem legitimidade para não registar a correspondência recebida como queixa. Em resposta a uma observação complementar no processo 3369/2004/JMA, a Comissão reconheceu que os requisitos da Comunicação também são aplicáveis no período subsequente ao envio de uma carta de notificação para cumprir ao Estado-Membro em causa.

Dois processos foram arquivados depois de a Comissão ter aceite os projectos de recomendações do Provedor de Justiça. No processo 642/2004/GG, o Provedor de Justiça recomendou à Comissão que reexaminasse se a venda de determinada empresa envolvia um auxílio estatal. A recomendação foi suscitada por algumas sugestões de que o governo da Baixa Saxónia considerava que o preço pago fora inferior ao preço de mercado. A Comissão aceitou as conclusões do Provedor de Justiça sobre a questão e contactou as autoridades alemãs para esclarecer as declarações em causa. A Comissão também aceitou um projecto de recomendação no processo 956/2004/PB, no qual era instada a adoptar, o mais depressa possível, uma decisão sobre a queixa por infracção que fora apresentada e a comunicar a sua decisão ao queixoso. Este último, um negociante de automóveis dinamarqueses queixara-se de que a Comissão não tinha honrado o seu compromisso de chegar a uma conclusão acerca da sua queixa por infracção relativa ao sistema dinamarques de tributação de veículos importados.

<sup>11</sup> O artigo 211.º do Tratado CE determina que a Comissão “vela pela aplicação das disposições do presente Tratado bem como das medidas tomadas pelas Instituições, por força deste”.

<sup>12</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário, JO 2002 C 244, p. 5.

No processo 289/2005/GG, o Provedor de Justiça formulou um projecto de recomendação no sentido de que a Comissão deveria tratar com diligência e sem atrasos injustificados a queixa por infracção respeitante a restrições a serviços de apostas desportivas. O parecer circunstanciado da Comissão exprimia pesar por, na ausência de um consenso político, não ter conseguido tomar uma decisão sobre esta questão sensível. Dado considerar que esse não era um motivo válido para a queixa por infracção não ser tratada num período de tempo razoável, o Provedor de Justiça elaborou um relatório especial ao Parlamento Europeu. Posteriormente, a Comissão informou o Parlamento e o Provedor de Justiça de que tinha enviado uma carta de notificação à Alemanha.

O Provedor de Justiça não considerou necessário formular um projecto de recomendação no processo 1037/2005/GG, no qual concluiu que a Comissão não apresentara argumentos convincentes para demonstrar que não era necessário tomar outras medidas para obrigar a Alemanha a respeitar o acórdão do Tribunal de Justiça. Neste acórdão, o Tribunal deliberava que a regulamentação alemã sobre as embalagens constituía, relativamente a algumas bebidas, um entrave ao comércio intracomunitário. O Provedor de Justiça encerrou o processo com uma observação crítica, fazendo notar que a Comissão poderia corrigir a sua falha no contexto de um segundo processo por infracção contra a dita regulamentação, que então estava em curso.

Dois processos diziam respeito à aplicação da legislação comunitária relativa ao tempo de trabalho. No processo 2944/2004/ID, a Comissão explicou ao Provedor de Justiça, em Fevereiro de 2005, que adiar a decisão de dar ou não seguimento à queixa por infracção que a queixosa apresentara em Agosto de 2003, porque essa decisão dependia da evolução da sua proposta de alteração da legislação comunitária pertinente. O Provedor de Justiça aceitou a explicação da Comissão para o facto de não ter respeitado o prazo normal de um ano, mas também referiu que a queixosa poderia apresentar uma nova queixa ao Provedor, se não ficasse satisfeita com o tratamento posteriormente dado à sua queixa por infracção. No processo 3453/2005/GG, um médico apresentou queixa, em Novembro de 2005, de que a Comissão não tomara quaisquer medidas a respeito de uma queixa que ele apresentara contra a Alemanha há mais de três anos e meio. O parecer da Comissão sobre essa queixa referia, novamente, a sua proposta de alteração da legislação comunitária pertinente. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão não tem o direito de adiar indefinidamente a adopção de uma conclusão sobre uma queixa com a alegação de que a legislação aplicável pode ser futuramente alterada e apresentou um projecto de recomendação em que instava a Comissão a tratar a queixa o mais rapidamente possível. O processo continuava aberto em finais de 2006.

O Provedor de Justiça recebeu mais de 5 000 queixas e outras comunicações com críticas à Comissão referentes à construção de um porto industrial em Granadilla, na ilha de Tenerife, Espanha. Segundo os queixosos, a Comissão decidira que a construção não contrariava o direito comunitário, nomeadamente o n.º 4 do artigo 6.º da Directiva Habitats<sup>13</sup>. O Provedor de Justiça considerou que seria útil abrir um inquérito de iniciativa própria (OI/2/2006/JMA) para que a Comissão explicasse a situação. Uma vez que o parecer da Comissão esclarecia que, de facto, ainda não tinha tomado uma decisão sobre o assunto, o Provedor de Justiça encerrou o seu inquérito.

O processo 3133/2004/JMA dizia respeito a uma queixa por infracção à Comissão sobre a legislação espanhola que transpunha uma directiva sobre difusão televisiva. O queixoso contestava a conclusão da Comissão de que a directiva fora correctamente transposta. Tendo em conta a jurisprudência do Tribunal relativa à transposição de directivas, bem como a redacção e o alcance das disposições legislativas espanholas em causa, o Provedor de Justiça considerou que a análise da Comissão sobre a adequação da transposição era razoável. Concluiu, por isso, que não houve má administração.

### 2.8.3 Concursos, contratos e subvenções

As instituições e os organismos comunitários recorrem a contratos para obter os bens e serviços necessários ao desempenho das respectivas funções e como instrumentos para gerir subvenções concedidas no âmbito de diversos programas comunitários<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, JO 1996 L 59, p. 63.

<sup>14</sup> As queixas relativas a contratos de trabalho são tratadas no subponto 2.8.4.



O Provedor de Justiça tem competência para instruir queixas relativas à adjudicação ou não adjudicação de contratos e à sua gestão. No entanto, se for suscitada a questão do eventual incumprimento de um contrato, o Provedor de Justiça deve limitar o seu inquérito à verificação de que a instituição ou o organismo comunitário forneceu uma explicação coerente e razoável da base jurídica em que fundamentou a sua actuação e dos motivos que justificam a respectiva posição contratual.

O capítulo 3 inclui sínteses de oito decisões que ilustram a forma como o Provedor de Justiça trata queixas deste tipo, assim como uma decisão relativa ao encerramento de um inquérito de iniciativa própria. Seis destes processos serão também referidos aqui.

No processo 1252/2005/GG, um subcontratante alegou que a decisão da Comissão de pôr termo ao acordo ao abrigo do qual concedia ajuda financeira ao *Comité Européen de Normalisation* (CEN) era ilegal e injusta. Depois de lembrar à Comissão que também deveria responder à alegação de injustiça, o Provedor de Justiça acabou por concluir que não houvera má administração. A explicação dada pela Comissão sobre o motivo por que não era obrigada a anunciar a sua decisão previamente afigurou-se razoável, além de não poder ser responsabilizada pela decisão do CEN de não apresentar um pedido de pagamento relativo ao trabalho do queixoso.

No processo 786/2006/JF, o Comité das Regiões rejeitou o relatório final do queixoso, cinco dias após o prazo contratual para o efeito. O Provedor de Justiça entendeu que o Comité defendia a posição de que, não obstante o seu atraso em informar o queixoso, tinha motivos para não pagar a totalidade do montante em causa porque o relatório não possuía a qualidade que o Comité tinha direito a exigir nos termos do contrato. O Provedor de Justiça concluiu que, se o Comité não conseguia cumprir o prazo previsto no contrato, por uma questão de boa administração devia ter informado o queixoso desse facto, antes de o prazo expirar. Não o tendo feito, incorrera em má administração. No entanto, o Comité fornecera uma explicação coerente e razoável da base jurídica das suas acções e do motivo por que considerava que a sua perspectiva da situação contratual era justificada. O Provedor de Justiça não procurou determinar se houvera ou não incumprimento do contrato, ou se os termos do mesmo permitiam que o Comité se recusasse a pagar o montante total.

O queixoso no processo 866/2006/SAB contestava a rejeição, pela Comissão, das suas propostas preliminares no âmbito do programa Sócrates. Segundo a Comissão, as propostas preliminares tinham sido enviadas após a data-limite. O inquérito do Provedor de Justiça revelou provas documentais, já ao dispor da Comissão quando esta tomou a sua decisão, de que, na verdade, as propostas preliminares tinham sido enviadas no dia da data-limite. O Provedor de Justiça concluiu, por isso, que houvera má administração.

O processo 3172/2005/WP dizia respeito ao atraso da Comissão no pagamento de uma subvenção para algumas actividades de geminação de cidades. No seu parecer sobre a queixa, a Comissão pediu desculpa pelo atraso e explicou os problemas administrativos que tivera e as melhorias que tinha introduzido no sistema de pagamento, para os resolver. O queixoso informou o Provedor de Justiça de que tinha recebido o pagamento e dava o caso como resolvido. Numa observação complementar, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que ponderasse a possibilidade de pagar juros de mora nestes casos.

O processo 2523/2005/TN referia-se a um processo de concurso, organizado pelo Tribunal de Justiça, relativo a contratos-quadro de tradução de textos jurídicos. O convite à apresentação de propostas continha um requisito de entrega de uma prova de tradução. O queixoso contestou este requisito alegando que não fora mencionado no anúncio de contrato inicial. O Provedor de Justiça considerou que não havia má administração, dado que uma prova de tradução constitui um tipo de informação complementar que, de acordo com a Directiva 92/50<sup>15</sup>, pode ser especificado na fase do convite à apresentação de propostas.

15

Directiva 92/50/CEE do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos públicos de serviços, JO 1992 L 209, p. 1. Esta directiva já não está em vigor, mas vigorava na altura da publicação do anúncio.



No inquérito de iniciativa própria OI/1/2006/TN, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que investigasse a possibilidade de um recurso acrescido à mediação para solucionar litígios surgidos no âmbito de contratos financiados pela Comissão. A Comissão respondeu positivamente, comprometendo-se a, futuramente, incentivar métodos alternativos de resolução de litígios através da inclusão de uma cláusula de mediação opcional nos seus contratos-tipo. Por ocasião do encerramento do inquérito, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que lhe fornecesse, até 30 de Junho de 2007, informações actualizadas sobre a cláusula de mediação e sobre os esforços da instituição para tornar o recurso à mediação extensivo aos litígios relacionados com subvenções. O Provedor de Justiça sublinhou ainda a importância da recomendação do recurso à mediação em conflitos entre contratantes e subcontratantes.

#### 2.8.4 Questões relativas ao pessoal

O Capítulo 3 contém 18 sínteses de decisões ou queixas relativas a questões de pessoal. Nove destas sínteses referem-se a processos de recrutamento organizados pelo Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) e outros seis dizem respeito às relações de trabalho com as instituições e organismos. Duas sínteses são relativas a decisões sobre queixas de peritos nacionais destacados e outro a um inquérito de iniciativa própria (OI/3/2006/BB). Neste último caso, o Parlamento Europeu seguiu o exemplo dado pela Comissão em 2005, ao abolir o limite máximo de idade para os estágios, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2006.

As queixas relativas a relações de trabalho com instituições e organismos comunitários só podem ser apresentadas ao Provedor de Justiça se o queixoso tiver esgotado primeiramente os procedimentos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 90.º do Estatuto e os prazos de resposta já tiverem expirado. Nos processos 1217/2004/OV e 2227/2004/MF, o Provedor de Justiça salientou que a ausência de resposta a uma queixa apresentada nos termos do n.º 2 do artigo 90.º constitui má administração. Apesar de o Estatuto considerar que a ausência de resposta no prazo de quatro meses constitui uma decisão negativa implícita, o objectivo desta disposição é permitir que a pessoa em causa recorra ao Tribunal da Função Pública e não isentar a administração do seu dever de resposta.

Duas queixas referentes a relações de trabalho produziram resultados muito positivos para os queixosos e demonstraram uma excelente cooperação da instituição e do organismo em causa com o Provedor de Justiça.

No processo 106/2005/TN, a Comissão recusara-se a pagar o vencimento da filha do queixoso, uma antiga funcionária da Comissão, que ficou doente pouco tempo depois de assumir funções. Em resposta à queixa, a Comissão alterou a sua posição e acedeu a pagar o vencimento em causa com juros.

O processo 1729/2005/JF referia-se à recuperação dos subsídios pagos ao queixoso pela Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AESA). O Provedor de Justiça verificou que a AESA fornecera ao queixoso informações incompletas, susceptíveis de o induzir em erro, e propôs, a título de solução amigável, que a AESA considerasse a possibilidade de cancelar, no mínimo, a recuperação de parte dos subsídios. Em resposta, a AESA manteve a sua opinião de que não houvera má administração, mas “dado tratar-se de um caso único e tendo na mais elevada consideração o parecer do Provedor de Justiça”, cancelou a recuperação de todos os montantes. Foi, deste modo, obtida uma solução amigável.

Em três outros casos, porém, a Comissão rejeitou não só as propostas de solução amigável apresentadas pelo Provedor de Justiça, mas também os outros esforços por este enviados para obter um resultado satisfatório. Dois destes casos diziam respeito a peritos nacionais destacados (PND).

No processo 760/2005/GG, o Provedor de Justiça sugeriu, primeiro como solução amigável e depois como projecto de recomendação, que a Comissão considerasse a possibilidade de alterar ou clarificar as regras referentes a uma licença especial para os peritos nacionais destacados que tenham de depor como testemunhas em tribunal. No seu parecer circunstanciado, a Comissão afirmou que iria estudar a proposta do Provedor de Justiça no contexto de um exame futuro, mais vasto, da situação





dos PND, mas lamentou não poder fornecer informações mais pormenorizadas sobre a altura em que tal exame teria lugar.

O processo 495/2003/ELB era referente a um litígio sobre os subsídios devidos a um perito nacional destacado. Depois de a Comissão ter rejeitado uma proposta de solução amigável, o Provedor de Justiça escreveu ao Comissário responsável solicitando que se envolvesse pessoalmente na busca de um resultado satisfatório para a queixa, o qual poderia assumir a forma de um pagamento *ex gratia* aos queixosos. Embora a Comissão alterasse, posteriormente, as regras aplicáveis, a resposta do Comissário defendia que a Comissão interpretara correctamente as regras anteriormente vigentes e rejeitava a proposta do Provedor de Justiça. No entender do Provedor, a Comissão agiu de forma injusta para com os queixosos ao tratar, no essencial, a questão como se as regras posteriormente adoptadas estivessem em vigor na altura em que determinou os subsídios a pagar.

O processo 1537/2003/ELB envolvia um antigo agente temporário da Comissão, que fora ilibado de uma acusação de carácter disciplinar, depois de um grande atraso, que o Provedor de Justiça já concluíra constituir um caso de má administração. O Provedor de Justiça propôs, a título de solução amigável, que a Comissão ponderasse reembolsar o queixoso das despesas em que este tinha razoavelmente incorrido para assegurar a sua defesa durante o processo disciplinar. A Comissão considerou que o Estatuto a impedia de o fazer. Também neste caso, o Provedor de Justiça escreveu ao Comissário responsável, expressando o ponto de vista de que o Estatuto não impedia a Comissão de fazer um pagamento *ex gratia*. No entanto, o Comissário rejeitou a abordagem do Provedor de Justiça.

Nestes três casos, o Provedor de Justiça exprimiu o seu pesar, nas respectivas decisões de encerramento, por a Comissão ter desperdiçado a oportunidade de demonstrar o seu empenhamento nos princípios de boa administração. O Provedor de Justiça anunciou a sua intenção de examinar, com o Comissário responsável, a melhor forma de promover uma cultura de serviço na Direcção-Geral em causa.

## 2.8.5 Outros assuntos

O Capítulo 3 contém várias sínteses de decisões relativas a queixas que não cabem nas categorias referidas nos pontos anteriores. Quatro destes processos serão também referidos aqui.

No processo 2601/2005/ID, a empresa queixosa alegou que a Comissão violara os seus direitos de propriedade intelectual relativos a um programa de tradução automática. A Comissão não contestou que a queixosa detinha esses direitos, mas exprimiu dúvidas a respeito do alcance e extensão dos mesmos. O Provedor de Justiça entendeu que competia à queixosa especificar e demonstrar a base jurídica dos direitos que tinham sido alegadamente violados. Uma vez que esta não o fizera, concluiu que não houvera má administração por parte da Comissão. Contudo, o Provedor de Justiça convidou a queixosa e a Comissão a ponderarem a possibilidade de recorrerem a um procedimento de mediação para tentarem encontrar uma solução mutuamente aceitável.

Dois processos debruçam-se sobre o grau de responsabilidade do Conselho em relação à sua Presidência.

No processo 1487/2005/GG, uma associação de defesa da língua alemã apresentou queixa por os sítios Web da Presidência da UE não estarem disponíveis em alemão. O Conselho não atendeu os argumentos substantivos da queixosa a respeito do número de cidadãos da União Europeia que falam alemão como primeira ou segunda língua. Embora aceitasse que a Presidência faz parte do Conselho como instituição, o Conselho afirmou que não tinha qualquer responsabilidade pelos sítios Web da Presidência, alegando que estes são da competência dos Estados-Membros que ocupam a Presidência. O Provedor de Justiça considerou, todavia, que o Conselho é, de facto, responsável pelas línguas usadas nos sítios Web da Presidência e que, idealmente, a informação presente nesses sítios Web deveria figurar em todas as línguas oficiais da Comunidade. Argumentou ainda que, se for necessário usar menos línguas, a escolha deverá basear-se em considerações objectivas e razoáveis. O facto de o Conselho não ter considerado o mérito do pedido do queixoso constituía, portanto, um caso de má administração. A seguir à rejeição de um projecto de recomendação sobre esta questão, o Provedor de Justiça apresentou um relatório especial ao Parlamento Europeu.



No processo 2172/2005/MHZ, o queixoso manifestou preocupação acerca do patrocínio comercial de uma determinada Presidência. O Conselho considerou que o patrocínio comercial da sua Presidência não se inseria no âmbito das suas responsabilidades como instituição comunitária. O Provedor de Justiça sugeriu, a título de solução amigável, que o Conselho reconhecesse a sua responsabilidade nesta questão e mostrasse estar disposto a tomar medidas, num prazo adequado, para evitar esse patrocínio ou para o regulamentar de forma a garantir uma gestão adequada de eventuais conflitos entre os interesses privados e os deveres públicos. O Conselho rejeitou a proposta. Uma vez que o relatório especial relativo ao processo 1487/2005/GG já colocara ao Parlamento Europeu a questão geral da responsabilidade do Conselho pela sua Presidência, o Provedor de Justiça não prosseguiu com esta questão. Todavia, ficou preocupado com a possibilidade de a confiança dos cidadãos na União e no seu funcionamento ficar abalada por o Conselho não responder sobre o mérito da questão do patrocínio comercial da sua Presidência. O Provedor de Justiça escreveu, por isso, individualmente aos representantes permanentes dos Estados-Membros acerca deste assunto.

O processo 3403/2004/GG dizia respeito à responsabilidade da Comissão relativamente à existência de um processo de recurso nas Escolas Europeias. Não obstante a actual convenção que rege as Escolas ter entrado em vigor em 2002, a disposição que previa um processo de recurso só foi aplicada em 2005. Este atraso levou a Instância de Recurso a considerar que não era competente para tratar do caso dos queixosos, que se referia a notas atribuídas em 2004 e que os queixosos procuravam contestar desde então. O Provedor de Justiça instou a Comissão a convencer o Conselho Superior a adoptar disposições que permitam que a Instância de Recurso aceite o recurso dos queixosos. Apesar dos esforços construtivos e constantes envidados pela Comissão para apoiar os queixosos, o Conselho Superior não tomou quaisquer medidas. O Provedor de Justiça considerou que, dada a natureza evidente da deficiência e a importância da questão, a Comissão deveria ter insistido com o Conselho Superior para que debatesse a proposta. Dada a importância do assunto, a Comissão pediu ao Secretário-Geral das Escolas Europeias que introduzisse a decisão do Provedor de Justiça na ordem de trabalhos do Conselho Superior.





Decisões adoptadas na sequência de um inquérito







### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

O presente capítulo é composto por uma selecção de resumos destas decisões adoptadas em 2006, que ilustra a variedade de temas e de instituições envolvidos nas queixas e nos inquéritos de iniciativa. Inclui resumos de todas as decisões mencionadas na análise temática do capítulo 2. Os resumos das decisões sobre as queixas são organizados, em primeiro lugar, pelo tipo de conclusão ou resultado e, depois, pela instituição ou organismo em causa. Os resumos das decisões tomadas na sequência de inquéritos de iniciativa própria, bem como exemplos de pedidos de informação formulados pelos provedores de justiça nacionais e regionais, figuram no fim do capítulo.

Em cada subponto do presente capítulo, os processos são apresentados por ordem numérica. Por exemplo, no subponto 3.1.2, o processo 2944/2004/ID antecede o processo 3133/2004/JMA. A decisão completa em cada um dos casos figura na secção do sítio Web do Provedor referente às decisões (<http://www.ombudsman.europa.eu>). É possível aceder à decisão em causa por meio do número de processo. As decisões completas figuram no sítio Web em inglês e na língua da queixa, se for diferente. Pode ser solicitada à Provedoria uma cópia impressa da decisão completa, tal como figura no sítio Web.

#### 3.1 PROCESSOS EM QUE NÃO FOI DETECTADO QUALQUER CASO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO



##### 3.1.1 Parlamento Europeu

###### AUSÊNCIA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS PELO PARLAMENTO SOBRE A APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA

*Síntese da decisão sobre a queixa 1315/2005/BB contra o Parlamento Europeu*

O Parlamento rejeitou a proposta do queixoso, na sequência de um concurso (“o concurso”), por ele ter apresentado a fotocópia de um determinado certificado, em vez do original, como os requisitos do concurso exigiam.

Depois de determinar que o supramencionado erro da proposta era essencial, pois constituía motivo de exclusão da mesma, nos termos de uma disposição explícita do concurso, o Provedor de Justiça fez notar que a possibilidade de a autoridade adjudicante contactar um concorrente, no âmbito do concurso, deveria ser estritamente interpretada como uma “*excepção especial*” à proibição prevista no concurso de “*qualquer contacto entre os concorrentes e as autoridades adjudicantes*” após a abertura das propostas. O Provedor de Justiça também teve em conta a necessidade de garantir a igualdade de tratamento dos concorrentes. Consequentemente, a correcção desse erro não deveria ser considerada nem como um “*esclarecimento*” da proposta nem como a correcção de um “*erro material evidente*”, na acepção da excepção pertinente prevista no concurso. Deste modo, a decisão de rejeição da proposta não constituiu um caso de má administração.



O Provedor de Justiça também formulou uma observação complementar a respeito da declaração do Parlamento de que, no caso em apreço, “*não exercera o seu direito de solicitar documentos ou certificados suplementares, quando estão em falta*”. A observação complementar salientava que a declaração supracitada não se afigurava em consonância com o próprio concurso nem com os princípios de boa administração em matéria de exercício do poder discricionário.



### 3.1.2 Comissão Europeia

#### ATRASO NO TRATAMENTO DO MÉRITO DE UMA QUEIXA AO ABRIGO DO ARTIGO 226.º

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 2944/2004/ID contra a Comissão Europeia*

A queixosa apresentou uma queixa por infracção à Comissão, em Agosto de 2003. Em Setembro de 2004, alegou numa queixa ao Provedor de Justiça que a Comissão não a informara sobre a apreciação que tinha feito do mérito da sua alegação respeitante à regulamentação nacional do horário de trabalho e do tempo de permanência que, alegadamente, violava as directivas comunitárias.

Na sua decisão sobre a queixa, o Provedor de Justiça começou por assinalar que, em conformidade com o compromisso assumido pela Comissão no ponto 8 da sua Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário<sup>1</sup>, o prazo máximo de um ano previsto nesse ponto apenas pode ser ultrapassado em casos especiais, e que a Comissão deve explicar adequadamente as razões desse atraso.

No caso em apreço, a Comissão explicou que tinha adiado a sua decisão de dar ou não seguimento à queixa apresentada pela queixosa ao abrigo do artigo 226.º porque essa acção dependia da evolução futura da sua proposta, de 22 de Setembro de 2004, para que a legislação comunitária relativa ao tempo de trabalho, incluindo o tempo de permanência, fosse alterada. A Comissão referia, a este respeito, que a proposta fora adoptada após uma vasta consulta em toda a Europa, na sequência das decisões do Tribunal de Justiça nos processos C-303/98 e C-151/02, as quais tiveram grande impacto nos Estados-Membros, nomeadamente nos seus sistemas de saúde pública. Na sua decisão (apresentada em Janeiro de 2006), o Provedor de Justiça concluiu que a Comissão dera uma explicação razoável e adequada para o facto de não ter apreciado o mérito da queixa apresentada pela queixosa ao abrigo do artigo 226.º no supramencionado prazo de um ano. No entanto, o Provedor formulou uma observação complementar, na qual reiterava que é uma boa prática administrativa que a Comissão mantenha os queixosos informados sobre a situação das queixas que lhe apresentam, e incentivava a Comissão a informar regularmente a queixosa sobre a situação da sua queixa. Referiu ainda que a queixosa podia apresentar uma nova queixa ao Provedor de Justiça, caso não estivesse satisfeita com o tratamento posteriormente dado pela Comissão à sua queixa por infracção.

#### AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DA LEGISLAÇÃO ESPANHOLA RELATIVA À TRANSMISSÃO TELEVISIVA DE TOURADAS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 3133/2004/JMA contra a Comissão Europeia*

A queixa dizia respeito à decisão da Comissão de arquivar uma queixa formal em que o queixoso alegava que a lei espanhola de transposição da Directiva 89/552/CEE<sup>2</sup>, nomeadamente, o Estatuto

<sup>1</sup> COM(2002) 141 final, JO 2002 C 244, p. 5.

<sup>2</sup> Directiva 89/552/CEE do Conselho, de 3 de Outubro de 1989, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao exercício de actividades de radiodifusão televisiva, JO 1989 L 298, p. 23.



22/1999, não contém a obrigação estabelecida no artigo 22.º da Directiva, segundo o qual as emissões de televisão não devem incluir programas susceptíveis de prejudicar gravemente o desenvolvimento físico, mental ou moral dos menores, nomeadamente programas que incluam cenas de violência gratuita, o que, na opinião do queixoso, é o caso das touradas.

A Comissão contrapôs que todas as obrigações da Directiva tinham sido correctamente transpostas pelo Estatuto 22/1999 e que o artigo 17.º do Estatuto reflectia inteiramente as obrigações do artigo 22.º da Directiva. Considerou que, embora a legislação espanhola não faça referência explícita a violência gratuita, este conceito, tal como o de pornografia, é mencionado na Directiva apenas a título de exemplo de conteúdos de programas de televisão susceptíveis de prejudicar gravemente o desenvolvimento dos menores. No entender da Comissão, porém, o âmbito desta disposição não se limita a esses dois aspectos específicos, podendo igualmente abranger outras situações.

O Provedor de Justiça observou que o artigo 22.º da Directiva proíbe explicitamente os Estados-Membros de permitirem que os organismos de radiodifusão televisiva sob a sua jurisdição emitam programas de televisão susceptíveis de prejudicar gravemente o desenvolvimento dos menores. No entanto, a Directiva não contém uma definição dos tipos específicos de programas que os Estados-Membros devem considerar susceptíveis de prejudicar o desenvolvimento dos menores, se bem que mencione como exemplos a incluir nesta categoria os que envolvam pornografia ou violência gratuita. Invocando o n.º 3 do artigo 249.º do Tratado CE e a jurisprudência dos tribunais da Comunidade, o Provedor de Justiça declarou que a transposição de uma directiva para o direito nacional não exige necessariamente que as disposições da directiva sejam reproduzidas exactamente nos mesmos termos numa disposição jurídica específica do direito nacional, uma vez que o contexto jurídico geral pode ser suficiente, desde que assegure, de facto, a plena aplicação da directiva de forma clara e precisa.

O Provedor de Justiça considerou que o artigo 22.º da Directiva e a sua disposição de aplicação no direito espanhol, nomeadamente o artigo 17.º do Estatuto 22/1999, eram quase idênticos, à excepção do facto de a lei espanhola não mencionar especificamente programas que contenham pornografia ou violência gratuita. Tal como consta da análise feita pela Comissão da adequação dessa transposição, qualquer programa contendo pornografia ou violência gratuita prejudicaria seguramente o desenvolvimento dos menores, pelo que cairia sob a alçada da disposição de aplicação espanhola. Tendo em conta a redacção e o âmbito das supracitadas disposições, o Provedor de Justiça considerou que a posição da Comissão se afigurava razoável. O Provedor de Justiça concluiu, portanto, que a decisão da Comissão de não instaurar um processo por infracção contra as autoridades espanholas e, por conseguinte, de arquivar a queixa formal apresentada pelo queixoso se afigurava razoável.

## FIM DE COOPERAÇÃO BASEADA EM ACORDOS A LONGO PRAZO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 191/2005/BB contra a Comissão Europeia*

A EuronAid (“EA”), uma associação de organizações não governamentais sem fins lucrativos, há 20 anos que mobilizava ajuda alimentar em espécie, no âmbito dos programas da Comissão “Ajuda alimentar de ONG” e “Segurança Alimentar”. Em Setembro de 2004, a Comissão enviou uma carta à EA confirmando que, devido ao novo Regulamento Financeiro<sup>3</sup>, não podia estabelecer novas relações contratuais com a EA com base nos acordos a longo prazo que com ela mantinha.

A Comissão baseou a sua decisão nos (i) artigos 54.º e 57.º do Regulamento Financeiro e nos (ii) artigos 110.º e 89.º do Regulamento Financeiro, bem como nos princípios de transparência e livre concorrência. O queixoso contestou a correcção desta argumentação, mas apenas apresentou argumentos contra os fundamentos (i), não contestando especificamente os fundamentos (ii). O Provedor de Justiça observou que os princípios e as regras comunitários que regem a concessão de subvenções ou a adjudicação de contratos de serviço público constituíam uma base separada,

<sup>3</sup>

Regulamento (CE, Euratom) N.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias; JO 2002 L 248, p. 1.



suficiente em si mesma e independente para a decisão contestada, tendo em conta que a cooperação que a Comissão e a EA mantinham antes da entrada em vigor do Regulamento Financeiro parecia ter sido baseada na concessão e adjudicação *directas* de subvenções e contratos de serviços. Na verdade, mesmo partindo do princípio de que, como a EA alegara, as tarefas realizadas pela EA no contexto da sua anterior cooperação com a Comissão eram “tarefas de peritagem técnica e tarefas administrativas, preparatórias ou acessórias, que não impliquem o exercício de autoridade pública, nem o exercício de um poder discricionário de apreciação” na acepção do n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Financeiro, tais tarefas não podiam, em qualquer caso, ser atribuídas à EA em desrespeito dos princípios e regras comunitários que regem a concessão de subvenções ou de contratos públicos de serviços. O Provedor de Justiça concluiu, por conseguinte, que não houve má administração.

### SELECÇÃO DE PERITOS NO ÂMBITO DO SEXTO PROGRAMA-QUADRO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 552/2005/SAB contra a Comissão Europeia*

O queixoso alegou que a Direcção-Geral de Investigação da Comissão violara os princípios de boa administração ao escolher os mesmos peritos que já contratara anteriormente, para lhe prestar assistência na avaliação das propostas no âmbito do Sexto Programa-quadro. Depois de a Comissão ter explicado, no seu parecer, que utilizara na selecção dos peritos um princípio de rotação especial, previsto nas Orientações para os Procedimentos de Avaliação e Selecção de Propostas<sup>4</sup>, o qual determinava que, em cada ano civil, 25% dos peritos, no mínimo, devem ser substituídos, o queixoso contestou a correcção deste contingente.

O Provedor de Justiça observou que, segundo as Orientações da Comissão, os processos de avaliação propostos pretendiam ser o mais rápidos possível e manter, simultaneamente, uma avaliação de qualidade. A Comissão estabelecera um contingente no intuito de obter um bom equilíbrio entre a selecção de novos peritos e o interesse legítimo de conservar peritos experientes e altamente qualificados. O Provedor de Justiça também assinalou que a anterior prática de substituir um terço dos peritos parecia criar problemas significativos à contratação de elementos em número suficiente e que a Comissão adoptara o contingente contestado após amplas consultas e vários anos de experiência na matéria. O Provedor de Justiça sustentou que as supramencionadas justificações objectivas para o contingente em questão eram pertinentes e legítimas, concluindo que não ficara demonstrado que a Comissão tinha excedido o âmbito do seu poder discricionário. Concluiu, por conseguinte, que não houvera má administração.

### CANCELAMENTO DE FINANCIAMENTO PARA TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 1252/2005/GG contra a Comissão Europeia*

Num acordo assinado em 1991, a Comissão comprometeu-se a prestar apoio financeiro ao Comité Europeu de Normalização (CEN) para a elaboração de determinadas normas europeias. O queixoso, um perito alemão, foi designado chefe de projecto por um dos subcontratantes do CEN para efectuar determinados testes com vista a uma norma europeia.

Em Maio/Junho de 2002, a Comissão e o CEN assinaram uma adenda ao acordo, pondo fim ao financiamento do projecto.

O queixoso alegou que a decisão da Comissão de cancelar o financiamento do projecto foi incorrecta e injusta. Afirmou que a Comissão deveria ter pago ao CEN o montante em falta para permitir que os organismos e pessoas envolvidos fossem pagos pelo seu trabalho.

A Comissão referiu que houvera progressos lentos e insatisfatórios no trabalho de normalização no âmbito de uma série de acordos. Por esse motivo, e em conformidade com o princípio da boa

4

COM C/2003/883.



gestão financeira, denunciou esses acordos, depois de ouvidos os contratantes. A Comissão não foi responsável por quaisquer acordos de subcontratação. O CEN estava em condições de informar todas as partes envolvidas sobre o cancelamento previsto e de enviar à Comissão quaisquer pedidos de pagamento remanescentes antes do cancelamento do acordo. A Comissão considerou ter cumprido integralmente as suas obrigações legais.

O Provedor de Justiça convidou também a Comissão a enviar-lhe um parecer sobre a alegação do queixoso de que a decisão fora injusta. Neste contexto, o Provedor de Justiça observou que a correspondência pertinente não referia se a Comissão tinha dado conhecimento prévio da sua intenção de cancelar o acordo.

A Comissão declarou que as actas das reuniões que tivera com os contratantes deixavam claro que a Comissão podia cancelar o financiamento a qualquer momento, no caso de não serem respeitados os calendários acordados. Não havia razão para fazer ao CEN qualquer novo aviso. Quanto à questão de saber se a decisão fora injusta para com o queixoso, a Comissão sublinhou que nunca teve com este qualquer relação contratual.

No que se refere à alegação do queixoso de que a decisão da Comissão foi ilegal, o Provedor de Justiça observou que o queixoso não contestou o argumento da Comissão de que o acordo fora rescindido pelo CEN e a Comissão de comum acordo. Considerou, portanto, que o queixoso não fundamentara esta alegação.

No que diz respeito à alegada injustiça, o Provedor de Justiça observou que o queixoso já concluíra o seu trabalho quando foi tomada a decisão de cancelar o financiamento. Era, portanto, compreensível que estivesse insatisfeito com a decisão da Comissão. No entanto, o argumento da Comissão de que não havia razão para novo aviso parecia razoável. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão não podia ser tida como responsável pela decisão do CEN de não apresentar um pedido de pagamento relativo ao trabalho do queixoso. Assim, encerrou o caso, concluindo que não houvera má administração.

### ALEGADA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE UM PROGRAMA DE TRADUÇÃO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 2601/2005/ID contra a Comissão Europeia*

O queixoso, uma empresa denominada SYSTRAN, alegou que a Comissão estava a violar os seus direitos de propriedade de um programa de tradução automática. Segundo o queixoso, esses direitos exigiam que a Comissão obtivesse a sua autorização antes de fazer determinadas alterações ao programa, que foi desenvolvido com base em vários contratos com a Comissão.

A Comissão não contestou a *existência* dos direitos de propriedade intelectual da SYSTRAN sobre o programa, mas manifestou dúvidas sobre o *âmbito* e a *extensão* desses direitos. Alegou, no essencial, que o ónus da prova de que houve de facto uma violação dos direitos de propriedade intelectual pertinentes cabia ao queixoso e que este deveria, em primeiro lugar, definir as bases jurídicas e contratuais desses direitos.

O Provedor de Justiça observou que os aspectos jurídicos da protecção de um direito como o que é invocado pelo queixoso podem depender da legislação aplicável e do conteúdo da relação contratual estabelecida entre as partes, em conformidade com a mesma legislação. No caso em apreço, o queixoso limitou-se a declarar que o seu direito era reconhecido pela Directiva 91/250/CEE relativa à protecção jurídica dos programas de computador<sup>5</sup> e pelas legislações nacionais da totalidade dos Estados-Membros, em particular da França, Bélgica e Luxemburgo. No entanto, não referiu quaisquer disposições específicas nem da Directiva (que é dirigida aos Estados-Membros e não à Comunidade ou às suas instituições), nem das legislações nacionais aplicáveis, não tendo também esclarecido qual a legislação nacional que se deveria aplicar e porquê. Além disso, o queixoso tinha

<sup>5</sup>

Directiva 91/250/CEE do Conselho, de 14 de Maio de 1991, relativa à protecção jurídica dos programas de computador, JO 1991 L 122, p. 42.





o ónus de especificar e definir a base jurídica do direito alegadamente infringido, o que não fez. O Provedor de Justiça considerou, pois, que o queixoso não provou a alegada violação.

O Provedor de Justiça concluiu convidando o queixoso e a Comissão a considerarem a possibilidade de submeterem o seu diferendo a um processo de mediação, através do qual as partes possam chegar, com a ajuda de um ou mais mediadores, a uma solução aceitável para o problema ou, pelo menos, identificar com suficiente precisão e clareza a questão jurídica, factual e técnica em causa, antes de submeterem o caso a um tribunal ou organismo arbitral.



### 3.1.3 Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

#### ANÚNCIO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2523/2005/TN contra o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*

A queixa dizia respeito a um anúncio de contrato, publicado pelo Tribunal, relativo à celebração de contratos-quadro para a tradução de textos jurídicos. O queixoso era um gabinete de tradução sueco que, na sequência de um pedido de participação, fora convidado a apresentar uma proposta. No entanto, este convite também continha um requisito que não fora mencionado no anúncio de contrato inicial, designadamente, que o tradutor para cada combinação linguística devia apresentar uma prova de tradução no prazo de 37 dias, como parte da proposta. Dado que o seu tradutor para as combinações linguísticas inglês-sueco e francês-sueco estava de férias por 35 dias, na altura em que recebeu o convite, o queixoso não estava em condições de preencher este requisito.

Segundo o queixoso, todos os requisitos aplicáveis ao processo de adjudicação dos contratos deveriam ter sido especificados no anúncio de contrato, tendo o Tribunal alterado indevidamente as condições enquanto o processo estava em curso.

O Tribunal alegou ter agido em conformidade com as regras aplicáveis, nomeadamente com a Directiva 92/50<sup>6</sup> relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos públicos de serviços.

Uma vez que o queixoso não parecia questionar as regras aplicadas pelo Tribunal, o Provedor de Justiça considerou razoável examinar o caso à luz da Directiva 92/50. O n.º 3 do artigo 32.º desta directiva sugeria que bastava especificar alguns requisitos relativos à informação no convite à apresentação de propostas e não, desde logo, no anúncio de contrato. O Provedor de Justiça considerou que esta conclusão era sustentada pelo n.º 2, alínea d), do artigo 19.º, que determinava que a carta de convite aos candidatos admitidos a apresentarem as suas propostas devia incluir uma indicação dos documentos a juntar eventualmente, quer para comprovar as declarações verificáveis fornecidas pelo candidato quer como complemento das informações já fornecidas. O Provedor de Justiça considerou que uma prova de tradução constituía um complemento de informação desse tipo e que o Tribunal não tinha alterado as condições durante um processo em curso. Concluiu, portanto, que não houvera má administração.

<sup>6</sup>

Directiva 92/50/CEE do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos públicos de serviços, JO 1992 L 209, p. 1. Esta directiva já não está em vigor, mas vigorava na altura em que o anúncio foi publicado.



### 3.1.4 Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

#### AVALIAÇÃO ALEGADAMENTE INEXACTA DE PROVAS DE CONCURSO

*Síntese da decisão sobre a queixa 1217/2004/OV (Confidencial) contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O queixoso, que participou no concurso público COM/A/9/01, organizado pelo EPSO, foi informado de que não figurava entre os 200 candidatos que tinham obtido as melhores notas na prova escrita e) e na prova oral f). Escreveu ao EPSO a solicitar uma revisão dos seus resultados porque, dada a forma séria como se preparara para as provas, as suas competências linguísticas e a sua experiência neste domínio, estava convencido de que tinha havido erros de classificação. Também enviou ao EPSO um pacote com um CD áudio e uma “transcrição” de quatro páginas da sua prova oral para demonstrar que as suas respostas na prova oral estavam correctas. O júri manteve a sua decisão. O queixoso apresentou um recurso ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º do Estatuto do Pessoal, a que a entidade competente para proceder a nomeações respondeu em 2 de Março de 2004. Contudo, o queixoso não recebeu uma tradução da decisão na sua língua-mãe, o neerlandês.

A queixa ao Provedor de Justiça contestava a avaliação que o júri fizera das provas do queixoso e alegava que o júri não considerara as provas apresentadas pelo queixoso nem justificara as respostas que lhe dera. O queixoso alegou também que o EPSO não tinha respeitado os prazos de resposta ao seu recurso, apresentado ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, e contestava o facto de a resposta não lhe ter sido dada em neerlandês.

No seu parecer conjunto, a Comissão e o EPSO recordavam que a avaliação dos candidatos era comparativa e alegavam que o pacote enviado pelo queixoso continha documentos irrelevantes para o reexame das suas provas. O EPSO salientou também que fora, efectivamente, enviada ao queixoso uma resposta em neerlandês ao recurso apresentado ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, no dia 1 de Junho de 2004, exprimindo o seu pesar pelo atraso.

Em resposta a outros pedidos de informação, o EPSO estabeleceu uma distinção entre o *trabalho administrativo* realizado pelos funcionários do EPSO, no qual é possível identificar um eventual caso de má administração, e *as decisões adoptadas pelo júri*, as quais, no seu entender, só podem ser revistas pelo Tribunal da Função Pública.

A decisão do Provedor de Justiça, referindo a jurisprudência do Tribunal de Justiça, sublinhava que o Provedor de Justiça também pode examinar a legalidade das decisões do júri, pelas quais a entidade competente para proceder a nomeações mantém a responsabilidade final.

No que respeita à avaliação das provas do queixoso, o Provedor de Justiça chegou à conclusão de que não havia um erro manifesto na avaliação do júri e que este tinha fundamentado suficientemente a sua decisão. O Provedor de Justiça considerou também que a “transcrição” da prova oral não constituía um factor pertinente para o júri avaliar o desempenho do queixoso, porque se baseava na sua própria recordação da prova.

Quanto à resposta ao recurso apresentado pelo queixoso ao abrigo do artigo 90.º, o Provedor de Justiça concluiu que, tendo em conta a expressão de pesar do EPSO pelo atraso no envio da sua resposta e da tradução para neerlandês, não eram necessários inquéritos suplementares. Contudo, formulou uma observação complementar em que incentiva a entidade competente para proceder a nomeações a enviar uma resposta a indicar que a resposta definitiva se encontra pendente, sempre que espere ultrapassar o prazo de quatro meses previsto.



**RECUSA DE ADMISSÃO A UMA PROVA DE SELECÇÃO**

*Síntese da decisão sobre a queixa 1482/2005/MHZ contra o Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

A queixa foi apresentada em nome da Associação de Licenciados da Escola Nacional de Administração Pública relativamente ao concurso geral EPSO/A/8/03 para administradores-adjuntos (de nacionalidade polaca) no sector de “Auditoria”.

Vários candidatos polacos, que tinham sido nomeados auditores do Estado pela Câmara Superior de Controlo da Polónia (“a Câmara de Controlo”), depois de aprovados no respectivo exame e de terem concluído formação específica em auditoria, foram excluídos do concurso com o fundamento de que os seus diplomas universitários não eram de uma área adequada e as suas qualificações profissionais não eram de nível equivalente ao exigido.

A queixosa alegou que o júri do concurso não tinha tomado em consideração o sistema polaco de formação de auditores, pelo que avaliara erradamente as qualificações dos candidatos polacos. Defendeu igualmente que o EPSO deveria abrir imediatamente um novo concurso na área da auditoria ao qual os candidatos polacos pudessem concorrer.

O EPSO referiu que o júri goza de uma ampla margem de discricionariedade quanto à avaliação das qualificações dos candidatos e que essa avaliação é feita com base nos requisitos constantes do anúncio de concurso. O EPSO observou igualmente que tinha organizado dois novos concursos na área da auditoria (EPSO/AD/23-24/05), no qual candidatos que não possuísem diploma numa área adequada podiam ser admitidos com base numa qualificação adicional pertinente.

O Provedor de Justiça entendeu que o texto do anúncio de concurso se baseara numa compreensão incompleta do sistema educativo polaco na área da auditoria, mas que, ao elaborar os anúncios dos novos concursos, o EPSO parecia ter feito o uso apropriado da informação complementar para a qual a queixosa chamara a sua atenção. O Provedor de Justiça observou igualmente que os candidatos cujas candidaturas foram rejeitadas pareciam ser elegíveis para participar nos novos concursos e que a queixosa tinha deixado claro que não pretendia a anulação do concurso em causa.

O Provedor de Justiça concluiu não se justificar o prosseguimento do inquérito e encerrou o processo.

**OBRIGAÇÃO DE CANDIDATURA A APENAS UM DE TRÊS CONCURSOS EM PARALELO**

*Síntese da decisão sobre a queixa 2616/2005/SAB contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O EPSO publicou anúncios de três concursos para administradores linguísticos, nos quais se informavam os candidatos de que as provas para estes concursos poderiam ser realizadas em simultâneo, e lhes eram dadas instruções para se candidatarem apenas a um deles. O queixoso contestou esta restrição, visto pretender candidatar-se aos três concursos.

O EPSO declarou que tinha organizado as provas dos concursos em simultâneo por motivos relacionados com uma melhor gestão das limitações de tempo e dos encargos financeiros inerentes aos processos de recrutamento que envolvem um grande número de candidatos.

O Provedor de Justiça considerou que a explicação do EPSO era razoável à luz do objectivo legítimo de assegurar uma boa gestão do tempo e uma utilização racional dos recursos financeiros disponíveis. A solução alternativa de obrigar o EPSO a organizar as provas dos concursos em causa separadamente, a fim de permitir que eventuais candidatos participassem em todos os concursos, criaria dificuldades desproporcionadas e irrazoáveis para a administração e atrasos injustificáveis para as instituições e os outros candidatos. Tendo em conta estas considerações e o facto de as provas dos concursos públicos em causa terem sido efectivamente realizadas no mesmo dia, o Provedor de Justiça concluiu não existirem indícios de que o EPSO excedera o âmbito do seu



poder discricionário ao permitir que os candidatos se candidatassem apenas a um dos concursos. O Provedor de Justiça concluiu, assim, que não houvera má administração.

No entanto, o Provedor de Justiça considerou que, normalmente, o EPSO não deveria proibir os candidatos de se candidatarem a mais de um concurso em paralelo, a não ser que as provas de concursos sejam efectivamente realizadas em simultâneo, tendo apresentado uma observação suplementar nesse sentido.

### AValiação da resposta de um candidato a uma pergunta de concurso

*Síntese da decisão sobre a queixa 3389/2005/WP contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O queixoso participou num concurso público para revisores de provas em língua alemã. Uma das perguntas de concurso era a seguinte: “Qual o significado de ‘prelims’? (a) a parte do livro que antecede o texto; (b) a bibliografia; (c) o título principal juntamente com o subtítulo correspondente; (d) nenhum dos anteriores.” O queixoso escolheu a resposta (d), mas, de acordo com a listagem de respostas correctas, era a resposta (a) que estava certa.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou que o júri se enganara ao considerar incorrecta a resposta que dera à pergunta. Argumentou que “prelims” não eram apenas a parte do livro que antecedia o texto, mas que, por vezes, partes dos “prelims”, como as páginas em branco ou uma fotografia do autor, figuravam após o texto. O queixoso mencionou também a seguinte entrada de dicionário: “Os ‘prelims’ são as páginas de um livro que antecedem o texto propriamente dito, tais como a referência à impressora. (...) Nos livros de alguns editores, a referência à impressora pode figurar no fim do livro”.

No seu parecer, o EPSO declarou que um júri possui vastos poderes de apreciação, não sendo obrigado a explicar exactamente por que razão a resposta de um candidato não é considerada suficiente, nem a dar informações pormenorizadas sobre a avaliação que efectuou. No entanto, o EPSO informou o Provedor de Justiça de que, tendo reexaminado o caso do queixoso, o júri considerara que, ao referir a entrada do dicionário, o queixoso confirmara a posição geral dos “prelims” num livro. Deste modo, era evidente, até mesmo para ele, que a resposta (a) não podia estar errada. Consequentemente, a resposta (d) não podia ser considerada correcta. O EPSO concluiu que o queixoso não conseguira demonstrar a impossibilidade de encontrar a resposta correcta para a pergunta em causa.

Aplicando os mesmos critérios que os Tribunais das Comunidades em questões de recrutamento, os quais se caracterizam pelo amplo poder de apreciação do júri, o Provedor de Justiça procurou determinar se houvera um erro manifesto na avaliação feita pelo júri. Pelas informações fornecidas ao Provedor de Justiça, ficou patente que, por exemplo, a referência à impressora, que normalmente faz parte dos “prelims”, por vezes figura, na verdade, a seguir às páginas de texto. O Provedor de Justiça compreendeu, assim, porque é o queixoso hesitara em escolher a resposta (a). Se, todavia, se partisse do princípio de que a definição de “prelims” dada pelo queixoso era correcta, afigurava-se ao Provedor de Justiça que a resposta (d) não podia ser correcta porque não foi contestado que os “prelims” (também) designam a parte do livro que antecede o texto, de modo que a resposta (a) não podia ser excluída como estando errada.

De qualquer modo, o Provedor de Justiça considerou que o queixoso não tinha demonstrado que existira um erro manifesto na avaliação do júri, encerrando o caso com a conclusão de que não houvera má administração.



## ALEGADA MÁ ORGANIZAÇÃO DE UM CONCURSO PÚBLICO

*Síntese da decisão sobre a queixa 472/2006/DK contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

Um participante num concurso público organizado pelo EPSO queixou-se ao Provedor de Justiça de que o concurso não fora suficientemente transparente e bem organizado. Alegava, em particular, que os prazos de registo para as provas de selecção não tinham sido respeitados.

O EPSO reconheceu que vários candidatos sentiram dificuldades quando tentaram registar-se para prestar provas, porque muitos candidatos procuraram registar-se no primeiro dia do período de registo e, em consequência, o sistema de TI ficou sobrecarregado. O EPSO foi, por isso, obrigado a instalar um sistema de fila de espera, a fim de limitar os inconvenientes causados pelas dificuldades supramencionadas. Fez igualmente notar que nunca deixara de publicar informações pertinentes e actualizadas no EPSO Porta (perfil em linha) dos candidatos, e no seu sítio Web oficial.

Depois de considerar o tipo de informações fornecidas pelo EPSO no seu sítio Web oficial e no EPSO Porta dos candidatos, bem como a rapidez com que estas informações foram fornecidas, o Provedor de Justiça concluiu que o EPSO fornecera aos candidatos informações relativas às sucessivas fases do processo de selecção, de forma regular e em conformidade com o convite à manifestação de interesse. Neste contexto, o Provedor de Justiça constatou que o EPSO procurara, conscienciosamente, informar os candidatos a respeito das dificuldades técnicas que enfrentara e as alterações que tinha sido necessário introduzir na organização das provas de selecção para resolver estas dificuldades. Além disso, as informações fornecidas pelo EPSO foram claras e adequadas, uma vez que permitiam que alguém com uma capacidade de leitura razoável compreendesse qual seria a fase seguinte do processo e que elemento do processo tinha sido alterado. O Provedor de Justiça considerou ainda que o EPSO não podia ter previsto, inicialmente, o problema técnico atrás mencionado, que solucionara adequadamente esse imprevisto e, mais importante ainda, que informara os candidatos, sem demora, das concomitantes mudanças introduzidas na organização do concurso. Em consequência, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração correspondente às alegações do queixoso.



### 3.1.5 Banco Europeu de Investimento

## RECUSA DE INFORMAÇÕES SOBRE O POSSÍVEL FINANCIAMENTO DE UM PROJECTO NUM PAÍS CANDIDATO

*Síntese da decisão sobre a queixa 3501/2004/PB contra o Banco Europeu de Investimento (BEI)*

O BEI recusou o pedido de informação do queixoso (apresentado em 2003) sobre o possível financiamento de um projecto na República Checa, alegando que as autoridades checas lhe tinham pedido para manter essa informação confidencial até o Parlamento checo ter aprovado os empréstimos. Em resposta a uma queixa que lhe foi enviada, o BEI observou, em termos gerais, que a sua recusa estava conforme com a sua política e as regras vigentes na altura. A resposta não abordava o argumento do queixoso de que, segundo uma publicação pertinente do BEI, deve haver transparência a não ser que os promotores do projecto a tal se oponham, com justificados motivos de segredo comercial e de mercado.

O queixoso recorreu, por conseguinte, ao Provedor de Justiça.

Durante o inquérito do Provedor de Justiça, o BEI corrigiu a sua omissão inicial, ao não dar resposta ao argumento dos queixosos sobre a transparência, apresentando explicações ligadas ao interesse público em matéria de relações internacionais. O Provedor de Justiça concluiu que o BEI podia invocar validamente essas considerações. Além disso, o Provedor de Justiça considerou que o BEI não era obrigado a obter, por escrito, uma confirmação do desejo de confidencialidade do Governo

checo especificamente para o projecto em casa, e que, no contexto do seu inquérito, o BEI fornecera provas suficientes sobre o comportamento das autoridades checas que o tinham levado a recusar a divulgação das informações solicitadas.

O Provedor de Justiça salientou que os princípios de boa administração exigem que a Administração forneça aos cidadãos as informações que estes pedirem, a não ser que invoque motivos válidos e adequados para não o fazer. Este requisito reflectiu-se no próprio código de boa conduta administrativa do BEI, que também menciona o dever de justificar as decisões.

Quanto ao caso em apreço, o Provedor de Justiça concluiu que não ficara provado que o BEI tinha violado as suas próprias regras de acesso à informação. Não obstante, para efeitos futuros, o Provedor de Justiça aconselhou o BEI a acompanhar uma eventual recusa de informações de uma explicação adequada das razões subjacentes, endereçada à pessoa que solicita as informações, antes de o problema atingir proporções susceptíveis de se transformarem em queixa ao Provedor de Justiça.

### 3.1.6 Organismo Europeu de Luta Antifraude

#### ALEGADA OMISSÃO DE RESPOSTA A UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 3436/2004/ELB contra o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)*

Os queixosos são directores de uma empresa cujo projecto (Blue Dragon) foi seleccionado para receber financiamento no âmbito da iniciativa comunitária LEADER II. Suspeitando de que os fundos aplicados em nome da sua empresa tinham sido objecto de fraude, contactaram o OLAF. No final da sua investigação, o OLAF concluiu que os fundos comunitários pagos deviam ser devolvidos. Os queixosos alegaram que o OLAF não respondeu às questões que lhe colocaram relativamente à sua investigação ao projecto Blue Dragon.

No seu parecer, o OLAF observou que as questões suscitadas na carta dos queixosos eram relativas aos mesmos acontecimentos e ao mesmo período de tempo a que se referia a queixa 1769/2002/(IJH)ELB. No contexto desta queixa, o OLAF forneceu abundante informação a respeito das questões nela suscitadas. Além disso, esta matéria, assim como as questões específicas levantadas na carta dos queixosos, foi igualmente objecto de controlo por parte da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu (COCOBU), à qual o OLAF prestou detalhada informação escrita e oral. Pedir ao OLAF que desse novamente respostas detalhadas sobre as mesmas questões implicaria uma sobrecarga administrativa injustificada. O OLAF decidiu, portanto, limitar as suas respostas à indicação de onde podiam ser encontradas as respostas já dadas a cada uma das perguntas formuladas pelos queixosos na sua carta e à prestação de qualquer informação complementar que pudesse ser útil.

O Provedor de Justiça considerou que, enquanto alegadas vítimas de fraude e autores de uma queixa ao OLAF, os queixosos tinham o direito de esperar que o OLAF desse especial atenção ao seu interesse em obter informação sobre os decorrentes inquéritos realizados pelo OLAF. Considerou igualmente, porém, que o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa estabelece limites ao dever que as instituições europeias têm de responder aos pedidos de informação. Especificamente, o interesse da boa administração exige que esse dever se sujeite ao princípio da proporcionalidade, a fim de evitar sobrecargas administrativas injustificadas. Em circunstâncias como as do caso presente, em que o OLAF já respondera a inquéritos do Provedor de Justiça e da COCOBU, o Provedor de Justiça considerou razoável que o OLAF respondesse à carta dos queixosos indicando onde poderiam encontrar as respostas a cada uma das suas perguntas. O Provedor de Justiça reconheceu que os queixosos não ficaram satisfeitos com o conteúdo destas respostas. Contudo, após análise atenta das perguntas e das respostas, o Provedor de Justiça concluiu que a alegação dos queixosos de que o OLAF não respondera não era sustentável.



## 3.2 CASOS SOLUCIONADOS PELA INSTITUIÇÃO



### 3.2.1 Parlamento Europeu

#### ACESSO A UM ARTIGO DO “EP NEWSHOUND”

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1363/2006/MF contra o Parlamento Europeu*

O queixoso, um funcionário do Parlamento Europeu, tentou ler um artigo sobre a situação política em Espanha, publicado em 4 de Março de 2006 no “EP Newshound” (o boletim informativo interno em linha do Parlamento Europeu). Entretanto, porém, o artigo fora retirado. Por mensagem de correio electrónico de 6 de Abril de 2006, o queixoso pediu ao serviço responsável pelo “EP Newshound” que lhe enviasse uma cópia do artigo. No mesmo dia, esse serviço informou-o de que, em virtude de o artigo ter sido retirado e anulado devido a “reacções populares”, o seu pedido não podia ser atendido.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou que a recusa do Parlamento em lhe facultar uma cópia do artigo era injusta, discriminatória e equivalia a um não fornecimento de informações.

O Parlamento informou o Provedor de Justiça de que decidira enviar o artigo directamente ao queixoso. Este último informou, seguidamente, o Provedor de Justiça de que recebera o artigo e estava satisfeito com a resposta do Parlamento. O Provedor de Justiça concluiu que o Parlamento tinha resolvido a questão.



### 3.2.2 Comissão Europeia

#### RECUSA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM FALTA E RESPECTIVOS JUROS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 106/2005/TN contra a Comissão Europeia*

A queixa era referente à alegada recusa da Comissão de pagar o salário da filha da queixosa, uma antiga funcionária da Comissão, que adoeceu pouco depois de ter iniciado as suas funções. Algum tempo depois de esta ter entrado de baixa por doença, a Comissão declarou inválido o resultado do exame médico a que a filha da queixosa se submeteu antes de tomar posse. A Comissão alegou que ela já deveria estar doente na altura do exame médico. O caso foi levado ao Tribunal de Primeira Instância, que anulou a decisão da Comissão, e a filha da queixosa foi reintegrada como funcionária. Uma vez que continuava doente, não podia trabalhar, pelo que acabou por lhe ser atribuída uma pensão por invalidez a partir de Novembro de 2002. No entanto, a Comissão não pagou à filha da queixosa os salários referentes ao período entre Maio de 2001 e Outubro de 2002, alegando que esta não apresentara qualquer prova de que a sua ausência se devesse a razões médicas. A filha da queixosa apresentou uma queixa nos termos do n.º 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários, mas não recebeu resposta dentro do prazo estipulado. A queixosa apresentou, portanto, uma queixa ao Provedor de Justiça em nome da sua filha.

A queixosa argumentou que a Comissão já tinha em seu poder a informação necessária para concluir que a sua filha estivera doente no período em questão, uma vez que a sua incapacidade para o trabalho tinha sido avaliada pela junta médica da Comissão. A queixosa sustentou que a decisão da Comissão de classificar como falta injustificada a ausência da sua filha no período de





Maio de 2001 a Outubro de 2002 não era razoável. Reclamou que a Comissão devia pagar à sua filha os salários relativos ao período em questão.

No seu parecer, a Comissão explicou que decidira aceitar a queixa da filha ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º e que lhe pagara os salários em falta relativos ao período em questão. A queixosa reconheceu que os salários haviam sido pagos, mas considerou estranho que a Comissão não tivesse pago juros.

O Provedor de Justiça observou que, na sua queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, a filha da queixosa reclamara o pagamento não só dos salários em falta mas também dos respectivos juros. Uma vez que a Comissão, no seu parecer, afirmava ter tomado a decisão de aceitar a queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, o Provedor de Justiça considerou apropriado prosseguir o inquérito, perguntando à Comissão porque não pagara os juros.

Em resposta, a Comissão reconheceu que os juros deveriam ser pagos, tendo a queixosa informado posteriormente os serviços do Provedor de Justiça de que a Comissão havia efectuado o respectivo pagamento. Agradeceu aos serviços do Provedor de Justiça a sua ajuda na resolução do assunto.

### RESPOSTA NUMA LÍNGUA DIFERENTE A UMA CANDIDATURA A EMPREGO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 1841/2005/BM contra a Comissão Europeia*

O queixoso enviou uma candidatura a emprego redigida em espanhol à representação da Comissão Europeia em Barcelona ("a representação"). A representação enviou uma mensagem de correio electrónico em catalão informando o queixoso de que não fora incluído na lista de pré-selecção.

O queixoso alegou que a Comissão não cumprira o disposto no artigo 21.º do Tratado CE, ao responder à sua candidatura numa língua diferente da utilizada na sua carta inicial e, além disso, numa língua não prevista no Tratado CE.

A Comissão explicou que a representação utiliza, geralmente, as duas línguas oficiais da região, como estipula a Constituição Espanhola. Neste caso, a representação enviara mensagens de correio electrónico em catalão a todos os candidatos não seleccionados. A Comissão lamentou o erro, acrescentando que fora enviada ao queixoso uma tradução da resposta em espanhol, assim como um pedido de desculpa. A Comissão informou que a representação se comprometera a assegurar que, no futuro, as mensagens de correio electrónico dirigidas a múltiplos destinatários seriam redigidas em espanhol e catalão.

O queixoso informou o Provedor de Justiça de que considerava a questão resolvida e agradeceu ao Provedor de Justiça e aos seus serviços por terem ajudado a encontrar uma solução positiva para a sua queixa.

### ATRASO NO PAGAMENTO DE UMA SUBVENÇÃO NO DOMÍNIO DA GEMINAÇÃO DE CIDADES

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 3172/2005/WP contra a Comissão Europeia*

Uma autoridade local de Berlim, Alemanha, e a autoridade sua parceira de Halton, Reino Unido, organizaram um programa de intercâmbio de alunos das respectivas escolas de música, no âmbito das suas actividades de geminação de cidades. A Comissão concedeu a um projecto realizado em Halton, no mês de Outubro de 2004, uma subvenção de quase 11 000 euros. Contudo, a autoridade alemã queixou-se ao Provedor de Justiça de que (i) se verificara um significativo atraso no tratamento do pedido de financiamento pela Comissão, (ii) a Comissão não lhe pagara a sua parte da subvenção, e (iii) os esforços que envidara para contactar a Comissão tinham sido infrutíferos.

No seu parecer, a Comissão pediu desculpa pelo atraso, que se devera a um volume de pagamentos particularmente elevado no sector da geminação de cidades e a uma reorganização do serviço



competente. Explicou que, para os encontros de cidadãos, costumava pagar directamente a todas as cidades convidadas a sua parte das subvenções. Contudo, face ao êxito do programa e ao número crescente de projectos multilaterais, este sistema deixara de ser viável. A Comissão decidira, por isso, simplificar o sistema de pagamento e pagar todas as subvenções por inteiro à cidade organizadora, que tinha a tarefa de enviar às cidades convidadas as respectivas partes da subvenção. Devido ao elevado volume de trabalho, este sistema já tinha sido aplicado em 2004, embora o convite à apresentação de propostas previsse o pagamento directo às cidades convidadas. A Comissão informara as cidades organizadoras e as principais organizações representativas das cidades e dos municípios acerca desta alteração. No entanto, fora difícil informar também, simultaneamente, todas as cidades convidadas, embora a Comissão reconhecesse que isto lhes teria sido útil. No tocante ao projecto em causa, a Comissão contactara a autoridade parceira de Halton e recordara-lhe a sua responsabilidade. Depois disso, a dita autoridade pagou à autoridade local queixosa a sua parte da subvenção.

A Comissão lamentava o facto de a queixosa não ter sido suficientemente informada acerca do novo sistema de pagamento.

A queixosa informou os serviços do Provedor de Justiça de que recebera o pagamento e que dava o caso por resolvido, agradecendo ao Provedor de Justiça pelos seus esforços. O Provedor de Justiça encerrou, assim, o processo. Contudo, numa observação complementar, acrescentou que, dada a probabilidade de os requerentes de financiamento neste sector serem organismos com recursos financeiros relativamente limitados, considerava que seria ainda melhor se a Comissão ponderasse a possibilidade de pagar juros de mora nestes casos.



### 3.2.3 Comissão Europeia e Agência Europeia do Ambiente

#### PEDIDOS DE DESCULPA RÁPIDOS PELOS ERROS

##### *Síntese das decisões sobre as queixas 3297/2006/BU e 3684/2006/BU*

Em resposta a um pedido de informação apresentado pelo queixoso, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) dirigiu-se a este dando-lhe um apelido incorrecto. Em virtude de o teor do pedido de informação não se inserir no âmbito das suas competências, a AEA transferiu-o para a Comissão, a fim de que esta lhe respondesse. A Comissão enviou um aviso de recepção ao queixoso. Porém, este estava escrito em polaco, ao passo que o pedido de informação era em eslovaco.

O queixoso recorreu ao Provedor de Justiça, cujos serviços telefonaram à AEA e à Comissão, a fim de esclarecer o assunto rapidamente e encontrar uma solução que satisfizesse o queixoso. As respostas dadas pela AEA e pela Comissão foram positivas e elas acederam a apresentar prontamente um pedido de desculpas ao queixoso. Os serviços do Provedor de Justiça contactaram então este último, que aceitou com agrado o pedido de desculpas.

O Provedor de Justiça considerou que a AEA e a Comissão tinham solucionado as queixas, agradecendo-lhes a boa cooperação demonstrada pelos seus serviços.



### 3.2.4 Comité das Regiões

#### REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM RELATIVAS A UMA ENTREVISTA DE EMPREGO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 800/2006/WP contra o Comité das Regiões*

Em Outubro de 2005, o queixoso foi a uma entrevista de emprego no Comité das Regiões, depois da qual enviou ao Comité uma carta registada com os documentos necessários para o reembolso das suas despesas de viagem. Não tendo recebido qualquer resposta, contactou o Comité em Dezembro de 2005. Em 10 de Janeiro de 2006, o Comité informou-o de que não tinha recebido os documentos requeridos. Em 14 de Janeiro de 2006, o queixoso enviou fotocópias dos documentos ao Comité, tendo sido informado de que eram suficientes para se proceder ao reembolso.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, apresentada em Março de 2006, o queixoso alegou que ainda não tinha recebido o pagamento e que o Comité não respondera a uma carta de insistência que lhe enviara em Fevereiro de 2006. O queixoso afirmava que as suas despesas de viagem deveriam ser reembolsadas, que lhe deveriam ser pagos juros de mora e que o processo de reembolso do Comité deveria ser melhorado.

No seu parecer, o Comité alegou que não tinha recebido a carta registada enviada pelo queixoso, mas que decidira reembolsá-lo com base nas cópias dos documentos, e que o prazo previsto para o reembolso era 2 de Março de 2006. No entanto, devido a uma reorganização interna no período em questão, o pagamento apenas tinha sido efectuado em 29 de Abril de 2006. Em consequência, pagara juros ao queixoso. Quanto à afirmação do queixoso de que o seu processo de reembolso deveria ser melhorado, o Comité alegou que o atraso se devera a circunstâncias excepcionais e que os seus procedimentos não necessitavam de ser revistos.

O queixoso informou os serviços do Provedor de Justiça de que estava satisfeito com o tratamento que o Comité dera ao seu caso, na medida em que recebera o montante em dívida, acrescido de juros. No entanto, não concordava com a posição do Comité de que os seus procedimentos não necessitavam de ser melhorados. Argumentou que o Comité não o tinha informado de que não recebera os documentos necessários e que também o podia ter informado da reorganização interna que atrasara o pagamento. No entanto, o queixoso declarou que o processo podia ser encerrado, agradecendo ao Provedor de Justiça pela sua ajuda.

O Provedor de Justiça concluiu que o Comité solucionara a queixa no respeitante ao reembolso e ao pagamento de juros. Considerou que o queixoso abandonara a sua reivindicação de que o processo de reembolso do Comité deveria ser melhorado e encerrou o processo.

Contudo, a título de observação complementar, o Provedor de Justiça sugeriu que os padrões administrativos do Comité melhorariam se os processos de pagamento, como o que estava em causa, fossem objecto de acompanhamento sistemático, nomeadamente contactando os requerentes se alguns dos documentos necessários para a execução do pagamento estivessem em falta e, caso surgissem atrasos, mantendo os requerentes informados a respeito destes atrasos e dos respectivos motivos.





### 3.3 SOLUÇÕES AMIGÁVEIS CONSEGUIDAS PELO PROVIDOR DE JUSTIÇA



#### 3.3.1 Comissão Europeia

##### INTERPRETAÇÃO DA DIRECTIVA RELATIVA À PROTECÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DE UMA QUEIXA POR INFRACÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2467/2004/PB contra a Comissão Europeia*

O queixoso apresentou uma queixa por infracção contra a Comissão, alegando que os registos públicos do Estado de Hamburgo violaram o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva 95/46<sup>7</sup> relativa à protecção de dados, na medida em que permitiram que dados pessoais em poder do Estado (e, especificamente, dos seus registos públicos) fossem transmitidos a terceiros *sem* que as pessoas às quais os dados diziam respeito fossem informadas ou tivessem a possibilidade de se opor, *mesmo* sendo claro que esses terceiros tencionavam vender os dados para efeitos de mala directa. A Comissão rejeitou a queixa, considerando que (i) não se podia deduzir do n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva um direito específico de se opor a todos os organismos públicos; e que (ii) no que se refere à mala directa, o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva só se aplica à entidade que efectivamente tenciona utilizar os dados pessoais para objectivos próprios de mala directa e que uma entidade como um registo público não se enquadra nesta categoria.

O Provedor de Justiça considerou que a interpretação da Comissão implicava uma leitura indevidamente restritiva dos termos “tratamento” e “responsável”, definidos no artigo 2.º da Directiva<sup>8</sup>, e que a Comissão não forneceu argumentos válidos nem convincentes em apoio da sua posição de que o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º não se aplicava às circunstâncias referidas pelo queixoso. Assim, o Provedor de Justiça, apresentou uma proposta de solução amigável, segundo a qual a Comissão poderia reconsiderar a sua resposta ao queixoso.

Na sua resposta, a Comissão admitiu que o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º da Directiva podia ser interpretado como referindo-se não só à intenção do responsável mas também ao conhecimento específico de uma operação de tratamento para efeitos de mala directa, por parte do responsável *ou* de um terceiro. Assim, a Comissão declarou que trataria a questão de uma interpretação mais ampla do n.º 1, alínea b), do artigo 14.º com os Estados-Membros, com vista a uma aplicação mais adequada do direito geral de oposição a quaisquer operações de tratamento para efeitos de mala directa. A Comissão iria igualmente analisar, neste contexto, o caso específico da legislação de Hamburgo. O queixoso acolheu favoravelmente a resposta da Comissão à proposta de solução amigável do Provedor de Justiça, que considerou bem sucedida.

<sup>7</sup>

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, JO 1995 L 281, p. 31. Segundo o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º desta Directiva: “Os Estados-membros reconhecerão à pessoa em causa o direito de: (a) ... (b) Se opor, (...) ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito previsto pelo responsável pelo tratamento para efeitos de mala directa; ou ser informada antes de os dados pessoais serem comunicados pela primeira vez a terceiros para fins de mala directa (...), e de lhe ser expressamente facultado o direito de se opor, (...) a tais comunicações (...).

<sup>8</sup>

Nos termos da alínea b) do artigo 2.º: “Tratamento de dados pessoais” (“tratamento”), qualquer operação ou conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais,...”. Segundo a alínea d) do artigo 2.º: “Responsável pelo tratamento”, a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, (...) determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais”.



### 3.3.2 Banco Europeu de Investimento

#### RECUSA DE ACESSO A UM RELATÓRIO DE AUDITORIA – 1

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1776/2005/GG contra o Banco Europeu de Investimento*

No início da década de 1990, duas empresas pertencentes ao mesmo grupo participaram num projecto hidroeléctrico no Lesoto, que foi apoiado por fundos comunitários, incluindo fundos disponibilizados pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Na sequência de um caso de corrupção envolvendo um consultor local que as empresas tinham contratado, o BEI realizou uma auditoria que conduziu a um relatório, em 2000. Baseado nas conclusões deste relatório, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) concluiu as suas investigações sobre o mesmo assunto. No entanto, em 2003, e com base em nova informação, o OLAF iniciou uma nova investigação.

O queixoso, um advogado representante de outra empresa do mesmo grupo, pediu ao BEI acesso ao seu relatório de auditoria. O BEI rejeitou o pedido, invocando as suas “Regras para o acesso público à documentação”, segundo as quais “o acesso à totalidade ou a parte de um documento será recusado quando a sua revelação prejudicar a protecção (...) dos objectivos das actividades de inspecção, inquérito e auditoria”.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso defendeu que esta disposição não podia ser interpretada de forma tão ampla que incluísse investigações já concluídas. Em todo o caso, a protecção já não se justificava com base no conteúdo do documento em questão. Salientou que era importante saber que novas provas justificavam a reabertura da investigação do OLAF, para ajudar as empresas a defenderem-se.

O BEI manteve a sua posição de que o acesso não podia ser autorizado.

O Provedor de Justiça observou que não era imediatamente óbvio de que forma a revelação do relatório poderia prejudicar a protecção dos objectivos de quaisquer actividades de inspecção, inquérito ou auditoria, antigas ou novas, uma vez que o OLAF decidiu encerrar a sua primeira investigação à luz das conclusões do relatório e dado que o relatório parecia ter sido elaborado cerca de quatro anos antes do pedido de acesso. Além disso, o BEI não considerou a possibilidade de autorizar um acesso parcial. O Provedor de Justiça fez, portanto, uma proposta de solução amigável ao BEI, pedindo-lhe para reconsiderar o pedido do queixoso.

Na sua resposta, o BEI explicou que não podia ser considerada a abertura total do documento. No entanto, após nova ponderação e no espírito de boa cooperação, entendeu que poderia ser dado acesso público a determinados excertos (incluídos na resposta). Além disso, e excepcionalmente, poderia ser dado ao queixoso acesso privado a outras partes.

O queixoso declarou estar grato pelo acesso concedido. O Provedor de Justiça anotou com agrado ter-se chegado a uma solução amigável. Congratulou-se com a atitude construtiva e cooperante e observou que a forma inovadora como o BEI acedeu ao pedido de acesso do queixoso, protegendo ao mesmo tempo os legítimos interesses de terceiros, podia servir de modelo para casos futuros.



### 3.3.3 Agência Europeia para a Segurança da Aviação

#### RECUPERAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INSTALAÇÃO PAGOS DURANTE UM PERÍODO DE ESTÁGIO

*Síntese da decisão sobre a queixa 1729/2005/JF (Confidencial) contra a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AESA)*

O queixoso trabalhou como membro do pessoal temporário da AESA, tendo-lhe sido pedido que fizesse um período de estágio de seis meses, primeiro em Bruxelas e depois em Colónia.

Antes de terminar o período de estágio, a AESA informou o queixoso de que o seu contrato de trabalho não se confirmava. Ainda nesse mês, a AESA solicitou ao queixoso que devolvesse os subsídios de instalação que já lhe tinham sido pagos.

O queixoso alegou que a AESA estava a agir de forma abusiva e contrária à equidade. Alegou que a cessação da relação de trabalho fora unilateral e involuntária e que incorrera em despesas materiais ao mudar de casa duas vezes em poucos meses.

A AESA alegou, em síntese, que um membro do pessoal temporário apenas adquire o direito ao subsídio de instalação depois de ter concluído o período de estágio de forma satisfatória. Recordou igualmente que o queixoso assinara duas declarações que o informavam de que os subsídios de instalação eram concedidos a título de adiantamento, sujeito a devolução caso não ficasse estabelecido. A AESA alterara os formulários de declaração do subsídio de instalação, para que ficassem mais claros, incluindo nos mesmos as situações de cessação involuntária da relação de trabalho. Compreendia as dificuldades sentidas pelos membros do pessoal ao terem de se mudar primeiramente para Bruxelas e depois para Colónia, mas o queixoso recebera todos os vencimentos e subsídios obrigatórios a que tinha direito e fora, deste modo, compensado pelas despesas materiais em que incorrera ao mudar-se.

O Provedor de Justiça fez notar que a AESA pagara os subsídios de instalação ao queixoso antes do final do período de estágio e, logo, numa altura em que, segundo a própria análise da AESA, ele não tinha direito a recebê-los. Observou também que, no fundo, a AESA admitira, desse modo, que as declarações assinadas pelo queixoso se referiam à obrigação de devolver os subsídios apenas em caso de demissão voluntária e não em caso de cessação involuntária da relação de trabalho. No entender do Provedor de Justiça, a AESA tinha fornecido, assim, informações incompletas, susceptíveis de induzir o queixoso em erro. Embora a jurisprudência estabelecida determine que os funcionários devem conhecer os seus direitos e obrigações, isto não significa que as instituições e organismos comunitários podem fornecer informações que suscitem conclusões erradas.

O Provedor de Justiça propôs, assim, a título de solução amigável, que a AESA considerasse a possibilidade de cancelar, no mínimo, a recuperação de parte dos subsídios de instalação.

Em resposta, a AESA manteve a sua opinião de que não houvera má administração. Contudo, “dado tratar-se de um caso único e tendo na mais elevada consideração o parecer do Provedor de Justiça”, a AESA concordou com a proposta de solução amigável e cancelou a recuperação de todos os montantes relativos ao subsídio de instalação.



### 3.4 PROCESSOS ENCERRADOS COM UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA



#### 3.4.1 Parlamento Europeu

##### ACESSO ÀS LISTAS DE CANDIDATOS NUM PROCESSO DE SELECÇÃO

###### *Síntese da decisão sobre a queixa 1919/2005/GG contra o Parlamento Europeu*

O queixoso, um funcionário do Parlamento, apresentou candidaturas em resposta a três anúncios de vaga no Parlamento. Posteriormente, pediu acesso às listas de candidatos admissíveis nestes processos de selecção, que eram, todos eles, funcionários do Parlamento ou de outras instituições comunitárias. O Parlamento concedeu um acesso parcial às listas. Contudo, nas cópias que lhe foram entregues, tinham sido apagados os nomes de todos os candidatos, com excepção do próprio nome do queixoso. Este último alegou que a perspectiva do Parlamento de que a privacidade e a integridade dos candidatos deviam ser protegidos ao abrigo das regras de protecção de dados era incorrecta.

O Parlamento declarou que a divulgação dos nomes dos outros candidatos poderia causar problemas profissionais às pessoas visadas, caso não fossem nomeadas para o lugar em causa, especialmente no que respeita a promoções futuras. Alegou ainda que, tendo em conta o prazo para o tratamento dos pedidos de acesso a documentos, fora impossível perguntar a todos os candidatos se estavam de acordo com a divulgação dos seus nomes.

No entanto, o Parlamento sugeriu que as três instituições a que a legislação sobre o acesso aos documentos em questão era aplicável (a Comissão, o Conselho e o próprio Parlamento) poderiam adoptar uma posição comum sobre o acesso às listas de candidatos nos processos de selecção.

O Provedor de Justiça congratulou-se com esta iniciativa. Em relação ao caso em apreço, considerou que a recusa em divulgar os nomes dos candidatos não se justificava quando estavam em causa candidatos das instituições e organismos comunitários. Uma vez que o Estatuto do Pessoal impõe a promoção por mérito e prevê expressamente as transferências de funcionários a nível interno e entre instituições, um superior agiria de forma ilegal se desfavorecesse um funcionário por este se ter candidatado a outro lugar. Além disso, tendo em conta a conhecida política do Parlamento de incentivo à mobilidade, o Provedor de Justiça salientou que ficaria muito surpreendido se um funcionário fosse realmente desfavorecido numa tal situação.

Por último, se a divulgação das listas fosse realmente susceptível de prejudicar a privacidade dos candidatos, o Provedor de Justiça considerava que teria sido adequado perguntar-lhes a sua opinião antes de tomar uma decisão. Dado que as listas em causa continham os nomes de 35 candidatos e era presumível que todos eles podiam ser contactados por correio electrónico, o Provedor de Justiça não entendia por que razão era impossível consultá-los dentro do prazo pertinente.

Num projecto de recomendação, o Provedor de Justiça instou, por isso, o Parlamento a reconsiderar o pedido do queixoso, mas o Parlamento não aplicou o projecto de recomendação.

Uma vez que o Parlamento reconheceu que a questão exigia uma maior atenção e os debates interinstitucionais sobre esta questão ainda estavam em curso, o Provedor de Justiça encerrou o processo com uma observação crítica, salientando que isto não excluía a possibilidade de reexaminar a questão à luz das conclusões a que as instituições chegassem.



### 3.4.2 Conselho da União Europeia

#### TRATAMENTO DE UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 817/2006/TN contra o Conselho da União Europeia*

O queixoso contactou o Conselho por telefone para perguntar se este tinha algum dever ou possibilidade de manifestar o seu apoio à Dinamarca no conflito entre esta e vários países muçulmanos. O queixoso pediu para falar com o Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comum e Secretário-Geral do Conselho da UE, Sr. SOLANA, tendo sido ligado a uma secretária que o informou de que não podia falar com o Sr. SOLANA. A secretária disse que a pergunta não era fácil de responder e ligou-o à pessoa responsável pelos contactos com a imprensa. Essa pessoa também não conseguiu responder à pergunta.

O queixoso recorreu ao Provedor de Justiça, alegando que o Conselho não agira em conformidade com a sua política de maior abertura e amabilidade em relação aos cidadãos.

Segundo o Conselho, não era despropositado que um adido de imprensa não conseguisse fornecer uma resposta que exprimissem a posição da Instituição. Na altura, o Conselho ainda estava a debater a sua posição circunstanciada sobre o assunto e, nessa situação, o Conselho considerava difícil conceber que resposta significativa se poderia ter dado ao queixoso.

O Provedor de Justiça não considerou despropositado que o queixoso tivesse sido encaminhado para o gabinete de imprensa com o seu pedido de informação, uma vez que este deveria estar normalmente informado da posição do Conselho sobre diversos assuntos. Contudo, o gabinete de imprensa deveria ter explicado ao queixoso que o Conselho ainda não formulara uma posição sobre o assunto, se era esse o caso. Se o gabinete de imprensa não tinha os conhecimentos necessários para responder ao queixoso, este deveria ter sido aconselhado a apresentar um pedido de informação por escrito, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Código Europeu de Boa Conduta Administrativa. O facto de não lhe ter sido dada essa informação ou conselho, no caso em apreço, constituía um caso de má administração.



### 3.4.3 Comissão Europeia

#### TRATAMENTO INJUSTO DE PERITOS NACIONAIS DESTACADOS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 495/2003/ELB contra a Comissão Europeia*

Os queixosos eram um casal unido pelo matrimónio e trabalhavam ambos como peritos nacionais destacados na Comissão. A sua queixa dizia respeito ao direito da esposa a determinados subsídios. A Comissão reduziu as ajudas de custo que lhe eram concedidas porque o seu suposto local de residência era o seu lugar de destacamento (Bruxelas). Segundo os queixosos, o seu local de recrutamento era Paris e, consequentemente, ela deveria ter recebido as ajudas de custo na totalidade.

No seu parecer, a Comissão explicou que, nos termos do artigo 20.º da Decisão da Comissão de 30 de Abril de 2002 que regia tais subsídios, a residência principal do marido era Bruxelas. O suposto local de residência da esposa era, por isso, Bruxelas e ela apenas tinha direito a ajudas de custo reduzidas.

Depois de comparar as versões francesa e inglesa da Decisão da Comissão, o Provedor de Justiça propôs uma solução amigável. Sugeriu que a Comissão considerasse a possibilidade de pagar à





esposa (i) a totalidade das ajudas de custo a que ela parecia ter direito de acordo com a versão francesa do artigo 17.º e (ii) o subsídio único adicional a que parecia ter direito de acordo com as versões inglesa e francesa do artigo 18.º.

A Comissão rejeitou a proposta. Considerava que a intenção do autor da Decisão era excluir o pagamento das ajudas de custo mais elevadas, quando o perito estava destacado num lugar onde o seu cônjuge já estava instalado. A Comissão reconhecia a existência de um erro de tradução na versão francesa da decisão, mas considerava que esse erro não podia criar um direito nem constituía um caso de má administração.

Em Fevereiro de 2004, a Comissão adoptou uma nova decisão que alterava tanto o texto francês como o texto inglês, de modo a consagrar aquela que afirmava ter sido a sua intenção na Decisão de 2002.

Em Dezembro de 2005, o Provedor de Justiça dirigiu uma carta ao Comissário responsável solicitando o seu envolvimento pessoal na busca de um resultado satisfatório para a queixa, sugerindo que este podia assumir a forma de um pagamento *ex gratia* aos queixosos. Na sua resposta, o Comissário considerou que a Comissão tinha interpretado correctamente as regras aplicáveis e rejeitou a proposta do Provedor de Justiça.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão agira de forma injusta ao tratar os queixosos, no essencial, como se a nova decisão, e não a anterior, estivesse em vigor na data em causa. Tratava-se de um caso de má administração e o Provedor de Justiça formulou uma observação crítica. Além disso, lamentou que a Comissão tivesse desperdiçado uma oportunidade de demonstrar o seu empenhamento nos princípios de boa administração. O Provedor de Justiça anunciou a sua intenção de examinar, em conjunto com o Comissário responsável, a melhor maneira de promover uma cultura de serviço na Direcção-Geral em causa.

## ACESSO A DOCUMENTOS: ENCARGOS PREVISTOS NO DIREITO NACIONAL E MOTIVOS DE RECUSA DO ACESSO PARCIAL

### *Síntese da decisão sobre a queixa 617/2003/IP contra a Comissão Europeia*

O queixoso requereu à Comissão o acesso a determinados documentos, ao abrigo do Regulamento n.º 1049/2001<sup>9</sup>. A Comissão rejeitou o requerimento, alegando que a divulgação desses documentos prejudicaria a protecção de interesses comerciais das pessoas singulares ou colectivas (n.º 2, primeiro travessão, do artigo 4.º, do Regulamento).

Depois de analisar as alegações do queixoso e da Comissão, o Provedor de Justiça formulou um projecto de recomendação dizendo que a Comissão deveria reconsiderar a sua decisão e conceder o acesso a esses documentos ou a partes dos mesmo que não estejam abrangidas pela excepção supramencionada, ou fornecer explicações suficientemente pormenorizadas para demonstrar que alguns desses documentos, todos eles, ou partes deles estão abrangidos pela dita excepção.

O parecer circunstanciado da Comissão reconheceu que alguns dos documentos solicitados pelo queixoso eram, nos termos da legislação italiana, documentos públicos. No entanto, uma vez que na Itália não eram gratuitamente disponibilizados ao público, a Comissão entendia que seria inadequado e contrário ao princípio de cooperação leal entre a instituição e o Estado-Membro em causa fornecer ao queixoso cópias gratuitas dos documentos em causa. Propunha-se, por isso, permitir, como solução justa, que o queixoso consultasse os documentos pertinentes nas instalações do Centro Comum de Investigação em Ispra.

No que respeita à possibilidade de conceder um acesso parcial aos restantes documentos, a Comissão alegou que o exame, página a página, da documentação em causa e a recolha de excertos dos mesmos teria gerado uma sobrecarga administrativa totalmente desproporcionada e que

<sup>9</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).



o interesse público na obtenção do acesso a partes fragmentárias do documento não justificava o trabalho administrativo envolvido.

O Provedor de Justiça não achou a posição da Comissão convincente. Contudo, e dado considerar que o tipo de medidas que o Parlamento Europeu poderia tomar para ajudar o Provedor de Justiça e o queixoso não era evidente, concluiu não ser adequado apresentar um relatório especial e arquivou o processo com duas observações críticas. O Provedor de Justiça salientou, nomeadamente, que o Regulamento n.º 1049/2001 não prevê qualquer excepção que obrigue a União Europeia a recusar o acesso a documentos pelo simples facto de a sua divulgação não ser gratuita num dado Estado-Membro. Lembrou também que o Tribunal de Primeira Instância estabeleceu que as instituições poderiam, em determinados casos, ponderar, por um lado, o interesse do público em ter um acesso parcial aos documentos requeridos e, por outro, o volume de trabalho que daí decorre. No entanto, o Provedor de Justiça fez notar também que o Tribunal fazia depender este princípio de um exame concreto e individual dos documentos em causa. No caso em apreço, não se afigurava que esse exame concreto e individual tivesse sido efectuado.

## RECUSA DE PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1537/2003/ELB (Confidencial) contra a Comissão Europeia*

O queixoso era agente temporário da Comissão e foi-lhe instaurado um processo disciplinar, no qual foi posteriormente absolvido das acusações que lhe tinham sido feitas. Na sequência da sua absolvição, o queixoso exigiu uma indemnização, incluindo os custos da preparação da sua defesa.

Segundo a Comissão, o queixoso não tinha direito ao reembolso das suas custas judiciais porque o processo disciplinar que lhe fora instaurado não chegara ao Conselho de Disciplina.

Depois de analisar as alegações do queixoso e da Comissão, o Provedor de Justiça apresentou uma proposta de solução amigável, na qual sugeria que, tendo em conta a gravidade das acusações apresentadas contra o queixoso e o tempo decorrido até a Comissão decidir não recorrer ao Conselho de Disciplina, a Comissão poderia ponderar a possibilidade de reembolsar o queixoso pelas despesas em que tinha razoavelmente incorrido para assegurar a sua defesa durante o processo disciplinar.

Em resposta à proposta do Provedor de Justiça, a Comissão sustentou que, independentemente da gravidade das acusações contra ele feitas e o tempo decorrido antes de decidir não recorrer ao Conselho de Disciplina, o Estatuto do Pessoal a impedia de pagar as despesas razoavelmente suportadas pelo queixoso na sua defesa.

Em Novembro de 2005, o Provedor de Justiça enviou uma carta ao Comissário responsável pedindo que se envolvesse pessoalmente na busca de um resultado satisfatório para a queixa. Na sua resposta, o Comissário reiterou que a Comissão não concordava com a interpretação que o Provedor de Justiça fazia do Estatuto do Pessoal e rejeitava sua proposta.

O Provedor de Justiça considerou que o Estatuto do Pessoal não impedia a Comissão de aceitar a sua proposta para que ponderasse pagar, a título *ex gratia*, as despesas em que o queixoso incorrera razoavelmente para assegurar a sua defesa. O Provedor de Justiça concluiu, assim, que a recusa da Comissão em pagar essas despesas, sem atender à gravidade das acusações contra o queixoso nem ao tempo decorrido até a Comissão decidir não recorrer ao Conselho de Disciplina, constituía um caso de má administração.

Dado que a Comissão recusara não só a proposta de solução amigável, mas também a iniciativa complementar pessoalmente dirigida ao Comissário responsável, o Provedor de Justiça considerou que um projecto de recomendação seria inútil. Concluiu também que as eventuais consequências da má administração não tinham suficiente gravidade para justificar a apresentação de um relatório especial ao Parlamento Europeu. O Provedor de Justiça arquivou, por isso, o processo com uma observação crítica.





O Provedor de Justiça manifestou, ainda, pesar por a Direcção-Geral responsável da Comissão ter desperdiçado uma oportunidade de demonstrar o seu empenhamento nos princípios de boa administração e anunciou que tinha a intenção de examinar, em conjunto com o Comissário responsável, a melhor forma de promover uma cultura de serviço na Direcção-Geral em causa.

*Nota: A queixa era dirigida contra a Comissão e o OLAF. Contudo, o inquérito do Provedor de Justiça permitiu esclarecer que a Comissão era a única responsável pelas questões de fundo levantadas. Consequentemente, a proposta de solução amigável apresentada pelo Provedor de Justiça e a sua observação crítica na decisão de arquivamento apenas visaram a Comissão e não o OLAF.*

## RECUSA DE ACESSO A UM RELATÓRIO DE AUDITORIA – 2

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1764/2003/ELB contra a Comissão Europeia*

O queixoso pediu que a Comissão lhe facultasse o acesso a um relatório de auditoria relativo ao Níger. Foi-lhe dado apenas acesso parcial (extractos da legislação nacional) ao documento. O queixoso alegou que, ao recusar-lhe o acesso à parte restante do relatório de auditoria, a Comissão não cumpriu o Regulamento n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos<sup>10</sup>. Insistiu em que devia ser-lhe dado acesso ao documento.

A Comissão alegou que a sua recusa em conceder acesso às partes remanescentes do relatório de auditoria era justificada, uma vez que a respectiva divulgação prejudicaria a protecção do objectivo da auditoria e do interesse público no que diz respeito a relações internacionais. Além disso, as partes contendo dados pessoais estavam cobertas por uma outra excepção prevista no Regulamento n.º 1049/2001.

O Provedor de Justiça propôs uma solução amigável, considerando, no que se refere à excepção que visa proteger os objectivos das auditorias, que a Comissão não demonstrou o seu direito de invocar essa excepção para limitar o acesso público ao relatório de auditoria e, relativamente à protecção do interesse público em matéria de relações internacionais, que a Comissão não justificou adequadamente a sua recusa de divulgar as partes do relatório que a própria Comissão aceitara poderem ser divulgados. Sugeriu, portanto, que a Comissão considerasse a possibilidade de facultar acesso às partes do relatório cuja possibilidade de divulgação ela própria propusera.

Embora a Comissão tenha concordado em divulgar parte do documento, o queixoso referiu que o material expurgado correspondia, na sua essência, à totalidade do conteúdo substantivo do relatório de auditoria.

O Provedor de Justiça observou que a Comissão goza de ampla discricionariedade no contexto de uma decisão de recusa de acesso fundamentada com base na protecção do interesse público em matéria de relações internacionais. Consequentemente, o âmbito da análise do Provedor de Justiça neste contexto limita-se a verificar se são cumpridas as regras processuais e o dever de fundamentação, se os factos são enunciados com rigor e se existe erro manifesto de avaliação ou abuso de poder. Quanto ao dever de fundamentação, o Provedor de Justiça recordou que, apesar de caber à instituição em causa demonstrar que os documentos aos quais é pedido acesso se enquadram no âmbito das excepções previstas no Regulamento n.º 1049/2001, pode ser impossível indicar razões que justifiquem a necessidade de confidencialidade em relação a cada um dos documentos sem revelar o conteúdo dos mesmos documentos, privando, assim, a excepção da sua verdadeira finalidade.

O Provedor de Justiça observou que o relatório envolveu uma exaustiva auditoria à administração do Níger. Tomou ainda nota de que a Comissão considerou que a revelação integral do documento pedido poderia levar à deterioração das suas relações com o Níger. Entendeu que a Comissão dera uma explicação clara da sua contestada recusa e que esta explicação, embora breve, era adequada, tendo em conta que o fornecimento de informação adicional, fazendo referência específica ao

<sup>10</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO 2001 L 145, p.43.



conteúdo do documento em questão, seria contrário à finalidade em que se baseava a excepção. O Provedor de Justiça considerou ainda que a decisão contestada não estava viciada por erro manifesto de avaliação no tocante à protecção do interesse público relativamente às relações internacionais. Concluiu que não se verificara um caso de má administração na contestada recusa da Comissão em dar acesso a partes do relatório de auditoria pedido pelo queixoso.

O queixoso alegou igualmente que o registo de documentos da Comissão estava incompleto, porque, ao procurar neste registo, encontrou apenas dois documentos relativos à auditoria.

A Comissão decidira que o registo de documentos deveria, no início, conter referências a documentos que cobrissem, essencialmente, as suas actividades legislativas. A cobertura do registo iria sendo progressivamente alargada. A fim de satisfazer o queixoso, a Comissão decidiu elaborar uma lista dos documentos em seu poder relativos à auditoria em questão.

O Provedor de Justiça observou que a boa gestão financeira é motivo de grande preocupação para o público e que os relatórios de auditoria são valiosas fontes de informação sobre a forma como são utilizados os fundos comunitários. Por esse motivo, os princípios da boa administração exigem que seja atribuída elevada prioridade à inscrição, num registo de documentos, dos relatórios de auditoria e documentos associados em poder da Comissão. O Provedor de Justiça tomou nota de que a Comissão formulou apenas observações gerais a respeito do conteúdo dos seus registos, que não justificavam adequadamente a lacuna apontada pelo queixoso. O Provedor de Justiça concluiu que o registo de documentos da Comissão era inadequado no que se refere aos documentos relacionados com a auditoria em questão. O Provedor de Justiça formulou uma observação crítica.

#### AUSÊNCIA DE RESPOSTA A UMA QUEIXA AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 90.º DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 2227/2004/MF contra a Comissão Europeia*

Em 14 de Março de 2003, o queixoso apresentou uma queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º contra uma decisão da Comissão relativa às suas despesas de deslocação e alojamento no âmbito de uma missão. Dado que a sua queixa nunca seguiu para os serviços responsáveis, o queixoso enviou uma nova queixa à Comissão em 19 de Agosto de 2003. Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegava que a Comissão não dera uma resposta fundamentada à sua queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º.

A Comissão alegou que a ausência de resposta a uma queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º constituía, implicitamente, uma decisão de rejeição.

Tendo em conta a posição por si assumida em casos anteriores, segundo a qual é boa prática administrativa da entidade competente para proceder a nomeações dar uma resposta explícita a todas as queixas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, o Provedor de Justiça considerou que o facto de a Comissão não dar uma resposta fundamentada ao queixoso constituiu um caso de má administração.

O Provedor de Justiça enviou, portanto, à Comissão um projecto de recomendação segundo o qual esta deveria dar uma resposta fundamentada à queixa apresentada ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º.

No seu parecer detalhado, a Comissão referiu-se aos seus limitados recursos e alegou que a possibilidade de rejeitar implicitamente pedidos se destinava a assegurar uma margem de manobra para estabelecer prioridades a este respeito em termos de boa administração. A Comissão argumentou ainda que, dado que a possibilidade de decisões implícitas de rejeição de pedidos estava prevista não só no Estatuto dos Funcionários como também nos sistemas jurídicos nacionais de alguns Estados-Membros, o exercício dessa possibilidade não podia ser considerado um caso de má administração. Acrescentou que, nos últimos dois anos, houvera cinco decisões implícitas de rejeição de queixas, de um total de 1 211 queixas apresentadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º. A Comissão indicou ainda que a própria decisão sobre as despesas de missão referia as razões em que se baseava.



Uma vez que a Comissão se recusou a aceitar o seu projecto de recomendação, o Provedor de Justiça considerou necessário salientar o seguinte:

É de boa prática administrativa que a entidade competente para proceder a nomeações dê uma resposta explícita às queixas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º. No seu parecer detalhado, a Comissão não contestou as razões em que se baseava o projecto de recomendação. O número extremamente limitado de decisões de rejeição implícita parece confirmar que os limitados recursos da Comissão não a obrigavam a abster-se de dar respostas explícitas a estas queixas. Além disso, embora seja aceitável que a Comissão possa estabelecer prioridades no que se refere às queixas que lhe são apresentadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, tal não torna a sua decisão de não dar qualquer resposta a uma queixa específica compatível com os princípios da boa administração. O conceito de má administração, como é confirmado pela jurisprudência dos tribunais da Comunidade, é mais amplo do que o de ilegalidade. É óbvio que não basta que a própria decisão da Comissão relativa às despesas de deslocação do queixoso indique as razões em que se baseia. Se a Comissão considerava que esta decisão estava correcta e continha todas as explicações necessárias, ser-lhe-ia ainda mais fácil tomar uma decisão fundamentada sobre a queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º. Dado que a Comissão não pôde dar tratamento adequado à primeira queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, a sua resposta à segunda queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º, de 19 de Agosto de 2003, era ainda mais necessária.

O Provedor de Justiça reiterou, portanto, o seu entendimento de que os princípios da boa administração exigem que a administração dê uma resposta escrita às queixas ao abrigo do n.º 2 do artigo 90.º e que esta resposta seja dada no prazo de 4 meses estabelecido nesta disposição. A omissão da Comissão no caso em apreço constituiu, portanto, um caso de má administração.

Dado que o queixoso, nas suas observações sobre o parecer da Comissão, declarou não considerar útil o prosseguimento do inquérito sobre a sua queixa, o Provedor de Justiça concluiu que não era apropriado apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu. Por conseguinte, o Provedor de Justiça encerrou o caso com uma observação crítica.

### DISCRIMINAÇÃO NO TRATAMENTO DE UMA CANDIDATURA E NÃO CONCESSÃO DE ACESSO A DOCUMENTOS

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 2437/2004/GG contra a Comissão Europeia*

Em 2003, a Comissão publicou um convite à apresentação de propostas no âmbito do programa Leonardo da Vinci. Os candidatos tinham de apresentar propostas preliminares que a Comissão examinava com a ajuda de peritos externos. Os candidatos cujas propostas preliminares tinham sido seleccionadas receberam os comentários e sugestões dos peritos externos e foram convidados a apresentar propostas completas.

A Comissão informou o queixoso de que a sua proposta preliminar não podia ser seleccionada porque ele não tinha cumprido o prazo. Mais tarde, a Comissão admitiu ter cometido um erro e, para o remediar, convidou o queixoso a apresentar uma proposta completa. O queixoso aceitou esse convite, mas em Junho de 2004 a Comissão informou-o de que o seu projecto não tinha sido seleccionado para financiamento.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou ter sido discriminado, uma vez que não beneficiara das observações dos peritos externos para melhorar a sua proposta preliminar. Exigia uma indemnização superior a 11 000 euros e alegava que a Comissão não tinha tratado adequadamente o seu pedido de acesso a documentos.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão actuara de forma rápida e construtiva quando o erro em causa lhe tinha sido comunicado. Porém, não garantia ao queixoso um tratamento idêntico ao dos outros candidatos que tinham sido convidados a apresentar propostas completas. Consequentemente, o Provedor de Justiça apresentou um projecto de recomendação em que convidava a Comissão a oferecer ao queixoso uma indemnização justa, que poderia ser muito inferior ao montante exigido. O Provedor de Justiça recomendou também à Comissão que tratasse



o pedido de acesso a documentos apresentado pelo queixoso em toda a sua dimensão, processual e material.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão declarou, nomeadamente, que o queixoso recusara explicitamente que a sua proposta preliminar fosse avaliada, pelo que o pedido de indemnização carecia de fundamento. A Comissão também divulgou outros documentos do seu processo.

O Provedor de Justiça não considerou que o argumento da Comissão fosse convincente, nomeadamente porque ela estava ciente de que a simples autorização para apresentar uma proposta completa não bastava para garantir a igualdade de tratamento. No entanto, nas suas observações sobre o parecer circunstanciado da Comissão, o queixoso explicou que a única abordagem que teria sido correcta e viável nessas circunstâncias seria avançar para uma publicação totalmente nova dessa parte do convite à apresentação de propostas. O Provedor de Justiça concluiu, deste modo, que se devia considerar que, ao apresentar uma proposta completa, o queixoso tomara uma decisão ponderada e informada de aceitar o risco de que este procedimento não produzisse um resultado satisfatório. O Provedor de Justiça considerou, por conseguinte, que já não existia qualquer fundamento para o pedido de indemnização por perdas e danos.

Quanto ao acesso aos documentos, não ficara totalmente esclarecido se a Comissão já tinha entregue ao queixoso todos os documentos do seu processo que lhe diziam respeito. O Provedor de Justiça pediu, por isso, à Comissão que reconsiderasse as questões pertinentes. A Comissão respondeu que não existia qualquer processo específico relativo à candidatura do queixoso em resposta ao convite para a apresentação de propostas e que todos os documentos pertinentes tinham sido divulgados.

O Provedor de Justiça entendeu que, dadas as circunstâncias específicas do processo, não havia necessidade de fazer uma observação crítica sobre o caso de discriminação que tinha ocorrido. No entanto, foram apresentadas observações críticas sobre o tratamento do pedido de acesso aos documentos, tanto em termos materiais como processuais.

## AUSÊNCIA DE UM PROCESSO DE RECURSO NAS ESCOLAS EUROPEIAS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 3403/2004/GG contra a Comissão Europeia*

O filho dos queixosos frequentou a Escola Europeia em Bruxelas até 2003, ano em que fez o exame final. No seu exame escrito de alemão, o professor deu-lhe uma classificação de 9,5 pontos ("excelente"). No entanto, como o segundo examinador apenas lhe atribuiu 5,5 pontos ("insuficiente"), recorreu-se a um terceiro examinador que fixou a nota final em 6,0 pontos.

Os queixosos recorreram, mas a Instância de Recurso da Escola Europeia considerou que não tinha competência para tratar o caso. No seu entender, apesar de o artigo 27.º da Convenção relativa ao Estatuto das Escolas Europeias, em vigor desde 2002, prever tais recursos, as disposições de execução existentes não o permitiam num caso como aquele.

Os queixosos recorreram ao Provedor de Justiça. Dado que as Escolas Europeias não são, em si mesmas, instituições ou organismos comunitários, o inquérito do Provedor teve de se centrar no papel da Comissão. Os queixosos sublinhavam que a Comissão tinha o dever de garantir o seu direito a um processo justo.

Em Fevereiro de 2005, foram adoptadas novas disposições de execução, mas a Instância de Recurso voltou a rejeitar o caso dos queixosos porque as novas disposições não eram aplicáveis retroactivamente.

Após uma tentativa infrutífera de chegar a uma solução amigável, o Provedor de Justiça apresentou um projecto de recomendação, em que instava a Comissão a garantir a apresentação de uma proposta de alteração das disposições de execução ao Conselho Superior das Escolas Europeias, para a Instância de Recurso poder examinar o caso dos queixosos.

Na sua resposta, a Comissão fez notar que tinha informado as Escolas Europeias da inexistência de quaisquer objecções jurídicas a essa proposta. Acrescentou, ainda, que um comité preparatório do



Conselho Superior debatera a questão, posteriormente, mas que para grande pesar da Comissão, decidira não apoiar qualquer proposta de alteração da situação existente. A Comissão entendia que fizera tudo o que era razoavelmente possível.

O Provedor de Justiça congratulou-se com os esforços construtivos e persistentes da Comissão para auxiliar os queixosos. Considerou, no entanto, que o envolvimento da Comissão no Sistema das Escolas Europeias é tão importante que ela tem o dever de contribuir activamente para garantir que as Escolas Europeias cumpram os princípios de boa administração.

O Provedor de Justiça lembrou que a necessária alteração das disposições de execução em causa apenas pretendia realizar os efeitos práticos do artigo 27.º da Convenção, a partir da data em que esta entrou em vigor. Não parecia haver qualquer motivo válido que impedisse o Conselho Superior de aceitar essa alteração.

O Provedor de Justiça considerou que a clareza da deficiência e a importância da questão justificavam que a Comissão tivesse insistido com o Conselho Superior para que debatesse a proposta. Como a Comissão não o fizera, o Provedor de Justiça formulou uma observação crítica.

Dado que as novas disposições de execução tinham entrado em vigor em 2005 e o número de pessoas afectadas pelo problema em causa parecia ser muito limitado, o Provedor de Justiça não considerou adequado apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu sobre este caso. Contudo, são suscitadas questões semelhantes noutros dois processos que ainda se encontram pendentes no Provedor de Justiça (2153/2004/MF e 3323/2005/WP) e cujo desfecho não é antecipado pela presente decisão.

Os queixosos informaram o Provedor de Justiça de que estavam satisfeitos com a forma como ele tratara do caso e esperavam que a Comissão levasse esta decisão ao conhecimento das Escolas Europeias.

A Comissão informou, posteriormente, o Provedor de Justiça de que, devido à importância da questão, pedira ao Secretário-Geral das Escolas Europeias que inserisse a decisão do Provedor de Justiça na ordem de trabalhos do Conselho Superior. Informou-o também de que as Escolas Europeias tinham adoptado um Código de Boa Conduta Administrativa (disponível no sítio Web das Escolas Europeias).

### RECUSA DE ACESSO A OBSERVAÇÕES ESCRITAS DA COMISSÃO DESTINADAS A UM PAINEL DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 582/2005/PB contra a Comissão Europeia*

Foi recusado à organização *Friends of the Earth* o acesso às segundas observações escritas da Comissão destinadas a um painel de resolução de litígios da Organização Mundial do Comércio (OMC). O litígio foi suscitado por uma queixa dos Estados Unidos e outros a propósito da posição da Comunidade Europeia sobre a comercialização de biotecnologia (organismos geneticamente modificados). O queixoso alegou que a Comissão violou o Regulamento n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos<sup>11</sup>. No seu parecer, a Comissão defendeu que “o procedimento de resolução de litígios da OMC deve ser assimilado aos processos judiciais”, na acepção do n.º 2 do artigo 4.º, segundo travessão, do Regulamento n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos, que estipula: “As instituições recusarão o acesso aos documentos cuja divulgação pudesse prejudicar a protecção de: (...) – processos judiciais (...)”.

O Provedor de Justiça recordou que as excepções ao acesso do público devem ser definidas e aplicadas de forma estrita. Considerar que os “processos judiciais” referidos no n.º 2 do artigo 4.º, segundo travessão, do Regulamento n.º 1049/2001 também incluem procedimentos de resolução de

<sup>11</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO 2001 L 145, p.43.





*litígios que podem ser assimilados a processos judiciais* implica uma interpretação inadmissivelmente extensiva. Além disso, a Comissão não demonstrou que o legislador comunitário pretendeu, com a expressão “*processos judiciais*” do Regulamento n.º 1049/2001, abranger igualmente outros procedimentos de resolução de litígios. Tendo em conta o exposto, o Provedor de Justiça entendeu que a recusa de acesso da Comissão não estava bem fundamentada e emitiu uma observação crítica.

Quanto à pretensão do queixoso no sentido de as observações escritas da Comissão deverem, no futuro, ser tornadas públicas em simultâneo com a sua apresentação ao painel da OMC, o Provedor de Justiça observou que a sua constatação de má administração acima referida não implicava, por si só, que a Comissão estivesse obrigada a publicar ou revelar por qualquer outra forma a terceiros as suas observações para a resolução de litígios na OMC na fase dos processos referida pelo queixoso.

### REGRAS APLICÁVEIS À LICENÇA ESPECIAL PARA PERITOS NACIONAIS

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 760/2005/GG contra a Comissão Europeia*

A queixosa trabalhava para a Comissão como perita nacional destacada (“PND”) e apresentou um pedido de licença especial para comparecer como testemunha em tribunal, o qual foi rejeitado com o fundamento de que as regras em vigor não concediam essa possibilidade aos PND.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa alegou que esta recusa era discriminatória, visto que os funcionários das Comunidades podiam beneficiar de uma licença especial nestas circunstâncias.

No seu parecer, a Comissão indicou, em primeiro lugar, que qualquer tratamento desigual eventualmente existente era explicado pelas diferenças objectivas existentes entre os funcionários e os peritos nacionais destacados e, em segundo lugar, que, no fundo, não havia tratamento desigual entre os funcionários e os PND, dado que a inexistência de uma disposição específica que concedesse uma licença especial aos PND, nesses casos, era compensada pela possibilidade de obterem uma licença especial ao abrigo de outras cláusulas.

O Provedor de Justiça não considerou a posição da Comissão convincente pois (i) não conseguira explicar satisfatoriamente por que motivo as diferenças existentes entre os funcionários e os PND lhe davam o direito de os tratar diferentemente quando tinha de decidir sobre os pedidos de licença especial para testemunharem em tribunal, nem (ii) demonstrara que os funcionários e os PND eram, no fundo, tratados de forma igual.

O Provedor de Justiça sugeriu, a título de solução amigável, que a Comissão ponderasse a possibilidade de alterar ou esclarecer as regras existentes, a fim de garantir a concessão de uma licença especial aos PND, nas mesmas condições que aos funcionários, quando estes tivessem de comparecer em tribunal na qualidade de testemunhas. Como a Comissão não aceitou a proposta, o Provedor de Justiça repetiu-a sob a forma de um projecto de recomendação.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão declarou, sem especificar quando, que iria estudar a proposta do Provedor de Justiça no contexto de um exame futuro, mais vasto, da situação dos PND. Todavia, assinalou que em 2006 fora concedido à queixosa um dia adicional de licença normal.

O Provedor de Justiça considerou que esta resposta não era satisfatória, uma vez que não constituía um compromisso de que o projecto de recomendação seria aplicado.

Dado que não parecia justificar-se a apresentação de um relatório especial ao Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça arquivou o processo com uma observação crítica.

O Provedor de Justiça também manifestou o seu desapontamento pelo facto de o serviço competente da Comissão ter desperdiçado a oportunidade de demonstrar o seu empenhamento nos princípios de boa administração e anunciou que tencionava examinar, juntamente com o Comissário responsável, a melhor forma de promover uma cultura de serviço na Direcção-Geral em causa.



## NÃO IMPOSIÇÃO À ALEMANHA DO CUMPRIMENTO DE UMA DECISÃO JUDICIAL

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1037/2005/GG contra a Comissão Europeia*

Em 1998, a Alemanha introduziu um “Regulamento relativo à minimização e recuperação de resíduos de embalagens”, transpondo para o direito nacional uma directiva europeia. O regulamento obriga os produtores e distribuidores a aceitarem, gratuitamente, a devolução de embalagens vazias e a recuperarem as mesmas. Em determinadas condições, esta obrigação poderia ser cumprida através da participação num sistema geral de recolha de embalagens usadas. Os distribuidores de certas bebidas teriam de cobrar aos consumidores um depósito pelas garrafas de plástico e latas, a menos que participassem nesse sistema. No entanto, se não fossem atingidas determinadas condições relativas à percentagem de embalagens reutilizáveis no mercado, a participação no sistema deixaria de corresponder ao cumprimento das obrigações dos produtores. Nesse caso, as bebidas em embalagens não reutilizáveis ficariam sujeitas ao sistema de depósito e devolução. Em 2 de Julho de 2002, as autoridades alemãs impuseram a obrigação de cobrança de um depósito pelas embalagens não reutilizáveis de água mineral, cerveja e refrigerantes gaseificados a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Na sequência de procedimentos de infracção contra a Alemanha relativos a águas minerais, o Tribunal de Justiça Europeu considerou que as regras aplicadas constituíam um entrave ao comércio intracomunitário (Processo C-463/01). Considerou, especificamente, que o Regulamento não previa um período de transição suficientemente longo.

Num segundo caso que foi remetido por um tribunal alemão ao Tribunal de Justiça Europeu (Processo C-309/02), este considerou que a mudança de um sistema de gestão de resíduos de embalagens para outro só era compatível com o direito comunitário se, na altura da mudança, existisse um sistema operacional no qual os produtores e distribuidores em questão pudessem efectivamente participar.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, dois advogados representantes de empresas afectadas pelo Regulamento alegaram que a Comissão não tinha tomado as medidas necessárias para obrigar a Alemanha a cumprir estes acórdãos.

Segundo a Comissão, os dois acórdãos não constituíam uma base jurídica para exigir que a Alemanha suspendesse as regras em questão. No primeiro acórdão, o Tribunal considerara o depósito obrigatório incompatível com o direito comunitário apenas porque fora introduzido sem um período de transição suficiente. A Comissão considerou que entretanto já teria decorrido um período suficientemente longo.

Quanto ao segundo acórdão, a Comissão considerou que este não era aplicável ao caso presente por se tratar de uma decisão prejudicial que apenas estabelecia condições gerais a respeito da compatibilidade do depósito com o direito comunitário, sem avaliar o sistema alemão enquanto tal. A questão de saber se o sistema alemão era incompatível com o direito comunitário devido a uma insuficiente cobertura geográfica foi objecto de outro processo por infracção actualmente a ser tratado pela Comissão. Não foi, portanto, necessária qualquer nova acção.

O Provedor de Justiça recordou que a má administração pode ocorrer quando a administração interpreta erradamente uma regra ou princípio jurídico. Neste caso, estava em causa o artigo 228.º do Tratado. Este prevê que, se o Estado-Membro não tomar as medidas apropriadas, a Comissão formulará um parecer fundamentado e pode submeter o caso ao Tribunal de Justiça.

No entender do Provedor de Justiça, é evidente que a introdução de um novo sistema deve ser precedida de um período de transição. Considerou que a Comissão não apresentara argumentos jurídicos convincentes para fundamentar a sua posição de que a passagem do tempo *após* a introdução fizera com que a decisão do Tribunal deixasse de ser válida. Os argumentos utilizados pareciam inspirados em considerações de mera conveniência.

No que se refere ao segundo acórdão do Tribunal, o Provedor de Justiça considerou que a alegação de que Comissão não assegurara que a Alemanha cumprisse este acórdão carecia claramente de





fundamento, uma vez que se tratava de uma decisão prejudicial sobre a interpretação do Tratado. No entanto, considerou que o acórdão se referia claramente ao Regulamento alemão e que definia as condições a que este teria de obedecer.

O Provedor de Justiça considerou que, mesmo no pressuposto de que já tinha passado um período de transição suficiente, a posição da Comissão de que não era necessário tomar qualquer medida com vista ao cumprimento do primeiro acórdão só podia ser justificada caso se tivesse assegurado que estava disponível um sistema operacional aberto a todas as empresas interessadas. Porém, a Comissão concluíra, num ponto anterior, que esse sistema não tinha sido criado. Além disso, admitiu que a questão ainda estava a ser avaliada no âmbito de um outro processo por infracção. O Provedor de Justiça considerou, portanto, incoerente a posição da Comissão.

Concluiu que a Comissão interpretou erradamente as suas obrigações nos termos do artigo 228.º do Tratado CE, não apresentando argumentos convincentes para demonstrar que não eram necessárias novas medidas para levar a Alemanha a cumprir as decisões do Tribunal.

Tendo em conta o facto de ainda estar em curso um dos processos de infracção relativos ao Regulamento alemão, o Provedor de Justiça considerou que os seus pontos de vista, expressos numa observação crítica, poderiam ser úteis para a Comissão os tomar em consideração no contexto deste processo.

#### ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS À ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1463/2005/TN contra a Comissão Europeia*

A queixa referia-se à recusa da Comissão em conceder o acesso a documentos relativos aos planos nacionais de atribuição de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (“PNL”) notificados à Comissão pelo Reino Unido, a França e a Eslováquia. A Comissão recusara o acesso aos documentos em causa com base no n.º 2, terceiro travessão, do artigo 4.º, e no n.º 3, primeiro parágrafo, do mesmo artigo do Regulamento n.º 1049/2001<sup>12</sup> relativo ao acesso do público aos documentos, alegando que as suas negociações com os Estados-Membros ainda estavam em curso e que o acesso aos documentos em causa comprometeria a sua posição negocial.

O queixoso alegou que, como todos os PNL tinham de ser avaliados individualmente e sem reservas, a posição da Comissão sobre um PNL não poderia afectar a sua posição em relação a outro PNL. Declarou, por isso, que a Comissão lhe recusara indevidamente o acesso aos documentos em questão.

No seu parecer, a Comissão argumentou que a avaliação dos PNL é feita sob a forma de uma investigação destinada a averiguar se os PNL estão ou não conformes com a Directiva 2003/87<sup>13</sup> relativa ao comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa. Este procedimento implica negociações aturadas para encontrar uma solução compatível com o direito comunitário e que tenha em conta a situação específica do Estado-Membro.

O Provedor de Justiça observou que o queixoso obtivera acesso aos documentos solicitados após a conclusão do processo de aprovação dos PNL de todos os Estados-Membros. No entanto, fez notar, no que respeita à recusa da Comissão de conceder o acesso aos PNL enquanto as negociações estavam em curso, que os princípios de boa administração exigem a apresentação de argumentos válidos e convincentes.

<sup>12</sup> Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).

<sup>13</sup> Directiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade e que altera a Directiva 96/61/CE do Conselho, JO 2003 L 275, p. 32.



O n.º 3, primeiro parágrafo, do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001 é aplicável a documentos elaborados por uma instituição para uso interno. Os documentos abrangidos pelo pedido de acesso eram comunicações enviadas às autoridades de alguns Estados-Membros ou delas recebidas. No entender do Provedor de Justiça, não podiam ser, por isso, consideradas como documentos para uso interno.

O n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento exige que, para o acesso ser recusado, se confirme que a divulgação dos documentos prejudicaria a protecção dos objectivos de actividades de inquérito. Os objectivos das actividades de inquérito, no presente contexto, eram comprovar que os PNL dos Estados-Membros estavam conformes com o direito comunitário. Para que a excepção prevista no n.º 2 do artigo 4.º fosse aplicável, a Comissão devia provar que a divulgação dos documentos em questão iria prejudicar esses objectivos, mas não o fizera. O Provedor de Justiça concluiu, em consequência, que a Comissão recusara indevidamente o acesso aos documentos, enquanto as negociações estavam em curso, e que a sua recusa constituía um caso de má administração, tendo apresentado uma observação crítica a este respeito.

### AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO NEGATIVA DO TRABALHADOR DE UMA AGÊNCIA

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 163/2006/MHZ contra a Comissão Europeia*

Uma funcionária da Comissão enviou à Agência Europeia do Ambiente (AEA) uma carta relativa a problemas na cooperação da Comissão com um grupo de trabalho da AEA de que a queixosa era responsável. Segundo a queixosa, que fora posteriormente despedida, a carta fora enviada a pedido do seu chefe, que pretendia obter provas contra ela. A queixosa escreveu à Comissão a pedir explicações e como esta não respondeu, recorreu ao Provedor de Justiça.

A Comissão reconheceu, com pesar, que a queixosa não tinha recebido resposta à sua carta. No entanto, considerava que teria sido inadequado debater com trabalhadores ou antigos trabalhadores individuais da AEA os contactos que mantinha com a Agência. Deste modo, a Comissão não poderia ter respondido substantivamente ao pedido de informações da queixosa.

Nas suas observações, esta afirmou esperar que o funcionário da Comissão em causa recebesse um aviso de recepção por escrito e que uma cópia desse aviso lhe fosse enviada a ela.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão apresentara uma justificação razoável para não ter fornecido à queixosa as informações por ela solicitadas. Contudo, o facto de a Comissão não ter respondido à carta da queixosa constituía má administração. A manifestação de pesar da Comissão por não ter respondido não constituía um pedido de desculpas inequívoco, susceptível de satisfazer a queixosa. O Provedor de Justiça formulou, por isso, uma observação crítica.

Quanto à questão suscitada nas observações da queixosa, o Provedor de Justiça observou que as sanções disciplinares só podem ser aplicadas em conformidade com as disposições pertinentes do Estatuto do Pessoal. Se, no âmbito do seu inquérito sobre uma queixa que lhe fosse apresentada, o Provedor de Justiça investigasse se, num dado caso, se deveria abrir ou não ou um processo disciplinar, estaria, na verdade, a proceder ao que poderia ser designado de processo pré-disciplinar, cujas conclusões poderiam antecipar o resultado de processos disciplinares posteriores, ou assim serem entendidas. Na medida em que a observação da queixosa podia ser entendida como uma nova queixa, o Provedor de Justiça considerou que não podia ser tratada no seu inquérito.



## VERIFICAÇÃO DA DATA DE ENVIO DE PROPOSTAS PRELIMINARES PARA SUBVENÇÃO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 866/2006/SAB contra a Comissão Europeia*

O queixoso alegou que a Comissão não tratara adequadamente as suas propostas preliminares, no âmbito do programa Sócrates, por ter concluído erradamente que elas tinham sido enviadas após a data-limite (1 de Novembro de 2005). O queixoso alegava, no essencial, que tinham sido fornecidos à Comissão registos da apresentação atempada das propostas preliminares. No seu parecer, a Comissão afirmou que declarara as propostas preliminares não elegíveis porque as facturas de transporte aéreo da empresa de correio expresso DHL, recebidas pela Comissão juntamente com as ditas propostas, tinham a data de 2 de Novembro de 2005. Segundo a Comissão, não houvera motivo para duvidar desta data.

O convite à apresentação de propostas em causa previa as “*datas-limite para a apresentação (=envio) das propostas*” e fixava a data de 1 de Novembro de 2005 como data-limite para a apresentação das propostas preliminares em causa. O formulário de candidatura respectivo mencionava essa data como sendo “*1 de Novembro de 2005 (faz fé a data do carimbo dos correios). As candidaturas com carimbos posteriores a esta data não [seriam] consideradas. A candidatura [devia] ser enviada pelo correio.*”.

O inquérito do Provedor de Justiça revelou que as propostas preliminares foram tratadas por duas empresas de correio expresso. O Provedor constatou que as facturas de transporte aéreo mencionadas pela Comissão indicavam que o correio que lhe fora entregue pela DHL fora dado a esta última por uma empresa denominada SPEEDEX, e não pelo queixoso. O próprio nome desta empresa sugeria que prestava serviços de correio expresso. Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça não aceitou o argumento da Comissão de que não houvera motivo para duvidar de que a data patente nas facturas da DHL era a data de envio. Lembrou, ainda, que embora a Comissão pareça ter efectuado uma pesquisa na Internet, na base de dados da DHL, com o intuito de verificar a data de envio, não tomara outras medidas para verificar essa data. Além disso, a Comissão confirmara a sua decisão inicial de rejeitar as propostas preliminares do queixoso, apesar de este a ter contestado com a apresentação de documentos que provavam que a SPEEDEX as enviara no dia 1 de Novembro de 2005. Tendo em conta o que precede, o Provedor de Justiça concluiu que, efectivamente, a Comissão não tratara correctamente as propostas preliminares em causa e considerou que se tratava de um caso de má administração.



### 3.4.4 Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

## INFORMAÇÃO INADEQUADA A UM CANDIDATO SOBRE OS SEUS ERROS NUMA PROVA DE TRADUÇÃO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 674/2004/PB contra o Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O queixoso pediu ao EPSO informação que pudesse ajudá-lo a compreender a sua nota numa prova de tradução em que fora reprovado. O EPSO enviou-lhe uma ficha de avaliação, indicando que “... a tradução não possui qualidades de fidelidade ao original e/ou adequação na utilização do francês suficientes para as funções a desempenhar”. No decurso do inquérito do Provedor de Justiça, o EPSO prestou ainda alguma informação sobre os tipos de erros cometidos pelo queixoso.

Em 1999, a Comissão assumiu o compromisso de dar aos candidatos acesso às suas próprias provas de exame avaliadas, na sequência da aceitação pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia do Relatório Especial do Provedor de Justiça sobre a transparência em processos de recrutamento. Neste relatório, era referido que a concessão deste acesso (i) daria ao candidato a possibilidade de conhecer os seus erros e, assim, de melhorar o seu futuro desempenho, (ii) reforçaria a confiança



dos candidatos na administração e (iii) habilitaria os candidatos reprovados que pretendessem contestar a avaliação a argumentarem com mais precisão.

No seu projecto de recomendação relativa ao presente caso, o Provedor de Justiça considerou que a adequação da informação fornecida numa ficha de avaliação elaborada por um júri de concurso deve ser apreciada em função do objectivo de fornecer ao candidato uma cópia da sua prova avaliada. Assim, a ficha de avaliação tem de fornecer informação suficientemente clara e detalhada para esse efeito. O Provedor de Justiça considerou que este requisito implica que, quando a ficha de avaliação é referente a uma prova de tradução, deve fornecer informação, não só sobre os tipos, mas também sobre a gravidade e a dimensão dos erros ou deficiências identificadas pelo júri na prova do candidato, sem, no entanto, sobrecarregar o júri com excessivo trabalho administrativo. Ao mesmo tempo, o Provedor de Justiça indicou que o júri não tem a obrigação, decorrente dos princípios da boa administração, de dar aos candidatos uma explicação detalhada sobre os erros ou deficiências *específicos* que tenha identificado.

O EPSO respondeu com mais informação sobre os *tipos* de erros cometidos pelo queixoso na prova. No entanto, declarou que não é da responsabilidade do júri indicar a gravidade e a importância dos diferentes tipos de erros identificados durante a correcção da prova em questão. O EPSO não aceitou, portanto, o projecto de recomendação do Provedor de Justiça.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça observou que o EPSO não argumentou que o fornecimento da informação acima referida implicasse uma sobrecarga administrativa exagerada nem indicou quaisquer outras razões válidas para não dar esta informação ao queixoso. O Provedor de Justiça formulou, portanto, uma observação crítica. Além disso, o Provedor de Justiça indicou que iria considerar se seria útil incluir esta questão no seu inquérito de iniciativa sobre o acesso aos critérios de avaliação estabelecidos pelos júris para os exames escritos (inquérito OI/5/05/PB) e que poderia também considerar se seria útil abrir um inquérito de iniciativa separado.

### ALEGADA DISCRIMINAÇÃO E INJUSTIÇA POR DISPOR DE MENOS TEMPO DE PREPARAÇÃO PARA UMA PROVA ORAL DO QUE OS OUTROS CANDIDATOS

*Síntese da decisão sobre a queixa 3399/2004/OV contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O queixoso participou no Concurso Público COM/A/3/02, organizado pelo EPSO. Este informou-o, em Dezembro de 2003, de que não tinha sido aceite na prova oral e) porque a nota de 23,2/40 que obtivera na prova escrita d) não fora suficiente para o colocar entre os 145 melhores candidatos. O queixoso solicitou uma cópia da sua prova. Em resposta, o júri informou-o, por carta de 27 de Janeiro de 2004, de que tinha reapreciado a sua prova e decidira convidá-lo para fazer a prova oral e), que teria lugar em 18 de Fevereiro de 2004. Em 23 de Abril de 2004, a EPSO informou o queixoso de que não fora incluído na lista de reserva. O queixoso constatou, através desta carta, que de facto obtivera 25,6/40 na prova escrita d).

O queixoso recorreu ao Provedor de Justiça alegando (i) que tinham existido irregularidades administrativas na correcção da sua prova escrita d), como provavam as diferentes classificações que lhe foram comunicadas (23,2/40 e 25,6/40), e (ii) que ele não fora tratado de forma razoável e em pé de igualdade com os outros candidatos porque apenas recebera o convite para fazer a prova oral em 3 de Fevereiro de 2004, tendo tido, por isso, menos tempo para se preparar.

Num parecer conjunto, a Comissão e o EPSO declararam que a reapreciação da prova escrita do queixoso conduziu à atribuição de uma nova nota de 25,6/40 e que isto não era uma irregularidade administrativa, mas sim uma decisão correctiva. Quanto ao alegado tratamento não razoável e desigual, faziam notar que o Anúncio de Concurso informara os candidatos das várias aptidões, capacidades e conhecimentos que seriam avaliados durante as provas, e que todos os candidatos poderiam ter, por isso, utilizado o período subsequente às provas de pré-selecção para se prepararem para as restantes provas, incluindo a prova oral.



Os serviços do Provedor de Justiça inspecionaram o processo do EPSO. O júri tinha recebido 14 pedidos dos candidatos, quer de reavaliação da prova escrita d), quer referentes a informações adicionais sobre os motivos da sua classificação de insuficiente. O júri analisara todos esses pedidos como sendo pedidos de reavaliação. Após uma terceira classificação, dois candidatos, entre os quais o queixoso, foram admitidos à prova oral. O Provedor de Justiça pôde, assim, confirmar e congratular-se com o facto de o júri ter efectuado uma verdadeira reavaliação da prova do queixoso, a qual conduziu a uma decisão correctiva. Não foi, assim, detectado qualquer caso de má administração no que se refere à alegação de irregularidades administrativas. Além disso, o Provedor de Justiça apresentou uma observação complementar incentivando o EPSO e os júris de todos os concursos a considerarem devidamente os pedidos de reavaliação e a corrigirem as suas avaliações anteriores, de modo a aumentarem a confiança e a segurança dos cidadãos em relação aos processos de selecção organizados pelo EPSO.

Quanto à segunda alegação, o Provedor de Justiça considerou que a diferença de tratamento era objectivamente justificada pelo facto de a prova do queixoso ter sido reavaliada e, em consequência disso, ele ter sido admitido à prova oral. O Provedor de Justiça concluiu, porém, que o queixoso não fora tratado de forma justa e razoável, porque o EPSO lhe propusera a data de 18 de Fevereiro de 2004 para prestar a sua prova oral, quando lhe podia ter proposto a outra data possível de 1 de Março de 2004, a qual lhe proporcionaria mais dez dias para se preparar. O Provedor de Justiça apresentou, por conseguinte, uma observação crítica a este respeito.

### DADOS INCOERENTES NUM TESTE DE CONCURSO GERAL

*Síntese da decisão sobre a queixa 32/2005/ELB contra o Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

O queixoso participou num concurso geral. Não obteve a nota de aprovação num teste (c) constituído por uma série de perguntas de escolha múltipla “destinadas a avaliar as aptidões gerais [do candidato], nomeadamente [a sua] capacidade de raciocínio verbal e numérico.” O queixoso alegou que a pergunta n.º 21 deste teste continha informação incoerente.

O Provedor de Justiça aceitou o supracitado argumento do queixoso. Contudo, observou também que a pergunta n.º 21 podia não ser considerada incoerente com a finalidade do teste nem podia ser considerada, em si mesma, incompatível com o princípio da igualdade de tratamento dos candidatos ou com os princípios da boa administração, que exigem que as instituições e organismos comunitários sejam coerentes na sua acção administrativa e prestem aos cidadãos informação rigorosa e apresentada de forma clara. A este respeito, o Provedor de Justiça observou ainda que, uma vez que o anúncio de concurso e a página de rosto do teste (c) informavam claramente os candidatos de que este teste continha perguntas destinadas a avaliar, nomeadamente, a sua “capacidade de raciocínio verbal e numérico”, o facto de o EPSO não especificar nestes documentos que uma pergunta do teste podia conter informação incoerente não constituía, em si mesmo, um caso de má administração. No entanto, considerou que, por uma questão de boa administração, o EPSO poderia ponderar a possibilidade de incluir esse esclarecimento em futuros anúncios de concurso.

Dada a natureza de um teste de escolha múltipla, a instrução clara e sem ambiguidades de que os candidatos “devem escolher a resposta correcta a cada pergunta”, e o facto de as respostas correctas no contexto de um teste de escolha múltipla estarem, por força de um princípio do conhecimento geral, limitadas às que são propostas no próprio teste, o Provedor de Justiça não aceitou o argumento do queixoso de que a sua decisão de não responder à pergunta em questão poderia ser considerada como uma resposta correcta.

O Provedor de Justiça observou ainda que a folha de rosto do teste (c) sublinhava que “a resposta correcta se baseia unicamente na informação fornecida no texto ou no quadro”. No entanto, a resposta correcta à pergunta em questão baseava-se na informação fornecida *cumulativamente* no seu texto e no respectivo quadro. Assim, a informação fornecida aos candidatos na folha de rosto do teste (c) não era rigorosa. Tal situação configura um caso de má administração, pelo que o Provedor de Justiça formulou a pertinente observação crítica. O Provedor de Justiça ponderou ainda se deveria considerar que a decisão do EPSO de não considerar a ausência de resposta à pergunta n.º 21





como resposta correcta e, consequentemente, de não atribuir ao queixoso um ponto suplementar, constituiria um caso de má administração. Tendo em conta as suas outras constatações e o facto de o queixoso não ter alegado que a falta de resposta à pergunta se deveria, pelo menos em parte, à incoerência e falta de rigor acima indicadas, o Provedor de Justiça entendeu não ter havido má administração no que se refere a este aspecto do caso.



### 3.4.5 Comité das Regiões

#### PAGAMENTO PARCIAL POR TRABALHO ALEGADAMENTE INCOMPLETO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 786/2006/JF contra o Comité das Regiões*

O queixoso realizou um estudo no âmbito de um contrato com o Comité das Regiões e apresentou um relatório final. Nos termos do contrato, o Comité tinha 30 dias para aprovar ou rejeitar o relatório. Cinco dias após a expiração do prazo contratual, o Comité informou o queixoso de que não estava satisfeito com a qualidade do relatório e por isso só pretendia pagar-lhe dois terços do montante previsto no contrato.

O queixoso alegou que o Comité não respeitara as disposições do contrato nem o informara das possibilidades de recurso. Alegou, igualmente, que o Comité não respondera às suas cartas, incluindo uma em que procurava resolver a questão por meios extrajudiciais. O queixoso afirmava que o Comité lhe devia pagar a totalidade da remuneração prevista no contrato, acrescida de juros.

O Comité explicou o atraso na transmissão do seu parecer sobre o relatório final do queixoso dizendo ter sido necessário um exame minucioso, bem como uma consulta aos seus serviços de auditoria interna e jurídicos a respeito das medidas que deveria tomar seguidamente. Não respondera às cartas do queixoso porque este afirmara estar disposto a agir judicialmente.

A análise do Provedor de Justiça em queixas relativas ao cumprimento de obrigações contratuais tem um âmbito limitado e, por isso, ele entendeu que não deveria procurar determinar se houvera ou não incumprimento de contrato, ou se o Comité estava ou não contratualmente habilitado a recusar o pagamento do montante total. Contudo, se o Comité não conseguia cumprir o prazo previsto no contrato, deveria ter informado o queixoso deste facto, por uma questão de boa administração, antes de o prazo ter expirado. Ao não o fazer, incorrera em má administração, pelo que foi formulada uma observação crítica.

O Provedor de Justiça compreendeu que o Comité defendia a posição de que, apesar do seu atraso em informar o queixoso, tinha motivos para não lhe pagar o montante contratualmente acordado por inteiro, porque ele não tinha apresentado um relatório com a qualidade que o Comité tinha direito a receber nos termos do contrato. Concluiu, por isso, que o Comité fornecera uma fundamentação jurídica coerente e razoável para os seus actos e para a sua convicção de que defendia uma posição contratual justificada.

Quanto aos restantes aspectos da queixa, o Provedor de Justiça concluiu que, uma vez que o contrato continha uma disposição específica aplicável aos litígios, o Comité não era obrigado a informar o queixoso de outras possibilidades mais gerais. Contudo, o Provedor de Justiça criticou o Comité por não ter respondido às cartas do queixoso.



### 3.4.6 Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

#### RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE UM ORGANISMO COMUNITÁRIO

*Síntese da decisão sobre a queixa 1429/2005/JF contra o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP)*

O queixoso alegava que a Directora do CEDEFOP tomara uma decisão unilateral de fechar o CEDEFOP durante uma semana em Agosto de 2005, ignorando o pedido do Comité do Pessoal para esperar até os funcionários serem consultados a esse respeito na sua Assembleia-Geral.

O CEDEFOP explicou que o encerramento de Verão fora levado à prática pela primeira vez em 2003, a título experimental. Em 2004, e após consulta ao Comité do Pessoal, o CEDEFOP decidira repetir o encerramento de Verão.

Após um inquérito, o Provedor de Justiça concluiu que o Comité do Pessoal pedira à administração do CEDEFOP para aguardar que a Assembleia Geral do pessoal se realizasse, antes de emitir a decisão contestada. Considerou que, ao fazer um tal pedido, o Comité do Pessoal poderia esperar razoavelmente que, caso o CEDEFOP não o aceitasse, explicaria as suas razões para não o fazer, demonstrando, desse modo, a sinceridade da consulta ao Comité do Pessoal. Contudo, as provas ao dispor do Provedor de Justiça demonstravam que essa explicação não fora dada e que o CEDEFOP também não apresentara nenhuma no seu parecer.

O Provedor de Justiça emitiu, por isso, uma observação crítica dizendo que o facto de o CEDEFOP não ter respondido ao pedido do Comité do Pessoal não estava de acordo com os princípios de boa administração aplicáveis à relação entre a administração e os funcionários públicos num organismo comunitário.

## 3.5 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO



### 3.5.1 Comissão Europeia

#### ALEGADO AUXÍLIO ESTATAL RELATIVO À PRIVATIZAÇÃO DE UMA EMPRESA ALEMÃ

*Síntese da decisão sobre a queixa 642/2004/GG contra a Comissão Europeia*

Em 1989, a Preussag AG adquiriu (a então) Salzgitter AG, uma empresa estatal, por 2,452 mil milhões de marcos alemães. Segundo o queixoso, este preço era muito inferior ao valor real da empresa e, por isso, continha elementos que configuravam um auxílio estatal.

Em Dezembro de 2003, o queixoso solicitou à Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia ("DG Concorrência") que interviesse.

Em resposta, a DG Concorrência declarou que já tinha examinado essa operação; que não havia indícios de auxílio estatal ilegal e que a carta do queixoso não continha elementos novos que justificassem uma interpretação diferente dos factos pertinentes.





Em Março de 2004, o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça, alegando que a DG Concorrência não dera a devida atenção à sua carta de Dezembro de 2003.

Após um inquérito minucioso, que envolveu quatro pedidos de informação complementares à Comissão, o Provedor de Justiça concentrou-se no argumento do queixoso de que as declarações proferidas numa reunião de uma comissão do Parlamento da Baixa Saxónia (o *Land* mais directamente afectado pela venda da Salzgitter AG à Preussag AG) sugeriam ou provavam que tinha havido auxílio estatal.

O Provedor de Justiça considerou que o documento apresentado pelo queixoso neste contexto indicava que o governo da Baixa Saxónia partilhava do ponto de vista de que a Preussag AG comprara a Salzgitter AG a um preço que não era o preço de mercado. No entender do Provedor de Justiça, uma boa prática administrativa exigia, por isso, no mínimo, que a Comissão procurasse averiguar se, ao contrário do que até então supunha, a venda continha efectivamente elementos de auxílio estatal. Porém, a Comissão não tomara quaisquer medidas para esclarecer as declarações proferidas na supramencionada reunião e isto, na opinião do Provedor de Justiça, constituía má administração. Apresentou, por isso, um projecto de recomendação instando a Comissão a tomar as medidas adequadas para averiguar se a venda da Salzgitter AG à Preussag AG, em 1989, envolvera elementos de auxílio estatal.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que aceitava as suas conclusões e que, por isso, contactara as autoridades alemãs para esclarecer as declarações em causa.

Nas suas observações, o queixoso alegou que a Comissão deveria realizar inquéritos próprios com o intuito de obter informações de fontes independentes.

O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão aceitara o seu projecto de recomendação e que as medidas tomadas para o aplicar eram satisfatórias.

Para evitar eventuais equívocos, o Provedor de Justiça considerou conveniente acrescentar que, caso se constatasse que alguns representantes do governo da Baixa Saxónia pensavam, efectivamente, que a venda da Salzgitter AG à Preussag AG constituía um “presente” a esta última, a boa prática administrativa tornaria necessário que a Comissão realizasse uma investigação mais profunda de todo esse caso. O Provedor de Justiça salientou, no entanto, que não tinha quaisquer motivos para supor que a Comissão não o faria, caso fosse necessário.

### NÃO ADOPÇÃO PELA COMISSÃO DE UMA DECISÃO SOBRE UMA QUEIXA POR INFRAÇÃO

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 956/2004/PB contra a Comissão Europeia*

No contexto do inquérito do Provedor de Justiça sobre uma queixa anterior (processo 801/2001 PB), a Comissão comprometeu-se a adoptar uma decisão sobre a queixa por infracção (relativa ao incumprimento pela Dinamarca da legislação comunitária em matéria de tributação de veículos) apresentada pelo queixoso em Outubro de 2001. Não o fizera, porém, e no decurso de um inquérito do Provedor de Justiça sobre o processo 1237/2002/(PB)OV, explicou este facto declarando que preferia adoptar uma abordagem global aos problemas relativos à tributação de veículos e que o seu objectivo era resolver estes problemas simultaneamente em todos os Estados-Membros. O Provedor de Justiça aceitou esta explicação. Contudo, a persistente demora da Comissão na adopção de uma decisão esteve na origem da presente queixa ao Provedor.

O Provedor de Justiça apresentou um projecto de recomendação em que fazia notar que, na verdade, a Comissão não se podia abster de tomar uma decisão sobre a queixa por infracção apresentada pelo queixoso, enquanto procurava levar a cabo a sua abordagem global. O facto de a Comissão continuar a não tomar uma decisão não era justificável com o fundamento de que a Comissão não conseguira obter as informações que solicitara aos Estados-Membros em 2001 e 2003. A Comissão tivera muito tempo para tentar obter essas informações e não se percebia claramente porque é que a falta de resposta a esses pedidos de informação a impedia de chegar a uma decisão sobre as



queixas por infracção individuais. A este respeito, o Provedor de Justiça lembrou que, segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça, os Estados-Membros devem facilitar o cumprimento da missão da Comissão como guardião do Tratado. A recusa por parte de um Estado-Membro de ajudar a Comissão nas suas investigações, nos termos do artigo 226.º do Tratado CE, equivale ao incumprimento de um dever imposto a todos os Estados-Membros nos termos do artigo 10.º do Tratado. Nesse caso, a Comissão pode levar o caso ao Tribunal de Justiça.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que adoptara decisões sobre as questões em apreço e informara o queixoso a seu respeito. O Provedor de Justiça concluiu, por conseguinte, que a Comissão aceitara o seu projecto de recomendação.

## 3.6 CASOS ENCERRADOS POR OUTRAS RAZÕES



### 3.6.1 Conselho da União Europeia

#### PATROCÍNIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 2172/2005/MHZ contra o Conselho da União Europeia*

O queixoso escreveu ao Conselho manifestando a sua preocupação a respeito do patrocínio comercial da Presidência do Conselho. Mencionava, em especial, o exemplo do patrocínio da Presidência irlandesa (Janeiro a Junho de 2004). O Secretariado respondeu que iria encaminhar a sua carta para a antiga Presidência irlandesa e para a actual Presidência luxemburguesa. Na sua resposta ao queixoso, a Presidência luxemburguesa informou-o a respeito do seu sítio Web e fez notar que não tinha patrocinadores.

O queixoso alegou que o Conselho não respondera ao seu pedido de informação sobre o patrocínio comercial da Presidência, afirmando que este devia ser respondido.

No seu parecer, o Conselho sustentou que a questão do patrocínio comercial da sua Presidência não se inseria no âmbito das responsabilidades do Conselho como instituição comunitária.

O Provedor de Justiça considerou que a resposta do Conselho às preocupações do queixoso era inadequada, enviando uma proposta de solução amigável ao Conselho, segundo a qual este poderia ponderar a possibilidade de rever e complementar a sua resposta ao queixoso sobre o assunto (i) aceitando que a questão do patrocínio comercial da sua Presidência se insere nas responsabilidades do Conselho como instituição comunitária e (ii) manifestando estar disposto, num prazo adequado, a tomar medidas para evitar tais patrocínios, ou para os regulamentar de uma forma que garanta uma gestão adequada de eventuais conflitos entre os interesses privados e os deveres públicos.

O Conselho rejeitou a proposta de solução amigável do Provedor de Justiça, com base na mesma opinião que exprimira no seu parecer.

O Provedor de Justiça considerou que não eram necessários novos inquéritos a respeito da questão geral da responsabilidade do Conselho pela sua Presidência, dado que a mesma questão surgira noutro processo (1487/2005/GG), relativamente ao qual o Provedor de Justiça apresentara um Relatório Especial ao Parlamento Europeu em Novembro de 2006.

O Provedor de Justiça ficou preocupado, todavia, por a confiança dos cidadãos na União e no seu funcionamento poder ser prejudicada pelo facto de o Conselho não ter respondido ao convite para ponderar a adopção de medidas destinadas a evitar um patrocínio comercial da sua Presidência,



ou para o regulamentar de forma a garantir uma gestão adequada de eventuais conflitos entre os interesses privados e os deveres públicos.

Dada a posição do Conselho de que a organização da Presidência é uma questão que deve ser determinada pelas autoridades dos Estados-Membros, o Provedor de Justiça decidiu colocar a questão individualmente a estes últimos, escrevendo aos respectivos Representantes Permanentes sobre o assunto.



### 3.6.2 Comissão Europeia

#### ATRASO INJUSTIFICADO NO TRATAMENTO DE DOIS PROCESSOS POR INFRAÇÃO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 3369/2004/JMA contra a Comissão Europeia*

A queixa referia-se ao facto de a Comissão, alegadamente, não ter tratado com a devida diligência os processos por infracção que iniciara em relação a duas queixas formais apresentadas pelo queixoso em 2001 e 2003. As queixas à Comissão prendiam-se com o facto de a legislação espanhola não reconhecer aos accionistas minoritários os direitos consagrados no direito comunitário<sup>14</sup>.

O queixoso alegou que, apesar das garantias informais que lhe foram dadas pelos serviços da Comissão sobre o próximo envio às autoridades espanholas de um parecer fundamentado relativo à sua primeira queixa, nenhuma medida tinha sido tomada. Alegou ainda que a Comissão não tomara qualquer medida, durante dois anos, em relação à sua segunda queixa, apesar das garantias que lhe foram dadas pelos serviços de que seria enviada brevemente às autoridades espanholas uma carta de notificação.

A Comissão declarou que, em 5 de Janeiro de 2005, enviou às autoridades espanholas um parecer fundamentado relativo à primeira queixa e uma carta de notificação relativa à segunda queixa. A Comissão assinalou que os serviços responsáveis não poderiam ter garantido ao queixoso que essas medidas iriam ser tomadas dentro de um determinado prazo, uma vez que só o Colégio de Comissários podia tomar tal decisão. A Comissão observou ainda que o tempo que os seus serviços tinham demorado a tratar estes dois casos se deveria à necessidade de colaborar estreitamente com o serviço de tradução, a fim de ser possível apreciar as muito extensas exposições recebidas tanto do queixoso como das autoridades responsáveis do Estado-Membro. A Comissão considerou que, dadas as circunstâncias deste caso, os seus serviços tinham tratado as queixas com a devida diligência e cumprido as disposições da sua Comunicação sobre as relações com os queixosos em casos de infracção<sup>15</sup>.

O Provedor de Justiça observou que esta Comunicação não especifica um prazo-limite para a investigação das queixas após o envio de uma carta de notificação nem a informação a dar aos queixosos no período subsequente ao envio dessa carta. O Provedor de Justiça assinalou que o n.º 1 do artigo 41.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estipula que “todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas instituições e órgãos da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável”. Depois de analisar cuidadosamente a jurisprudência dos tribunais comunitários relativamente à margem de discricionariedade de que goza a Comissão no tratamento de casos de infracção, o Provedor de Justiça concluiu que a jurisprudência não exclui a aplicação dos princípios da boa administração às relações entre a Comissão e os queixosos no

<sup>14</sup>

Segunda Directiva 77/91/CEE do Conselho, de 13 de Dezembro de 1976, tendente a coordenar as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na aceção do segundo parágrafo do artigo 58.º do Tratado, no que respeita à constituição da sociedade anónima, bem como à conservação e às modificações do seu capital social, a fim de tornar equivalentes essas garantias em toda a Comunidade, JO 1997 L 26, p.1.

<sup>15</sup>

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário (COM(2002) 141 final), JO 2002 C 244, p.5.



período subsequente ao envio de uma carta de notificação. O Provedor de Justiça considerou, portanto, que a Comissão deveria respeitar os princípios da boa administração nas suas relações com os queixosos no período subsequente ao envio de uma carta de notificação.

### CLASSIFICAÇÃO INCORRECTA DE UM INTÉRPRETE DE CONFERÊNCIA AUXILIAR

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 2787/2005/OV (Confidencial) contra a Comissão Europeia*

O queixoso começou a trabalhar como intérprete de conferência auxiliar (“ICA”) para o Parlamento Europeu em 1995. Tendo em conta os seus quatro anos anteriores de experiência profissional nesta área, o Parlamento atribuiu-lhe imediatamente o estatuto da categoria 1<sup>16</sup>. Em 2001, o queixoso começou a trabalhar para o Serviço Comum de Interpretação-Conferências da Direcção-Geral “Interpretação” da Comissão Europeia (“DG SCIC”). Contrariamente às suas expectativas, foi classificado como intérprete da categoria 2. No final de 2004, as instituições decidiram fundir as suas listas de ICA e foi enviada a todos os ICA uma ficha de dados pessoais (*fiche signalétique*). Na ficha do queixoso, aparecia que ele fora classificado como intérprete da categoria 1 somente a partir de Novembro de 2004. Quando o queixoso detectou este presumível erro, escreveu mensagens de correio electrónico à Comissão, em 2005, pedindo a rectificação da sua ficha de dados pessoais, que deveria mencionar que ele era intérprete da categoria 1 desde Janeiro de 1995 e não desde Novembro de 2004. O queixoso pediu também o pagamento do diferencial de 28% do seu salário, correspondente ao montante não pago devido à classificação alegadamente errónea no período entre 2001, quando começou a trabalhar para a Comissão, e Novembro de 2004, quando foi classificado como intérprete da categoria 1. A Comissão respondeu ao queixoso que a sua classificação não seria alterada.

Em Agosto de 2005, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça reclamando que a Comissão devia (i) rectificar a sua ficha de dados pessoais e reconhecer oficialmente que ele era intérprete da categoria 1 desde Janeiro de 1995, e (ii) rectificar os seus pagamentos relativos ao período durante o qual esteve erradamente classificado como intérprete da categoria 2 e pagar o diferencial de 28% do seu salário não pago durante esse período.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão indicou que os dados codificados na ficha pessoal do queixoso seriam rectificadas de acordo com o seu pedido. Subsequentemente, o queixoso informou o Provedor de Justiça de que, embora não tendo recebido o salário que lhe era devido por causa da classificação errada, obtivera reparação moral.

### AUSÊNCIA DE RESPOSTA DURANTE CINCO ANOS

#### *Síntese da decisão sobre a queixa 242/2006/BM contra a Comissão Europeia*

Em 8 de Novembro de 2000, o queixoso enviou uma carta à Comissão, na qual pedia ajuda para resolver um problema com o sistema judicial espanhol. A Comissão enviou-lhe um aviso de recepção, datado de 20 de Novembro de 2000, no qual explicava que fora atribuído um número de referência à sua carta e que esta fora remetida para a Direcção-Geral de Justiça e Assuntos Internos da Comissão. O queixoso nunca recebeu, porém, uma resposta quanto à matéria de fundo. Considerou, assim, que a ausência de resposta da Comissão à sua carta durante cinco anos era inaceitável e pediu ao Provedor de Justiça para investigar a situação.

<sup>16</sup>

As instituições europeias têm um sistema de duas categorias para intérpretes de conferência auxiliares de sessão (“ICA”): a categoria 2 (intérprete principiante) e a categoria 1 (intérprete experiente, tendo trabalhado mais de 100 dias para as instituições europeias). A diferença de remuneração é de 28%.

No seu parecer, a Comissão confirmou que recebera a carta do queixoso de 8 de Novembro de 2000 e que enviara um recibo de recepção. Explicou ainda que o queixoso voltara a contactar a Comissão, em 2003, a fim de solicitar uma resposta à sua carta. A Comissão exprimia o seu pesar por não ter respondido quanto à matéria de fundo, reconhecia que essa omissão não estava conforme com os seus deveres e regras, e apresentava um pedido de desculpas. Além disso, a Comissão explicou que, em 14 de Julho de 2006, enviara uma carta ao queixoso pedindo desculpa pelo atraso e informando-o de que o seu caso tinha uma dimensão nacional, sem qualquer ligação ao direito comunitário, dado referir-se a uma relação contratual entre duas empresas espanholas e a um problema com o sistema judicial espanhol. A Comissão aconselhou o queixoso a contactar as autoridades nacionais responsáveis.

O Provedor de Justiça lembrou que tanto o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa como o Código de Boa Conduta Administrativa para os Funcionários da Comissão Europeia nas suas Relações com o Público contêm disposições específicas sobre as respostas à correspondência. Fez notar também que o parecer da Comissão tinha admitido que esta não cumprira as disposições em causa. À luz dos factos relativos a este caso, o Provedor de Justiça não encontrou motivos para considerar que a Comissão estaria em desacordo com a avaliação que o queixoso fazia da sua conduta. No entanto, o Provedor de Justiça salientou que a Comissão respondera à presente queixa reconhecendo francamente que não agira de acordo com as suas regras e obrigações e que tinha pedido desculpa ao queixoso, tanto directamente como através do seu parecer sobre a queixa. O Provedor de Justiça congratulou-se com a resposta da Comissão, bem como com o facto de ela própria ter fornecido a informação de que o queixoso voltara a contactá-la, em 2003, a fim de pedir uma resposta à sua carta, mas que nenhuma resposta fora dada depois desta carta de insistência. Por último, o Provedor de Justiça observou também que a Comissão fornecera uma resposta útil ao queixoso, que não apresentara outras reclamações. O Provedor de Justiça considerou, por conseguinte, que era desnecessário efectuar inquéritos complementares.



### 3.6.3 Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

#### NÃO APRESENTAÇÃO DE UM PEDIDO DE DESCULPAS POR UM ERRO DE AVALIAÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2312/2004/MHZ contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO)*

A queixosa participou num concurso público para administradores adjuntos de cidadania checa. O júri excluiu-a do concurso alegando que as suas qualificações não lhe permitiam o acesso a estudos de doutoramento na República Checa. Posteriormente, a Universidade Charles de Praga admitiu a queixosa para estudos de doutoramento. A queixosa informou o serviço deste facto, mas ele manteve a sua decisão.

A queixosa alegou que o EPSO não avaliou correctamente os seus graus académicos quando declarou que eles não lhe davam acesso a estudos de doutoramento.

O EPSO considerou que o júri não cometera qualquer erro.

O Provedor de Justiça não concordou com o ponto de vista do EPSO porque as qualificações da queixosa lhe permitiam aceder, efectivamente, a estudos de doutoramento na República Checa, como ficou provado pelo facto de a Universidade Charles a ter aceite. O júri estava, por isso, errado, apesar de isto não implicar necessariamente que devesse ser criticado ou responsabilizado por isso. O Provedor de Justiça também defendeu que, uma vez que os candidatos aos concursos organizados pelo EPSO comunicam com este e que, em caso de queixas dos candidatos ao Provedor de Justiça, competia ao EPSO responder, era adequado que o EPSO pedisse desculpa aos candidatos se um júri cometesse um erro. Por último, como consta no Código Europeu de Boa Conduta Administrativa (n.º 3 do artigo 12.º), os princípios de boa administração exigem que as instituições reconheçam e





peçam desculpa pelos erros. O Provedor de Justiça propôs, por conseguinte, a título de solução amigável, que o EPSO considerasse a possibilidade de apresentar um pedido de desculpas à queixosa.

O EPSO não aceitou a proposta do Provedor de Justiça e reiterou a sua recusa na resposta a uma nova carta do Provedor de Justiça.

Uma vez que o EPSO se recusou por duas vezes a pedir desculpa à queixosa, o Provedor de Justiça apresentou a esta última um pedido de desculpas em nome das Comunidades Europeias pelo facto de as suas qualificações terem sido avaliadas como não lhe permitindo o acesso a estudos de doutoramento.

### 3.7 CASOS ENCERRADOS APÓS UM RELATÓRIO ESPECIAL



#### 3.7.1 Conselho da União Europeia

##### LÍNGUAS USADAS NOS WEBSITES DA PRESIDÊNCIA

###### *Síntese da decisão sobre a queixa 1487/2005/GG contra o Conselho da União Europeia*

Uma associação de defesa da língua alemã queixou-se de que o Conselho não garantia a disponibilidade dos sítios Web da Presidência em alemão.

A associação queixosa chamou a atenção para o facto de os cidadãos da União Europeia que tinham o alemão como língua materna serem em maior número do que os de qualquer outra língua e que, após a adesão dos novos Estados-Membros, o alemão era, a seguir ao inglês, a língua entendida por mais cidadãos da UE, quer como língua materna quer como língua estrangeira. Alegou ainda que as comunicações das instituições comunitárias principalmente dirigidas ao público deveriam ser acessíveis ao maior número de cidadãos da UE possível. Quando o número de línguas utilizadas fosse limitado, a sua escolha deveria basear-se, no entender da associação queixosa, no peso demográfico dessas línguas. Considerava, por isso, incompreensível que os sítios Web da Presidência apenas utilizassem, normalmente, o inglês e o francês, complementarmente à língua do país que ocupava a Presidência.

Embora aceitasse que a Presidência faz parte do Conselho como instituição, o Conselho afirmou não ter qualquer responsabilidade pelos sítios Web da Presidência, alegando que estão sob a autoridade dos Estados-Membros que a ocupam.

No entender do Provedor de Justiça, uma vez que a Presidência faz claramente parte do Conselho, os seus sítios Web não podem ser equiparados a sítios “nacionais”, fora do alcance do direito comunitário. Consequentemente, não se pode considerar que a questão das línguas usadas nos sítios Web da Presidência esteja fora do âmbito de acção do Conselho. O Provedor de Justiça considerou assim que, ao não apreciar o mérito do pedido da associação queixosa, o Conselho incorrera num caso de má administração. Em consequência, o Provedor de Justiça apresentou um projecto de recomendação sobre o assunto.

Na sequência da rejeição deste projecto de recomendação pelo Conselho, o Provedor de Justiça apresentou um relatório especial ao Parlamento Europeu, em 30 de Novembro de 2006, solicitando o apoio do Parlamento em relação às seguintes conclusões do seu inquérito:



- (i) o Conselho é responsável pelas línguas utilizadas nos sítios Web da sua Presidência;
- (ii) idealmente, as informações publicadas no sítio Web da Presidência do Conselho deverão estar disponíveis em todas as línguas oficiais da Comunidade;
- (iii) se o número de línguas utilizadas no sítio Web da Presidência do Conselho tiver de ser limitado, a escolha dessas línguas deve basear-se numa análise objectiva e razoável; e
- (iv) a recusa do Conselho em apreciar o mérito do caso, isto é, o pedido da associação queixosa de que as apresentações das Presidências na Internet também sejam disponibilizadas em alemão, é, por isso, injustificada e constitui má administração.



### 3.7.2 Comissão Europeia

#### DEMORA NO TRATAMENTO DE UMA QUEIXA POLITICAMENTE SENSÍVEL E CONTROVERSA

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 289/2005/GG contra a Comissão Europeia*

O queixoso prestava serviços de apostas desportivas na Baixa Saxónia, Alemanha, e comunicou que as autoridades alemãs lhe tinham ordenado que deixasse de oferecer estes serviços, obrigando-o, deste modo a fechar a sua empresa. O queixoso alegava que o comportamento das autoridades alemãs violava o direito comunitário, designadamente a liberdade de prestação de serviços. O seu advogado apresentou uma queixa por infracção à Comissão. Quando a Comissão não respondeu a um pedido de informação sobre a situação da investigação, sete meses após o seu registo, o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça. Alegava, no essencial, que a Comissão não tratara adequadamente a sua queixa por infracção e afirmava que a reacção da Comissão era urgentemente necessária porque estava a sofrer prejuízos devido ao encerramento da sua empresa.

A Comissão declarou que tinha recebido várias queixas por infracção relativas a serviços de jogos de azar e que avaliara a justificação e a proporcionalidade de várias proibições nacionais de serviços de apostas desportivas. A Comissão enviara uma carta de notificação à Dinamarca, enquanto o seu exame de queixas por infracção contra a Alemanha, a Itália e os Países Baixos ainda estava em curso.

A Comissão afirmava que ainda estava a analisar “intensamente” aspectos específicos da queixa por infracção apresentada pelo queixoso. O Provedor de Justiça considerou que esta alegação não parecia ser sustentada pelas informações que lhe tinham sido fornecidas. Em especial, a Comissão também tinha declarado que o caso exigia uma difícil avaliação da justificação e da proporcionalidade da proibição nacional relativa aos serviços de apostas desportivas, com base em considerações de ordem pública. No entanto, a própria Comissão reconheceu que ainda não tinha tido quaisquer contactos com as autoridades alemãs. O Provedor de Justiça considerou pouco plausível que a Comissão conseguisse avaliar a justificação e a proporcionalidade sem estabelecer tais contactos. Num projecto de recomendação, o Provedor de Justiça pediu à Comissão que tratasse a queixa por infracção apresentada pelo queixoso de forma diligente e sem demoras indevidas.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão declarou que as queixas por infracção relativas a serviços de apostas desportivas eram “muito sensíveis e politicamente controversas”. A questão já fora levantada em quatro reuniões internas sobre infracções. No entanto, a decisão de instaurar um processo por infracção exigia o apoio do Colégio de Comissários, o qual ainda não fora obtido.

O Provedor de Justiça congratulou-se com a sinceridade do parecer da Comissão. Considerou, porém, que estas considerações não a isentavam do seu dever de tratar tais queixas de forma adequada.

Ciente do facto de que a Comissão possui poderes discricionários no processo por infracção, o Provedor de Justiça fez notar que o caso em apreço se referia à fase administrativa do processo. Considerava que a Comissão não tem o direito de adiar indefinidamente a sua decisão sobre uma





dada queixa por infracção com a alegação de que não consegue obter um consenso político sobre o procedimento a seguir. O Provedor de Justiça entendia que esta era uma questão de princípio importante e, por isso, reiterou a sua recomendação num relatório especial ao Parlamento Europeu.

Posteriormente, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que decidira instaurar, entretanto, um processo por infracção mediante o envio de uma carta de notificação à Alemanha.

### 3.8 INQUÉRITOS DE INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

#### INQUÉRITO SOBRE A DISPONIBILIDADE DA COMISSÃO PARA RECORRER À MEDIAÇÃO EM LITÍGIOS COM CONTRATANTES

*Síntese da decisão tomada na sequência do inquérito de iniciativa própria OI/1/2006/TN*

Todos os anos, o Provedor de Justiça Europeu recebe um número significativo de queixas contra a Comissão relativas a litígios contratuais. As queixas são apresentadas por indivíduos, pequenas e médias empresas e outras organizações, e envolvem tanto contratantes como subcontratantes. O Provedor de Justiça lançou um inquérito de iniciativa própria no qual pediu à Comissão que investigasse a possibilidade de aumentar o recurso à mediação para resolver litígios surgidos no âmbito dos contratos que financia. Este inquérito surgiu depois de a Comissão ter apoiado a mediação como uma forma frequentemente mais rápida, mais simples e mais económica de solucionar os litígios.

Durante o inquérito, a Comissão comprometeu-se a incentivar, futuramente, métodos alternativos de resolução de litígios, designadamente através da inclusão de uma cláusula de mediação opcional nos seus contratos-tipo, segundo disse. Advertiu, no entanto, que o recurso à mediação ou a outros métodos de resolução de litígios poderia envolver custos. Afirmou, ainda, que a Comissão não pode impor a mediação nos litígios entre os seus contratantes e os respectivos subcontratantes.

Na sua decisão relativa ao encerramento do inquérito, o Provedor de Justiça congratulou-se com a inclusão de uma cláusula de mediação opcional nos contratos da Comissão. Salientou que a mediação constitui, normalmente, uma forma mais económica de resolver um litígio do que o recurso directo aos tribunais. O Provedor de Justiça solicitou à Comissão que lhe fornecesse informações actualizadas sobre a utilização da cláusula de mediação e sobre os esforços da instituição para tornar o recurso à mediação extensivo aos litígios relacionados com subvenções concedidas pela Comissão. O Provedor de Justiça sublinhou ainda a importância da recomendação do recurso à mediação em conflitos entre contratantes e subcontratantes.

A Comissão deverá informar o Provedor de Justiça sobre o seguimento dado à questão até 30 de Junho de 2007.

#### TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE UM PORTO INDUSTRIAL EM ESPANHA

*Síntese da decisão tomada na sequência do inquérito de iniciativa própria OI/2/2006/JMA*

Tendo recebido um número muito elevado de queixas e outras comunicações a respeito da construção, pelas autoridades espanholas, de um porto industrial na cidade de Granadilla, na ilha de Tenerife, Espanha, o Provedor de Justiça decidiu abrir um inquérito de iniciativa própria para dar à Comissão uma oportunidade de explicar o seu papel como guardião do Tratado neste caso.



Segundo os queixosos, a Comissão decidira encerrar o seu inquérito sobre várias queixas respeitantes à construção de um porto industrial em Granadilla alegando que a construção não contrariava a legislação comunitária, nomeadamente o n.º 4 do artigo 6.º da Directiva Habitats<sup>17</sup>. Os queixosos argumentavam, em termos gerais, que a Comissão não considerara a existência de eventuais soluções alternativas ao projecto proposto.

A Comissão alegou que os seus serviços ainda estavam a avaliar o projecto, explicando que, visto a presença ou a ausência de alternativas ao projecto ser uma questão relevante, que influenciaria o seu parecer final nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Directiva Habitats, a Comissão analisaria aprofundadamente este aspecto do caso e emitiria um parecer no qual avaliaria o impacto ambiental, a pertinência das “razões imperativas” invocadas pelas autoridades espanholas a favor do projecto, e o equilíbrio entre estes dois interesses opostos, bem como uma avaliação das medidas compensatórias. A Comissão sublinhou ainda que estava a tomar todas as medidas necessárias para chegar a uma decisão o mais depressa possível e que informaria os queixosos.

O Provedor de Justiça entendeu que o parecer da Comissão esclarecera adequadamente as questões suscitadas no seu inquérito e que ela ainda não tinha, nomeadamente, tomado uma decisão sobre o assunto. Deste modo, o Provedor de Justiça concluiu que não eram necessários inquéritos suplementares e fez notar que, quando a Comissão toma uma decisão, ou quando a sua decisão é indevidamente protelada, os cidadãos e os residentes podem apresentar queixas ao Provedor de Justiça, se considerarem que houve um caso de má administração por parte da Comissão.

## LIMITES MÁXIMOS DE IDADE NO PROGRAMA DE ESTÁGIOS INTERNOS

### *Síntese da decisão tomada na sequência do inquérito de iniciativa própria OI/3/2006/BB*

Em Janeiro de 2006, o Provedor de Justiça abriu um inquérito de iniciativa própria a respeito das regras e políticas do Parlamento Europeu sobre os limites máximos de idade no seu programa de estágios. O Provedor de Justiça invocou (i) o artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União, a qual determina que: “É proibida a discriminação em razão, designadamente, (...) [da] idade”, (ii) a jurisprudência recente do Tribunal de Justiça, segundo a qual o princípio de não discriminação em razão da idade é um princípio geral do direito comunitário<sup>18</sup>, e (iii) a decisão da Comissão de abolir os limites de idade no seu programa de estágios, na sequência de um projecto de recomendação apresentado pelo Provedor de Justiça no processo 2107/2002/PB.

No seu parecer, o Parlamento declarou que, em 1 de Fevereiro de 2006, aprovara uma nova decisão sobre o Regulamento Interno aplicável aos Estágios e Visitas de Estudo no Secretariado do Parlamento Europeu (Regulamento). A partir de 15 de Fevereiro de 2006, data de entrada em vigor do novo Regulamento, deixou de aplicar um limite máximo de idade no seu programa de estágios. Até então, aplicara o limite máximo de 45 anos.

O Provedor de Justiça concluiu que, visto o Parlamento ter revogado o limite de idade, não eram necessários inquéritos suplementares.

<sup>17</sup>

Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, JO 1996 L 59, p. 63.

<sup>18</sup>

Processo C-144/04, *Werner Mangold contra Rüdiger Helm*, Col. [2005] I-9981, ponto 75.



### 3.9 PEDIDOS DE INFORMAÇÃO TRATADOS PELO PROVIDOR DE JUSTIÇA

#### PODER DISCRICIONÁRIO DOS ESTADOS-MEMBROS NUMA QUESTÃO AGRÍCOLA

##### *Síntese do pedido de informação Q1/2006/GK apresentado pela Provedora de Justiça irlandesa*

Em Março de 2006, a Provedora de Justiça da Irlanda apresentou um pedido de informação ao Provedor de Justiça Europeu, relativo a um dos seus casos. O pedido de informação dizia respeito à interpretação, pelo Departamento da Agricultura e da Alimentação da Irlanda, do artigo 40.º do Regulamento n.º 1782/2003 que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo ao abrigo da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores. O pedido de informação referia-se, em especial, à questão de saber se o n.º 4 do artigo 40.º outorgava ou não poderes discricionários à autoridade nacional competente na definição das epizootias que, caso afectem uma parte ou a totalidade do efectivo do agricultor, devem ser aceites como casos de força maior.

O pedido de informação foi enviado à Comissão, a qual explicou, em síntese, que quaisquer alegações de caso de força maior devem ser avaliadas pelas autoridades nacionais competentes, num exame caso a caso.

A Comissão considerou que, com base nos dados fornecidos no pedido de informações, as autoridades irlandesas não tinham manifestamente excedido os limites do seu poder de apreciação na aplicação do n.º 4 do artigo 40.º do Regulamento n.º 1782/2003. O parecer da Comissão foi transmitido à Provedora de Justiça irlandesa, que disse ao Provedor de Justiça Europeu estar satisfeita com o resultado do pedido de informação.

#### LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

##### *Síntese do pedido de informação Q3/2005/IP apresentado pela Provedora de Justiça regional de Friuli-Venezia Giulia*

A Provedora de Justiça regional de Friuli-Venezia Giulia, Itália, dirigiu um pedido de informação ao Provedor de Justiça a respeito da impossibilidade de importar para Itália têxteis produzidos na Alemanha para acessórios teatrais. Nos termos do direito italiano, qualquer produto (importado) que deva cumprir a legislação italiana relativa à prevenção de incêndios necessita de uma homologação específica das autoridades italianas. A Provedora de Justiça regional perguntou ao Provedor de Justiça Europeu que perspectivas havia de harmonizar a legislação neste domínio, a nível comunitário, para eliminar os obstáculos à livre circulação de mercadorias.

O Provedor de Justiça pediu informações à Comissão, a qual explicou que, na ausência de normas ou regras comunitárias harmonizadas aplicáveis no domínio em causa, se aplicam as disposições gerais referentes à livre circulação de mercadorias, estabelecidas nos artigos 28.º a 30.º do Tratado CE. De acordo com estes princípios, um produto legalmente fabricado e vendido num Estado-Membro deve poder ser vendido noutro Estado-Membro. O artigo 30.º prevê que as disposições do artigo 28.º são aplicáveis sem prejuízo das proibições ou restrições à importação por razões, nomeadamente, de moralidade pública, ordem pública, segurança pública ou protecção da saúde e da vida das pessoas. As medidas nacionais, para se justificarem, devem ser necessárias para atingir os objectivos pretendidos e ser proporcionais a esses objectivos. Além disso, tais proibições ou restrições não devem constituir um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros. Qualquer queixa tendente a demonstrar uma violação do direito comunitário por um Estado-Membro pode ser directamente endereçada à Comissão para que esta a investigue.

A Provedora de Justiça regional informou o Provedor de Justiça Europeu de que estava satisfeita com a resposta da Comissão e o processo foi, deste modo, encerrado.



## Relações com as instituições e os organismos da União Europeia





## 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E OS ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

O Provedor de Justiça Europeu tem especial empenho em manter e promover um diálogo construtivo com as instituições e os organismos da União Europeia, para ajudar a obter os melhores resultados possíveis para os cidadãos. O presente capítulo contém uma síntese das reuniões e dos eventos realizados em 2006, com membros e funcionários das instituições e dos organismos comunitários, no intuito de assegurar relações de trabalho excelentes. No mesmo ano, o Provedor de Justiça também assinou vários acordos que são a seguir explicados.

Em 2006, tiveram particular importância as reuniões bilaterais com os Comissários Europeus para debater o funcionamento do novo procedimento adoptado pela Comissão para tratar dos inquéritos do Provedor de Justiça, introduzido em Novembro de 2005. Uma vez que a Comissão é a instituição visada pela maior parte dos inquéritos realizados pelo Provedor de Justiça, é fundamental assegurar que este procedimento funciona da melhor forma possível. O Sr. DIAMANDOUROS reuniu com 11 Comissários, em 2006, e sentiu-se encorajado pelo empenhamento destes em promoverem uma cultura de serviço aos cidadãos. O Provedor de Justiça também realizou uma reunião muito produtiva, em Junho, com os funcionários da Comissão responsáveis pela coordenação e o tratamento dos inquéritos do Provedor de Justiça. Esta reunião deu-lhe a oportunidade de explicar que o Provedor de Justiça é não só um mecanismo de controlo externo, mas também um importante recurso que pode ajudar as instituições a melhorarem a forma como funcionam. A Vice-Presidente da Comissão, Margot WALLSTRÖM, responsável, designadamente, pelas relações com o Provedor de Justiça, e a Secretária-Geral da Comissão, Catherine DAY, tiveram um papel essencial na facilitação de todas estas reuniões. A Sr.<sup>a</sup> WALLSTRÖM também proferiu uma comunicação perante o pessoal do Provedor de Justiça em Estrasburgo, em Dezembro, na qual apresentou uma síntese dos esforços que a Comissão tem vindo a realizar para melhorar as suas relações com os cidadãos.

O Parlamento Europeu elege o Provedor de Justiça e este responde perante ele. O Provedor de Justiça goza de uma excelente relação de trabalho com a Comissão das Petições do Parlamento, que é responsável pelas relações com o Provedor de Justiça e elabora um relatório sobre o Relatório Anual apresentado por este último. Em 2006, o Sr. DIAMANDOUROS participou em quatro reuniões da Comissão das Petições, nas quais apresentou o seu Relatório Anual e Relatórios Especiais sobre vários assuntos. A pedido da Comissão, o Provedor de Justiça foi representado por um membro do seu pessoal em cada uma das reuniões realizadas pela Comissão ao longo do ano em apreço. O Provedor de Justiça também desenvolveu as suas relações construtivas com os deputados ao Parlamento Europeu, em 2006.

Neste ano, o Provedor de Justiça prosseguiu os contactos com as outras instituições e organismos. Em Março, reuniu com os Presidentes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Primeira Instância e do Tribunal da Função Pública, o Presidente do Tribunal de Contas e o Presidente do Banco Europeu de Investimento, no Luxemburgo. Em Outubro, reuniu com os Directores da Agência Europeia de Reconstrução e do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, na Grécia. Ao longo de todo ano, também fez apresentações do seu trabalho a vários grupos de funcionários das instituições e dos organismos europeus em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.

A fim de garantir o melhor serviço possível aos cidadãos, o Provedor de Justiça assinou vários acordos importantes durante o ano em questão.

Em Março de 2006, o Provedor de Justiça assinou um novo acordo com o Parlamento, abrangendo a cooperação em domínios como a política imobiliária, a informática e as comunicações. O novo acordo deve permitir que o Provedor de Justiça utilize de forma tão judiciosa quanto possível os



recursos postos à disposição do seu gabinete (ver Anexo B), sem pôr em causa a absoluta autonomia do seu trabalho.

Outro acordo importante em 2006 foi o Memorando de Acordo assinado com a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados (AEPD)<sup>1</sup>. O objectivo deste acordo é garantir o tratamento coerente das queixas relativas à protecção dos dados e evitar uma duplicação de esforços desnecessária. Para atingir este objectivo, o Provedor de Justiça e a AEPD acordaram: (i) informar os queixosos sobre a outra instituição e facilitar as transferências de queixas; (ii) informar a outra instituição a respeito das queixas que lhe digam respeito; (iii) não reabrir uma queixa que já tenha sido transitada, a não ser que sejam apresentadas novas provas significativas; (iv) adoptar uma abordagem coerente aos aspectos jurídicos e administrativos da protecção de dados, promovendo, assim, os direitos e os interesses dos cidadãos e dos queixosos. O Provedor de Justiça e a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, Sr. Peter HUSTINX, assinaram o Memorando de Acordo em Bruxelas, no dia 30 de Novembro, com a presença também do seu Adjunto, Sr. Joaquín BAYO DELGADO, e do Secretário-Geral do Provedor de Justiça, Sr. Ian HARDEN. Esta ocasião ofereceu uma oportunidade de intercâmbio de informações sobre uma série de questões de interesse mútuo.

© Autoridade Europeia para a Protecção de Dados



O Sr. Diamandouros e o Sr. Peter Hustinx, Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, assinam o memorando de entendimento. Bruxelas, Bélgica, 30 de Novembro de 2006.

Também no dia 30 de Novembro, o Provedor de Justiça Europeu assinou um acordo de cooperação com o Governo espanhol para autorizar a utilização da língua basca, catalã/valenciana e galega, línguas-co-oficiais em Espanha, nas queixas ao Provedor de Justiça Europeu. O Representante Permanente de Espanha junto da União Europeia, Embaixador Carlos BASTARRECHE SAGÜES, assinou o acordo em nome do Governo de Espanha. Ao assinar o acordo, o Provedor de Justiça alinou a sua prática com as conclusões do Conselho Europeu de Junho de 2005, que prevêem que estas línguas possam ser utilizadas para facilitar a comunicação dos cidadãos espanhóis com as instituições comunitárias. Nos termos do acordo, um organismo de tradução, a criar pelo Governo espanhol, ficará responsável pela tradução das queixas apresentadas nestas línguas. Por sua vez, traduzirá as decisões do Provedor de Justiça do espanhol/castelhano para a língua do queixoso. Quando o organismo de tradução for criado pelas autoridades espanholas e, consequentemente, o acordo for levado à prática, as informações sobre o modo de apresentar queixas nessas línguas estarão disponíveis através da seguinte ligação presente no sítio Web do Provedor de Justiça: <http://www.ombudsman.europa.eu>

<sup>1</sup> Memorando de acordo entre o Provedor de Justiça Europeu e a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados; JO C 27 de 2007, p. 21.



As reuniões e os eventos supramencionados, e todas as outras actividades do Provedor de Justiça nesta área, são enumeradas nas secções seguintes do presente capítulo<sup>2</sup>.

## 4.1 PARLAMENTO EUROPEU

18 de Janeiro: Participação num almoço do “Kangaroo Group” de deputados ao Parlamento Europeu. O principal orador foi o deputado Andrew DUFF, que abordou o tema “O período de reflexão — Estrutura, temas e contexto de uma avaliação do debate sobre a União Europeia”. A reunião foi presidida pelo deputado Manuel MEDINA ORTEGA.

25 de Janeiro: Apresentação do Relatório Especial do Provedor de Justiça sobre Transparência nos procedimentos do Conselho numa reunião da Comissão das Petições do Parlamento Europeu. O deputado Marcin LIBICKI, Presidente da Comissão das Petições, os deputados Elmar BROK, David HAMMERSTEIN MINTZ, Michael CASHMAN e Diana WALLIS, e o Sr. Hans BRUNMAYER, Director-Geral e Chefe de Protocolo do Conselho, participaram no debate subsequente, sendo aqui enumerados pela ordem das suas intervenções.

14 de Fevereiro: Reunião com a deputada Inés AYALA SENDER.

14 de Fevereiro: Reunião com o deputado David HAMMERSTEIN MINTZ.

14 de Fevereiro: Reunião com o Sr. Gregorio GARZÓN CLARIANA, Jurisconsulto do Parlamento Europeu.

14 de Março: Apresentação do *Relatório Anual 2005* do Provedor de Justiça ao deputado Josep BORRELL FONTELLES, Presidente do Parlamento Europeu, e assinatura do novo acordo de cooperação com o Parlamento Europeu (ver Anexo B).



O Sr. Diamandouros e o Deputado Josep Borrell Fontelles, Presidente do Parlamento Europeu, assinam o novo acordo de cooperação. Estrasburgo, França, 14 de Março de 2006.

14 de Março: Reunião com o deputado Markus FERBER.

14 de Março: Reunião com o deputado Manolis MAVROMMATIS.

4 de Abril: Reunião com os deputados Andreas SCHWAB e Richard SEEBER.

<sup>2</sup>

Salvo indicação em contrário, as reuniões e os eventos tiveram lugar em Bruxelas, Luxemburgo ou Estrasburgo.



2 de Maio: Reunião com o deputado Louis GRECH.

3 de Maio: Apresentação do *Relatório Anual 2005* do Provedor de Justiça à Comissão das Petições. O deputado Marcin LIBICKI, Presidente da Comissão das Petições, os deputados Andreas SCHWAB, Manolis MAVROMMATIS, Sir Robert ATKINS, Inés AYALA SENDER, David HAMMERSTEIN MINTZ e Alexandra DOBOLYI participaram no debate subsequente, sendo aqui enumerados pela ordem das suas intervenções.

15 de Maio: Apresentação do Relatório Especial do Provedor de Justiça sobre o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) à Comissão das Petições. O Sr. DIAMANDOUROS fez uma declaração e respondeu às perguntas apresentadas, segundo a ordem das suas intervenções, pelos deputados Sir Robert ATKINS, Michael CASHMAN, Paul VAN BUITENEN, Manolis MAVROMMATIS e Jens-Peter BONDE. Seguidamente, o Sr. Franz-Hermann BRÜNER, Director-Geral do OLAF, fez uma declaração e respondeu às perguntas apresentadas pelos deputados Sir Robert ATKINS, Alexandra DOBOLYI, Michael CASHMAN, Paul VAN BUITENEN e Sr. Jens-Peter BONDE.

15 de Maio: Reunião com os deputados Andreas SCHWAB e Manolis MAVROMMATIS.

17 de Maio: Participação num almoço em honra da visita oficial do Sr. Karolos PAPOULIAS, Presidente da Grécia, ao Parlamento Europeu.

15 de Junho: Reunião com o Sr. Pascal DE POORTERE e o Sr. Ville-Veikko TIMBERG, contabilistas do Parlamento Europeu.

4 de Julho: Reunião com o deputado Jo LEINEN.

4 de Julho: Reunião com o deputado Herbert BÖSCH.

4 de Julho: Reunião com o Sr. Gregorio GARZÓN CLARIANA.

13 de Julho: Apresentação sobre o “Papel do Provedor de Justiça no contexto da ordem jurídica europeia em evolução” num Seminário intitulado “Sistema europeu de protecção dos direitos humanos”, na Universidade Adam Mickiewicz, em Poznan, Polónia. Este evento foi organizado pelo Presidente da Comissão das Petições, o deputado Marcin LIBICKI. O Provedor de Justiça polaco, Sr. Janusz KOCHANOWSKI, também participou no Seminário.

13 de Setembro: Apresentação à Comissão das Petições do Relatório Especial do Provedor de Justiça sobre o não tratamento pela Comissão de uma queixa apresentada ao abrigo do artigo 226.º. Os deputados Marcin LIBICKI, Presidente da Comissão das Petições, Manolis MAVROMMATIS, David HAMMERSTEIN MINTZ, Proinsias DE ROSSA e Maria PANAYOTOPOULOS-CASSIOTOU participaram no debate subsequente, sendo aqui enumerados pela ordem das suas intervenções.

23 de Outubro: Reunião com o Sr. Gregorio GARZÓN CLARIANA.

14 de Novembro: Jantar, organizado pelo Provedor de Justiça Europeu, em honra da Mesa e dos Coordenadores da Comissão das Petições. Os deputados Marcin LIBICKI, Presidente da Comissão das Petições, Sir Robert ATKINS, Alexandra DOBOLYI, Diana WALLIS, David HAMMERSTEIN MINTZ e David LOWE, chefe do Secretariado da Comissão das Petições, estiveram presentes no jantar.

15 de Novembro: Alocução ao “Kangaroo Group” de deputados ao Parlamento Europeu sobre “Responsabilização dos cidadãos — O papel do Provedor de Justiça Europeu”. A reunião foi presidida pelo deputado Sir Robert ATKINS.

16 de Novembro: Apresentação do *Relatório Anual 2005* do Provedor de Justiça ao plenário do Parlamento Europeu (ver ponto 6.1).



## 4.2 COMISSÃO EUROPEIA

12 de Janeiro: Reunião com o Sr. Siim KALLAS, Vice-Presidente da Comissão Europeia para os Assuntos Administrativos, Auditoria e Luta Antifraude.

12 de Janeiro: Reunião com a Sr.<sup>a</sup> Catherine DAY, Secretária-Geral da Comissão Europeia.

14 de Março: Reunião com a Sr.<sup>a</sup> Margot WALLSTRÖM, Vice-Presidente da Comissão Europeia para as Relações Institucionais e Estratégia de Comunicação.

30 de Março: Reunião com o Sr. Peter GALEZOWSKI, na qualidade de mediador interno em exercício da Comissão Europeia.

30 de Março: Apresentação ao pessoal da Comissão Europeia sediado no Luxemburgo sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu.

16 de Maio: Reunião com o Sr. Janez POTOČNIK, Comissário Europeu para a Ciência e Investigação.

16 de Maio: Reunião com o Sr. Stavros DIMAS, Comissário Europeu para o Ambiente.

17 de Maio: Reunião com o Sr. Vladimír ŠPIDLA, Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades.

6 de Junho: Reunião com a Sr.<sup>a</sup> Margot WALLSTRÖM e a Sr.<sup>a</sup> Catherine DAY.

6 de Junho: Apresentação aos funcionários da Comissão responsáveis pela coordenação do tratamento dos inquéritos do Provedor de Justiça.

4 de Julho: Reunião com o Sr. Charlie MCCREEVY, Comissário Europeu para o Mercado Interno e Serviços.

4 de Julho: Reunião com o Sr. Giuseppe MASSANGIOLI, Director da Comissão Europeia responsável pelas relações com o Provedor de Justiça Europeu, e o Sr. Andrea PIERUCCI, Chefe de unidade.

26 de Setembro: Reunião com o Sr. Ján FIGEL, Comissário Europeu para a Educação, formação, cultura e juventude.

26 de Setembro: Reunião com o Sr. Joaquín ALMUNIA, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Monetários.

26 de Setembro: Reunião com o Sr. Markos KYPRIANOU, Comissário Europeu para a Saúde.

27 de Setembro: Reunião com a Sr.<sup>a</sup> Margot WALLSTRÖM.

16 de Novembro: Reunião com o Sr. Olli REHN, Comissário Europeu para o Alargamento.

13 de Dezembro: Reunião com a Sr.<sup>a</sup> Benita FERRERO-WALDNER, Comissária Europeia para as Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança.

13 de Dezembro: Apresentação realizada pela Sr.<sup>a</sup> Margot WALLSTRÖM ao pessoal do Provedor de Justiça Europeu. Na sua apresentação, a Vice-Presidente da Comissão focou os temas da comunicação, do tratamento de queixas e do Tratado Constitucional.



### 4.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS

12 de Janeiro: Reunião com o Embaixador Nicholas EMILIOU, Representante Permanente de Chipre junto da União Europeia.

12 de Janeiro: Reunião com o Embaixador Vassilis KASKARELIS, Representante Permanente da Grécia junto da União Europeia.

6 de Março: Reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, Sr. Vassilios SKOURIS.

6 de Março: Almoço de trabalho com o Presidente do Tribunal de Primeira Instância, Sr. Bo VESTERDORF, o Sr. Jörg PIRRUNG e o Sr. Marc JAEGER, Presidentes de Secção, e Sr. Emmanuel COULON, Secretário.

6 de Março: Reunião com o Presidente do Tribunal da Função Pública, Sr. Paul J. MAHONEY, e com o Sr. Horstpeter KREPPEL, a Sr.ª Irena BORUTA, o Sr. Sean VAN RAEPENBUSCH e o Sr. Stéphane GERVASONI, membros do Tribunal, e a Sr.ª Waltraud HAKENBERG, Secretária.

6 de Março: Reunião com o Sr. Hubert WEBER, Presidente do Tribunal de Contas Europeu.

6 de Março: Reunião com o Sr. Philippe MAYSTADT, Presidente do Banco Europeu de Investimento, e com o Sr. Eberhard UHLMANN, Secretário-Geral.

30 de Março: Apresentação à Assembleia de Comités do Pessoal das Agências Europeias sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu.

15 de Junho: Reunião com a Sr.ª Vicky VOULGARAKI da Representação Permanente do Reino Unido junto da União Europeia.

14 de Setembro: Apresentação ao pessoal do Banco Europeu de Investimento sobre o tema “O papel do Provedor de Justiça Europeu e o BEI”.

26 de Setembro: Reunião com a Embaixadora Nina VASKUNLAHTI, Representante Permanente Adjunta da Finlândia junto da União Europeia.

6 de Outubro: Reunião com o Sr. Richard ZINK, Director da Agência Europeia de Reconstrução, e com membros do pessoal da Agência em Salónica, Grécia.

6 de Outubro: Reunião com a Sr.ª Aviana BULGARELLI, Directora do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), e com os membros do pessoal da Agência em Salónica, Grécia.

30 de Novembro: Assinatura de um Memorando de Acordo com a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados (AEPD), Sr. Peter HUSTINX.

30 de Novembro: Assinatura de um acordo de cooperação com o Governo espanhol destinado a permitir o uso do basco, do catalão/valenciano e galego, línguas co-oficiais de Espanha, nas queixas ao Provedor de Justiça Europeu. O Representante Permanente de Espanha junto da UE, Embaixador Carlos BASTARRECHE SAGÜES, assinou o acordo em nome do Governo espanhol.



# Relações com provedores de justiça e órgãos homologos







## 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

O Provedor de Justiça Europeu coopera estreitamente com os seus colegas a nível nacional e regional para ajudar a garantir um tratamento eficiente das queixas dos cidadãos. O presente capítulo começa por fazer uma síntese das actividades da rede europeia de provedores de justiça em 2006. Prossegue com uma descrição geral da série de conferências e reuniões em que o Provedor de Justiça e o seu pessoal participaram, com o intuito de promover a instituição do provedor de justiça em toda a União e para além desta. Termina com uma descrição das reuniões bilaterais que tiveram lugar ao longo do ano.

### 5.1 A REDE EUROPEIA DE PROVEDORES DE JUSTIÇA

A rede europeia de provedores de justiça é constituída por quase 90 provedorias em 31 países europeus. Na União, inclui os provedores de justiça e órgãos homólogos aos níveis europeu, nacional e regional, incluindo também, a nível nacional, a Noruega, a Islândia e os países candidatos à adesão à UE. Cada um dos provedores de justiça nacionais e órgãos homólogos nos Estados-Membros da UE, bem como na Noruega e na Islândia, nomeou um agente de ligação para servir de ponto de contacto com os outros membros da rede.

A rede foi criada em 1996 e desenvolveu-se regularmente até se tornar um importante instrumento de colaboração para os provedores de justiça e o seu pessoal, sendo um mecanismo de cooperação eficaz no tratamento dos processos. Reveste-se de especial importância para o Provedor de Justiça Europeu, na medida em que lhe permite tratar rápida e eficazmente as queixas que não se inserem no âmbito do seu mandato. A partilha de experiências e melhores práticas tem lugar através de seminários e reuniões, de um boletim informativo periódico, de um fórum interactivo na Internet e de um serviço noticioso electrónico diário. As visitas do Provedor de Justiça Europeu organizadas pelos provedores de justiça dos Estados-Membros e dos países candidatos à adesão também se revelaram muito eficazes no que respeita ao desenvolvimento da rede. O ponto 5.1 termina, assim, com uma breve menção às visitas de informação do Provedor de Justiça em 2006, as quais são abordadas de forma mais pormenorizada no ponto 6.2.

Todas as actividades a seguir descritas são fundamentais para permitir que os provedores de justiça desempenhem o seu papel no tocante a assegurar uma correcta aplicação da legislação da União Europeia em toda a União. Esta é essencial para que os cidadãos possam usufruir plenamente dos direitos que lhes estão consignados no direito comunitário. O Provedor de Justiça Europeu, entende, por isso, que ela constitui uma prioridade fundamental e consagra recursos consideráveis ao desenvolvimento da rede.

#### Seminários

##### *Quinto Seminário dos Provedores de Justiça Regionais dos Estados-Membros da UE*

De dois em dois anos, realizam-se seminários de provedores de justiça nacionais e regionais, organizados conjuntamente pelo Provedor de Justiça Europeu e por um homólogo nacional ou regional. O Quinto Seminário de Provedores de Justiça Regionais dos Estados-Membros da União Europeia, organizado pelo Provedor de Justiça do Governo Local de Inglaterra, Tony REDMOND, e pelo Provedor de Justiça Europeu, realizou-se em Londres, de 19 a 21 de Novembro de 2006.



Esta foi a primeira vez que o Provedor de Justiça Europeu esteve intimamente envolvido na organização de um seminário de provedores de Justiça regionais e constituiu uma experiência extremamente positiva. Cerca de 80 participantes, de cada um dos seis países com provedores de justiça a nível regional, nomeadamente, Bélgica, Alemanha, Espanha, Itália, Áustria e Reino Unido, estiveram presentes no evento.

O tema do Seminário de 2006 era: “Working together to promote good administration and defend citizens’ rights in the EU” (Trabalhar juntos para promover a boa administração e defender os direitos dos cidadãos na União Europeia). O programa incluiu sessões sobre direito comunitário, promoção de boa administração, tratamento de queixas e cooperação entre provedores de justiça.

A abertura do Seminário foi realizada pelos co-organizadores, Sr. Tony REDMOND e Sr. DIAMANDOUROS, juntamente com o Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões da UE, Sr. Luc VAN DEN BRANDE, e o Secretário Permanente do Departamento para as Comunidades e a Administração Local do Reino Unido, Sr. Peter HOUSDEN.



Sr. Tony Redmond, Provedor de Justiça da Administração Local, Inglaterra.



Sr.ª Alice Brown, Provedora de Justiça da Administração Pública, Escócia.



Sr. Felix Dünser, Provedor de Justiça de Vorarlberg, Áustria.

A Sr.ª Anne SEEX, Provedora de Justiça do Governo Local de Inglaterra, presidiu à Sessão 1, sobre a “Aplicação do direito comunitário nos Estados-Membros”. Nesta sessão, foram feitas apresentações sobre a “Livre circulação de pessoas”, pela Professora Elspeth GUILD, Professora de Direito das Migrações na Universidade Radboud de Nijmegen, e a “Partilha de conhecimentos através da Rede Europeia de Provedores de Justiça” pelo Sr. Ian HARDEN, Secretário-Geral da Provedoria de Justiça Europeia.



Sr. Bernard Hubeau, Provedor de Justiça da Flandres, Bélgica.



Sr.ª María Jesús Aranda Lasheras, Provedora de Justiça de Navarra, Espanha.



Sr. Silvano Micele, Provedor de Justiça da Basilicata, Itália.

O Sr. Silvano MICELE, Provedor de Justiça de Basilicata, e o Sr. Bernard HUBEAU, Provedor de Justiça flamengo, presidiram à Sessão 2, intitulada “O trabalho pró-activo dos provedores de justiça — Promover a boa administração”. Esta sessão compreendeu seis apresentações subordinadas aos temas “Divulgar boas práticas, acrescentar valor” (Sr. Tony REDMOND, Provedor de Justiça do Governo Local de Inglaterra), “Promover relações construtivas com a administração” (Sr. Frédéric BOVESSE, Provedor de Justiça da Valónia), “Mecanismos de comunicação de informações”

(Sr. Alice BROWN, Provedora de Justiça dos Serviços Públicos Escoceses), “Melhorar o acesso do cidadão” (Sr. Ullrich GALLE, Provedor de Justiça de Renânia-Palatinato), “Trabalhar com o cidadão para promover uma boa administração” (Sr. Felix DÜNSER, Provedor de Justiça de Vorarlberg), e “Códigos de boa conduta administrativa” (Sr.<sup>a</sup> María JESÚS ARANDA LASHERAS, Provedora de Justiça de Navarra).

A Sessão 3, subordinada ao tema “O trabalho reactivo dos provedores de justiça — Tratamento de queixas”, foi presidida pelo Sr. Alexander KÖNIG, Presidente da Comissão das Petições da Baviera. Esta sessão incluiu apresentações sobre “O tratamento das queixas de grupos vulneráveis da sociedade” (Sr.<sup>a</sup> Caterina DOLCHER, Provedora de Justiça de Friuli-Venezia Giulia), “Defesa dos direitos das crianças” (Sr. Roger MORGAN, Director dos Direitos das Crianças) e “Tratamento de queixas persistentes e abusivas” (Sr. Jerry WHITE, Provedor de Justiça do Governo Local de Inglaterra).



Sr. Jerry White, Provedor de Justiça da Administração Local, Inglaterra, Sr. Roger Morgan, Director dos Direitos da Criança do Reino Unido, Sr. Alexander König, Presidente da Comissão das Petições da Baviera, Alemanha, e Sr.<sup>a</sup> Caterina Dolcher, Provedora de Justiça de Friuli-Venezia Giulia, Itália.

A sessão final, intitulada “Avançar em conjunto”, consistiu numa apresentação feita pelo Provedor de Justiça Europeu e subordinada ao tema “Trabalhar em conjunto através da Rede Europeia de Provedores de Justiça”. Esta última sessão, presidida pelo Sr. Rafael RIBÓ I MASSÓ, Provedor de Justiça da Catalunha, permitiu um intercâmbio de pontos de vista sobre o funcionamento da rede e o modo como os provedores de justiça regionais nela podem participar mais activamente.



Sr. Tom Frawley, Provedor de Justiça da Assembleia da Irlanda do Norte e Comissário responsável pelas queixas.

Neste seminário, merece particular destaque o discurso proferido, depois do jantar, pelo Sr. Tom FRAWLEY, Provedor de Justiça da Assembleia da Irlanda do Norte e Comissário para as Queixas, que focou questões importantes para os provedores de justiça, nomeadamente a ética, a responsabilidade e a acessibilidade.

Os comentários e críticas recebidos após o Seminário foram muito positivos. O Provedor de Justiça espera que em 2008 se realize um seminário igualmente bem sucedido na Alemanha ou na Áustria.

### *Seminário dos Agentes de Ligação 2006*

O quinto seminário dos agentes de ligação da Rede Europeia de Provedores de Justiça decorreu entre 18 e 20 de Junho de 2006, em Estrasburgo. Intitulado “Defender os direitos fundamentais – partilhar as melhores práticas”, o seminário pretendia constituir um fórum para a troca de pontos de vista entre os agentes de ligação sobre as melhores práticas das respectivas instituições, bem como para a discussão do seu trabalho em prol da promoção dos direitos fundamentais. O seminário



constituiu ainda uma oportunidade de os agentes de ligação passarem em revista o funcionamento da Rede e sugerirem formas de o melhorar. No total, participaram no seminário 28 agentes de 26 países europeus, incluindo, pela primeira vez, representantes dos provedores de justiça nacionais da Bulgária, Croácia e Roménia.



Participantes no V. Seminário dos Funcionários da Rede de Agentes de Ligação das Provedorias de Justiça, Estrasburgo, França, 18-20 de Junho de 2006.

No primeiro dia do seminário, os debates centraram-se na melhoria do tratamento das queixas, na promoção da boa administração, no reforço da cooperação através da rede e na aferição da satisfação dos queixosos.

À noite, os participantes reuniram-se para jantar no centro de Estrasburgo, onde escutaram um discurso do provedor de justiça nacional há mais tempo em funções na União, o Sr. Hans GAMMELTOFT-HANSEN, que descreveu a sua experiência de quase vinte anos como Provedor de Justiça dinamarquês, centrando-se, em particular, no seu trabalho de promoção e defesa dos direitos fundamentais.



Sr. Hans Gammeltoft-Hansen, Provedor de Justiça do Parlamento da Dinamarca, discursa no V. Seminário dos Funcionários da Rede de Agentes de Ligação das Provedorias de Justiça, Estrasburgo, França, 18-20 de Junho de 2006.

O segundo dia da reunião deu prioridade a um tema suscitado por vários agentes de ligação como sendo uma questão que valia a pena analisar em conjunto, nomeadamente, a defesa dos direitos





fundamentais e, mais especificamente, do direito à liberdade de informação, à liberdade de expressão e à igualdade de tratamento.

A ordem de trabalhos do seminário era interessante e variada, tendo suscitado animados debates. Ficou, assim, confirmada a importância de reunir de dois em dois anos para trocar pontos de vista e desenvolver contactos com os outros agentes de ligação da rede, constituindo um bom augúrio para o futuro.

### Cooperação no que se refere ao tratamento dos casos

Os provedores de justiça nacionais e regionais dos Estados-Membros têm competência para tratar muitas das queixas que não se inserem no âmbito do mandato do Provedor de Justiça Europeu por não visarem uma instituição ou organismo comunitário. Em 2006, o Provedor de Justiça aconselhou 828 queixosos a recorrerem a um provedor de justiça nacional ou regional e transferiu para o provedor de justiça competente 363 queixas, 270 das quais relativas ao mesmo assunto. No ponto 2.5 do presente relatório são apresentados exemplos dessas queixas.

Para além do intercâmbio de informações informal que se realiza regularmente através da rede, existe um procedimento especial por meio do qual os provedores de justiça nacionais ou regionais podem solicitar uma resposta por escrito aos seus pedidos de informação sobre o direito comunitário e sua interpretação, incluindo aqueles que surgem quando estão a tratar casos específicos. O Provedor de Justiça Europeu fornece a resposta directamente ou canaliza-a, se for caso disso, para outra instituição ou organismo da UE. Em 2006, foram recebidos dois desses pedidos de informação, um de um provedor de justiça nacional e outro de um regional, e três pedidos, transitados de 2005, foram encerrados. Os pedidos de informação são abordados em pormenor no Capítulo 3.

### European Ombudsmen — Newsletter

O *European Ombudsmen — Newsletter* (Boletim Informativo dos Provedores de Justiça da Europa) abrange o trabalho dos membros da rede europeia de provedores de justiça e dos membros da Região Europeia do Instituto Internacional do Provedor de Justiça (IOI), em geral. Produzido em inglês, francês, alemão, italiano e espanhol, destina-se a mais de 400 provedorias aos níveis europeu, nacional, regional e local, sendo publicado pelo Provedor de Justiça Europeu duas vezes por ano — em Abril e Outubro.

O Newsletter revelou-se um fórum extremamente valioso para o intercâmbio de informações sobre a legislação comunitária e as melhores práticas. Os dois números de 2006 abordaram uma grande diversidade de temas, incluindo artigos sobre a supremacia do direito comunitário, o reconhecimento mútuo das qualificações na União Europeia, o direito ambiental comunitário e o acesso à informação ambiental, o papel dos provedores de justiça na supervisão de prisões, o acesso universal à Internet de banda larga, a discriminação no acesso ao emprego, a liberdade de expressão, os direitos das crianças e problemas de migração e de asilo.

### Instrumentos de comunicações electrónicas

Em Novembro de 2000, o Provedor de Justiça lançou um fórum documental e de debate na Internet para os provedores de justiça e o seu pessoal na Europa. Mais de 230 pessoas têm acesso ao fórum, que oferece possibilidades de cooperação quotidiana entre as provedorias.

A parte mais popular do fórum é o serviço *Ombudsman Daily News*, que é publicado todos os dias úteis e inclui notícias das provedorias, bem como da União Europeia. Quase todas as provedorias de justiça nacionais e regionais de toda a Europa contribuem para este serviço noticioso diário e consultam-no regularmente.

Em 2006, o fórum de debate continuou a ser muito útil para permitir que as provedorias partilhassem informações através do envio de perguntas e respostas. Foram, desta forma, iniciados diversos debates importantes, sobre questões tão diversas como o acompanhamento independente de prisões, o estatuto de residente permanente para crianças imigrantes nascidas na União Europeia, a luta contra a discriminação e a promoção da igualdade de tratamento, e o direito ao voto em eleições locais na UE.



No índice do fórum de debate figura uma lista taxativa dos provedores de justiça nacionais e regionais nos Estados-Membros da UE, Noruega, Islândia e países candidatos à adesão à UE. A lista é actualizada sempre que as informações de contacto de uma provedoria da justiça sofrem alterações e constitui, por isso, um recurso indispensável para os provedores de justiça de toda a Europa.

### Visitas de informação

No decurso de 2006, o Provedor de Justiça Europeu visitou os seus homólogos do Luxemburgo (Março), Espanha (Maio), Irlanda do Norte (Novembro) e Bulgária (Novembro). Estas visitas ofereceram uma excelente oportunidade para intensificar as relações de trabalho no âmbito da rede europeia de provedores de justiça e dar a conhecer a via de recurso não judicial que o provedor de justiça constitui. Estas visitas são abordadas em pormenor no ponto 6.2.

## 5.2 OUTROS SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Os esforços do Provedor de Justiça Europeu para colaborar com os seus homólogos vão além das actividades da Rede Europeia de Provedores de Justiça. O Provedor de Justiça é membro activo de um grande número de organizações de provedores de justiça e participa regularmente nas conferências e seminários que elas organizam. A presente secção apresenta uma panorâmica da participação do Provedor de Justiça e do seu pessoal nesses eventos, em 2006.

### Conferência de provedores de justiça dos Estados membros da Cooperação Económica do Mar Negro, Istambul, Turquia

No dia 26 de Abril, o Provedor de Justiça Europeu participou numa Conferência de Provedores de Justiça dos Estados membros da Cooperação Económica do Mar Negro (CEMN) intitulada “O papel da instituição do provedor de justiça na consolidação da democracia”. O evento foi organizado pela Assembleia Parlamentar da CEMN e teve lugar em Istambul, Turquia. O Sr. DIAMANDOUROS falou sobre “A instituição de provedor de justiça no Estado de direito — Desafios e perspectivas”. No seminário participaram provedores de justiça dos Estados membros da CEMN. O projecto de lei sobre a instituição do provedor de justiça na Turquia também foi debatido no seminário, a alocução de abertura foi proferida pelo Sr. Süleyman DEMIREL, antigo Presidente da Turquia.

### Instituto Internacional do Provedor de Justiça (IOI) — Reunião e Assembleia Geral da Região Europeia, Viena, Áustria

De 11 a 13 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS participou na reunião e na assembleia geral do IOI — Região Europeia, que teve lugar no Parlamento austríaco em Viena. Em 12 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS foi relator do Grupo de Trabalho 1, que analisou a relação entre os provedores de justiça e os tribunais. Outros temas debatidos na conferência foram os seguintes: “A competência dos provedores de justiça europeus”, “A aplicação dos direitos humanos na Europa”, e “A aplicação dos direitos humanos e o papel dos provedores de justiça”.

### O Provedor de Justiça como instituição de reforma administrativa, Ohrid, Antiga República Jugoslava da Macedónia

De 14 a 16 de Setembro, realizou-se em Ohrid, Antiga República Jugoslava da Macedónia, uma conferência intitulada “O Provedor de Justiça como instituição de reforma administrativa”. A conferência foi organizada no âmbito do projecto Eunomia do Provedor de Justiça da Grécia, em cooperação com o Provedor de Justiça da Catalunha e o Provedor de Justiça da Antiga República Jugoslava da Macedónia. Para as instituições de provedor de justiça do Sudeste Europeu a conferência constituiu um seminário de desenvolvimento das capacidades, tendo contado com cerca de 60 participantes. O Provedor de Justiça Europeu foi representado pelo Sr. Gerhard GRILL, consultor jurídico principal da Provedoria da Justiça, que fez uma apresentação sobre o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa.





### **Conferência internacional sobre “O trabalho do Provedor de Justiça em prol das Crianças”, Atenas, Grécia**

Nos dias 29 e 30 de Setembro, o Provedor de Justiça participou numa conferência internacional intitulada “O trabalho do Provedor de Justiça em prol das crianças” em Atenas, Grécia. A conferência foi conjuntamente organizada pelo Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, Sr. Thomas HAMMARBERG, o Provedor de Justiça para os Direitos Humanos da Federação Russa, Sr. Vladimir LUKIN, e o Provedor de Justiça grego, Sr. Yiorgos KAMINIS. O Sr. DIAMANDOUROS falou sobre o tema: “Criação de provedorias independentes para os direitos das crianças — os diferentes modelos”.

### **A instituição do provedor de justiça na Itália e na Europa, Florença, Itália**

Em 16 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS discursou numa conferência realizada em Florença e intitulada “A instituição do provedor de justiça na Itália e na Europa”, na qual apresentou a perspectiva do Provedor de Justiça Europeu sobre os esforços italianos para instituir a instituição de provedor de justiça a nível nacional. O evento realizou-se no Auditório do Parlamento da região da Toscana. A conferência foi organizada pelo Provedor de Justiça Regional da Toscana, Sr. Giorgio MORALES.

### **Conferência sobre o direito de petição e de apresentação de queixas, Alemanha**

Em 21 de Novembro, o *Landesverband Bremen* da União Europeia e o *Vereinigung zur Förderung des Petitionsrechts in der Demokratie e.V.* organizaram uma conferência, em Bremen, sobre o direito de petição ao Parlamento Europeu e o direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu. Cerca de 50 pessoas, incluindo o Presidente e os deputados do *Bremische Bürgerschaft* (o Parlamento do *Land* de Bremen), juízes e um representante da Comissão das Petições do *Bundestag* alemão, estiveram presentes na conferência. A Provedoria de Justiça Europeia foi representada pelo Sr. Gerhard GRILL, consultor jurídico principal, que, ao proferir a principal palestra da noite, descreveu o papel e o trabalho do Provedor de Justiça Europeu.

### **Seminário internacional sobre discriminação, Ljubljana, Eslovénia**

Em 8 de Dezembro, o Provedor de Justiça participou num seminário internacional intitulado “Enfrentemos a discriminação”, realizado em Ljubljana, Eslovénia. O seminário foi organizado pelo Provedor de Justiça esloveno para os direitos humanos, Sr. Matjaz HANZEK, e pelo Instituto austríaco Ludwig Boltzmann para os direitos humanos. O Sr. DIAMANDOUROS proferiu um discurso sobre “O papel do Provedor de Justiça Europeu no combate à discriminação”. Depois da conferência, o Provedor de Justiça reuniu com o Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Janez CEBULJ, e alguns dos seus colegas, tendo permutado pontos de vista sobre as suas instituições e papéis respectivos.

## **5.3 OUTROS EVENTOS COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E O SEU PESSOAL**

### **Reuniões bilaterais com provedores de justiça**

No ano de 2006, registaram-se múltiplos contactos bilaterais entre o Provedor de Justiça Europeu e provedores da Europa e outras regiões, os quais foram organizados com o intuito de promover a instituição do provedor de justiça, debater as relações interinstitucionais e permutar melhores práticas:

Em 24 de Janeiro, em Estrasburgo, e em 23 de Março em Paris, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o Sr. Jean-Paul DELEVOYE, Provedor de Justiça francês. Debateram o trabalho dos provedores de justiça em relação aos direitos fundamentais na União Europeia e aos planos para o sexto seminário de provedores de justiça nacionais dos Estados-Membros da UE e países candidatos, que deverão acolher conjuntamente em Estrasburgo no Outono de 2007.



Em 15 de Fevereiro, O Sr. Alex BRENNINKMEIJER, Provedor de Justiça dos Países Baixos, visitou o Sr. DIAMANDOUROS, em Estrasburgo, para debater assuntos de interesse comum.

Em 17 de Março, o Provedor de Justiça da Sociedade Internet para os Nomes e Números Atribuídos (ICANN), Sr. Frank FOWLIE, visitou o Gabinete de Bruxelas do Provedor de Justiça Europeu. Durante a sua visita, trocou pontos de vista com o Sr. DIAMANDOUROS por videoconferência.

No dia 20 de Março, o Sr. Giorgio MORALES, Provedor de Justiça Regional da Toscana, Itália, reuniu com o Sr. DIAMANDOUROS em Estrasburgo.

Em 28 de Março, o Provedor de Justiça reuniu-se em Estrasburgo com o recém-nomeado Provedor de Justiça polaco, Sr. Janusz KOCHANOWSKI.

Em 30 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu com a Sr.<sup>a</sup> Emily O'REILLY, Provedora de Justiça da Irlanda, em Bruxelas.

Em 12 de Abril, 3 de Julho e 20 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu por videoconferência com o Sr. Tony REDMOND, Provedor de Justiça do Governo local de Inglaterra, a fim de preparar o Quinto Seminário de Provedores de Justiça Regionais dos Estados-Membros da UE, co-organizado pelos dois em Londres, nos dias 19 a 21 de Novembro.

Em 12 de Julho, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu com o Presidente da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, deputado Marcin LIBICKI, e o Provedor de Justiça polaco, Sr. Janusz KOCHANOWSKI, em Poznan, Polónia.

Em 30 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu com o Sr. Yiorgos KAMINIS, Provedor de Justiça grego, em Atenas, Grécia.

Em 2 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS falou sobre o seu trabalho como Provedor de Justiça Europeu ao pessoal do Provedor de Justiça grego.

Em 8 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu com a Sr.<sup>a</sup> Emily O'REILLY, Provedora de Justiça da Irlanda, em Dublin.

Em 18 de Dezembro, o Sr. DIAMANDOUROS discursou no lançamento do jornal do pessoal do Provedor de Justiça grego em Atenas, Grécia.

### **Reuniões com a participação de membros do pessoal**

Realizaram-se várias reuniões a nível do pessoal do Provedor de Justiça:

Em 5 de Dezembro, o assistente do Provedor de Justiça, Sr. Nicholas CATEPHORES, reuniu com o Sr. Bruce BARBOUR e o Sr. Chris WHEELER, respectivamente, Provedor de Justiça e Provedor de Justiça Adjunto de Nova Gales do Sul.

No dia 8 de Dezembro, o Sr. Nicholas CATEPHORES reuniu com o Sr. John McMILLAN, Provedor de Justiça da Commonwealth da Austrália.





## 6 COMUNICAÇÕES

Chegar mais próximo dos cidadãos é uma actividade central para a função do Provedor de Justiça. Os esforços no sentido de divulgar informações sobre o direito de os cidadãos se queixarem de situações de má administração foram intensificados em 2006. O Provedor de Justiça e o seu pessoal realizaram cerca de 120 apresentações no decurso de conferências, seminários e reuniões que tiveram lugar ao longo do ano. As visitas do Provedor de Justiça ao Luxemburgo, a Espanha, à Irlanda do Norte e à Bulgária deram-lhe a oportunidade de sensibilizar os cidadãos destes países.

O presente capítulo descreve em pormenor as actividades do Provedor de Justiça Europeu no domínio das comunicações, em 2006. Principia por examinar as principais realizações desse ano, seguindo-se depois as visitas de informação do Provedor de Justiça, a participação em eventos e conferências, as relações com os meios de comunicação social, as publicações e as comunicações electrónicas.

### 6.1 DESTAQUES DO ANO

#### RELATÓRIO ANUAL 2005

O Relatório Anual é a publicação mais importante do Provedor de Justiça. Apresenta uma perspectiva geral das suas actividades em matéria de tratamento das queixas num dado ano, apresenta uma descrição dos seus esforços para dar a conhecer melhor o seu trabalho, e explica a utilização dada aos recursos postos à sua disposição. O relatório interessa a uma grande variedade de grupos e indivíduos a múltiplos níveis — outros provedores de justiça, políticos, funcionários públicos, profissionais, representantes do mundo académico, grupos de interesses, organizações não governamentais, jornalistas e cidadãos, aos níveis europeu, nacional, regional e local.



O Sr. Diamandouros apresenta o seu terceiro relatório anual ao Deputado Josep Borrell Fontelles, Presidente do Parlamento Europeu. Estrasburgo, França, 14 de Março de 2006.

O Sr. DIAMANDOUROS apresentou o seu relatório ao deputado Josep BORRELL FONTELLES, Presidente do Parlamento Europeu, em 14 de Março de 2006 e à Comissão das Petições do Parlamento em 3 de Maio. Esta última reunião proporcionou ao Provedor de Justiça a oportunidade de explicar os resultados alcançados durante o ano em questão e trocar pontos de vista com os membros da comissão sobre ideias e iniciativas para o futuro.

O deputado Andreas SCHWAB elaborou o relatório da Comissão das Petições sobre as actividades do Provedor de Justiça em 2005. No dia 16 de Novembro, o Plenário do Parlamento debateu o relatório do deputado SCHWAB, com a participação do Sr. DIAMANDOUROS, da Vice-Presidente da Comissão Europeia Sr.<sup>a</sup> Margot WALLSTRÖM e, por ordem das suas intervenções, dos deputados Andreas SCHWAB, Manolis MAVROMMATIS, Proinsias DE ROSSA, Diana WALLIS, David HAMMERSTEIN MINTZ, Willy MEYER PLEITE, Marcin LIBICKI, Presidente da Comissão das Petições, Witold TOMCZAK, Sir Robert ATKINS, Inés AYALA SENDER, Mairead McGuinness, Thijs BERMAN, Richard SEEBER, Lidia Joanna GERINGER DE OEDENBERG, Marie PANAYOTOPOULOS-CASSIOTOU e András GYÜRK. Seguidamente, o Plenário do Parlamento aprovou uma resolução baseada no relatório do deputado SCHWAB, declarando a sua satisfação com o perfil público do Provedor de Justiça e congratulando-se com a cooperação construtiva existente entre ele e as instituições.

O Provedor de Justiça apresentou o seu relatório à comunicação social numa conferência de imprensa realizada em 24 de Abril. Os mais de 50 jornalistas presentes no evento deram-lhe a oportunidade de chamar a atenção para os resultados mais importantes dos seus inquéritos em 2005.

### JORNADAS «PORTAS ABERTAS»

Nos dias 30 de Abril e 1 de Maio, em Estrasburgo, e no dia 6 de Maio, em Bruxelas, a Provedoria de Justiça participou nas jornadas “Portas Abertas” organizadas pelo Parlamento Europeu. Aos visitantes foram distribuídos materiais sobre o trabalho do Provedor de Justiça, em 25 línguas, juntamente com uma série de artigos promocionais. Vários membros do pessoal estiveram presentes, ao longo dos três dias, para responder a perguntas. O Parlamento foi visitado por mais de 35 000 pessoas durante as Jornadas “Portas Abertas”.



Cidadãos visitam o stand do Provedor de Justiça Europeu durante o Dia de Portas Abertas em Estrasburgo, França, 1 de Maio de 2006.



## 6.2 VISITAS DE INFORMAÇÃO

A fim de consciencializar os cidadãos do seu direito a apresentarem queixas ao Provedor de Justiça Europeu e intensificar as relações de trabalho com os seus homólogos nacionais e regionais, o Provedor de Justiça iniciou, em 2003, um programa intensivo de visitas de informação aos Estados-Membros e países candidatos à adesão à União Europeia. Estas visitas têm vindo a intensificar-se. Em cada uma delas, os seus homólogos nos Estados-Membros e países candidatos à adesão organizam programas aprofundados de actividades e reuniões, acompanhando-o frequentemente ao longo de toda a visita. A presença de ambos os provedores de justiça nestes eventos é extremamente benéfica para os cidadãos, uma vez que lhes permite compreender e apreciar melhor os papéis e competências respectivos do provedor nacional e do Provedor de Justiça Europeu, bem como tomar conhecimento dos seus próprios direitos, decorrentes da cidadania do seu próprio Estado e também da cidadania da União.

Em 2006, o Provedor de Justiça visitou o Luxemburgo, a Espanha, a Irlanda do Norte e a Bulgária, reunindo-se com deputados parlamentares, juizes, altos funcionários da administração pública, representantes da comunidade académica, potenciais queixosos e outros cidadãos. Na secção seguinte, apresenta-se uma panorâmica das muitas e diversas reuniões realizadas durante estas quatro visitas, enumeram-se os principais interlocutores e mencionam-se as numerosas apresentações efectuadas. As actividades relacionadas com os meios de comunicação social que tiveram lugar no âmbito das visitas de informação são focadas no ponto 6.4 do presente relatório.

### LUXEMBURGO

Entre 6 e 8 de Março, o Provedor de Justiça Europeu visitou o Luxemburgo. A Provedoria de Justiça do Luxemburgo organizou a visita, a qual incluiu uma grande variedade de reuniões, que permitiram que o Provedor de Justiça Europeu consciencializasse altos funcionários do Governo e do Estado, organizações não governamentais e os cidadãos interessados a respeito do seu papel.



© Corte Grã-Ducale/fotografia de Carlo Hommel

O Sr. Diamandouros com Sua Alteza Real o Grão-Duque Henri e o Sr. Marc Fischbach, Provedor de Justiça Nacional do Luxemburgo, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu ao Luxemburgo, 6-8 de Março de 2006.

Durante a sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS teve a oportunidade de debater o seu trabalho com sua Alteza Real, o Grão-Duque HENRI, o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Sr. Jean-Claude JUNCKER, e o Presidente da Câmara de Deputados, Sr. Lucien WEILER. Estas reuniões centraram-se no papel do Provedor de Justiça Europeu e no serviço que presta aos cidadãos do Luxemburgo. Ao longo dos dois dias, o Sr. DIAMANDOUROS também se encontrou com o Sr. Laurent MOSAR,

Vice-Presidente da Câmara de Deputados, o Sr. Pierre MORES, Presidente do Conselho de Estado, e o Sr. Claude WISELER, Ministro para a Função Pública e a Reforma Administrativa.

A visita constituiu uma excelente oportunidade para desenvolver as relações com o Provedor de Justiça do Luxemburgo, Sr. Marc FISCHBACH, e o seu pessoal. Para além das reuniões oficiais, nas quais debateram as respectivas funções, os provedores de justiça e o seu pessoal tiveram muitas ocasiões de trocar pontos de vista de forma mais informal.



Sr. Marc Fischbach, Provedor de Justiça Nacional do Luxemburgo, Sr. Laurent Mosar, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Diamandouros, Sr. Pierre Mores, Presidente do Conselho de Estado, e Sr. Claude Wiseler, Ministro da Função Pública e da Reforma Administrativa, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu ao Luxemburgo, 6-8 de Março de 2006.

A visita de informação incluiu uma reunião com potenciais queixosos e uma conferência de imprensa que reuniu cerca de 15 jornalistas. Estes eventos foram organizados pela Chefe de Gabinete do Parlamento Europeu no Luxemburgo, Sr.<sup>a</sup> Monique SCHUMACHER. No início da sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS teve a oportunidade de debater o seu trabalho com a Sr.<sup>a</sup> SCHUMACHER e com o Chefe da Representação da Comissão Europeia, Sr. Ernst MOUTSCHEN.

## ESPAÑHA

O Provedor de Justiça Europeu continuou a sua viagem de informação com uma visita à Espanha, nos dias 8 a 10 de Maio. O Provedor de Justiça nacional de Espanha, Sr. Enrique MÚGICA HERZOG, organizou a visita e acompanhou o Sr. DIAMANDOUROS à maioria das reuniões e eventos que foram organizados durante os três dias.

A visita permitiu que o Sr. DIAMANDOUROS chegasse a públicos-alvo fundamentais e realçasse a importância do trabalho dos provedores de justiça em reuniões com representantes políticos, judiciais e administrativos de alto nível. Durante a visita, encontrou-se com Sua Majestade, o Rei JUAN CARLOS, Sua Alteza Real Infanta CRISTINA, o Presidente do Congresso de Deputados, Sr. Manuel MARÍN GONZÁLEZ, o Presidente do Senado, Sr. Francisco Javier ROJO GARCÍA, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Sr. Miguel Ángel MORATINOS CUYAUBÉ, o Ministro da Administração Pública, Sr. Jordi SEVILLA SEGURA, o Chefe da oposição, Sr. Mariano RAJOY BREY, o Presidente do Conselho Geral do Poder Judicial, Sr. Francisco José HERNANDO SANTIAGO, a Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.<sup>a</sup> Emilia CASAS BAAMONDE, o Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Espanha, Sr. José Luis GONZÁLEZ VALLVÉ, e o Chefe do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu, Sr. Fernando CARBAJO.

No Dia da Europa (9 de Maio), o Provedor de Justiça Europeu participou num evento organizado pelo Gabinete de Informação do Parlamento Europeu, foi entrevistado para um programa de televisão intitulado “Europa 2006” e realizou uma conferência de imprensa em conjunto com o Provedor de Justiça espanhol.

© Provedor de Justiça Nacional de Espanha



O Sr. Diamandouros com Sua Majestade o Rei Juan Carlos e o Sr. Enrique Múgica Herzog, Provedor de Justiça Nacional de Espanha, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Madrid, Espanha 8-10 de Maio de 2006.

O Provedor de Justiça Europeu, o Provedor de Justiça espanhol, e o seu pessoal aproveitaram a oportunidade para reforçar a cooperação entre as suas instituições, permutando pontos de vista, em contextos formais e informais, ao longo de toda a visita, sobre questões de interesse comum, incluindo as melhores práticas.



O Sr. Diamandouros com a Sr<sup>a</sup> Emilia Casas Baamonde, Presidente do Tribunal Constitucional, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Madrid, Espanha, 8-10 de Maio de 2006.

## IRLANDA DO NORTE

De 8 a 10 de Novembro, o Provedor de Justiça visitou Belfast no âmbito da sua viagem de informação aos Estados-Membros da UE. A provedoria de justiça da Irlanda do Norte organizou a visita, planeando todo um programa de reuniões, apresentações e entrevistas nos meios de comunicação social para dar a conhecer melhor o papel do Provedor de Justiça Europeu.

Durante a sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS teve a oportunidade de debater o seu trabalho com o Lord Chief Justice, Sir Brian KERR, o Chefe da Função Pública da Irlanda do Norte, Sir Nigel HAMILTON, e a Provedora de Justiça da polícia, Sr.<sup>a</sup> Nuala O'LOAN. Também se reuniu com o Chefe da Comissão para a Igualdade, Sr. Bob COLLINS, o Chefe Executivo do Conselho de Relações da Comunidade, Sr. Duncan MORROW, e o Vice-Chanceler da Universidade do Ulster, Sr. Richard BARNETT.

A Presidente da Assembleia da Irlanda do Norte, Sr.<sup>a</sup> Eileen BELL, organizou um jantar em honra do Provedor de Justiça no Stormont Castle, em 9 de Novembro, com a presença dos membros da Assembleia Legislativa, Sr. Billy BELL e Sr.<sup>a</sup> Margaret RITCHIE, bem como o Provedor de Justiça da Irlanda do Norte, Sr. Tom FRAWLEY.



O Sr. Diamandouros com a Sr.<sup>a</sup> Eileen Bell (à sua direita), Presidente da Assembleia da Irlanda do Norte, e outros participantes no jantar oferecido pela Presidente durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Belfast, Irlanda do Norte, 8-10 de Novembro de 2006.

O Sr. FRAWLEY acompanhou o Provedor de Justiça Europeu ao longo da sua visita. Isto permitiu que os provedores de justiça apresentassem em conjunto o serviço que prestam aos cidadãos. O Sr. DIAMANDOUROS também apresentou o seu trabalho ao pessoal do Provedor de Justiça da Irlanda do Norte e explicou o valor da cooperação através da rede europeia de provedores de justiça.



O Sr. Tom Frawley, Provedor de Justiça da Assembleia da Irlanda do Norte e Comissário responsável pelas queixas, com o Sr. Diamandouros durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Belfast, Irlanda do Norte, 8-10 de Novembro de 2006.

A visita de informação incluiu um encontro extremamente útil com potenciais queixosos, organizado pelo Chefe do Gabinete da Comissão Europeia, Sr. Eddie McVEIGH, que também combinou uma palestra na Escola de Belfast de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Queen, onde o Sr. DIAMANDOUROS falou sobre "A União Europeia — Direitos, vias de recurso e o Provedor de Justiça Europeu".



## BULGÁRIA

Entre 27 e 29 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS visitou a Bulgária, em vésperas da sua adesão à União Europeia. A visita, organizada pela provedoria de justiça búlgara, proporcionou ao Provedor de Justiça Europeu uma oportunidade perfeita para informar os cidadãos, residentes, empresas, associações e outros organismos búlgaros dos direitos que iriam adquirir a nível europeu graças à adesão da Bulgária à UE.



Encontro entre o Sr. Diamandouros e o Sr. Sergei Stanishev, Primeiro-Ministro da Bulgária, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Sófia, Bulgária, 27-29 de Novembro de 2006.

Acompanhado pelo Provedor de Justiça búlgaro, Sr. Guinio GANEV, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se com o Sr. Georgi PARVANOV, Presidente da Bulgária, o Sr. Sergei STANISHEV, Primeiro-Ministro, Sr. Boris VELTCHEV, Procurador-Geral, Sr. Lyuben KORNEZOV, Vice-Presidente da Assembleia Nacional, e com os Presidentes e os membros das seguintes comissões permanentes da Assembleia Nacional: Comissão de Combate à Corrupção, Comissão das Queixas e Petições dos Cidadãos, Comissão da Integração Europeia, Comissão dos Direitos Humanos e dos Assuntos Religiosos.



Sr. Diamandouros, Sr. Guinio Ganev, Provedor de Justiça da Bulgária, e Sr. Lyuben Andonov Kornezov, Vice-Presidente da Assembleia Nacional, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Sófia, Bulgária, 27-29 de Novembro de 2006.

Mais de 220 estudantes, representantes do mundo académico e jornalistas estiveram presentes na palestra do Provedor de Justiça Europeu, na Universidade da Economia Nacional e Mundial, em Sófia, subordinada ao tema “Democracia, responsabilização e o Provedor de Justiça”. À palestra, organizada pelo Vice-Reitor da Universidade, Professor Statty STATTEV, seguiu-se uma animada sessão de perguntas e respostas.

© Provedor de Justiça da Bulgária



O Sr. Diamandouros explica a sua actividade na Universidade de Economia Nacional e Internacional, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Sófia, Bulgária, 27-29 de Novembro de 2006.

A apresentação feita pelo Sr. DIAMANDOUROS e subordinada ao tema “O Provedor de Justiça Europeu e a protecção dos direitos dos cidadãos” contou com a presença de mais de cem representantes de alto nível da administração central e local, tendo estado presentes embaixadores dos Estados-Membros da UE, funcionários governamentais, deputados parlamentares, defensores públicos locais e jornalistas.

Numa reunião organizada pelo Centro para o Estudo da Democracia e cujo anfitrião foi o seu Presidente, Sr. Ognian SHENTOV, o Sr. DIAMANDOUROS apresentou o seu trabalho a uma vasta gama de organizações não governamentais sedeadas na Bulgária e informou-as sobre o modo como poderão utilizar os seus serviços.

A visita do Provedor de Justiça Europeu suscitou uma vasta cobertura da imprensa, tendo sido publicados mais de 40 artigos nos jornais e nos meios de comunicação em linha, bem como uma ampla cobertura da televisão e da rádio.

A visita também permitiu que o Sr. DIAMANDOUROS desenvolvesse a sua cooperação com o Provedor de Justiça búlgaro e o seu pessoal, com o intuito de servir os cidadãos e outras pessoas residentes na Bulgária da forma mais eficaz possível, após a entrada do país na União.

### 6.3 OUTRAS CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

As conferências, seminários e reuniões proporcionam ao Provedor de Justiça uma excelente oportunidade de dar a conhecer o seu trabalho a públicos-alvo fundamentais, como as organizações não governamentais, grupos de interesses e instituições académicas. Além disso, facilitam o seu trabalho de promoção do conceito da instituição do provedor de justiça em geral. As conferências e as reuniões também permitem que o Provedor de Justiça e o seu pessoal se mantenham ao corrente dos acontecimentos da cena europeia com particular pertinência para a instituição.

A presente secção descreve em pormenor a vasta série de actividades destinadas a promover o conceito da instituição do provedor de justiça em geral e o trabalho do Provedor de Justiça Europeu em particular. Sempre que o Provedor de Justiça não pode participar pessoalmente num evento, confia a representação da instituição a um membro do pessoal adequado. Muitos grupos também tomam conhecimento do trabalho do Provedor de Justiça no contexto de visitas de estudo a Estrasburgo. A presente secção inclui, por isso, uma lista de apresentações a grupos realizadas em 2006.





## COM A PARTICIPAÇÃO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Em 3 de Fevereiro, o Provedor de Justiça reuniu com o Professor Spiros SIMITIS, Professor de Ciências do Trabalho, Direito Civil e Informática na Universidade Johann Wolfgang Goethe, em Frankfurt am Main, Alemanha, e Presidente do Comité de Ética alemão. O Professor SIMITIS participou seguidamente numa reunião do pessoal do Provedor de Justiça Europeu, onde fez uma apresentação sobre “Protecção de dados — Deficiências e limites de uma abordagem comunitária comum”.

Em 8 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS discursou na Reunião Geral Anual da Rede Europeia dos Organismos para a Igualdade (EQUINET) em Bruxelas, a fim de explicar o trabalho que tem feito no domínio do combate à discriminação e da promoção da igualdade de tratamento. A EQUINET procura desenvolver a cooperação entre organismos especializados em questões de igualdade na Europa e facilitar o intercâmbio eficaz de competências com o intuito de promover a aplicação uniforme da legislação anti-discriminação da UE. É financiada pela Comissão Europeia e presidida pela Comissão Neerlandesa para a Igualdade de Tratamento.

Em 20 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu com o Embaixador James A. SHARKEY, Representante Permanente da Irlanda junto do Conselho da Europa, para debater o papel do Provedor de Justiça Europeu.

Em 22 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra no *Institut d'Etudes Politiques*, em Paris, sobre o tema “O Provedor de Justiça Europeu e os direitos fundamentais numa União Europeia alargada”.

Em 23 de Março, o Provedor de Justiça reuniu com o Presidente da Alta Autoridade francesa de luta contra a discriminação e para a promoção da igualdade (*La Haute Autorité de Lutte contre les Discriminations et pour l'Egalité — HALDE*), Sr. Louis SCHWEITZER, nos escritórios da HALDE em Paris.

Em 23 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra no Pantheon — Assas, na Universidade Paris II, sobre “O papel da instituição do Provedor de Justiça na protecção dos direitos humanos — A perspectiva do Provedor de Justiça Europeu”.

Em 27 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS organizou um jantar em Estrasburgo em honra do Sr. Alvaro GIL-ROBLES, Comissário dos Direitos Humanos cessante do Conselho da Europa.

Em 3 de Abril, o Sr. DIAMANDOUROS fez uma apresentação sobre a “Cooperação entre o Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa e o Provedor de Justiça Europeu”, no evento que assinalou a entrada em funções do novo Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, Sr. Thomas HAMMARBERG, e a saída do Sr. Alvaro GIL-ROBLES.

Em 6 de Abril, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu um discurso sobre a boa administração ao nível da UE e da Grécia, num jantar organizado pela Associação de Empresários gregos, em Atenas, Grécia.

Em 14 de Abril, o Provedor de Justiça fez um discurso em gravação vídeo intitulado “A instituição do Provedor de Justiça como mecanismo extrajudicial para a resolução de litígios no contexto da ordem jurídica europeia em evolução”, num simpósio internacional sobre “A Grécia na comunidade de direito europeia” organizado pela Academia das Ciências grega, a Sociedade grega de Estudos Judiciários e o Centro grego para os Estudos e a Investigação Europeus (EKEME).

Em 24 de Abril, o Sr. DIAMANDOUROS realizou uma reunião com três representantes da Alter-EU em Bruxelas: Sr. Jorgo RISS, Greenpeace, Sr. Olivier HOEDEMAN, Corporate Observatory Europe, e o Sr. Paul DE CLERCK, Amigos da Terra – Europa. A Alter-EU é uma aliança com mais de 140 grupos da sociedade civil, sindicatos, representantes do mundo académico e empresas de assuntos públicos, exigindo uma maior transparência no funcionamento das instituições e organismos da UE.

Em 28 de Abril, o Provedor de Justiça foi o orador convidado num pequeno-almoço de trabalho organizado em Madrid pelo Novo Fórum Económico, um grupo de reflexão espanhol sobre políticas públicas. O discurso do Sr. DIAMANDOUROS intitulava-se “Para uma Europa dos cidadãos”. O Provedor de Justiça espanhol, Sr. Enrique MÚGICA HERZOG, apresentou o Sr. DIAMANDOUROS a uma audiência de mais 150 pessoas, que incluía vários provedores de justiça



regionais espanhóis, deputados ao Parlamento Europeu, políticos, empresários, representantes do mundo académico, diplomatas e jornalistas. O discurso do Sr. DIAMANDOUROS foi seguido de um período de perguntas do público.

No decurso de um jantar realizado na noite anterior, em 27 de Abril, o Presidente do Novo Fórum Económico, Sr. José Luis RODRÍGUEZ, presenteou o Sr. DIAMANDOUROS com uma placa comemorativa da sua participação no evento.

Em 16 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o Sr. Thomas HAMMARBERG, Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, para debaterem as respectivas funções.

Em 19 de Maio, o Provedor de Justiça reuniu-se, em Estrasburgo, com a Sr.ª Dora BAKOYIANNI, Ministra dos Negócios Estrangeiros da Grécia.

Em 22 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS fez uma apresentação sobre “Liberdade de informação — Uma perspectiva europeia” na Quarta Conferência Internacional de Comissários da Informação em Manchester, Reino Unido.

Em 27 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com a Sr.ª Ann-Marie NYROOS, Representante Permanente da Finlândia junto do Conselho da Europa.

Em 4 de Julho, o Provedor de Justiça apresentou o seu trabalho num jantar em Estrasburgo, organizado pelo Comité de Assuntos Europeus dos Presidentes de Câmara franceses.

Em 18 e 19 de Setembro, o Provedor de Justiça participou num *workshop* sobre “Democracia, vias de recurso não judiciais, e estudos do Provedor de Justiça”, no Instituto Universitário Europeu, em Florença, Itália.

Em 26 de Setembro, o Provedor de Justiça reuniu com o Sr. Alexandre CZMAL e a Sr.ª Emmanuelle GARAUULT, representantes da Associação de Câmaras de Comércio Francesas, para debater a iniciativa da Comissão Europeia no domínio da transparência.

Em 2 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS realizou uma série de reuniões em Atenas, Grécia, com o Sr. Karolos PAPOULIAS, Presidente da Grécia, o Sr. Kostas KARAMANLIS, Primeiro-Ministro da Grécia, a Sr.ª Anna BENAKI-PSAROUDA, Presidente do Parlamento Grego, e o Sr. George PAPANDREOU, Líder do Partido PASOK, para os informar das actividades do Provedor de Justiça Europeu.

Em 5 de Outubro, o Provedor de Justiça foi orador convidado no congresso anual da EUROCHAMBRES, Associação de Câmaras de Comércio e Indústria Europeias. Mais de 500 representantes de 44 câmaras de comércio e indústria europeias, representando, no total, 18 milhões de empresas, participaram no congresso, que focou várias dimensões do seu tema central, nomeadamente, “Comunicar a Europa — Partilhar a visão, apresentar resultados”. O Sr. DIAMANDOUROS apresentou o seu contributo na sessão intitulada “Europa & empresários — Factos, lacunas, atrasos e perspectivas”. Durante a conferência, o Sr. DIAMANDOUROS também realizou uma reunião bilateral com o Presidente da Eurochambres, Sr. Pierre SIMON.

Em 10 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS fez uma apresentação num almoço de trabalho dos Representantes Permanentes dos Estados-Membros da UE junto do Conselho da Europa, organizado pela Sr.ª Ann-Marie NYROOS, Representante Permanente da Finlândia junto do Conselho da Europa.

Em 17 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS falou sobre “A instituição do Provedor de Justiça e a qualidade da democracia” numa cerimónia de graduação organizada pelo Centro para o Estudo da Mudança Política, na Universidade de Siena, Itália.

Em 17 de Outubro, o Provedor de Justiça proferiu uma palestra sobre “Transparência, responsabilização e democracia na UE” na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, em Bolonha, Itália.

Em 19 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS realizou uma reunião por videoconferência com a Sr.ª Aspasia PAPAVASSILIOU, Procuradora-Geral Adjunta para o Estado da Califórnia, Estados

Unidos, que visitou as instituições da UE no âmbito de um Programa “Visitantes da União Europeia”. Na reunião, a Sr.<sup>a</sup> PAPAVALASSIOU obteve informações sobre o mandato do Provedor de Justiça Europeu, bem como sobre os principais tipos de processos tratados pelo seu gabinete.

Em 8 de Novembro, o Provedor de Justiça apresentou o seu trabalho à Comissão Mista sobre Assuntos Europeus do Parlamento irlandês. A Provedora de Justiça irlandesa, Sr.<sup>a</sup> Emily O’REILLY, também fez uma alocução à comissão. Às apresentações seguiu-se uma animada sessão de perguntas e respostas, durante a qual foram suscitadas questões ligadas à livre circulação de pessoas, à igualdade de tratamento e ao conhecimento que o público tem do Provedor de Justiça. Antes desta reunião, o Provedor de Justiça teve a oportunidade de debater o seu trabalho com o Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu em Dublin, Sr. Francis JACOBS, e com membros do seu pessoal, bem como com o pessoal da Representação da Comissão em Dublin.

Em 13 de Novembro, o Provedor de Justiça deslocou-se a Karlsruhe, Alemanha, para fazer uma apresentação sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu à Europa-Union Karlsruhe. Anteriormente, na mesma noite, fora convidado pelo Primeiro Presidente da Câmara de Karlsruhe, Sr. Siegfried KÖNIG, para uma recepção nos Paços do Conselho.

Em 21 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra na Kingston University, em Londres, sobre “Má administração, tribunais e Provedor de Justiça”. O anfitrião da palestra, organizada pela Escola de Direito, foi o reitor em exercício da Faculdade de Gestão e Direito, Professor Philip SAMOUEL.



O Sr. Diamandouros com estudantes e pessoal da Universidade Kingston de Londres, após a apresentação da sua actividade. Londres, Reino Unido, 21 de Novembro de 2006.

Em 19 de Dezembro, o Sr. DIAMANDOUROS participou, juntamente com o Presidente do Tribunal de Justiça Europeu, Sr. Vassilios SKOURIS, e com o Primeiro Vice-Presidente do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Sr. Christos ROZAKIS, numa mesa-redonda organizada pela Ordem dos Advogados de Atenas para lançar o livro *Human rights in Europe: The jurisprudence of the European Court of Human Rights* (Direitos Humanos na Europa: a Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos)

## COM A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Em 1 de Março, o Sr. Daniel KOBLENCZ, Jurista, reuniu-se com o Sr. Heribertus JAKA TRIYANA, Professor de Direito Internacional, para explicar as tarefas e os deveres do Provedor de Justiça Europeu.

Em 11 de Maio, a Sr.<sup>a</sup> Tina NILSSON, Jurista, e a Sr.<sup>a</sup> Rosita AGNEW, uma das responsáveis da Secção de Comunicações, participaram num *workshop* organizado pelo Banco Europeu de



Investimento (BEI) para as Organizações da Sociedade Civil, em Bruxelas, com o intuito de consciencializar estas organizações do seu direito de apresentarem queixas ao Provedor de Justiça Europeu sobre casos de má administração nas actividades do BEI.

Em 15 de Junho, o Sr. José MARTÍNEZ-ARAGÓN, consultor jurídico principal, fez uma apresentação sobre o trabalho do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de diplomatas, no contexto de um seminário sobre assuntos europeus organizado pelo Centro de Estudos Europeus em Estrasburgo.

Em 27 de Junho e 11 de Julho, o Sr. Daniel KOBLENCZ recebeu dois participantes no Programa “Visitantes da União Europeia” e explicou-lhes o trabalho do Provedor de Justiça Europeu.

Em 27 de Julho, o Sr. Branislav URBANIČ reuniu com o Sr. Thierry NGOGA para debater os princípios de boa administração, sobre os quais o Sr. NGOGA estava a fazer um trabalho de investigação.

Em 26 de Setembro, o Sr. Peter BONNOR participou num seminário sobre abertura e comunicação, proferindo um discurso sobre o direito de acesso do público a documentos a nível da UE. O seminário teve lugar na Universidade Roskilde, na Dinamarca, e foi organizado pela Representação da Comissão Europeia em Copenhaga. Nele participaram estudantes, jornalistas e representantes da sociedade civil.

Em 26 de Outubro, o Sr. Lucio MALAN, Vice-Presidente do Senado da República italiana, fez uma visita à Provedoria de Justiça. O Sr. Gerhard GRILL, consultor jurídico principal, acolheu-o e respondeu às suas perguntas sobre o papel e o trabalho do Provedor de Justiça Europeu.

Em 30 de Novembro, o Sr. Ian HARDEN, Secretário-Geral da Provedoria de Justiça, falou numa conferência organizada pela CEE Bankwatch Network em Bruxelas, intitulada “Direito de recurso — Instituições financeiras internacionais e responsabilização — Rumo a um mecanismo independente de controlo e recurso para o Banco Europeu de Investimento”. Na sessão intitulada “Quais são os mecanismos de responsabilização existentes a nível da UE para responsabilizar o BEI?”, o Sr. HARDEN explicou o papel que o Provedor de Justiça Europeu pode desempenhar e deu exemplos de queixas relativas ao BEI já tratadas pelo Provedor de Justiça.

Em 1 de Dezembro, a Sr.<sup>a</sup> Tina NILSSON fez uma alocução intitulada “Abertura, transparência e acesso aos documentos — A legislação está a funcionar?”, no Seminário de Gestão da Informação Europeia “Manter-se a par da informação europeia na Europa alargada”, organizado pelo Instituto Europeu de Administração Pública em Maastricht, Países Baixos.

### Apresentações a grupos

Em 2006, o Sr. DIAMANDOUROS e membros do seu pessoal (indicados entre parêntesis) explicaram o papel e o trabalho do Provedor de Justiça aos seguintes grupos de visitantes:

#### *Fevereiro*

- Um grupo de 85 funcionários franceses que participaram num seminário sobre assuntos europeus organizado pelo Centro de Estudos Europeus, em Estrasburgo (Sr. José MARTÍNEZ-ARAGÓN e Sr.<sup>a</sup> Marjorie FUCHS).
- 35 estudantes e responsáveis dos cursos de administração pública da Universidade de Twente, Países Baixos, e da *Westfälische Wilhelms-Universität Münster*, Alemanha. O grupo foi acompanhado pelo Sr. Jaap H. DE WILDE (Sr. Gerhard GRILL).
- 44 estudantes do *Bayern Kolleg Augsburg*, Baviera, Alemanha, no âmbito de uma viagem a Estrasburgo organizada pela *Europäische Akademie Bayern*. O grupo foi acompanhado pelo Sr. Alexander FRISCH (Sr. Gerhard GRILL).
- 35 pessoas do *Deutschen Evangelischen Frauenbunde Bayern*, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).





### Março

- 42 pessoas do *CDU Senioren-Union Hilden*, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- 42 estudantes da *Technische Universität Chemnitz*, Alemanha, no âmbito de uma viagem a Estrasburgo organizada pelo *Bildungswerk Sachsen* (Sr. Gerhard GRILL).
- 25 presidentes de câmara de Trentino-Alto Adige, Itália, no contexto de uma viagem a Estrasburgo (Sr.<sup>a</sup> Ida PALUMBO)
- 25 pessoas do *Deutsch-Französisch Gesellschaft Bonn*, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).

### Abril

- 37 pessoas da associação de antigos membros e amigos da 7.<sup>a</sup> divisão blindada (desmobilizada) (*Kameradschaft Ehemaliger und Freunde der (aufgelösten) 7. Panzerdivision*), Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- Um grupo de 21 pessoas da Alemanha, convidado pela deputada ao Parlamento Europeu Silvana KOCH-MEHRIN (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE)
- 44 pessoas da *Verein Haus und Grund* de Kerpen, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr.<sup>a</sup> Anne EISENGRÄBER)
- Um grupo de 26 membros das comissões de auditoria do Conselho Regional da Finlândia Oriental no âmbito de uma viagem de estudo a Estrasburgo (Sr. Peter BONNOR).
- Um grupo de 29 estudantes de direito, que se estão a especializar em direito europeu na Universidade de Leiden, Países Baixos. O grupo foi acompanhado pelo Sr. Rick LAWSON (Sr. Ian HARDEN).
- 37 pessoas da Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Wiebke PANKAUKE).
- 37 pessoas da organização coordenadora das associações de estudantes católicos (*Dachverbände Katholische Studentenverbindungen*), Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- Um grupo de 24 pessoas no contexto de uma viagem organizada pela Associação para os Assuntos Internacionais (*Auslandsgesellschaft*), Dortmund, Alemanha (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- 32 pessoas da *CDU Senioren-Union Bremerhaven*, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung*. (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE)
- Um grupo de 43 soldados das forças armadas federais alemãs (*Bundeswehr*) e membros da *Katholische Militärseelsorge*, Alemanha, no âmbito de um seminário organizado pela *Europäische Akademie Bayern*. O grupo foi acompanhado pelo Sr. Alexander FRISCH (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE)

### Maior

- Um grupo de 29 pessoas no contexto de um seminário sobre assuntos europeus organizado pelo *Forum Europa e.V.*, Leipzig, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 12 estudantes de direito, que se estão a especializar em direito europeu na Universidade de Komotini, Grécia (Sr. P. Nikiforos DIMANDOUROS e Sr. Ioannis DIMITRAKOPOULOS).



- Um grupo de 32 estudantes e membros do pessoal da *Thorbecke Academie Leeuwarden*, Países Baixos, no contexto de uma viagem de estudo a Bruxelas e a Estrasburgo (Sr. Peter BONNOR).
- Um grupo de 4 pessoas da Finlândia convidadas pela deputada ao Parlamento Europeu Piia-Noora KAUPPI (Sr. Peter BONNOR).
- 30 pessoas da União de Mulheres Alfter da CDU, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- 37 funcionários das finanças públicas no âmbito de um seminário organizado pelo *Deutschland-und Europapolitisches Bildungswerk Nordrhein-Westfalen*, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 49 estudantes de uma instituição para a educação da juventude (*Jugendbildungswerk*), Marburg, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- 22 directores de escolas e professores das regiões de Lüneburg e Schwerin, Alemanha, no âmbito de um seminário organizado pelas forças armadas alemãs (*Bundeswehr*) (Sr. Gerhard GRILL).



O Sr. Gerhard Grill, Assessor Jurídico Principal, explica a actividade do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de visitantes. Estrasburgo, França, 23 de Maio de 2006.

### Junho

- Um grupo de 18 estudantes de pós-graduação e dois membros do pessoal da Escola de Direito e Ciências Sociais da Caledonian University de Glasgow, Reino Unido. O grupo foi acompanhado pela Sr.<sup>a</sup> Marcela CHISHOLM (Sr. Peter BONNOR).
- Um grupo de 12 estudantes de ciência política da University of Southern Maine, Portland, Estados Unidos (Sr. Georgios KATHARIOS).
- Um grupo de 45 pessoas da Alemanha, que participavam numa viagem de estudo a Estrasburgo conjuntamente organizada pela *Europäische Akademie Bayern* e pelo deputado ao Parlamento Europeu Wolfgang KREISSL-DÖRFLER (Sr. Gerhard GRILL).
- 43 pessoas do conselho diocesano do arcebispado de Colónia, Alemanha, no contexto de um seminário sobre política europeia organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 31 bombeiros voluntários de Wesseling, Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 48 pessoas, no âmbito de uma viagem organizada pela Casa da Europa da região de Lyon et Rhône (Sr. Gerhard GRILL).





- 20 presidentes de câmara da província de Trento, Itália, no contexto de uma viagem a Estrasburgo (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- Um grupo de 58 professores estagiários de escolas especiais da região de Oberfranken, Alemanha, que participavam numa visita de estudo a Estrasburgo organizada pela *Europäische Akademie Bayern* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 50 participantes no “Europa-Seminar” organizado pelo *Kolpingwerk*, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 40 estudantes do Departamento de Comunicações da Universidade de Roma-La Sapienza, Roma, Itália, no contexto de uma viagem de estudo a Bruxelas e Estrasburgo (Sr.<sup>a</sup> Ida PALUMBO).
- Uma delegação de 23 estudantes que participavam numa viagem oferecida como prémio às equipas vencedoras da Mini-Assembleia Europeia, organizada pela National Student Travel Foundation of Malta. (Sr. P. Nikiforos DIAMANDOUROS e Sr.<sup>a</sup> Ida PALUMBO).

### Julho

- Um grupo de 33 professores estagiários da zona de Nuremberga, Alemanha, que participavam numa viagem de estudo a Estrasburgo organizada pela *Europäische Akademie Bayern* (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE)
- Um grupo de 39 pessoas da Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Graf Alexander LAMBSDORFF (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- 31 membros do *Club BM56*, uma associação franco-alemã para a promoção das actividades de geminação de cidades entre Erftkreis e Le Marbihan, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- Um grupo de 26 estudantes do programa de Mestrado em Estudos Europeus da Universidade de Tübingen, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 19 estudantes da Escola Nacional de Administração Pública, Atenas, Grécia (Sr. Georgios KATHARIOS).
- Um grupo de 30 estudantes da Universidade de Bamberg, Alemanha, no contexto de uma visita de estudo a Estrasburgo (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 36 pessoas de um centro de formação profissional (*Berufsbildungszentrum*) Neustadt, Alemanha (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 42 professores estagiários da zona de Munique, Alemanha, que participavam numa visita de estudo a Estrasburgo organizada pela *Europäische Akademie Bayern* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 31 estudantes do *Einstein-Gymnasium*, Kehl, Alemanha (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).

### Setembro

- Um grupo de 24 estudantes do Instituto de Administração Municipal, e antigos soldados das forças armadas federais alemãs (*Bundeswehr*), Alemanha, no contexto de uma viagem organizada pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 49 pessoas da Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Graf Alexander LAMBSDORFF (Sr. Gerhard GRILL).
- Uma delegação de 25 pessoas do município de Lempäälä, Finlândia, no contexto de uma visita de estudo a Estrasburgo (Sr. Peter BONNOR).



- Um grupo de 31 pessoas de uma instituição de ensino católica (*Katholisches Bildungswerk*), Meckenheim, Alemanha, no contexto de um seminário organizado em Estrasburgo pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 42 estudantes do *St Ursulagymnasium* de Colónia, Alemanha, no contexto de um seminário organizado em Estrasburgo pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 17 membros da *CDU Münster-Amelsbüren*, Alemanha, no contexto de um seminário organizado em Estrasburgo pela *Karl-Arnold-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).

### Outubro

- Um grupo de 45 advogados, no âmbito de uma visita de estudo a Estrasburgo, Bruxelas e Luxemburgo, organizada pela Ordem dos Advogados — delegação de Katowice, Polónia (Sr. Marta HIRSCH-ZIEMBINSKA).
- Um grupo de 26 pessoas da Alemanha, no contexto de um seminário em Estrasburgo organizado pela *Jakob-Kaiser-Stiftung* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 30 representantes do mundo académico e estudantes de ciência política da Universidade de Düsseldorf, Alemanha, no contexto de um seminário organizado em Estrasburgo pela *ESTA-Bildungswerk* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 50 estudantes da Associação Franco-Alemã (*Deutsch-Französische Gesellschaft*) Bonn und Rhein-Sieg, Alemanha, que estavam a participar numa visita de estudo ao Luxemburgo e a Estrasburgo (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 45 pessoas da associação de clubes de armas históricas (*Bund der Historischen Deutschen Schützenbrüderschaften*), Willich, Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Klaus HÄNSCH (Sr. Gerhard GRILL).

### Novembro

- Um grupo de 27 pessoas do *SPD Duisburg*, Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Klaus HÄNSCH (Sr.<sup>a</sup> Wiebke PANKAUKE).
- Um grupo de 25 estudantes de direito, que se estão a especializar em direito europeu na Universidade de Leiden, Países Baixos. O grupo foi acompanhado pelo Sr. Rick LAWSON (Sr. Peter BONNOR).



A Sr.<sup>a</sup> Wiebke Pankauke, Assessora Jurídica, explica a actividade do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de visitantes. Estrasburgo, França, 15 de Novembro de 2006.



- Um grupo de 11 pessoas pertencentes a ONG sérvias, no âmbito de uma visita de estudo às instituições europeias em Bruxelas organizada pelo Centro de Desenvolvimento da Sérvia (Sr. Georgios KATHARIOS).
- 18 pessoas de um centro de ensino de adultos (*Münchener Volkshochschule*), Alemanha, no contexto de uma visita de estudo a Estrasburgo organizada pela *Münchener Volkshochschule* (Sr. Gerhard GRILL).

#### Dezembro

- Um grupo de 17 advogados e estudantes de direito húngaros, no contexto de uma visita de estudo às instituições europeias em Bruxelas organizada pela *Bruxinfo* (Sr. Daniel KOBLENZ).
- Um grupo de 39 pessoas da Alemanha, que participavam numa visita de estudo a Estrasburgo organizada pela *Europäische Akademie Bayern* (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 33 estudantes do *Universitätsgruppe Market Team Tübingen*, Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Jorgo CHATZIMARKAKIS (Sr. Gerhard GRILL).
- Um grupo de 48 pessoas do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos (*der IG-Metall Senioren*), Duisburg, Alemanha, convidado pelo deputado ao PE Klaus HÄNSCH (Sr. Gerhard GRILL).

Além disso, em 2006, os membros do pessoal do Provedor de Justiça apresentaram o seu trabalho a estagiários da Comissão Europeia, em 14 ocasiões, e a estagiários do Conselho da União Europeia, em 2 ocasiões, com a presença de 50 estagiários, aproximadamente, em cada sessão.

## 6.4 RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

As actividades do Provedor de Justiça em matéria de comunicação social vão desde as entrevistas às conferências de imprensa e dos artigos escritos aos comunicados de imprensa. Estas actividades ajudam a chamar a atenção para o serviço que o Provedor de Justiça presta aos cidadãos, organizações e empresas, e realça casos particularmente importantes. Os meios de comunicação social podem dar maior realce a estes casos, permitindo, assim, que as instituições ou organismos da UE adoptem uma cultura de serviço aos cidadãos, orientada para a busca de soluções para as questões ou problemas que estes colocam.

Em 2006, foram publicados e distribuídos a jornalistas e outras partes interessadas de toda a Europa vinte e dois comunicados de imprensa. Entre as questões abordadas, figuram a escolha de línguas para os sítios Web da Presidência da União Europeia, a transparência em matéria de grupos de pressão e subsídios, uma queixa sobre a incorrecta aplicação da Directiva relativa ao tempo de trabalho e a falta de abertura no funcionamento do Conselho.

Ao longo do ano, o Provedor de Justiça concedeu mais de 40 entrevistas a representantes da imprensa, televisão e rádio, bem como dos meios de comunicação electrónicos, em Estrasburgo, Bruxelas e outros lugares. A presente secção enumera as entrevistas dadas pelo Provedor de Justiça e o seu pessoal em 2006, e inclui os vários eventos dirigidos aos meios de comunicação social que foram organizados durante o ano.

- Em 5 de Janeiro, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pelo Sr. Giorgos ADAM da estação de rádio *Dimotiko Radiofono Thessalonikis*, na Grécia.
- Em 20 de Janeiro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista pelo telefone ao Sr. Mark BEUNDERMANN da *EUobserver*, a respeito do seu apelo para que o Conselho legislasse em público.
- Em 23 de Janeiro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista pelo telefone ao Sr. Luc VERNET do jornal francês *Sud Ouest*, que estava a elaborar um retrato do Provedor de Justiça.



- Em 25 de Janeiro, a Sr.<sup>a</sup> Ruth REICHSTEIN da estação de rádio alemã *Deutschlandfunk* entrevistou o Provedor de Justiça em Bruxelas, após uma reunião da Comissão das Petições do Parlamento Europeu para debater o relatório especial do Provedor de Justiça sobre o aumento da transparência no Conselho.
- Em 27 de Janeiro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista ao Sr. Herakles GALANAKIS da estação de rádio *ERA Herakleion* da Grécia.
- Em 8 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pela Sr.<sup>a</sup> Isabel GUZMAN da agência noticiosa alemã *Evangelischer Pressedienst*, em Bruxelas. A Sr.<sup>a</sup> GUZMAN estava especificamente interessada nas queixas e nos casos alemães.
- Mais tarde, no mesmo dia, a Sr.<sup>a</sup> Patricia HALLER do jornal austríaco *Kurier* entrevistou o Provedor de Justiça em Bruxelas, tendo-lhe colocado perguntas sobre a sua experiência como Provedor de Justiça, alguns exemplos de casos e o seu trabalho em geral.
- Em 9 de Fevereiro, o Provedor de Justiça concedeu uma entrevista pelo telefone ao Sr. Jean-Pierre SARDIN da *Radio France Bleu*, sobre o comunicado de imprensa do Provedor de Justiça a respeito do Livro Branco sobre Comunicação da Comissão.
- Em 14 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado em Estrasburgo pela Sr.<sup>a</sup> Nayran AGUADO da estação de televisão espanhola *TVE*, para o seu programa "Vivir Europa". A jornalista estava especificamente interessada nas queixas espanholas.
- Mais tarde, no mesmo dia, a Sr.<sup>a</sup> Renata GOLDIROVA do canal noticioso da televisão eslovaca *TA3* entrevistou o Provedor de Justiça sobre o seu trabalho e os casos eslovacos, em particular.
- Em 15 de Fevereiro, a Sr.<sup>a</sup> Marta HIRSCH-ZIEMBINSKA, consultora jurídica principal, foi entrevistada pelo telefone pela Sr.<sup>a</sup> Helena VIEGAS da revista portuguesa *Notícias Magazine*. A jornalista estava especificamente interessada nos casos portugueses.
- Em 17 de Fevereiro, a Sr.<sup>a</sup> Marta HIRSCH-ZIEMBINSKA, consultora jurídica principal, apresentou o trabalho do Provedor de Justiça a um grupo de 14 jornalistas da Bulgária, Roménia e Croácia, no contexto de um seminário sobre o alargamento organizado pelo Centro de Jornalismo Europeu.
- Em 2 e 3 de Março, uma equipa de televisão do canal alemão *ARTE*, chefiada pela Sr.<sup>a</sup> Katrin MOLNAR, entrevistou e filmou o Sr. DIAMANDOUROS e outros membros do pessoal em Estrasburgo, a fim de transmitir um retrato do Provedor de Justiça.
- Em 3 Março, a Sr.<sup>a</sup> Elodie CARTIER da *Radio Côte d'Amour* entrevistou o Provedor de Justiça pelo telefone, a respeito do Livro Branco sobre a Comunicação da Comissão.
- Em 8 Março, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma conferência de imprensa no Luxemburgo no contexto da sua visita de informação ao país. Esta conferência foi precedida de uma entrevista com o Sr. Marc GLASNER do *Luxemburger Wort*.
- Em 15 de Março, o Provedor de Justiça foi entrevistado em Estrasburgo para um documentário da televisão checa intitulado "Através da Europa". Jovens cineastas, dirigidos pelo produtor Sr. Filip ALBRECHT, realizaram entrevistas a políticos e cidadãos europeus, a fim de mostrar a Europa sob diferentes perspectivas.
- Em 29 de Março, o Provedor de Justiça convidou quatro jornalistas para um almoço de trabalho em Bruxelas: o Sr. Thomas FERENCZI do *Le Monde*, o Sr. Nick WATT do *The Guardian*, o Sr. Eric BONSE do *Handelsblatt* e o Sr. Carlo FENU da agência noticiosa italiana *ANSA*. O Sr. DIAMANDOUROS respondeu a perguntas sobre o seu trabalho e sobre queixas específicas dos países, além de ter explicado a necessidade de chegar a um maior número de potenciais queixosos nos grandes Estados-Membros da UE.
- Mais tarde, no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista ao Sr. Jan SLIVA da agência noticiosa *AP*, para uma peça sobre o trabalho do Provedor de Justiça Europeu.



- Seguidamente, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pelo Sr. Tansel TERZIOGLU do jornal austríaco *Die Kleine Zeitung*. O jornalista fez-lhe perguntas sobre a sua experiência como Provedor de Justiça desde que assumiu o lugar.
- Posteriormente, nessa tarde, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista pelo telefone à agência de relações públicas da rádio alemã *Schlenker PR* para uma série sobre as instituições europeias intitulada “Viver na Europa”.
- Depois, a Sr.ª Daniela WEINGÄRTNER dos jornais alemães *TAZ* e *Badische Zeitung* entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS para um retrato do Provedor de Justiça Europeu. Entrevistou também alguns membros do pessoal em Estrasburgo e participou numa reunião do Sr. DIAMANDOUROS com pessoal da Comissão no Luxemburgo.
- Em 24 de Abril, o Provedor de Justiça apresentou o seu *Relatório Anual 2005* numa conferência de imprensa realizada em Bruxelas, que contou com a presença de mais de 50 jornalistas. O Sr. DIAMANDOUROS fez uma descrição geral das suas actividades em 2005, dando exemplos de casos e das soluções que foi possível obter para os cidadãos. Os jornalistas fizeram perguntas sobre dados estatísticos, queixas específicas dos diversos países, a relação do Provedor de Justiça com o OLAF, a transparência no Conselho, os relatórios especiais pendentes e o regime linguístico dos sítios Web da Presidência da UE.
- Após a conferência de imprensa, o Sr. DIAMANDOUROS concedeu entrevistas individuais à *Deutsche Welle TV*, à *Rádio Pública Alemã*, à rádio belga *RTBF*, e à *Rádio Pública Espanhola* sobre as conclusões mais importantes do *Relatório Anual 2005*.
- Mais tarde, no mesmo dia, o Provedor de Justiça deu uma entrevista pelo telefone ao Sr. Fabrice LAMBERT da rádio empresarial belga *BFM*, acerca das principais conclusões do *Relatório Anual 2005* e de casos específicos da Bélgica.
- Em 26 de Abril, a Sr.ª Gundi GADESMANN, adida de imprensa, deu uma entrevista pelo telefone ao Sr. Albrecht MEIER do jornal alemão *Der Tagesspiegel* sobre os esforços do Provedor de Justiça para chegar a grupos-alvo, como as PME, na Alemanha.
- Em 27 de Abril, a Sr.ª Rosita AGNEW, uma das responsáveis da Secção de Comunicações, deu uma entrevista à Sr.ª Margarita GASCA da *Brussels TV* sobre as tarefas do Provedor de Justiça Europeu e as principais conclusões do *Relatório Anual 2005*.
- Mais tarde, no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista pelo telefone à Sr.ª Nadja SCHEYS da estação de rádio belga *FM Bruxelles* sobre o *Relatório Anual 2005* e casos específicos da Bélgica.
- Em 9 de Maio, durante a sua visita de informação a Espanha, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pelo Sr. Miguel ADROVER CONDE da *TVE*, para um programa intitulado “Europa 2006”, que foi transmitido depois da sua visita.
- Mais tarde, nessa manhã, o Provedor de Justiça Nacional de Espanha, Sr. Enrique MÚGICA HERZOG, e o Provedor de Justiça Europeu realizaram uma conferência de imprensa conjunta, na qual descreveram os objectivos da visita, os respectivos papéis e o modo como cooperaram para servir da melhor forma os cidadãos espanhóis e as pessoas que residem no país.
- Em 6 de Junho, o Sr. Bruno WATERFIELD da *Parliament Magazine* entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS, em Bruxelas, sobre o trabalho do Provedor de Justiça, as suas realizações, as suas tentativas para informar melhor o público a respeito dos seus serviços, as suas recomendações às outras instituições da UE e aos seus objectivos futuros, incluindo a obtenção de uma maior transparência no Conselho.





O Sr. Diamandouros e o Sr. Enrique Múgica Herzog, Provedor de Justiça de Espanha, numa apresentação conjunta da sua actividade durante uma conferência de imprensa organizada no âmbito da visita de informação do Provedor de Justiça Europeu. Madrid, Espanha, 8-10 de Maio de 2006.

- Em 16 de Junho, o boletim informativo da Comissão, *En Direct*, publicou um artigo do Sr. DIAMANDOUROS intitulado “Estou aqui para ajudar os colegas”, no qual o Provedor de Justiça explicava o seu papel.
- Em 27 de Junho, o Sr. Olivier VERHEECKE deu uma entrevista à Sr.<sup>a</sup> Ana LÁZARO do canal de televisão *Canal Sur* da Andaluzia, no âmbito de uma visita de 30 representantes espanhóis de plataformas da sociedade civil e organizações não governamentais ao Parlamento Europeu.
- O Sr. DIAMANDOUROS escreveu um artigo para o número de Junho do boletim informativo da *DIHK* (Câmara do Comércio e Indústria alemã), sobre o modo como pode ajudar especificamente as pequenas e médias empresas, caso tenham problemas com as instituições comunitárias. O boletim informativo foi distribuído em 74 câmaras de comércio regionais da Alemanha.
- Em 6 de Julho, o Sr. DIAMANDOUROS apresentou o trabalho do Provedor de Justiça a um grupo de 14 jornalistas da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Kosovo e Sérvia-Montenegro, no âmbito de um seminário intitulado “Para a integração”, organizado pelo Centro de Jornalismo Europeu.
- Em 24 de Agosto, uma entrevista ao Provedor de Justiça, intitulada “Às vezes basta uma chamada telefónica para resolver um problema”, foi publicada no boletim informativo da Confederação Alemã do Artesanato e das Pequenas Empresas, *ZDH*.
- Em 22 de Setembro, o Provedor de Justiça foi entrevistado, em Estrasburgo, pela Sr.<sup>a</sup> Pauline WIRPH-DUVERGER do *Journal du Parlement* francês.
- Em 27 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista à Sr.<sup>a</sup> Christina SIGANIDOU da *ERT3 Television*, Grécia.
- Em 5 de Outubro, durante o Congresso EUROCHAMBRES, em Salónica, o Provedor de Justiça foi entrevistado por vários jornalistas gregos, incluindo a Sr.<sup>a</sup> Magda CONSTANTINIDOU do *Naftemboriki*, e pela jornalista austríaca Sr.<sup>a</sup> Sabine BERGER do *Wirtschaftsblatt*.
- Em 19 de Outubro, o Provedor de Justiça explicou o seu trabalho a um grupo de jornalistas do Centro Jornalístico Nórdico, de Århus, Dinamarca, que estava de visita a Estrasburgo.
- Em 3 de Novembro, o Sr. Nicholas CATEPHORES fez apresentações a duas turmas de estudantes de jornalismo do Colégio AKMI, em Atenas, Grécia, a convite do jornalista,



Sr. Thanasis KALFAS. O Sr. CATEPHORES falou sobre o papel e o trabalho do Provedor de Justiça Europeu.

- Em 14 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pela Sr.ª Shirin WHEELER para a BBC, em Estrasburgo. Ela estava particularmente interessada nos diversos mecanismos de apresentação de queixas a nível europeu.
- Em 15 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista ao Sr. Ioannis PAPADIMITRIOU, para a secção grega do *Deutsche Welle*.
- Em 23 de Novembro, o Provedor de Justiça deu uma entrevista por videoconferência ao correspondente da agência noticiosa búlgara BTA, Sr. Atanas MATEV, a respeito da visita de informação do Provedor de Justiça à Bulgária.
- Mais tarde, no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu outra entrevista por videoconferência à correspondente da secção alemã da AFP, Sr.ª Andrea SCHNEIDER. O trabalho da jornalista foi publicado, nomeadamente, no *Spiegel online*.
- Em 27 de Novembro, no contexto da visita do Provedor de Justiça Europeu à Bulgária, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pelo Sr. Deian IODOV do jornal TRUD.



© Provedor de Justiça da Bulgária

O Sr. Diamandouros dá uma entrevista ao Sr. Deian Iodov, do jornal TRUD, durante a visita de informação do Provedor de Justiça Europeu à Bulgária, 27-29 de Novembro de 2006.

- No mesmo dia, deu uma entrevista à Sr.ª Snejana IVANOVA da Rádio Nacional Búlgara.
- Em 28 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS e o Provedor de Justiça búlgaro, Sr. Guinio GANEV, foram entrevistados em directo para o noticiário matinal da *Balkan Television (bTV)*. A entrevista foi realizada pelo Sr. Nicolay BAREKOV.
- Em 29 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS e o Sr. GANEV deram uma conferência de imprensa conjunta na Assembleia Nacional da Bulgária.
- Em 4 de Dezembro, a Sr.ª Gundi GADESMANN, adida de imprensa, deu uma entrevista pelo telefone à Agência de Relações Públicas da Rádio Alemã *Schlenker PR*, para uma série sobre as instituições europeias intitulada "Viver na Europa".
- Em 5 de Dezembro, o Provedor de Justiça respondeu por escrito às perguntas de uma entrevista para o boletim informativo do grupo de reflexão espanhol *Institución Futuro*. A entrevista, feita pela Sr.ª Ana YERRO, visou, sobretudo, as opiniões do Provedor de Justiça sobre o seu trabalho, as queixas que recebe e algumas questões europeias actuais.
- Em 8 de Dezembro, após um Seminário sobre Direitos Humanos, realizado em Ljubljana, Eslovénia, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado por estações televisivas eslovenas, públicas e privadas, pela agência noticiosa eslovena e pela rádio pública eslovena. Os jornalistas



estavam sobretudo interessados na opinião do Provedor de Justiça sobre as questões de direitos humanos na Eslovénia.

- Em 18 de Dezembro, o Sr. DIAMANDOUROS foi entrevistado pela Sr.<sup>a</sup> Viki FLESSA para o programa "Sta Akra", transmitido pela televisão *NET* na Grécia.
- Em 27 de Dezembro, o Sr. Gerhard GRILL foi entrevistado pela *Radio France Internationale* a respeito do relatório especial que o Provedor de Justiça apresentara sobre as línguas usadas nos sítios Web da Presidência do Conselho.

## 6.5 PUBLICAÇÕES

O Provedor de Justiça tem grande empenho em atingir um público o mais amplo possível, tendo em vista consciencializar os cidadãos dos seus direitos e, em especial, do direito de apresentar queixas. Em 2006, as publicações seguintes foram produzidas e distribuídas às partes interessadas, a fim de informarem os principais intervenientes e o público em geral sobre as actividades do Provedor de Justiça Europeu e os serviços que pode oferecer aos cidadãos e residentes na UE:

### *Relatório Anual 2005; versão fotocopiada (em inglês)*

No mês de Maio, foi disponibilizada uma versão fotocopiada, em inglês, do *Relatório Anual 2005* do Provedor de Justiça aos membros da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, para permitir que a comissão deliberasse sobre o trabalho do Provedor de Justiça antes do debate em plenário, que teria lugar posteriormente, nesse ano.

### *Relatório Anual 2005 — Síntese e Estatísticas; versão fotocopiada (20 línguas)*

Também em Maio, foi distribuída aos membros da Comissão das Petições uma versão fotocopiada do *Relatório Anual 2005: Síntese e Estatísticas*, nas 20 línguas oficiais.

### *European Ombudsmen — Newsletter; Números 6 e 7 (5 línguas)*

Os números 6 e 7 do boletim informativo bianual da Rede Europeia de Provedores de Justiça e da Região Europeia do Instituto Internacional de Provedores de Justiça foram distribuídos, em Abril e Outubro, respectivamente, aos provedores de justiça nacionais, regionais e locais da Europa, bem como aos membros da Comissão das Petições do Parlamento Europeu.

### *O Provedor de Justiça Europeu: Como pode ele ajudá-lo? (23 línguas)*

Em 2006, foi publicada uma nova edição do guia e formulário para a apresentação de queixa *O Provedor de Justiça Europeu: Como pode ele ajudá-lo?*, em 23 línguas. Esta brochura é extremamente útil para os potenciais queixosos, facilitando grandemente o exercício do seu direito de apresentar queixas ao Provedor de Justiça. Foram distribuídos exemplares da nova edição da brochura aos provedores de justiça, deputados ao Parlamento Europeu, representações da Comissão e gabinetes do Parlamento dos Estados-Membros, tendo sido reenviados para os centros e redes da UE para uma mais ampla distribuição. Esta publicação suscitou grande interesse, tendo sido recebidos pedidos de muitos milhares de exemplares adicionais até ao final do ano.

### *O Provedor de Justiça Europeu: num relance (25 línguas)*

Em 2006, foi publicada uma nova edição do folheto *O Provedor de Justiça Europeu: num relance* em 25 línguas. Esta brochura destina-se ao público em geral e pretende ajudar a explicar aquilo que o Provedor de Justiça Europeu pode e não pode fazer. Procedeu-se a uma ampla distribuição da brochura no intuito de reduzir o número de queixas não admissíveis ao Provedor de Justiça.



### *Volume Comemorativo do Décimo Aniversário; capa dura e brochada (em francês)*

O décimo aniversário da instituição do Provedor de Justiça Europeu foi assinalado por uma série de eventos comemorativos. Foi organizado um “*Workshop dos Fundadores*”, em Junho de 2004, para registar as etapas conducentes à criação do Provedor de Justiça Europeu e para identificar os progressos e as tendências que poderão merecer um maior desenvolvimento futuro. Em resultado deste exercício, decidiu-se editar um volume comemorativo. Com o título *The European Ombudsman: Origins, Establishment, Evolution* (O Provedor de Justiça Europeu: Origens, Estabelecimento, Evolução), esta publicação foi editada em inglês, em 2005, em capa dura e em capa brochada. Dado o sucesso obtido por esta publicação, foi produzida uma edição em francês em 2006.

### *Relatório Anual 2005; versão impressa (20 línguas)*

Em Outubro, foram inicialmente distribuídos 3 000 exemplares do *Relatório Anual 2005* do Provedor de Justiça, nas 20 línguas oficiais da UE, aos deputados do Parlamento Europeu, instituições e organismos da UE, provedores de justiça e centros e redes da Comissão Europeia. Ao longo do resto do ano, foram distribuídos exemplares adicionais.

### *Relatório Anual 2005: Síntese e Estatísticas; versão impressa (20 línguas)*

Uma quantidade inicial de 8 000 exemplares das 20 versões linguísticas da *Síntese e Estatísticas*, disponibilizados em Outubro, foi distribuída a uma vasta rede de destinatários do *Relatório Anual* completo, bem como a organizações não governamentais e universidades. Foram distribuídos exemplares adicionais, ao longo do resto do ano.

### *O Relatório Anual 2005 — Compilação das Decisões (3 línguas)*

Esta vasta publicação electrónica contém as decisões completas, em inglês, francês e alemão, dos processos incluídos no Capítulo 3 do Relatório Anual. Está disponível como documento electrónico único no sítio Web do Provedor de Justiça, e também em papel ou em CD-ROM para quem a queira solicitar à Provedoria Justiça.

### **Outras publicações**

O Provedor de Justiça continuou a distribuir exemplares das suas outras publicações, ao longo do ano, muito em especial o *Código Europeu de Boa Conduta Administrativa*, que está disponível em 25 línguas. Em 2006, o código foi publicado em língua macedónia, para ajudar a promover a boa administração na Antiga República Jugoslava da Macedónia, que é um país candidato à adesão à UE.

## **6.6 COMUNICAÇÕES EM LINHA**

### **Comunicação por correio electrónico**

Em Abril de 2001, foi adicionada ao sítio Web uma versão em 12 línguas do formulário para apresentação de queixa ao Provedor de Justiça Europeu, o qual pode ser enviado por via electrónica. Após o alargamento da União Europeia, em 1 de Maio de 2004, o formulário foi disponibilizado em mais nove línguas. Em Dezembro de 2006, em preparação do novo alargamento da União Europeia, em 1 de Janeiro de 2007, o formulário foi adicionado ao sítio Web em búlgaro e romeno. Mais de 57% de todas as queixas recebidas pelo Provedor de Justiça em 2006 foram enviadas através da Internet, grande parte das quais utilizando o formulário de apresentação de queixa em formato electrónico.

No ano de 2006, a principal conta de correio electrónico do Provedor de Justiça foi utilizada para responder a um número total de 10 801 mensagens de correio electrónico com pedidos de informação. Deste número, 7 261 foram mensagens enviadas em massa por cidadãos e referiam-se a queixas recebidas pelo Provedor de Justiça Europeu. Entre as questões abordadas por essas mensagens em massa figuravam a construção, pelas autoridades espanholas, de um porto industrial na cidade



de Granadilla, o direito dos médicos a recusarem-se a efectuar abortos e a alegada perseguição das minorias religiosas na Polónia. Todas essas mensagens de correio electrónico receberam uma resposta explicando a situação do tratamento da queixa em causa pelo Provedor de Justiça.

No total, foram recebidos, em 2006, 3 540 pedidos de informação individuais por correio electrónico, para cerca de 3 200 tanto em 2005 como em 2004. Todos esses pedidos foram individualmente respondidos por um membro competente do pessoal do Provedor de Justiça.

### Evolução do sítio Web

O sítio Web do Provedor de Justiça Europeu foi criado em Julho de 1998. Ao longo do ano de 2006, o seu criador trabalhou em íntima ligação com os responsáveis da Secção de Comunicações, bem como com os serviços técnicos do Parlamento Europeu, preparando a transformação do sítio Web do Provedor de Justiça num serviço aos cidadãos moderno, dinâmico, informativo, interactivo e em constante evolução. Prevê-se que o novo sítio Web esteja pronto a ser lançado no primeiro semestre de 2007.

Em Maio de 2006, o sítio Web do Provedor de Justiça Europeu, juntamente com os das outras instituições, organismos e agências da UE, passarão a ser facilmente reconhecíveis, dado que todos terão a terminação “europa.eu”. Apesar de o endereço do antigo sítio Web do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) continuar a funcionar num futuro próximo, o endereço oficial é agora: <http://www.ombudsman.europa.eu>

O Provedor de Justiça continuou a actualizar o seu sítio Web em 2006, adicionando as versões electrónicas das suas várias publicações, à medida que iam ficando disponíveis. Estas incluíram o seu *Relatório Anual 2005* e a *Síntese e Estatísticas* conexas, em 20 línguas; *O Provedor de Justiça Europeu: Num relance*, em 25 línguas, e *O Provedor de Justiça Europeu: Como pode ele ajudá-lo?*, em 23 línguas.

Em Janeiro de 2006, o Provedor de Justiça criou uma nova secção do seu sítio Web, ligada a um inquérito de iniciativa própria sobre o papel da Comissão como guardião do Tratado. Decidiu abrir esse inquérito, no seguimento da recepção de um grande número de queixas contra a Comissão, relativas à construção de um porto industrial pelas autoridades espanholas na cidade de Granadilla, situada na ilha de Tenerife, Espanha.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006, o sítio Web do Provedor de Justiça foi consultado por 416 533 visitantes singulares. A versão em inglês do sítio foi a mais consultada, seguindo-se as versões francesa, espanhola, alemã e italiana. No que se refere à origem geográfica das visitas, o maior número de visitantes era originário de Itália, seguindo-se a Suécia, o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha. A secção de hiperligações do sítio Web do Provedor de Justiça inclui hiperligações aos sítios dos provedores de justiça nacionais e regionais de toda a Europa. Em 2006, foram feitas mais de 44 000 visitas às páginas de hiperligações, o que demonstra claramente o valor acrescentado para os cidadãos do trabalho do Provedor de Justiça Europeu na coordenação da Rede Europeia de Provedores de Justiça.

A fim de garantir que o sítio Web do Provedor de Justiça se mantém na vanguarda dos sítios Web da União Europeia, a Provedoria de Justiça participou, ao longo de 2006, no trabalho do Comité Editorial Interinstitucional para a Internet (CEIII), nomeadamente no Grupo de Trabalho do CEIII que foi criado para coordenar a migração para o domínio de topo “.eu”.







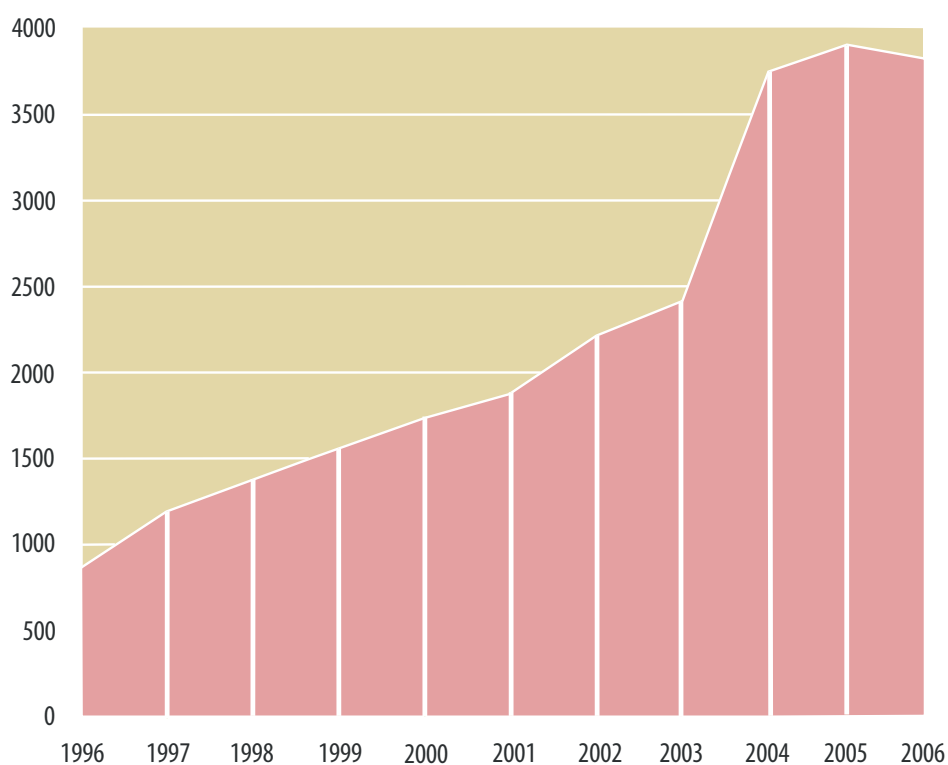


## A ESTATÍSTICAS

### 1 PROCESSOS TRATADOS EM 2006

1.1	NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS EM 2006 .....	4 422 <sup>1</sup>
	— Inquéritos não encerrados em 31.12.2005 .....	315 <sup>2</sup>
	— Queixas que aguardavam uma decisão quanto à admissibilidade em 31.12.2005 .....	270
	— Queixas recebidas em 2006 .....	3 830 <sup>3</sup>
	— Inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu .....	9

Número de queixas recebido entre 1996 e 2006



<sup>1</sup> Das quais 281 queixas sobre o mesmo assunto.

<sup>2</sup> Dos quais três inquéritos de iniciativa do Provedor de Justiça e 312 inquéritos baseados em queixas.

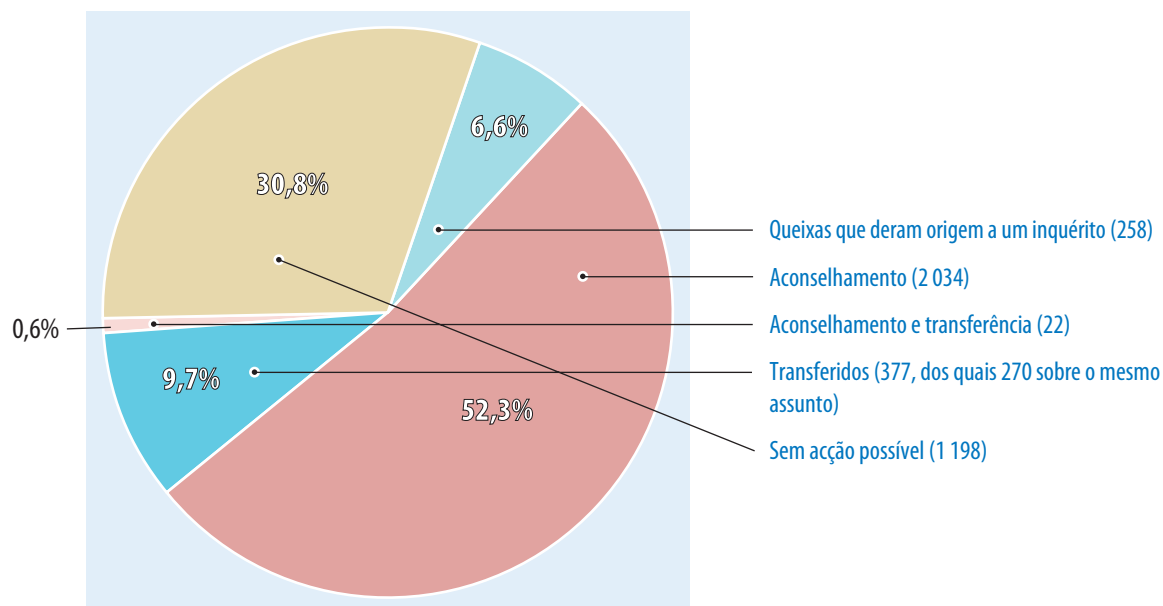
<sup>3</sup> Das quais 281 queixas sobre o mesmo assunto, como foi mencionado na nota de rodapé 4.



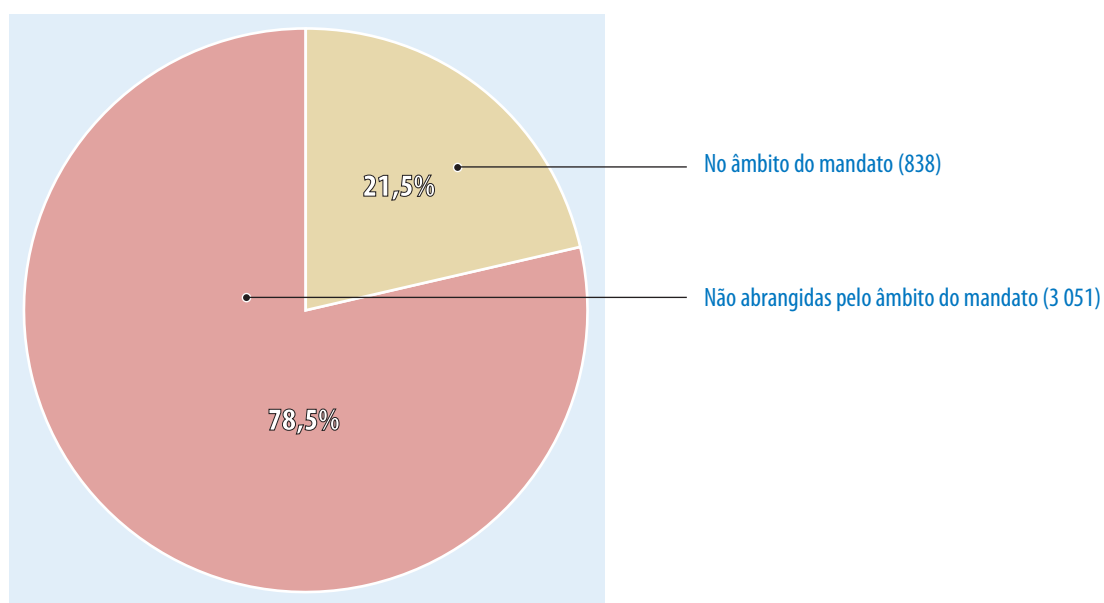
1.2 APRECIACÕES CONCLUÍDAS QUANTO À ADMISSIBILIDADE/NÃO ADMISSIBILIDADE ..... 95%

### 1.3 CLASSIFICAÇÃO DAS QUEIXAS

#### 1.3.1 Segundo o tipo de acção do Provedor de Justiça Europeu em benefício dos queixosos

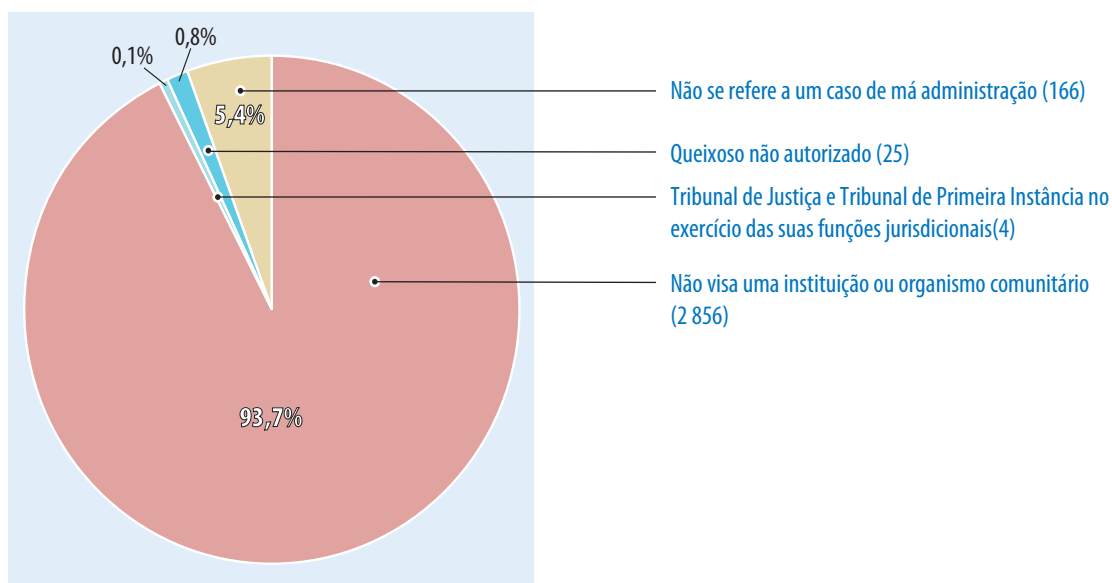


#### 1.3.2 Em relação ao âmbito do mandato do Provedor de Justiça Europeu



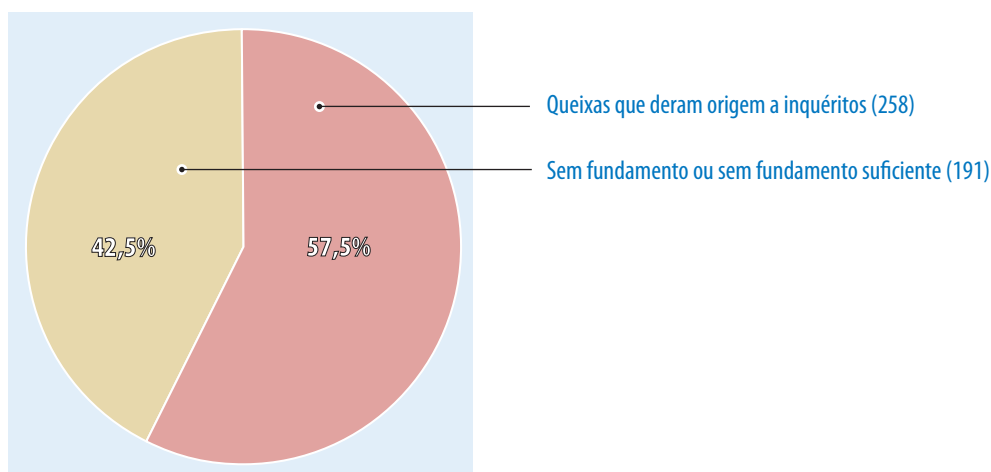


## NÃO ABRANGIDAS PELO ÂMBITO DO MANDATO

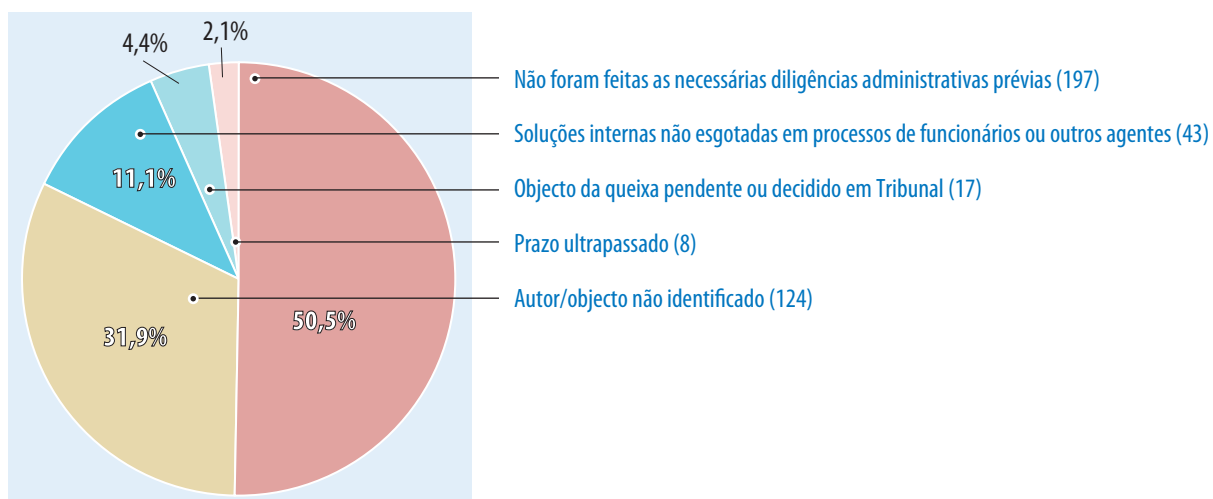


## ABRANGIDAS PELO ÂMBITO DO MANDATO

### Queixas admissíveis



### Queixas não admissíveis

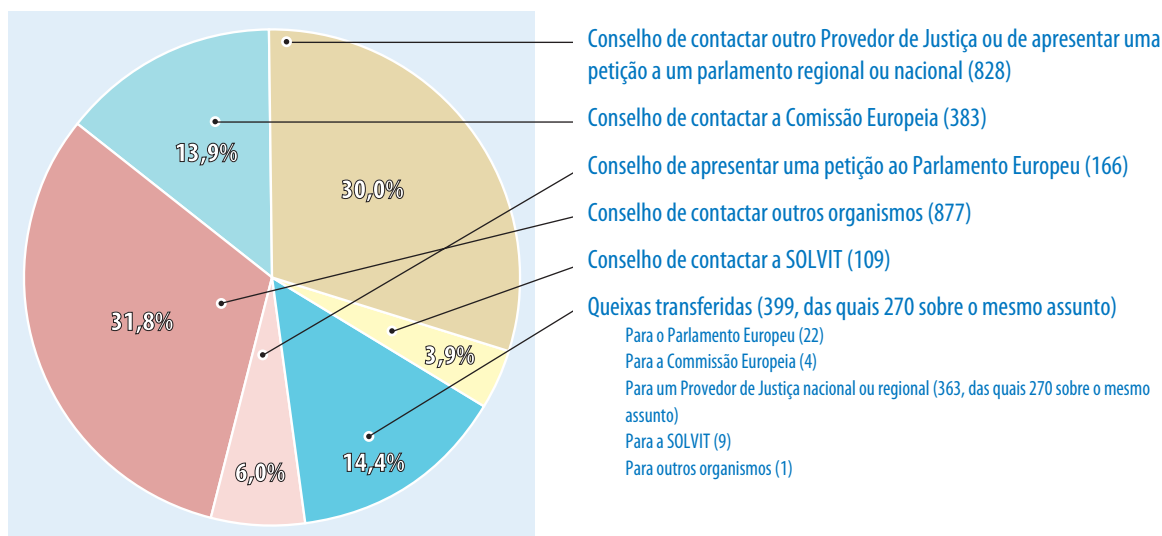




## 2

## QUEIXAS TRANSFERIDAS E ACONSELHAMENTO

(Em alguns casos, podem ser dados vários conselhos)



## 3

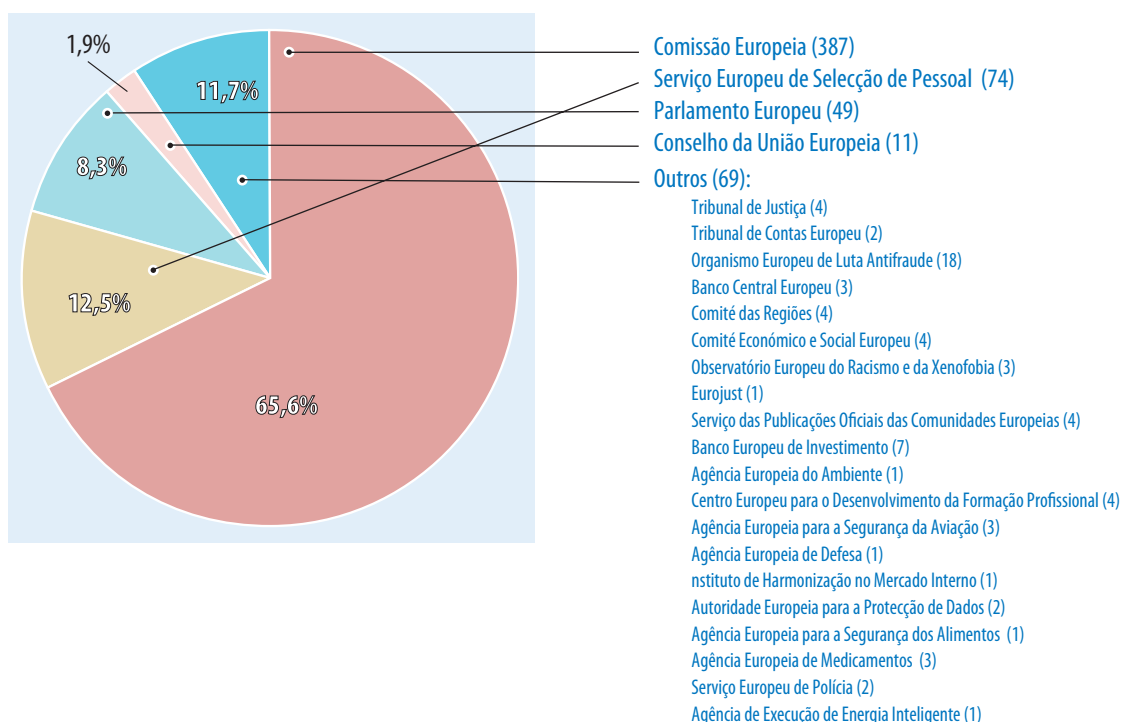
## INQUÉRITOS TRATADOS EM 2006 ..... 582

Em 2006, o Provedor de Justiça Europeu analisou 582 inquéritos, destes, 267 foram abertos em 2006, sendo nove deles de iniciativa própria, enquanto 315, dos quais três de iniciativa própria, transitaram de 2005.

## 3.1

## INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SUBMETIDOS A INQUÉRITO

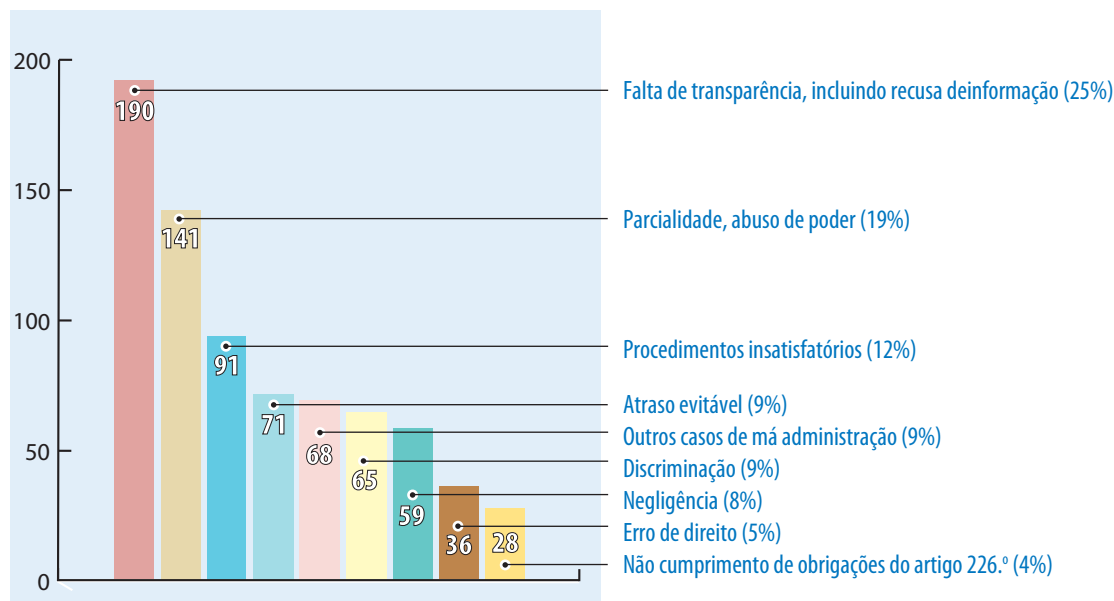
(Alguns casos envolvem dois ou mais organismos ou Instituições)





### 3.2 TIPOS DE MÁ ADMINISTRAÇÃO ALEGADA

(Em certos casos, são alegados dois ou mais tipos de má administração)

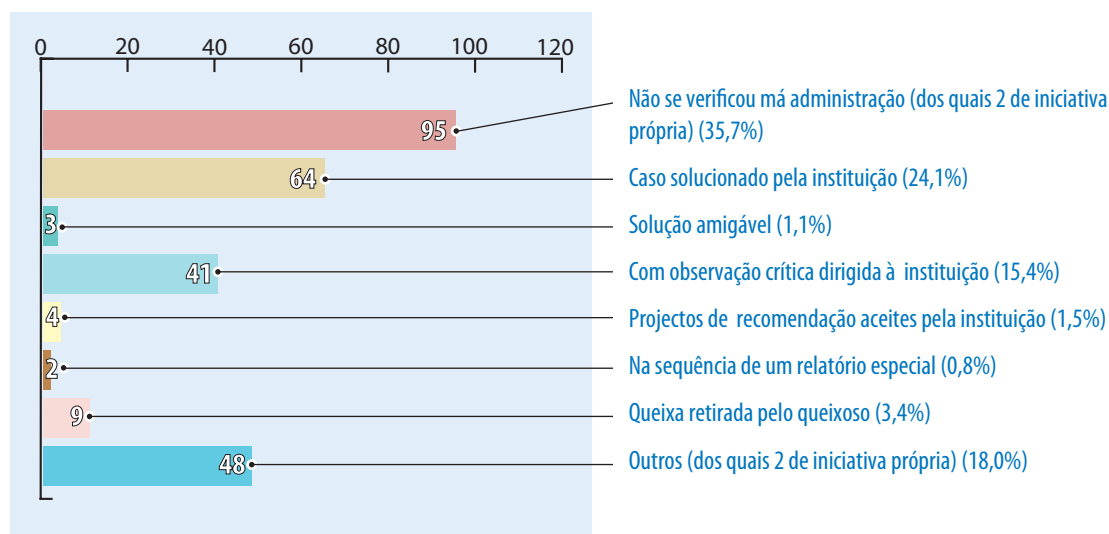


### 3.3 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES AMIGÁVEIS, PROJECTOS DE RECOMENDAÇÃO E RELATÓRIOS ESPECIAIS FEITOS EM 2006

— Propostas de solução amigável .....	28
— Projectos de recomendações .....	13
— Relatórios especiais .....	2

### 3.4 INQUÉRITOS ENCERRADOS ..... 250<sup>4</sup>

(Os inquéritos foram encerrados por uma ou mais das razões seguintes)



4

Dos quais três inquéritos de iniciativa do Provedor de Justiça.



## 4 ORIGEM DAS QUEIXAS REGISTRADAS EM 2006

### 4.1 QUEM APRESENTA QUEIXA?

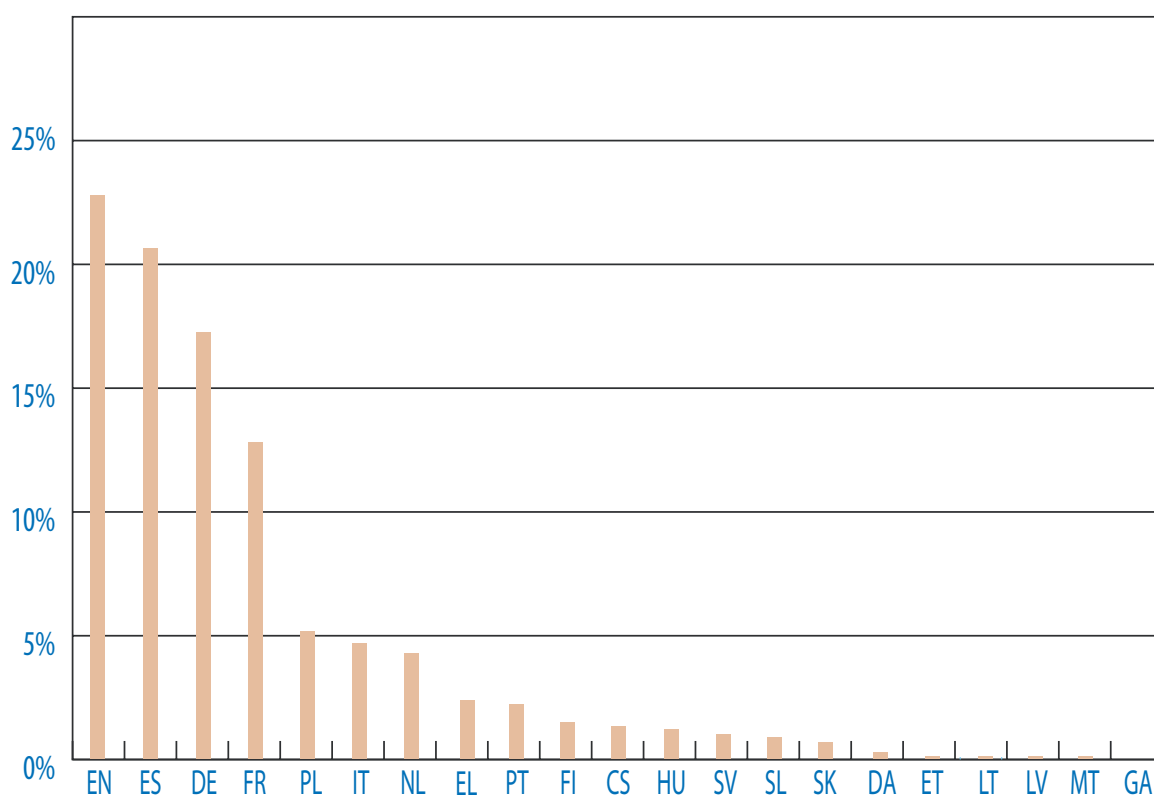


Empresas e associações  
5,5 % (211)



Cidadãos individuais  
94,5 % (3 619)

### 4.2 DISTRIBUIÇÃO LINGÜÍSTICA DAS QUEIXAS
































## 4.3

## ORIGEM GEOGRÁFICA DAS QUEIXAS

País	Número de queixas	% das queixas	% da população da UE	Taxa <sup>1</sup>
 Luxemburgo	54	1,4	0,1	14,2
 Malta	33	0,9	0,1	10,0
 Chipre	44	1,1	0,2	7,6
 Bélgica	241	6,3	2,3	2,8
 Eslovénia	44	1,1	0,4	2,7
 Espanha	781	20,4	9,4	2,2
 Finlândia	74	1,9	1,1	1,7
 Irlanda	47	1,2	0,9	1,4
 Áustria	81	2,1	1,8	1,2
 Grécia	105	2,7	2,4	1,1
 Portugal	96	2,5	2,3	1,1
 Hungria	72	1,9	2,2	0,9
 Eslováquia	37	1,0	1,2	0,8
 República Checa	67	1,7	2,2	0,8
 Alemanha	537	14,0	17,8	0,8
 Países Baixos	106	2,8	3,5	0,8
 Polónia	228	6,0	8,2	0,7
 Suécia	53	1,4	1,9	0,7
 Estónia	7	0,2	0,3	0,7
 França	335	8,7	13,6	0,6
 Letónia	12	0,3	0,5	0,6
 Dinamarca	20	0,5	1,2	0,4
 Itália	207	5,4	12,7	0,4
 Reino Unido	147	3,8	13,0	0,3
 Lituânia	9	0,2	0,7	0,3
<b>Outros</b>	291	7,6		
<b>Desconhecida</b>	102	2,7		

<sup>1</sup> Este valor foi calculado dividindo a percentagem das queixas pela percentagem da população. Nos casos em que o quociente é superior a 1, isto indica que o país em questão apresenta mais queixas ao Provedor de Justiça do que seria de esperar em virtude da dimensão da sua população. Todas as percentagens do quadro supra foram arredondadas a uma casa decimal.



## B ORÇAMENTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

### Um orçamento independente

A partir de 1 de Janeiro de 2000<sup>5</sup>, o orçamento do Provedor de Justiça passou a constituir uma secção independente do orçamento da União Europeia (actual secção VIII-A).

### Estrutura do orçamento

O Provedor de Justiça apresentou o orçamento para o ano de 2006 de acordo com uma nova estrutura orçamental (nomenclaturas). O objectivo desta nova estrutura é aumentar a transparência e facilitar um maior controlo por parte da autoridade orçamental, permitindo uma melhor supervisão das despesas de natureza semelhante, que na estrutura utilizada até à data estavam dispersas por diversos títulos ou capítulos.

Deste modo, o orçamento do Provedor de Justiça para 2006 estava dividido em três títulos. O Título 1 inclui os vencimentos, os subsídios e outros custos de pessoal. O Título 2 abrange as despesas com edifícios, mobiliário, equipamentos e despesas de funcionamento diversas. Por último, o Título 3 contém as despesas resultantes das funções gerais desempenhadas pela instituição.

### Cooperação com o Parlamento Europeu

Para evitar uma duplicação desnecessária do pessoal administrativo e técnico, alguns dos serviços técnicos necessários para o Provedor de Justiça desempenhar as suas funções são prestados pelo, ou através do, Parlamento Europeu. Entre as áreas em que o Provedor de Justiça depende, em maior ou menor grau da assistência dos serviços do Parlamento, figuram as seguintes:

- tradução, interpretação e tipografia;
- arrendamento de espaço de escritórios;
- informática, telecomunicações e tratamento da correspondência.

A cooperação entre o Provedor de Justiça Europeu e o Parlamento Europeu permitiu realizar poupanças significativas a nível do orçamento comunitário, graças a uma maior eficiência.

A cooperação entre o Parlamento Europeu e o Provedor de Justiça Europeu foi iniciada por um acordo-quadro datado de 22 de Setembro de 1995, tendo sido celebrados acordos complementares relativos à cooperação administrativa e à cooperação orçamental e financeira, em 12 de Outubro de 1995.

Estes acordos de cooperação foram reexaminados em 2005, tendo em vista a sua adaptação às novas realidades que a primeira década da instituição do Provedor de Justiça Europeu tinham criado. Em 15 de Março de 2006, foi assinado um novo acordo pelo Presidente do Parlamento, deputado Josep BORRELL FONTELLES, e pelo Provedor de Justiça Europeu, o qual entrou em vigor em Abril de 2006. O seu objectivo é manter a cooperação com o Parlamento em todos os domínios em que é possível realizar economias de escala e orçamentais consideráveis. O Parlamento Europeu continuará, por conseguinte, a prestar serviços ao Provedor de Justiça em várias áreas, designadamente as de edifícios, informática, comunicações, serviços médicos, formação, tradução e interpretação.

O novo acordo permite uma maior clareza a respeito da política de preços. Doravante, os serviços serão, assim, pagos com base numa estimativa dos custos justa, transparente e razoável, à excepção dos custos de auditoria e de contabilidade, para os quais foi acordado um montante único. Estas alterações também reflectem a autonomia do Provedor de Justiça em matéria de gestão de pessoal e nas questões financeiras.

<sup>5</sup> Regulamento (CE, CECA, Euratom) N.º 2673/1999 do Conselho, de 13 de Dezembro de 1999, que altera o Regulamento Financeiro, de 21 de Dezembro de 1977, aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias, JO 1999 L 326, p. 1.



### O orçamento de 2006

O quadro de pessoal do Provedor de Justiça tinha um total de 57 lugares em 2006, contra 51 lugares em 2005.

As dotações inicialmente disponíveis no orçamento de 2006 do Provedor de Justiça ascendiam, no total, a 7 682 538 euros. O Título 1, isto é, as despesas com pessoas que trabalham para a instituição, elevou-se a 5 808 538 euros. O Título 2, que inclui as despesas com edifícios, equipamentos e despesas de financiamento diversas, ascendia a 1 085 000 euros. O Título 3 diz respeito às despesas resultantes de funções especiais desempenhadas pela instituição, ascendendo a 789 000 euros. O orçamento de 2006 previa um montante de receitas total no valor de 812 271 euros.

O quadro seguinte indica as despesas em 2006, em termos de dotações autorizadas.

(em EUR)

Título 1	5 347 167
Título 2	1 129 253
Título 3	607 819
Total	7 084 239

### O orçamento de 2007

O orçamento de 2007, elaborado em 2006, prevê um quadro de pessoal com 57 lugares (não há novos lugares).

As dotações para 2007 ascendem, no total, a 8 152 800 euros. O Título 1 (Despesas com pessoas que trabalham para a instituição) eleva-se a 6 150 300 euros. O Título 2 (Despesas com edifícios, equipamentos e despesas de funcionamento diversas) ascende a 1 251 500 euros. O Título 3 (Despesas resultantes das funções gerais executadas pela instituição) corresponde a 751 000 euros.

O orçamento de 2007 prevê um montante total de receitas no valor de 939 980 euros.



## C PESSOAL

Para que a instituição possa realizar adequadamente as tarefas de tratamento das queixas sobre má administração em 23 línguas oficiais e de contacto com os cidadãos e os residentes na UE para os consciencializar do direito de apresentarem queixas, o Provedor de Justiça conta com o apoio de um pessoal altamente qualificado e multilingue. Este anexo inclui uma lista completa dos efectivos em 2006, as suas funções e dados de contacto respectivos, bem como uma descrição do trabalho efectuado pelos vários departamentos e secções existentes na Provedoria. Termina com uma breve descrição das reuniões e do retiro do pessoal realizados durante o ano.

### PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

#### **P. Nikiforos DIAMANDOUROS**

*Provedor de Justiça Europeu*

P. Nikiforos DIAMANDOUROS nasceu em Atenas, Grécia, em 25 de Junho de 1942. Foi nomeado Provedor de Justiça Europeu em 15 de Janeiro de 2003. Iniciou funções em 1 de Abril de 2003 e foi reeleito por um período de cinco anos em 11 de Janeiro de 2005.

Entre 1998 e 2003, foi o primeiro Provedor de Justiça nacional da Grécia. Foi também Professor catedrático de política comparada no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade de Atenas, desde 1993 (estando actualmente de licença). Entre 1995 e 1998 foi Director e Presidente do Centro Nacional Grego de Investigação Social (EKKE).

Licenciou-se em ciência política na Universidade de Indiana (1963) e obteve os graus de mestre (1965), pré-doutorado (1969) e doutor (1972) no mesmo domínio pela Universidade de Columbia. Antes de começar a trabalhar na faculdade da Universidade de Atenas, em 1988, leccionou e fez investigação na Universidade Estatal de Nova Iorque e na Universidade de Columbia, respectivamente (1973-78). Entre 1980 e 1983, foi Director de Desenvolvimento na Faculdade de Atenas, na cidade de Atenas, Grécia. Entre 1983 e 1988, foi Director de Programas para a Europa Ocidental, bem como para o Médio Oriente e o Norte de África no Conselho de Investigação das Ciências Sociais, Nova Iorque. De 1988 a 1991, foi Director do Instituto Grego de Estudos Internacionais e Estratégicos, em Atenas, um grupo de reflexão e investigação política criado com um financiamento conjunto das Fundações Ford e MacArthur. Em 1997, foi Professor Convidado de Ciência Política no Centro Juan March de Estudos Avançados de Ciências Sociais (Madrid).

Foi Presidente da Associação de Ciência Política Grega (1992-98) e da Associação de Estudos Gregos Modernos dos Estados Unidos (1985-88). Entre 1999 e 2003, foi membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Grécia, sendo, simultaneamente, entre 2000 e 2003, membro do Conselho Nacional Grego de Reforma Administrativa. De 1988 a 1995, co-presidiu ao Subcomité para a Europa do Sul do Conselho de Investigação de Ciências Sociais, Nova Iorque, cujas actividades são financiadas por uma subvenção da Fundação Volkswagen. Também é co-editor geral da série sobre a Nova Europa do Sul e beneficiário de bolsas de investigação Fulbright e National Endowment for the Humanities.

Tem escrito muitas obras sobre a política e a história da Grécia, da Europa do Sul e do Sudeste e, mais especificamente, sobre a democratização, a construção do Estado e da nação e a relação entre cultura e política.

### SECRETARIADO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

O Secretariado do Provedor de Justiça Europeu é responsável pela gestão do seu gabinete privado. Gere a agenda do Provedor de Justiça, coordena a sua correspondência de entrada e de saída, aconselha-o sobre as relações com as outras instituições e organismos comunitários, trata dos aspectos protocolares do trabalho da instituição e executa as tarefas gerais de secretariado para o Provedor de Justiça.

**Alexandra ANDROULAKAKIS***Secretária do Provedor de Justiça (até 30.6.2006)*

Tel. +33 3 88 17 25 28

**Kelly KOUNDOURI***Secretária do Provedor de Justiça (desde 1.7.2006)*

Tel. +33 3 88 17 25 28

**Nicholas CATEPHORES***Assistente do Provedor de Justiça*

Tel. +33 3 88 17 23 83

**SECRETÁRIO-GERAL****Ian HARDEN***Secretário-Geral (desde 1.8.2006)*

Tel. +33 3 88 17 23 84

Após a nomeação do Sr. Ian HARDEN para o lugar de Secretário-Geral, e até à conclusão do processo de recrutamento de um novo Chefe do Departamento Jurídico, o Sr. HARDEN continuou a desempenhar as funções de Chefe do Departamento Jurídico para além de 1 de Agosto de 2006.

Ian HARDEN nasceu em Norwich, Inglaterra, em 22 de Março de 1954. Estudou direito no Churchill College, em Cambridge, tendo-se licenciado com distinção em 1975 e concluído a pós-graduação em 1976. Começou depois a dar aulas na Faculdade de Direito da Universidade de Sheffield, onde foi professor assistente entre 1976 e 1990, professor associado entre 1990 e 1993, professor agregado entre 1993 e 1995, tendo-se tornado professor catedrático de Direito Público em 1995. Entrou para a Provedoria de Justiça Europeia como consultor jurídico principal em 1996, tendo assumido depois os cargos de Chefe do Secretariado, de 1997 a 1999, e de Chefe do Departamento Jurídico do ano 2000 em diante. Foi nomeado Secretário-Geral da Provedoria de Justiça Europeia em 1 de Agosto de 2006. É autor ou co-autor de numerosas publicações sobre direito comunitário e direito público, incluindo *The Contracting State* (Buckingham: Open University Press, 1992); *Flexible Integration: Towards a more effective and democratic Europe* (Londres CEPR, 1995), e *European Economic and Monetary Union: The Institutional Framework* (Kluwer Law International, 1997). É membro da *Association française de droit constitutionnel* e do "Study of Parliament Group" do Reino Unido, sendo também professor honorário da Universidade de Sheffield.

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**

O Departamento Jurídico é maioritariamente composto por juristas, cuja principal responsabilidade consiste em analisar as queixas recebidas pelo Provedor de Justiça Europeu e realizar inquéritos sob a supervisão do Chefe do Departamento Jurídico e dos três supervisores jurídicos principais. O Chefe do Departamento Jurídico dirige o Departamento e também aconselha o Provedor de Justiça a respeito da estratégia e orientação jurídicas da instituição. A assistente do Chefe do Departamento Jurídico assegura o funcionamento dos sistemas de controlo da qualidade a nível interno e de gestão da informação e coordena o contributo do departamento para o Relatório Anual.

Em 2006, o departamento contava com 21 funcionários, no total: o Chefe do Departamento Jurídico, sete assessores jurídicos principais, três dos quais são supervisores principais<sup>6</sup>, onze juristas, um jurista-linguista, um assistente jurídico e a assistente do Chefe do Departamento Jurídico. No ano em causa, o Departamento Jurídico supervisionou 15 estagiários.

**Murielle RICHARDSON***Assistente do Chefe do Departamento Jurídico*

Tel. +33 3 88 17 23 88

<sup>6</sup>

O terceiro assessor principal, que é também supervisor principal, foi recrutado para o Departamento em 1 de Novembro de 2006.



## JURISTAS

Os juristas tratam das queixas, que podem ser apresentadas ao Provedor de Justiça em qualquer das 23 línguas oficiais da União Europeia. Também propõem e realizam inquéritos de iniciativa própria, respondem a pedidos de informação dos cidadãos, prestam assistência ao Provedor de Justiça sobre assuntos jurídicos, dão aconselhamento sobre os procedimentos, evolução e tradições jurídicos dos respectivos Estados-Membros e representam o Provedor de Justiça em alguns eventos públicos.

**Sabina BALAZIČ***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 35 72

**Elodie BELFY***Assistente Jurídica*

Tel. +32 2 284 39 01

**Peter BONNOR***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 25 41

**Benita BROMS***Responsável pelo Serviço de Bruxelas**Assessora Jurídica Principal*

Tel. +32 2 284 25 43

**Nelius CAREY***Jurista Linguista*

Tel. +33 3 88 17 25 63

**Ioannis DIMITRAKOPOULOS***Assessor Jurídico Principal**Supervisor Principal*

Tel. +33 3 88 17 37 68

**Juliano FRANCO***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 21 51

**Marjorie FUCHS***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 40 78

**Gerhard GRILL***Assessor Jurídico Principal**Supervisor Principal*

Tel. +33 3 88 17 24 23

**Marta HIRSCH-ZIEMBIŃSKA***Assessora Jurídica Principal*

Tel. +33 3 88 17 27 46

**Georgios KATHARIOS***Jurista*

Tel. +32 2 284 38 49

**Daniel KOBLENCZ***Jurista*

Tel. +32 2 284 38 31

**José MARTÍNEZ ARAGÓN***Assessor Jurídico Principal*

Tel. +33 3 88 17 24 01

**Beatriz MENÉNDEZ ALLER***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 67 63

**Tina NILSSON***Jurista*

Tel. +32 2 284 14 17

**Fergal Ó REGAN***Assessor Jurídico Principal**Supervisor Principal**(desde 1.11.2006)*

Tel. +33 3 88 17 67 84

**Ida PALUMBO***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 23 85

**Wiebke PANKAUKE***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 24 02

**Branislav URBANIČ***Jurista*

Tel. +33 3 88 17 27 14

**Olivier VERHEECKE***Assessor Jurídico Principal*

Tel. +32 2 284 20 03





## ESTAGIÁRIOS

**Marta ARIAS DIAZ***Estagiária (desde 1.9.2006)*

Tel. +33 3 88 17 29 77

**Kadri BRÜGEL***Estagiário (até 28.2.2006)***Anne EISENGRÄBER***Estagiária (até 31.7.2006)***Ramin FARINPOUR***Estagiário (desde 18.9.2006)*

Tel. +33 3 88 16 40 18

**Farah JERAJ***Estagiária (desde 1.9.2006)*

Tel. +33 3 88 17 24 12

**Giedre KAZLAUSKAITE***Estagiária (até 31.7.2006)***Beata KULPACZYNSKA***Estagiária (desde 1.9.2006)*

Tel. +33 3 88 17 23 28

**Riccardo MONACO***Estagiário (desde 16.1.2006 até 31.12.2006)***Teresa PLANA CASADO***Estagiária (desde 1.2.2006 até 31.7.2006)***Zvi RAMAN***Estagiário (desde 1.9.2006)*

Tel. +32 2 284 21 80

**Brigita SABALIAUSKAITE***Estagiária (desde 1.9.2006)*

Tel. +32 2 283 23 27

**Izabela SZOSTAK-SMITH***Estagiária (até 31.7.2006)***Axel SCHNEIDER***Estagiário (desde 1.4.2006)*

Tel. +33 3 88 16.40.72

**Alexis VAN MAERCKE***Estagiário (até 31.7.2006)***Katherine WORTHINGTON***Estagiária (até 31.7.2006)*

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Departamento de Administração e Finanças é responsável por todo o trabalho do Gabinete do Provedor de Justiça que não esteja directamente relacionado com a análise das queixas e a realização de inquéritos. Está dividido em quatro secções — a Secção de Administração, a Secção de Finanças, a Secção de Tratamento de Queixas e a Secção de Comunicações. O Chefe do Departamento de Administração e Finanças coordena o trabalho global do departamento. Nessa qualidade, é responsável pela organização e o funcionamento gerais da Provedoria, pela política de pessoal da Provedoria, pela proposta e execução da estratégia orçamental e financeira da instituição e pela representação do Provedor de Justiça em várias instâncias interinstitucionais. Em 2006, o Departamento contava com um número total de 35 funcionários, incluindo os 9 membros da Secção de Tratamento de Queixas, cujo trabalho está intimamente ligado ao do Departamento Jurídico.

**João SANT'ANNA***Chefe do Departamento de Administração e Finanças*

Tel. +33 3 88 17 53 46

João SANT'ANNA nasceu em Setúbal, Portugal, em 3 de Maio de 1957. Estudou Direito na Universidade de Lisboa entre 1975 e 1980 e registou-se na Ordem de Advogados em Lisboa em 1981. Entre 1980 e 1982, trabalhou como jurista na Divisão Jurídica e Administrativa do Ministério da Administração Interna português para a Região de Lisboa. Entre 1982 e 1984, prosseguiu os seus estudos jurídicos, no domínio dos direitos de propriedade intelectual, na Universidade Ludwig-Maximilian e no Instituto Max-Planck em Munique. Depois de regressar a Portugal, em 1984, foi nomeado Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa do Ministério da Administração Interna português para a Região de Lisboa. Em 1986, tornou-se funcionário do Parlamento Europeu, trabalhando nas Direcções-Gerais de Informação e Relações Públicas, Investigação, Pessoal e Finanças e, por último, no Serviço Jurídico do Parlamento Europeu. Entrou para o Gabinete do Provedor de Justiça Europeu como Chefe do Departamento de Administração e Finanças no ano 2000.



## SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A Secção de Administração desempenha amplas funções. Nelas se incluem o recrutamento e a gestão do pessoal, o tratamento da correspondência de entrada e de saída, a central telefónica, as infra-estruturas de escritório, a coordenação da tradução de documentos, a organização e gestão da biblioteca jurídica, e a política de documentação e arquivo da instituição. Esta secção também é responsável pela política informática da instituição e pelo suprimento das necessidades da Provedoria em matéria de TI, uma função que leva a cabo em estreita colaboração com o Parlamento Europeu.

**Alessandro DEL BON***Chefe de Secção*

Tel. +33 3 88 17 23 82

**Christophe BAUER***Apoio administrativo, Motorista*

Tel. +33 3 88 17 67 80

**Rachel DOELL***Secretária*

Tel. +33 3 88 17 23 98

**Massimo EZZY***Gestor de Tecnologia da Informação*

Tel. + 33 3 88 17 28 67

**Cindy GIANNAKIS***Apoio administrativo*

Tel. +32 2 284 63 93

**Isgouhi KRIKORIAN***Secretária*

Tel. +33 3 88 17 25 40

**Gaël LAMBERT***Gestor de Tecnologia da Informação*

Tel. +33 3 88 17 23 99

**Juan Manuel MALLEA***Secretário*

Tel. +33 3 88 17 23 01

**Stéphanie MARAJ***Secretária*

Tel. +33 3 88 17 23 13

**Charles MEBS***Secretário*

Tel. +33 3 88 17 70 93

**Ana MORAIS GASPAR***Secretária (desde 1.6.2006)*

Tel. +33 3 88 16 40 96

**Emese WALTZ***Secretária (desde 1.6.2006)*

Tel. + 33 3 88 16 40 95

**Félicia VOLTZENLOGEL***Secretária*

Tel. +33 3 88 17 23 94

## SECÇÃO DE FINANÇAS

A Secção de Finanças é responsável por assegurar que a Provedoria de Justiça cumpre as normas financeiras comunitárias aplicáveis, destinadas a garantir uma utilização económica, eficiente e adequada dos recursos orçamentais. Estas responsabilidades decorrem do facto de o Provedor de Justiça Europeu ter um orçamento independente. O orçamento é preparado e executado por quatro gestores financeiros, sob a responsabilidade do gestor orçamental delegado.

**Loïc JULIEN***Chefe de Secção*

Tel. +33 3 88 17 67 79

**Jean-Pierre FEROMONT***Gestor Financeiro*

Tel. +32 2 284 38 97

**Giovanna FRAGAPANE***Gestor Financeiro*

Tel. +33 3 88 17 29 62

**Véronique VANDAELE***Gestor Financeiro*

Tel. +32 2 284 23 00

**Christophe WALRAVENS***Gestor Financeiro*

Tel. +33 3 88 17 24 03

## SECÇÃO DE PROCESSAMENTO DAS QUEIXAS

A Secção de Processamento das Queixas é responsável pelo registo, distribuição e acompanhamento das queixas apresentadas ao Provedor de Justiça Europeu. Esta Secção garante que todas as queixas são registadas numa base de dados, a sua recepção é acusada, sendo depois transmitidas ao Departamento Jurídico. É responsável pela gestão de toda a correspondência de entrada e de saída relacionada com as queixas, assegurando a actualização dos respectivos registos na base de dados, ao longo de todo o processo, controlando o cumprimento dos prazos, produzindo estatísticas relacionadas com as queixas e arquivando documentos a estas relativos.

### **Isabelle FOUCAUD**

*Chefe de Secção*

Tel. +33 3 88 17 23 91

### **Séverine BEYER**

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 23 93

### **Bruno BISMARQUE-ALCÂNTARA**

*Secretário*

Tel. +33 3 88 17 20 91

### **Evelyne BOUTTEFROY**

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 24 13

### **Elaine DRAGO**

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 33 31

### **Isabelle LECESTRE**

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 24 29

### **Oualiba MAKHLOUFIA**

*Secretário (desde 1.4.2006)*

Tel. +33 3 88 16.40.71

### **Véronique SCHOOR**

*Secretária (desde 1.11.2006)*

Tel. +33 3 88 17 24 29

### **Caroline ZINCK**

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 40 51



O Provedor de Justiça Europeu e a sua equipa.



## SECÇÃO DE COMUNICAÇÕES

A Secção de Comunicações está incumbida de prestar assistência ao Provedor de Justiça no seu esforço para chegar aos cidadãos e informá-los dos seus direitos consagrados no direito comunitário. Ao fazê-lo, desempenha um papel fundamental no reforço das relações e da confiança entre os cidadãos, por um lado, e a Europa e suas instituições, por outro lado.

A Secção é responsável pela manutenção e a promoção das relações com os meios de comunicação social, bem como pela redacção e a produção das publicações do Provedor de Justiça e pela manutenção dos seus sítios Web. Assegura ainda a organização das visitas e dos eventos de informação do Provedor de Justiça e a coordenação das relações no âmbito da Rede Europeia de Provedores de Justiça.

**Rosita AGNEW***Co-Chefe de Secção*

Tel. +32 2 284 25 42

**Marc AMIR-TAHMASSEB***Gestor de Web*

Tel. +33 3 88 17 44 10

**Gundi GADESMANN***Adido de Imprensa*

Tel. +32 2 284 26 09

**Annika ÖSTERBERG***Responsável pelas Publicações*

Tel. +33 3 88 17 49 36

**Ben HAGARD***Co-Chefe de Secção*

Tel. +33 3 88 17 24 24

**Dace PICOT-STIEBRINA***Responsável pelas Comunicações*

Tel. +33 3 88 17 40 80

**Gabrielle SHERIDAN***Secretária*

Tel. +33 3 88 17 24 08

## REUNIÕES DO PESSOAL

Para ajudar a assegurar a máxima eficiência e eficácia dos procedimentos da Provedoria, facilitar o fluxo de informação fácil entre o pessoal e promover oportunidades de evolução profissional, o Provedor de Justiça convoca reuniões do pessoal, regularmente. Em regra, a ordem de trabalhos destas reuniões inclui uma síntese, apresentada pelo Provedor de Justiça, das suas actividades recentes e futuras, bem como uma descrição da evolução administrativa, jurídica e política em curso na instituição. Em sintonia com a estratégia do Provedor de Justiça para a evolução profissional do seu pessoal, são frequentemente convidados oradores externos para falar nessas reuniões. Em 2006, essas apresentações foram feitas pelo Professor Spiros SIMITIS, Professor de Ciências do Trabalho, Civil e Informática na Universidade Johann Wolfgang Goethe, de Frankfurt am Main, Alemanha, e Presidente do Comité de Ética Alemão, sobre “Protecção de dados — Deficiências e limites de uma abordagem comunitária comum”, e pela Vice-Presidente da Comissão Europeia para as Relações Institucionais e a Comunicação, Margot WALLSTRÖM, sobre os esforços que a Comissão tem envidado para melhorar as suas relações com o cidadão.



O Professor Spiros Simitis, professor de Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito e Informática na Universidade Johann Wolfgang Goethe e presidente do Comité de Ética alemão, dirige a palavra à equipa do Provedor de Justiça Europeu. Estrasburgo, França, 3 de Fevereiro de 2006.



A Sr<sup>a</sup> Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelas Relações Institucionais e pela Comunicação, dirige uma alocução à equipa do Provedor de Justiça Europeu. Estrasburgo, França, 13 de Dezembro de 2006.

## RETIRO DO PESSOAL

A fim de desenvolver e reforçar a compreensão dos valores e da missão das instituições, bem como de promover o seu cumprimento efectivo, o Provedor de Justiça organizou um retiro do seu pessoal em Outubro de 2006. Foi a primeira vez, na sua breve história, que a instituição levou a cabo uma iniciativa deste tipo. Um retiro é um exercício de auto-reflexão, que envolve todo o pessoal de uma instituição, sendo uma prática muito utilizada que o Sr. DIAMANDOUROS já aplicara com êxito, no tempo em que foi o primeiro Provedor de Justiça Nacional da Grécia.



Membros da equipa do Provedor de Justiça Europeu durante o retiro, 11-13 de Outubro de 2006.





No quadro da preparação para o retiro, os membros do pessoal foram convidados a expressar os seus pontos de vista sobre o funcionamento geral do gabinete e sobre o impacto do trabalho do Provedor de Justiça até ao presente, no âmbito de um exercício de auto-avaliação. O exercício de auto-avaliação assumiu a forma de um questionário, no qual os membros do pessoal avaliaram diferentes aspectos dos processos e métodos de trabalho do Provedor de Justiça nos diversos sectores das actividades da instituição, bem como os resultados alcançados pelo Provedor de Justiça em prol dos cidadãos em geral. Um outro objectivo desta importante actividade consistia em melhorar a gestão dos riscos na instituição, conforme requerido pelas normas de controlo interno da UE.

Os resultados do questionário, juntamente com outros materiais informativos, foram distribuídos a todo o pessoal antes da reunião. Serviram de base aos debates, que se centraram (i) no significado da boa administração, tanto de um ponto de vista conceptual como de um ponto de vista processual, (ii) no modo de chegar aos cidadãos em geral e como atingir públicos mais específicos, mais especializados, susceptíveis de actuar como multiplicadores capazes de gerar um maior número de queixas enquadráveis no âmbito do mandato do Provedor de Justiça, e (iii) na forma de reforçar e promover uma cultura de serviço na Provedoria de Justiça.

Todos os funcionários foram incentivados a participarem activamente nas deliberações, tanto em plenário como nos grupos de trabalho, e a exprimirem os seus pontos de vista sobre os vários temas em debate. Após o retiro, era consensual que o mesmo havia sido uma experiência muito produtiva e muito válida, a repetir.



Membros da equipa do Provedor de Justiça Europeu preparando-se para participar na corrida de 10km em Estrasburgo, 14 de Maio de 2006.





## D ÍNDICES DAS DECISÕES

### 1 POR NÚMERO DE PROCESSO

#### 2003

0495/2003/ELB .....	76
0617/2003/IP .....	77
1537/2003/ELB .....	78
1764/2003/ELB .....	79

#### 2004

0642/2004/GG .....	92
0674/2004/PB .....	88
0956/2004/PB .....	93
1217/2004/OV .....	63
2227/2004/MF .....	80
2312/2004/MHZ .....	97
2437/2004/GG .....	81
2467/2004/PB .....	72
2944/2004/ID .....	58
3133/2004/JMA .....	58
3369/2004/JMA .....	95
3399/2004/OV .....	89
3403/2004/GG .....	82
3436/2004/ELB .....	67
3501/2004/PB .....	66

#### 2005

0032/2005/ELB .....	90
0106/2005/TN .....	68
0191/2005/BB .....	59
0289/2005/GG .....	99
0552/2005/SAB .....	60
0582/2005/PB .....	83
0760/2005/GG .....	84
1037/2005/GG .....	85
1252/2005/GG .....	60
1315/2005/BB .....	57

1429/2005/JF .....	92
1463/2005/TN .....	86
1482/2005/MHZ .....	64
1487/2005/GG .....	98
1729/2005/JF .....	74
1776/2005/GG .....	73
1841/2005/BM .....	69
1919/2005/GG .....	75
2172/2005/MHZ .....	94
2523/2005/TN .....	62
2601/2005/ID .....	61
2616/2005/SAB .....	64
2787/2005/OV .....	96
3172/2005/WP .....	69
3389/2005/WP .....	65
Q3/2005/IP .....	102

#### 2006

0163/2006/MHZ .....	87
0242/2006/BM .....	96
0472/2006/DK .....	66
0786/2006/JF .....	91
0800/2006/WP .....	71
0817/2006/TN .....	76
0866/2006/SAB .....	88
1363/2006/MF .....	68
3297/2006/BU .....	70
3684/2006/BU .....	70
OI/1/2006/TN .....	100
OI/2/2006/JMA .....	100
OI/3/2006/BB .....	101
Q1/2006/GK .....	102



## 2

## POR ASSUNTO

*Agricultura (CAP)*

Q1/2006/GK .....	102
------------------	-----

*Direitos dos cidadãos*

2467/2004/PB.....	72
3133/2004/JMA .....	58
3369/2004/JMA .....	95
1037/2005/GG .....	85
1487/2005/GG .....	98
1776/2005/GG .....	73
1841/2005/BM .....	69
1919/2005/GG .....	75
2601/2005/ID .....	61
0242/2006/BM .....	96
0817/2006/TN.....	76
3297/2006/BU .....	70
3684/2006/BU .....	70

*Contratos*

2437/2004/GG .....	81
0191/2005/BB.....	59
0552/2005/SAB.....	60
1252/2005/GG .....	60
1315/2005/BB.....	57
2523/2005/TN.....	62
0786/2006/JF.....	91
0866/2006/SAB.....	88
OI/1/2006/TN.....	100

*Cooperação para o desenvolvimento*

1764/2003/ELB .....	79
---------------------	----

*Educação, formação profissional e juventude*

3172/2005/WP .....	69
--------------------	----

*Ambiente*

1463/2005/TN.....	86
OI/2/2006/JMA .....	100

*Livre circulação de pessoas e serviços*

0956/2004/PB.....	93
0289/2005/GG .....	99
Q3/2005/IP .....	102

*Instituições*

3403/2004/GG .....	82
3436/2004/ELB .....	67
2172/2005/MHZ.....	94
2601/2005/ID .....	61

*Diversos*

0800/2006/WP .....	71
--------------------	----

*Acesso do público*

0617/2003/IP.....	77
3501/2004/PB.....	66
0582/2005/PB.....	83
2787/2005/OV .....	96
1363/2006/MF .....	68

*Política social*

2944/2004/ID .....	58
--------------------	----

*Pessoal**— Recrutamento*

0674/2004/PB.....	88
2312/2004/MHZ.....	97
3399/2004/OV .....	89
0032/2005/ELB .....	90
1482/2005/MHZ.....	64
2616/2005/SAB.....	64
3389/2005/WP .....	65
0472/2006/DK .....	66
OI/3/2006/BB.....	101

*— Outros assuntos*

0495/2003/ELB .....	76
1537/2003/ELB .....	78
1217/2004/OV .....	63
2227/2004/MF .....	80
0106/2005/TN.....	68
0760/2005/GG .....	84
1429/2005/JF .....	92
1729/2005/JF .....	74
0163/2006/MHZ.....	87

*Auxílio estatal*

0642/2004/GG .....	92
--------------------	----



## 3

## POR TIPO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO ALEGADA

*Abuso de poder*

1315/2005/BB.....	57
-------------------	----

*Atraso*

1217/2004/OV .....	63
2944/2004/ID .....	58
0289/2005/GG .....	99
3172/2005/WP .....	69
0242/2006/BM .....	96

*Discriminação*

3399/2004/OV .....	89
0760/2005/GG .....	84
1482/2005/MHZ.....	64
1487/2005/GG .....	98
OI/3/2006/BB.....	101

*Erro no procedimento previsto no artigo 226.º*

0956/2004/PB.....	93
2467/2004/PB.....	72
2944/2004/ID .....	58
3133/2004/JMA .....	58
3369/2004/JMA .....	95
1037/2005/GG .....	85

*Falta ou recusa de informação*

1764/2003/ELB .....	79
0674/2004/PB.....	88
2227/2004/MF .....	80
3436/2004/ELB .....	67
3501/2004/PB.....	66
0032/2005/ELB .....	90
1463/2005/TN.....	86
1487/2005/GG .....	98
1776/2005/GG .....	73
1919/2005/GG .....	75
2523/2005/TN.....	62
0163/2006/MHZ.....	87
0786/2006/JF.....	91

*Falta de transparência*

2172/2005/MHZ.....	94
0472/2006/DK .....	66
0817/2006/TN.....	76

1363/2006/MF .....	68
--------------------	----

*Erro de direito*

0617/2003/IP .....	77
2312/2004/MHZ.....	97
2467/2004/PB.....	72
0191/2005/BB.....	59
0582/2005/PB.....	83
1315/2005/BB.....	57
2601/2005/ID .....	61
2787/2005/OV .....	96
OI/2/2006/JMA .....	100

*Negligência*

0642/2004/GG .....	92
3403/2004/GG .....	82
1841/2005/BM .....	69
0786/2006/JF .....	91
3297/2006/BU .....	70
3684/2006/BU .....	70

*Erros processuais*

1315/2005/BB.....	57
1429/2005/JF .....	92
0800/2006/WP .....	71

*Argumentação*

1217/2004/OV .....	63
0191/2005/BB.....	59

*Injustiça*

0617/2003/IP .....	77
2437/2004/GG .....	81
3399/2004/OV .....	89
0106/2005/TN.....	68
0552/2005/SAB.....	60
1252/2005/GG .....	60
1429/2005/JF .....	92
1729/2005/JF .....	74
2616/2005/SAB.....	64
3389/2005/WP .....	65
0866/2006/SAB.....	88

*Outros casos de má administração*

0495/2003/ELB .....	76
1537/2003/ELB .....	78
1429/2005/JF .....	92
2601/2005/ID .....	61
OI/1/2006/TN .....	100

**4 PROCESSOS DE DESTAQUE**

2467/2004/PB .....	72
0106/2005/TN .....	68
1729/2005/JF .....	74

1776/2005/GG .....	73
OI/1/2006/TN .....	100
OI/3/2006/BB .....	101

**5 LISTA DE TODOS OS PROCESSOS ENCERRADOS COM UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA EM 2006****2003**

<b>0495/2003/ELB</b> .....	76
<b>0617/2003/IP</b> .....	77
1419/2003/JMA .....	
<b>1537/2003/ELB</b> .....	78
<b>1764/2003/ELB</b> .....	79
1953/2003/PB .....	
2177/2003/PB .....	

**2004**

0075/2004/BB .....	
0281/2004/JMA .....	
<b>0674/2004/PB</b> .....	88
0994/2004/IP .....	
1219/2004/IP .....	
<b>2227/2004/MF</b> .....	80
<b>2437/2004/GG</b> .....	81
2961/2004/PB .....	
<b>3399/2004/OV</b> .....	89
<b>3403/2004/GG</b> .....	82
3531/2004/TN .....	
3553/2004/WP .....	

**2005**

<b>0032/2005/ELB</b> .....	90
0287/2005/JMA .....	
<b>0582/2005/PB</b> .....	83
<b>0760/2005/GG</b> .....	84
0818/2005/PB .....	
0880/2005/TN .....	
<b>1037/2005/GG</b> .....	85
<b>1429/2005/JF</b> .....	92
1459/2005/GG .....	
<b>1463/2005/TN</b> .....	86
1707/2005/GG .....	
1733/2005/BU .....	
1744/2005/IP .....	
<b>1919/2005/GG</b> .....	75
2053/2005/IP .....	
2924/2005/OV .....	
3509/2005/JF .....	

**2006**

<b>0163/2006/MHZ</b> .....	87
<b>0786/2006/JF</b> .....	91
<b>0817/2006/TN</b> .....	76
<b>0866/2006/SAB</b> .....	88
1085/2006/MHZ .....	

As referências dos processos a negrito indicam que uma síntese da decisão é apresentada na secção 3.4 do presente relatório. O texto integral das decisões relativas a todos os processos supracitados encontra-se disponível no sítio *web* do Provedor de Justiça em <http://www.ombudsman.europa.eu>



## COMO CONTACTAR O PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

### POR CORREIO

O Provedor de Justiça Europeu  
1 Avenue du Président Robert Schuman  
B.P. 403  
FR - 67001 Strasbourg Cedex  
França

### POR TELEFONE

+33 3 88 17 23 13

### POR FAX

+33 3 88 17 90 62

### POR CORREIO ELECTRÓNICO

eo@ombudsman.europa.eu

### PELA INTERNET

<http://www.ombudsman.europa.eu>





O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU PROCEDE A INQUÉRITOS SOBRE CASOS DE MÁ ADMINISTRAÇÃO  
NAS INSTITUIÇÕES E OUTROS ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA



O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU E O SEU PESSOAL

[www.ombudsman.europa.eu](http://www.ombudsman.europa.eu)